

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

REDES SOCIAIS E MICROPOLÍTICAS DA JUVENTUDE

FÁBIO DAL MOLIN

Orientador: Professor Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre, 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

REDES SOCIAIS E MICROPOLÍTICAS DA JUVENTUDE

FÁBIO DAL MOLIN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor
em Sociologia

Orientador: Professor Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre, 2007

RESUMO

O bairro Restinga, criado em meados dos anos setenta a partir de loteamentos e políticas de remoção de favelas possui uma territorialidade espacial e social marcada pela diferença e o estigma. O bairro é, freqüentemente, alvo de pesquisas acadêmicas e já foi escolhida como plano piloto para um projeto de segurança pública municipal. A ambivalência das políticas de urbanização dividiu a Restinga em duas áreas, a “Velha” e a “Nova”. A necessidade de mobilização por melhorias nas condições de vida no bairro ativou o trabalho redes sociais que gerenciam e executam o que será chamado aqui de micropolíticas para a juventude. Estas redes são constituídas por cidadãos que trabalham com hip-hop, mídias alternativas, promotoras legais populares, antigos líderes comunitários e professores e professoras de escolas municipais. São consideradas aqui micropolíticas atividades alternativas e realizadas em espaços intermediários ou em colaboração às políticas estatais como metodologia para atingir a população jovem e promover o debate sobre temas pertinentes à realidade do bairro: educação ambiental, direitos humanos, democratização dos meios de comunicação, violência escolar. Estas micropolíticas são executadas de diversas formas: eventos culturais, protestos, negociações com o poder público, e principalmente, oficinas. Esta pesquisa procura descrever o trabalho destes cidadãos seus conflitos com as políticas públicas, a partir de entrevistas, observações de campo, e participação em atividades da comunidade e acompanhamento de uma lista de discussões telemática. A pesquisa inclui uma reflexão sobre o conceito de juventude, as políticas públicas no Brasil, a história do bairro e a análise das micropolíticas na Restinga. Os resultados mostram que as políticas públicas e as instituições tradicionais servem como alavancas para as iniciativas dos atores, mas sua burocracia e instabilidade, ao mesmo tempo em que geram conflito, ativam processos de autonomia e auto-gestão.

Palavras-chave: juventude, políticas públicas, redes sociais, micropolíticas

ABSTRACT

Restinga is a community district that was created in the mid seventies from real estate development and public policies of favela removals. Its social and spatial territory is characterized by difference and stigma. Frequently, the district is a site for academic research and was once chosen as a pilot plan for a municipal public security project. The ambivalence of urbanization policies divided Restinga into two areas, the “Old” and the “New”. Due to the need to improve the quality of living conditions, social networks were mobilized in the district, managing and performing, what will be called here, youth development micro-policies. These networks are constituted of Hip-Hop teachers, alternative media producers, low-income attorneys, traditional community leaders and public school teachers. Micro-policies are considered here as alternative activities and activities that are accomplished in an intermediate space, or in collaboration with government policies as a methodology to reach the juvenile population and promote the debate on themes pertinent to the reality of Restinga: environmental education, human rights, media democracy, school violence. These micro-policies are delivered in many ways: cultural events, protests, negotiations with public authority and, principally, workshops. This research seeks to describe the work of these citizens, their conflicts with public policies, from interviews, field observations, and participation in community activities and following up on a discussion list on the Internet. The research includes a reflection on the concept of youth, public policies in Brazil, the history of the district and the analysis of the micro-policies of Restinga. The results show that the public policies and traditional institutions serve as levers for the actor’s initiatives, but its bureaucracy and instability, at the same time in which it generates conflict, activates processes of autonomy and self-management.

Keywords: youth hood, public policies, social networks, micro-policies.

SUMÁRIO

LISTA DE INSTITUIÇÕES E SIGLAS.....	VII
QUADROS.....	X
APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESE DE TRABALHO.....	22
3 METODOLOGIA	
3.1. Coleta e organização dos dados	23
3.2 Construção do campo:o uso de projetos de extensão como campo de investigação.....	25
3.3 Diários de campo.....	25
4 PLANO TEÓRICO E CONCEITUAL	
4.1 Juventude, ambivalência e modernidade	27
4.2 Abordagem da relação entre juventude e modernidade vinda da literatura e do cinema.....	28
4.3 A modernidade espreme os sujeitos.....	29
4.4 Estado, redes e movimentos	33
4.5 Campo de disputas e poder simbólico.....	40
4.6 Redes, rizomas, macropolíticas e micropolíticas.....	42
4.7 Juventude.....	48
4.8 Políticas da juventude.....	53
4.9 Os jovens, as gangues e a violência.....	47
5-POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE NO BRASIL	
5.1 Panorama geral.....	61
5.2 Plano Nacional da Juventude.....	64
5.3 Oficinas.....	68
6-RESTINGA: UMA HISTÓRIA DE AMBIVALÊNCIA E SEGREGAÇÃO URBANA	
6.1Periferia.....	77
6.2 Remover para promover.....	83
6.3Programas de desfavelização e exclusão social.....	91
6.4Relato de uma entrevista com Beleza.....	92
6.5 Seu Alcides, o guerrilheiro urbano.....	96
6.6 As “favelas” e o problema da segregação urbana.....	98
6.7 Plano Municipal de Segurança Urbana: projeto-piloto da Restinga:.....	100
6.8 Ilustrações.....	103

7- CAMPOS DE AÇÕES E MICROPOLÍTICAS

7.1 Interações entre a UFRGS e a Restinga.....	107
7.2“Vivenciando a cultura na Restinga.....	108
7.3 Projeto “Convivências”.....	109
7.4 Por uma universidade de idéias (pequeno ensaio).....	115
7.5 Estúdio Multimeios.....	117
7.6 FERES : as redes sociais como estratégia de geração autônoma de micropolíticas da juventude na Restinga.....	124
7.7 FERES: ações e interconexões.....	125
7.8 Tornar-se sólido.....	129
7.9 Comitê de Resistência Popular e Rádio Resistência.....	130
7.10 Oficinas sobre violência nas escolas.....	138
7.11 Ilustrações.....	168

8-CONCLUSÃO DE UM PERCURSO: DA VIOLÊNCIA JUVENIL ÀS REDES MICROPOLÍTICAS

8,1 Violência juvenil como mecanismo de disparo: do crime da sociedade inclusiva às redes sociais da sociedade excludente.....	173
8.2 Líquido, sólido, gás:as redes e suas expansões e contrações.....	181

9 -EPÍLOGO.....189

10- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS192

ANEXO200

História da Restinga construída no projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”.....	201
Projeto Estúdio Experimental Multimeios	205
História do FERES.....	213
Cronograma FERES 2005.....	218

LISTA DE INSTITUIÇÕES E SIGLAS

Academia de Samba Estado Maior da Restinga
AMOVIR- Associação dos Moradores da Vila Restinga
Associação dos Moradores Almirante Tamandaré – Pitinga
Associação dos Moradores Cabriúva
Associação dos Moradores da Vila Castelo
Associação dos Moradores da Vila Nova Santa Rita
Associação dos Moradores do Barro Vermelho
Associação de Moradores do Núcleo Esperança I
Centro Administrativo Regional Restinga/ Extremo Sul (CAR)
Centro Infante -Juvenil Monteiro Lobato
Centro de Promoção do Menor- COM
Centro do Trabalhador da Restinga
Centro Regional Sul – FASC
Conselho Tutelar – Micro Região 7
Consultoria de Segurança PMPA
CRAS – Comissão Regional de Assistência Social
Creche Comunitária Santa Rita
Creche Renascer da Esperança
CUFA- Central Única de Favelas
DEDS Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da PROEXT- Pró-Reitoria de Extensão
E.C.A: Estatuto da Criança e do Adolescente
E.J.A Educação de Jovens e Adultos
EJEMA- Encontro de Jovens Educadores para o Meio-Ambiente
Escola Municipal de Primeiro Grau Deputado Lidovino Fanton

Escola Municipal de Primeiro Grau Dolores Alcaraz Caldas
Escola Municipal de Primeiro Grau Senador Alberto Pasqualini
Escola Municipal de Primeiro Grau Vereador Carlos Pessoa de Brum
Escola Municipal de Ensino Fundamental Mário Quintana
Escola Municipal Especial Tristão Sucupira Vianna
Escola Estadual de Primeiro Grau José do Patrocínio
Escola Municipal Infantil Vila Nova Restinga- Quinta Unidade
Escola de Samba Estado Maior da Restinga
Empresa de Transporte Tinga
FASE Fundação de Assistência Sócio-Educativa
Fórum Regional da Restinga
FERES- Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul
MEC- Ministério da Educação e Cultura
MHHOB- Movimento Hip-Hop Organizado Brasileiro
MINC- Ministério da Cultura
O. P -Orçamento Participativo
Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto – PEMSE- FASC
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFRGS
Programa de Saúde da Família (PSF) Vila Castelo
P.T. Partido dos Trabalhadores
Rede Integrada de Atendimento da Restinga
Restinga Crew
O.N.G : Organização Não-Governamental
SESU- Secretaria de Ensino Superior
SIM – Serviço de Informação à Mulher-PLPs Promotoras Legais Populares

SMDHSU- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana
Secretaria Municipal da Cultura Projeto de Descentralização da Cultura
SMED- Secretaria Municipal de Educação
Unidade CECORES- Centro Comunitário da Restinga
Telecentro Restinga
Unidade Sanitária da Restinga Velha
O.N,G. Zombando Crew
TV Gato Brasil

QUADROS

QUADRO 01 DECÁLOGO DAS REDES.....	42
QUADRO 02- CONCEITOS DE OFICINA.....	69
QUADRO 03: DINÂMICA DE UMA OFICINA.....	70
QUADRO 04 OFICINEIROS ACADÊMICOS E POPULARES.....	70
QUADRO 05 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS :DEFINIÇÕES AMPLAS.....	153
QUADRO 06 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DEFINIÇÕES SIMBÓLICAS	154
QUADRO 07 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DEFINIÇÕES FÍSICAS OU CRIMINAIS.....	155
QUADRO 08 :VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DEFINIÇÕES AMPLAS OU DIFUSAS.....	156
QUADRO 09 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: SOLUÇÕES INTERNAS.....	157
QUADRO 10 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS –AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO.....	158

COLABORADORES E COLABORADORAS

- Clarisse Abrahão, Augusto Cezar, Evandro Guimarães, Marcos Fernandes, J. C. Beleza Alex Pacheco, Maria das Dores, Maria Guaneci, André Saroba, Jackson e Sabrina e demais membros do FERES, do Comitê de Resistência Popular e da TV GATO (depoimentos, informações, história da Restinga, acesso as escolas e acolhimento dos projetos de extensão, orientações e guias) “seu” Alcides (depoimento)..
- Paulo Ressorori (digitalização dos mapas da Restinga)
- Deisimer Gorczewski, Elizângela Zaniol (informações sobre a Restinga e o Plano de Segurança Municipal e parceria no projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”).
- Bianca Ruskowski, Marcos Goulart, Daniela Scheifler (fotos, depoimentos, relatos do projeto Convivências e artigos sobre políticas públicas da juventude).
- Gislei Lazzarotto e Cleci Maraschin (seminário sobre extensão universitária e coordenação do “Vivenciando...”, empréstimo da câmera)
- Rodrigo Azevedo (ensinamentos e discussões criminológicas, parceria na prática docente e orientações na banca de qualificação)
- Maria de Lurdes C. Ferraz (revisão do texto)
- Daniel Vaz Smith (pela força com o abstract)
- Maria Obdúlia Fayos Garcia, diretora Centro Cultural Brasil-Espanha (minha impressora estragou justo no momento da tese)
- CAPES (financiamento).

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS:

Eva Maria Fayos Garcia (pelo amor, compreensão e apoio), Tania Mara Galli Fonseca (minha grande mestra), Aline Winter Sudbrack e todos meus colegas de doutorado, José Vicente Tavares dos Santos, professores e funcionários do PPGS, Giovani Andreoli, Juliana Dornelles, Rubem Vieira, Fernando Carvalho e José Machado Pais.

A imobilidade das coisas que nos cercam talvez lhe seja imposta pela nossa certeza de que essas coisas são elas mesmas e não outras, pela imobilidade de nosso pensamento perante elas. A verdade é que, quando eu assim despertava, com o espírito a debater-se para averiguar, sem sucesso, onde poderia achar-me, tudo girava em redor de mim no escuro, as coisas, os países, os anos.

Marcel Proust

APRESENTAÇÃO

O objetivo desta tese é discutir e analisar as estratégias de moradores e trabalhadores do bairro Restinga na formação de redes de cooperação para discussão e execução de políticas públicas voltadas para a juventude do bairro. A produção de redes abrange a heterogeneidade de entidades e sujeitos envolvidos, as estratégias organizacionais, bem como os objetos de intervenção e campos de conflito.

Na introdução será feito um panorama geral do percurso desenvolvido pelo pesquisador em diferentes trajetórias acadêmicas, que o levaram à escolha da Restinga, e algumas de suas problemáticas como objeto da tese, até a elaboração do problema de pesquisa.

No capítulo seguinte será apresentada a metodologia de pesquisa, através da descrição das técnicas de coleta, análise e a utilização de tecnologias informatizadas.

A seguir, serão abordados os operadores conceituais da tese, um conceito de ambivalência, abordado por Bauman (1999) e também por David Garland (2005), que dá conta de uma constante empírica presente em muitos depoimentos e situações, explícitos no material empírico desta tese. Como exemplo, temos a relação das políticas públicas do Estado e as demandas da população, as relações entre as leis e os projetos executivos (macropolíticas ou políticas molares) e as ressonâncias na complexidade da vida cotidiana e do trabalho precário dos atores (micropolíticas ou políticas moleculares).

Também faz parte do referencial conceitual, a discussão, de Boaventura de Sousa Santos (2000), sobre o conflito entre regulação e emancipação, dentro do conjunto de práticas sociais e ideologias contemporâneas que Bauman (2001) chama de Modernidade Líquida.

Na seqüência será discutido o conceito de juventude na contemporaneidade, o panorama das políticas públicas da juventude no Brasil, chegando ao cotidiano de redes sociais que executam micropolíticas da infância, adolescência e juventude do bairro Restinga. Nesse percurso, torna-se possível traçar um diagrama, ou campo de lutas simbólicas e territoriais, envolvendo as ações estatais ou paraestatais (SANTOS, 1999), gerando múltiplos modos de vinculação, organização e ação.

As noções de campo, poder e de capital simbólico de Bourdieu (1996 ;1989) também estão contempladas, como fio condutor da construção do problema de pesquisa e na teoria sociológica fundamental deste autor.

Será examinado o conceito de rede, e também o de rizoma. pela elasticidade e multiplicidade das vinculações e diferentes maneiras de ação, intervenção e conflito das redes acompanhadas no trabalho de campo. O protagonismo é abordado no sentido de um trabalho

educativo, centrado em problemáticas cotidianas do bairro e também da realidade brasileira, como a democratização dos meios de comunicação, a ecologia, o questionamento das práticas pedagógicas escolares, o desenvolvimento de formas de cooperação e a apropriação dos espaços públicos; antagonismo, como as relações ambivalentes e conflitivas com o poder estatal. A ação das redes implica em intervenção e debate em campos de ação social, conflitos e dualidades.

No capítulo 06, será apresentada a história do Bairro Restinga e serão feitas algumas considerações a respeito do seu projeto de urbanização, um pouco da dinâmica ambivalente e controversa do Estado e suas políticas públicas para o bairro, culminando com o Plano de Segurança Pública Municipal.

A seguir, será discutido o uso de atividades de extensão como campo empírico, e descritos os projetos que forneceram muitos dos subsídios para descrições e análises. Será focalizada a polêmica construção do Estúdio Multimeios, parte do Plano de Segurança, e descritas as redes e micropolíticas que atuam no bairro e que foram diretamente afetadas pelo referido projeto. Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira, é feito um histórico da formação e estratégias de organização das redes e, na segunda parte, serão abordadas as intervenções na comunidade, tendo como operadores descritivos o cronograma de ações e intervenções do FERES, as experiências do autor da tese em uma sessão de Rádio Livre e em oficinas sobre violência nas escolas.

O capítulo 08 é uma tentativa de interpretação do material empírico dentro do plano conceitual da tese; no 09, serão feitas as considerações finais. Após o epílogo encontram-se as referências bibliográficas e, em anexo, documentos referentes ao FERES e ao Estúdio Multimeios.

A opção inicial era inserir mapas e fotos dentro do texto, para transmitir ao leitor uma experiência mais rica do elemento destacado da tese, que é o campo empírico; no entanto, por razões técnicas de formatação e impressão, as figuras serão inseridas ao fim dos capítulos 06 e 07, na seqüência em que aparecem em notas de rodapé ao longo do texto.

1- INTRODUÇÃO

A Restinga, como será detalhado no capítulo 06, é um bairro construído em nos anos 60 em uma política de deslocamento de favelas de áreas consideradas precárias para um terreno geograficamente isolado das zonas centrais de Porto Alegre.

O projeto arquitetônico, em termos ideais, era estruturado em unidades vicinais que constituiriam um centro urbano plenamente desenvolvido e autônomo. Tais unidades vicinais representariam a ação pacificadora e organizadora do Estado, na crença de que a arquitetura poderia ser a solução para problemas de convivência urbana. Desde o início de sua construção, a ambivalência da ação do Estado determinou formas de segregação e isolamento. Algumas remoções foram feitas à força e outras consentidas, a triagem dos candidatos à moradia tinha um caráter oficial por renda, mas também por apadrinhamento ou ainda pelo simples objetivo de desmontar as favelas nas regiões centrais de Porto Alegre.

Nos anos 60, a Vila Restinga Nova, projeto inicial da Restinga, teve cinco fases de desenvolvimento; sua execução foi parcial, pelo fato de o parque industrial, planejado para dar empregos à sua população, foi embargado, além da falta de planejamento de ações estruturadas na “outra Restinga”. O loteamento provisório, no qual as famílias passariam por uma triagem, acabou sendo permanente e chamado de Vila Restinga Velha, para onde até hoje as populações faveladas são removidas, havendo poucas e precárias políticas de urbanização.

O resultado do programa de remoção de favelas foi uma dupla segregação: a segregação interna pela divisão da Restinga em duas metades, que guardam entre si um diagrama simbólico¹ no qual toda a violência está “na Velha” e as “pessoas de bem estão” “na Nova”, e em relação ao resto da cidade, pelo seu isolamento geográfico

A observação deste estudo, bem como os de minha dissertação de mestrado e dois estudos sobre urbanização (WIGNER, 1978 e HEIDRICH, 2002) mostram a Restinga como um campo de disputas heterogêneo. A divisão binária *Velha/Nova* é presente, mas não compartilhada por todos, e foi sensivelmente alterada pela evolução das fases urbanas e a construção de uma avenida que a integra ao resto da cidade, e contrariamente ao senso comum, ajuda na circulação entre “as duas Restingas”.

As grandes dificuldades enfrentadas pela população, em termos de urbanização e habitação, são sentidas por sua parcela de jovens e adolescentes que freqüentam as escolas.

¹ A concepção de diagrama simbólico (trabalhada mais adiante) será uma confluência entre a de Poder Simbólico (Bourdieu, 1989), a de configuração simbólica (Elias & Scottson, 2000) e a interpretação do diagrama foucaultiano por Deleuze (1999)

A Restinga também é repleta de políticas assistenciais para resolver as situações de vulnerabilidade e exclusão social, além da violência doméstica e do tráfico de drogas. Da mesma forma, é marcante o papel da mobilização de seus moradores e trabalhadores na reivindicação de soluções para os problemas e também na construção de entidades e redes sociais que atuam fortemente na mediação entre o Estado e a população.

O percurso deste pesquisador no bairro, presente desde 1996, é justamente acompanhando as Redes sociais onde ocorrem alianças, conflitos, territórios híbridos entre atores do Estado e movimentos sociais do bairro na execução, planejamento e gestão de políticas da infância, adolescência e juventude. As ações do poder público e seus aparelhos técnicos, políticos e científicos são interpretadas por seus moradores e trabalhadores como precárias que não levam em conta o protagonismo da comunidade, configuração simbólica que parece acompanhar a Restinga desde a sua construção.

Será aqui descrito o trabalho do FERES (Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul), e algumas de suas múltiplas interconexões com outras instituições, uma rede de trabalhadores e trabalhadoras, que se autodenominam educadores populares e professores e professoras do Estado, que desenvolvem estratégias de luta e executam políticas sócio-educativas voltadas para jovens, adolescentes, crianças, professores de escolas e comunidade em geral.

Esta tese é constituída por uma pesquisa a campo, marcada espacialmente por um bairro de Porto Alegre em termos concretos e geopolíticos, o Bairro Restinga. A escolha deste local surgiu de um percurso de trabalhos anteriores que, ainda que tivessem metodologias e objetivos diversos, apresentavam como analisador fundamental as circunstâncias de seu ambiente.

Meu primeiro contato com o bairro foi na condição de estagiário do curso de graduação em Psicologia na UFRGS, na disciplina Estágio Integrado em Psicologia Social e Institucional. O local deste estágio foi na Escola Estadual José do Patrocínio, da Restinga Velha. Como parte do trabalho dos estagiários estava o mapeamento do contexto social da escola, e a apresentação de um trabalho final com características de investigação científica. Muitas interpretações e análises referiam-se ao cotidiano escolar e também às suas interfaces com a localização geográfica do bairro, suas conseqüências simbólicas, suas redes de poder e com os serviços circundantes.

A escola, no bairro, encontra-se em uma rede compreendida por escolas do Município e do Estado, incluindo diversos atores sociais: as Polícias, o Conselho Tutelar, as Redes de poder do bairro, em geral lideranças comunitárias, igrejas, movimentos culturais, além dos territórios do tráfico de drogas.

O trabalho de estágio representou a abertura de um campo de análises até então pouco convencional na psicologia e no seu aprendizado. É claro que todo trabalho psicológico de

intervenção, mesmo o mais conservador, envolve uma leitura mínima e um envolvimento com as condições institucionais e sociais locais, mas esse teve em um dos seus objetivos iniciais a cartografia² social de seu território.

As teorias lidas e abordadas nas supervisões acadêmicas e na elaboração do relatório final de estágio construíram um objeto de análise e intervenção inspirado nos conceitos de micropolítica, segmentaridade, territórios, máquinas abstratas, molar e molecular constantes na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari (GUATTARI, 1980; DELEUZE & GUATTARI, 1996/1998). Tais pensadores atravessam campos diversos e transversos das ciências humanas: a psicanálise, filosofia, a psicologia, as ciências sociais; complementando esses, o conceito de micropolítica, destes mesmos autores, será discutido e utilizado na interpretação do material empírico. A história da Restinga, suas características urbanas, conflitos, e, enfim, tentativas de descrever e interpretar um imaginável “modo de ser e subjetivar” restinguense levaram o aproveitamento da experiência ao lugar do estágio posterior, na Psicologia Clínica, em uma Unidade Básica de Saúde Municipal.

Os conceitos de Deleuze e Guattari, cuja complexidade de objetos e perspectivas os levaram a chamar sua análise de “esquizoanálise”, ou seja, uma análise ao mesmo tempo do social, do grupal, do antropológico, do político e de suas afetações e atravessamentos no singular, instrumentalizam o olhar do pesquisador a atingir vãos rasantes e ao mesmo tempo estratosféricos.

No trabalho cotidiano de observar uma escola, uma turma em sala de aula ou a reprimenda de um professor a um aluno, ou até mesmo o controle de entradas e saídas, é possível confrontar-se com aquilo que está enquadrado nas políticas molares da educação (macropolíticas), os currículos, dos regimes de trabalho e de filosofias pedagógicas, bem como a situação de um bairro construído em políticas de segregação urbana.

No entanto, na rebeldia dos alunos, na irritação dos educadores, nos pequenos conflitos entre mães, pais e a equipe diretiva é possível observar a reação dos sujeitos, as derivações da política, o *foco* onde é construída a resistência, exatamente no lugar da precariedade da política que se pretende absoluta e que, em determinados *pontos*, bem aparelhada, disciplinada e financiada, ela chega perto de seus ideais. Da Escola José do Patrocínio à Unidade Básica de Saúde da Restinga Velha o olhar do pesquisador-cartógrafo levou meus pés ao Conselho Tutelar e à Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, uma Rede que, ainda que majoritariamente composta por

² Cartografar remonta a uma tempestade... Tempestade de escolher rotas a serem criadas, constituir uma geografia de endereços, de registros de navegação, buscar passagens... Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegador, compondo multiplicidades e diferenciações. (KIRST *et ali*, 2003, p.91)

representantes de escolas e pelo Conselho Tutelar, sob a égide da macropolítica do Estatuto da Criança e do Adolescente, também era agenciada e gestada pelo provisório, pelo incerto.

O estudo buscava a compreensão de uma rede social através da Teoria dos Sistemas Vivos. Por sistema vivo entende-se aquele que, mantendo sua organização distinta por um observador (identidade sistêmica), realiza câmbios em sua estrutura (elementos constituintes) no processo de produção de si mesmo (autopoiese). Por serem abertos ao fluxo de matéria e energia, os sistemas autopoieticos realizam seus câmbios estruturais a partir de interações com outros sistemas, ou acoplamentos estruturais. Foi feita uma breve contextualização teórica a respeito das descobertas da física contemporânea, até a noção de redes autopoieticas, seu uso na psicologia social e institucional.

Foi escolhida como objeto de estudo a Rede Integrada de Serviços do Bairro Restinga, em Porto Alegre, através da observação de suas reuniões (diários de campo) e transcrições de suas atas, bem como documentos enviados pela e para a Rede como sistema. Foram analisados três momentos de sua autopoiese: sua constituição como espaço aberto e múltiplo, seus movimentos com fins organizativos (auto-regulação) e um acoplamento com outro sistema. Por fim, discutiu-se a importância da pesquisa, pela sua integração entre a teoria dos sistemas vivos e os conceitos de Santos (1999) sobre os movimentos sociais e suas relações com o Estado, além das relações entre regulação e emancipação.

Enfim, a Rede do E.C.A. demonstrava múltiplas formas de organizar-se, sem apresentar uma estrutura rígida, uma geometria estatal burocrática. No entanto, o desejo de trabalhar coletivamente na resolução dos diversos problemas referentes às variadas formas de violência, física, simbólica, ou ainda, difusa, que percorrem o cotidiano de boa parte da população da Restinga, transformou a precariedade e a desorganização em estratégias múltiplas de organização que mantiveram e ainda mantém a Rede funcionando por mais de dez anos.

A história de Porto Alegre mostra que nestas comunidades segregadas, vilas, favelas, cortiços, os moradores nunca esperaram sentados para que a máquina do Estado resolvesse seus problemas, até porque esta nunca foi capaz de fazê-lo nem mesmo nos bairros mais assistidos (WAILSELFISZ *et ali*, 2004).

Na Restinga, é grande a queixa com relação à ausência (ou ambivalência) do Estado no provimento de condições básicas de saúde, moradia, transporte, segurança, alimentação. O bairro foi construído por uma política pública de habitação inconclusa do Estado, possui boa parte de sua população infantil e adolescente em escolas, há postos de saúde, um centro comunitário (CECORES), e sua população é majoritariamente eleitora (IBGE, 2002).

Intervencionismo, assistencialismo e ambivalência geram frustração e prostração de uma parcela da população da Restinga, mas também iniciativa e ação em outra parcela importante. Por outro lado, existe uma queixa em relação à própria vinculação precária dos atores da Restinga e a uma suposta falta de participação. Na verdade, há uma grande rede de ONGs, movimentos sociais e cidadãos moradores e moradoras do bairro envolvidos em todo tipo de atuação que desenvolvem múltiplos modos de intervir e estratégias de organização.

Pude analisar a Rede Integrada de Atenção à Criança e ao Adolescente como um sistema auto organizado, autopoietico, que atua a partir de estruturas preexistentes do Estado, mas que constrói uma política própria, uma micropolítica. Foram relevantes, na ocasião, as idéias de Santos (1999), sobre o Estado que se enfraqueceu a partir da própria força, e da importante reação dos movimentos sociais, na clássica relação entre regulação e emancipação, autonomia e dependência³.

A rede se organiza em um processo *da ordem ao caos e do caos à ordem*, de instituições estatais formando uma rede heterogênea e da Rede heterogênea construindo modos de se organizar. Assim construí uma metodologia de observação e análise de redes sociais em três aspectos: sua constituição heterogênea (múltiplos atores, instituições e modos de participar), suas estratégias de gerenciamento (modos de funcionar) e sua efetividade, sua ação no contexto de intervenção (micropolíticas).

Após um período de latência do mestrado, no qual trabalhei como professor do curso de formação de policiais da Secretaria de Justiça e Segurança do RS, novamente recebi o convite, por uma parceria entre o então secretário de Segurança Municipal de POA e a Psicologia Social da UFRGS, para retornar à Restinga, desta vez para observar o trabalho dosicineiros populares do bairro na prevenção da violência juvenil.

A primeira versão do projeto de tese era analisar ao Plano Municipal de Segurança Urbana – Projeto Piloto Restinga. Ao entrar no curso de Sociologia, foram-me apresentadas muitas teorias sociológicas contemporâneas, talvez mais do que eu poderia absorver, e o mais importante, eu pude estudar nas disciplinas optativas todo o percurso da criminologia, desde o século XIX até a contemporaneidade.

Ainda que a culminância da criminologia contemporânea de esquerda fuja ao conceito de crime e siga rumo a uma complexidade crescente e à necessidade de etnografias e estudos mais finos e subjetivos, meu projeto de qualificação tinha como objetivo analisar as tecnologias sociais de prevenção da violência, através do trabalho dosicineiros da Restinga. A banca persuadiu-me a

³ Conforme Santos, (1999), a ser detalhado no capítulo 05.

não fazer isso, e a aprofundar os aspectos etnográficos do bairro e suas conflitualidades na educação dos jovens locais.

Novamente fui levado a mergulhar na complexidade das redes, através de minhas iniciativas próprias, mas também aproveitando a experiência de dois importantes projetos de extensão: “Vivenciando a Cultura na Restinga” e “Convivências”, ambos tendo como guia e plataforma uma nova rede social, integradora e gerenciadora de políticas sócio-educativas do bairro que, também, na precariedade, na heterogeneidade e no conflito, busca a autonomia, a autoorganização, a intervenção: o FERES (Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul).

O período em que estive conectado ao FERES foi o compreendido entre a criação de um Fórum das Escolas, uma reunião de professores de escolas com oficinairos para algumas oficinas e projetos em conjunto até a mudança de nome para FERES, em 2005, e a conquista de uma sede no mês de novembro de 2006. Tais movimentos levaram-me a comparar o FERES com a Rede do E.C.A. utilizando-me das metáforas dos estados físicos da matéria: “sólido, líquido e gasoso” (BAUMAN, 2001), e os câmbios entre tais estados, acompanhados por seus fluxos (DAL MOLIN e RIBEIRO, 2000).

A tese está estruturada em uma metodologia que implica, além dos diários de campo, na utilização de projetos de extensão como meios de obtenção de dados, a problematização do tema da juventude, da violência e das políticas públicas na contemporaneidade. A idéia original da pesquisa partiu da questão da violência juvenil, uma múltipla construção histórica do bairro Restinga, analisando os componentes da segregação urbana e das políticas ambivalentes, e da configuração simbólica (ELIAS&SCOTSON, 2000). A tese constitui, ainda, uma análise da gênese das redes sociais com as quais se trabalhou neste percurso do doutorado, bem como algumas de suas conflitualidades e uma descrição das ações e intervenções temáticas e pontuais destas redes, o que chamo de micropolíticas.

Pela inserção no contexto conflitivo entre a ambivalência do Estado e da contrapartida das redes sociais, o conceito de sistema, abordado na dissertação, dará lugar para o de campo de disputas e conflitos de Pierre Bourdieu (1989; 1996).

Indo ao encontro da idéia de uma sociologia da não linearidade, de José Machado Pais (2001), procuro trazer nesta tese uma construção estética e epistemológica, também pós-linear. Nos capítulos referentes à construção do objeto, a descrição dos projetos de extensão, da breve história da juventude e das políticas públicas, as várias versões da história da Restinga e o problema da segregação urbana, o ritmo da argumentação será linear, visto que são dados já estruturados da fonte. As etapas em que há o mergulho nas redes e na conflitualidade serão menos lineares, porque é sobre a precariedade e a mobilidade das redes sociais que meus argumentos se sustentam.

2- PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESE DE TRABALHO

PROBLEMA

Como, em um contexto de ambivalência da ação do estado são delimitados os campos de disputa envolvendo as políticas públicas da juventude. Também se procura investigar como as redes sociais do Bairro Restinga transversalizam este campo e desenvolvem micropolíticas sócio-educativas para infância, adolescência e juventude; de que maneira estas redes se organizam, quem são estes atores, quais são os principais conflitos das redes sociais do bairro e de suas políticas públicas.

HIPÓTESE

A segregação e o isolamento do bairro são componentes simbólicos importantes na ocupação de espaços intersticiais do Estado pelas redes sociais. Ainda que a problemática da violência criminal seja constante, as principais questões referem-se às formas de violência difusa e simbólica, bem como a atuação ambivalente do Estado. O modo de ação das redes e de seus atores é propor discussões sobre a problemática em geral do bairro e, neste contexto, surgem múltiplas formas de organização e mobilização, os quais podem ser comparados com os estados da matéria: o sólido, o líquido e o gasoso. As redes da Restinga produzem, nas conexões e desconexões com o Estado, ações micropolíticas. Estas conexões e desconexões demonstrariam a propriedade heterogênea da ação estatal e das próprias redes, em movimentos de autonomia e dependência, organização e desorganização, regulação e emancipação. Os campos de conhecimento e intervenção relativos a juventude, violência e políticas públicas são transversalizados pela ação das redes micropolíticas em espaços híbridos e heterogêneos, em três aspectos: multiplicidade, estratégias de organização e intervenção.

3- METODOLOGIA

3.1 Coleta e organização dos dados

A metodologia de análise constitui a organização de dados, através do software intitulado Programa NVIVO, o qual possibilita a alimentação de informações obtidas qualitativamente de maneira desorganizada, temporal e espacialmente, e sua categorização e recategorização contínuas. Os dados desta pesquisa aparecem de maneira difusa, porque pertencem a diferentes incursões no bairro: projetos de extensão, participação e colaboração em atividades, entrevistas, fotografias, filmagens, eventos, visitas, conversas, debates, mensagens enviadas a uma lista de discussões via e-mail, leitura de projetos como o plano de Segurança Pública Municipal, cronogramas de atividades e eventos, e alguns elementos provenientes de minha história anterior no bairro, como estagiário, durante o Curso de Psicologia da UFRGS e no mestrado.

A justificativa para isso é que as atividades anteriores no bairro delimitaram e possibilitaram as incursões na etapa oficial de coleta, que foi o ano de 2005, e seguem uma mesma linha de raciocínio e de descobertas.

A pesquisa do mestrado, por seu princípio de conexão, levou-me a outras redes da Restinga, inclusive quando teve sua dinâmica organizacional afetada pelo Plano de Segurança Pública Municipal, elaborado pelo então secretário Luíz Eduardo Soares, no ano de 2001. Na época, a Restinga foi escolhida como *locus* do projeto piloto deste plano, por ser uma comunidade de periferia, isolada geograficamente e urbanisticamente em relação ao restante de POA, assim como por apresentar elevados índices de homicídios (na sua maioria de jovens e relativos ao tráfico de drogas e de violência contra a criança e o adolescente). Este plano determinava uma série de intervenções na estrutura da segurança pública em Porto Alegre, apresentando como diferencial um mapeamento de instituições assistenciais e de movimentos sociais atuantes no bairro. Seu lema era “disputar menino a menino com o tráfico” (SOARES, 2001).

A criação de um Estúdio Multimeios, local de oficinas artísticas e produção cultural, mobilizou a comunidade na sua gestão e administração, também fomentando a criação de outros movimentos, um deles será examinado com detalhes aqui: o FERES: Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul. Usarei as mensagens de *mail* da Lista do FERES, onde são debatidas, planejadas, relatadas e avaliadas as atividades do referido Fórum e de outros movimentos, sua estrutura de gerenciamento e princípios. Através do FERES pude estabelecer contatos e aprofundar minhas etnografias no bairro.

Outro fator importante na metodologia foi a proposta de colaboração em algumas de suas atividades, feita no contrato estabelecido com o FERES: ofereci meus conhecimentos para dar

algumas oficinas sobre violência nas escolas e, em consequência, sobre o referendo da venda de armas e munições. Também colaborei para a inserção da Restinga no Projeto Convivências, do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da UFRGS.

Calculo que, entre projetos de extensão, oficinas, observações de oficinas, eventos do FERES ou sessões de rádio comunitária, reuniões dos Seminários e dos grupos temáticos, bem como seminários gerais e entrevistas, o total de visitas ao bairro tenha sido de 150. Entre mensagens de e-mails recebidas e enviadas da lista FERES, iniciadas em abril de 2005 e acompanhadas até novembro de 2006, acrescentadas às listas dos projetos de extensão, somam 3000 mensagens contendo *folders*, relatos de atividades de todos os grupos, debates, divulgação de eventos e intercâmbio de informações.

Este levantamento de mensagens de correio eletrônico é importante pelo fato de que, atualmente, o *e-mail* é considerado ferramenta fundamental em todos os grupos e projetos realizados no mestrado, neste contexto em que os interlocutores, na sua maioria, utilizavam-se desta tecnologia para relatar experiências, eventos, intervenções e, por vezes, discussões autoanalíticas referentes a seu papel no grupo, ao funcionamento da lista e das próprias estratégias de gerenciamento.

A primeira seleção do material de mensagens foi feita na própria coleta, através da filtragem de pequenas discussões cotidianas, marcação de encontros, discussões sobre horários, eventos ou assuntos externos à temática das listas (como futebol, por exemplo).

A segunda seleção implicou a captação de fatos relevantes ou notícias, relatos de eventos significativos feitos pelas próprias redes (incluindo os que eu mesmo redigi), bem como o envio de documentos, especialmente os projetos, cartas declarações e quaisquer mensagens que dessem conta de um plano geral das temáticas ou do próprio gerenciamento do grupo.

A terceira seleção foi uma categorização temática, proporcionada pela criação de nós (*nodes*) do NVIVO. Além do curso de extensão ministrado pelo professor Alex Teixeira (PPGS-UFRGS) e da disciplina sobre tecnologias informacionais, do prof. José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS), aproveitei também meus conhecimentos obtidos no trabalho de iniciação científica, sob a orientação do Prof William B.Gomes (PPG Psicologia, UFRGS), quando, para analisar entrevistas, utilizávamos as três etapas do método fenomenológico: descrição, redução e interpretação. Este processo era construído a partir da leitura das entrevistas e categorizações e recategorizações, em um programa mais antigo e simples que o NVIVO, o “The Etnograph”.

As observações de campo foram armazenadas em filmagens, fitas K 7, ou coletadas no programa de gerenciamento de e-mails chamado *Microsoft Outlook Express*. A transposição dos

dados ao NVIVO é feita pela transferência destes para o editor de texto Microsoft Word conversão para o formato R.T.F (Rich Text Format).

O NVIVO exige como requisito a abertura de um “projeto” (*create a project*), e, dentro deste, são abertos os documentos, pelo comando *browse a document*. Com o documento aberto, é feita a leitura e codificação, através da ferramenta *coder*. As categorias identificadas antes da entrada dos dados no programa são inseridas como pastas chamadas *nodes* (nós). O usuário procede a leitura do arquivo, enviando os textos categorizados para os nós abrindo a interface do *coder* e executando o comando *code*. Os nós previamente construídos são chamados “*tree nodes*”. A leitura do material pode levar à criação de novas categorias que podem ser posteriormente nomeadas, através da ferramenta “*free nodes*”. O NVIVO permite que dentro de cada nó sejam feitos os mesmos processos de criação de novas categorias, bem como o reagrupamento e intersecção destas.

Por força do hábito e também pelo caráter de alta complexidade dos dados coletados, apenas a ferramenta de criação e manipulação de “nós” foi utilizada e, mesmo assim, muitos assuntos foram categorizados e recategorizados várias vezes. A escolha final dos capítulos e temáticas da tese veio de uma interface entre a supervisão do orientador e a categorização do material e das informações processadas no trabalho de campo.

É preciso admitir que um risco foi assumido na escolha de uma multiplicidade tão grande de informações e sua transformação em dados foi um processo difícil, que talvez tenha dado um caráter superficial às análises, porém, foi um processo interessante epistemologicamente para, justamente, dar conta do conceito de rede e seus mecanismos.

Os diários de campo são também categorizações, mas que utilizam mecanismos de seleção provenientes das memórias do próprio pesquisador e seus processos evocativos e interpretativos. Muitos foram escritos no ônibus ou em momentos de exaustão, ao chegar de uma viagem às vezes de uma hora e meia de ônibus, na chuva ou no calor, para aproveitar a experiência recente; outros, também, após vários dias para aproveitar o esfriamento da reflexividade.

Alguns diários foram enviados por e-mail para listas e reabsorvidos, outros passaram meses confinados em pastas do computador, até serem relidos, revisitados e transformados em texto.

3.2 Diários de campo

Os diários de campo foram escritos de diferentes maneiras, aproveitando fluxos de inserção na comunidade e meus próprios *insights* teóricos e críticos. Muitos destes diários eram escritos por mail, ou para a lista do FERES, ou para lista do projeto “Vivenciando...”, ou seja, possuem um certo direcionamento a uma alteridade, são relatos compartilhados em rede.

Em algumas ocasiões, são descrições mais “objetivas” e, em outras, são quase como textos que mesclam leituras teóricas e já reflexões pensando no texto da tese. Eu mantenho este estilo de escrever desde os relatórios de estágio da graduação, talvez por minha tradição fenomenológica e minhas posteriores leituras de Maturana, colocando de forma explícita e totalmente radical o observador dentro da coisa observada, sabendo dos riscos, mas conscientizando o leitor deles. Minhas análises são análises de intensidade e meu método é intuitivo e em fluxos. Meu objetivo como pesquisador é refletir, recolocar, desconstruir e reconstruir.

Durante todo o curso de doutorado participei de dois projetos de extensão que foram importantes fontes de dados:

a) Vivenciando a Cultura na Restinga: parceria entre o FERES e o Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, através de um Edital do MEC SESU para formação de Educadores Populares. Durante dois anos, foram realizados encontros semanais com osicineiros, planejamento e execução de oficinas, produção de um vídeo e uma publicação escrita, contendo inclusive uma história da Restinga, contada por moradores mais antigos.

b) Convivências: iniciativa da PROREXT, da UFRGS. Nesse projeto, 10 estudantes de semestres iniciais, de cursos regulares da UFRGS, convivem em bairros ou comunidades, com uma permanência de seis dias. Nesse projeto, foram visitadas todas as principais unidades habitacionais do Bairro, os estudantes tiveram a oportunidade de conviver comicineiros e apresentar em seus relatórios suas impressões sobre a comunidade. Também foram feitos amplo levantamento fotográfico e filmográfico, com mais de 200 fotos e 6 horas de filmagem. Foi feito também um passeio ao Morro São Pedro e um programa inteiro na Rádio Livre.

4- CAMPO TEÓRICO E CONCEITUAL

4.1 Juventude, ambivalência e modernidade⁴

A juventude será problematizada aqui como uma forma exemplar do próprio sujeito contemporâneo, e suas relações ambivalentes entre o individual e o social, entre a liberdade e a coerção, entre a participação e a inércia. No presente condenado a repetir o passado de uma política habitacional moderna e higienista dos anos 60, são observadas ações sociais cuja dinâmica e complexidade só podem ser analisadas pela visão das redes e das micropolíticas, das formas de violência difusa, e da modernidade metaforizada entre estados da matéria, o sólido, o líquido e o gasoso. A juventude, então, é um território híbrido, inscrito nas teias do social. Nesta perspectiva, a construção do objeto de pesquisa parte de um campo social onde estão em jogo questões macrossociológicas, como relações de capital simbólico (BOURDIEU, 1999) dentro de um campo de disputas entre instituições estatais e paraestatais, como a educação, as políticas de segurança ou de juventude, a administração municipal, a comunidade organizada, as gangues e o tráfico de drogas. Mas, primeiro, vamos delimitar os diferentes campos e problemática da juventude e de suas políticas.

4.2 Uma Abordagem da relação entre juventude e modernidade advinda da literatura e do cinema

⁴ Somos modernos, contemporâneos ou pós-modernos? A expressão “moderno”, circunscrita ao terreno das artes, confunde-se com a Semana de Arte Moderna, e invoca personagens como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Anita Malfatti, e etc. Todos estudamos a semana de 1922 como um marco do modernismo no Brasil, e tal corrente artística e literária, inspirada pelo clima europeu da época, propunha-se a romper com padrões formais da arte, da literatura, da poesia.

E, talvez, seja este *zeitgeist* modernista que tenha construído a rede de significados que permeia o uso corriqueiro da palavra “moderno”, que significa o novo, o contemporâneo, que se confunde com o conceito estatístico de “moda”, que é a repetição de um mesmo fato, roupa ou tendência. Uma pessoa moderna costuma trajar-se de acordo com as tendências de seu tempo de seu contexto, de sua cidade, e ela deixa de sê-lo no momento em que não acompanha esse ritmo de intensas mudanças. Aquilo que é moderno não necessariamente está preso no tempo e no espaço, porque a moda pode ser “retrô”, a moda pode ser vestir-se com acessórios “das nossas avós” adquiridos em biques e brechós. Desta maneira, o suco corriqueiro da expressão “ser moderno” confunde com ser contemporâneo, ou “estar alinhado”.

Nas ciências sociais e na filosofia, a idéia de modernidade apresenta-se de uma forma mais restrita a um período no tempo e no espaço e a um determinado *modus operandi* daquilo que chamamos de “sociedade moderna”, ou como diz um grande pensador da modernidade, o sociólogo inglês Anthony Giddens:

“O que é modernidade? Como uma primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte :modernidade refere-se a estilo, costume de vida e ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens 1991)

Giddens observa a modernidade como um e conjunto de relações econômicas e sociais que surgiram com o iluminismo, a democracia e o fortalecimento do estados nacionais,

Autores da sociologia contemporânea, como Zygmunt Bauman (1999) e Anthony Giddens (1991) defendem que a pós-modernidade não significou o fim da modernidade, mas a relativização, a crise identitária e funcional das instituições modernas, a “Sociedade” e o “Estado”. A constatação é que há uma individualização das relações sociais e que o protagonismo da ação social não mais pertence apenas ao Estado, mas também aos movimentos sociais e instituições paraestatais. Conforme Bauman, a socialização partiria anteriormente da sociedade para os indivíduos; hoje o processo moderno se liquefez, distribuiu-se entre os atores sociais, por isso, também define a modernidade tardia como “modernidade líquida”, cuja solidez dissolve-se pelas redes sociais.

No Brasil, esta dinâmica se aplica pela desigualdade social e caráter histórico de precariedade e autoritarismo do Estado. Segundo Bauman (2005), o Estado retirou-se (ou foi retirado) da esfera da proteção social nos estados em que ele realmente funcionou como protetor, e em partes do terceiro mundo. A Modernidade Líquida é o passo seguinte da relativização do papel das instituições modernas, retomando à célebre frase de Marx: “Tudo o que é sólido se desmancha no ar” (MARX, apud BAUMAN, 2001). O processo de individualização não significaria, necessariamente, o enclausuramento do sujeito na sua individualidade, e sim, uma inversão do processo “sistema social-indivíduo” para “indivíduo-sistema social”.

As leituras de David Garland (2005) são muito semelhantes às de Bauman, considerando o papel do Estado “tardomoderno” nas políticas de controle criminal. Garland descreve, em “A Cultura do Controle”, o percurso da esperança na ciência e nos especialistas para o pragmatismo das respostas adaptativas e atuariais. Através de medidas que dão conta da sensação de insegurança, respondem a uma opinião pública sedenta por punição e resultados, ou também esquizofrênica e ambivalente na execução de múltiplas tendências, inócuas em um contexto considerado de normalidade e banalização do crime.

Após examinar o conceito de ambivalência em Bauman, também utilizarei o mecanismo de ambivalência das políticas de segurança de Garland; no entanto, primeiramente, pretendo abordar a idéia de um escritor inglês que, nos anos 60, soube descrever e sintetizar, em um filme, as políticas criminais da modernidade ambivalente.

4.3 A modernidade espreme os sujeitos

Alex - É estranho, quando assisto a estes filmes sobre sexo e ultraviolência, sinto esta sensação horrível e tenho vontade de morrer.

Enfermeira - Claro! A violência é realmente ruim. E seu corpo agora está aprendendo isso. (BURGESS,1999)

Anthony Burgess, no prefácio escrito a uma edição espanhola de sua mais famosa obra “Laranja Mecânica”, fornece uma interessante explicação para este título: a idéia de “Laranja” representa algo vivo, mole, orgânico, sensível, e “Mecânica” denota uma máquina dura e fria que a espreme. A junção dos termos representaria a relação do indivíduo com o Estado e suas instâncias disciplinares e repressoras.

“Laranja Mecânica” relata a trajetória de Alex, 14 anos, que podemos chamar de “jovem em conflito com a lei”; não apenas com a lei, mas com instituições como a Escola, a Família, a Polícia, enfim, o “mundo adulto” ou a sociedade responsável por sua tutela, uma sociedade na qual os jovens vestem roupas de uma mesma moda e falam gírias constituintes de um dialeto próprio, o “Nadsat”. Durante a noite, os grupos juvenis dominam as ruas, impondo seu poder simbólico e sua maioria. Alex e seus três comparsas, após ingerirem uma espécie de leite “turbinado” com diversos tipos de drogas, seguem uma trajetória do que chamam de “ultraviolência”: pequenos roubos, estupros e conflitos com grupos rivais.

Nas agitadas noites do bando de Alex, a “ultraviolência” é uma grande diversão, um ritual conjunto de jovens irreverentes e perversos. Alex, além das aventuras noturnas, é apaixonado por música, e o som de Beethoven provoca efeitos semelhantes a uma droga estimulante; mora com os pais e está matriculado em uma escola que pouco frequenta, por não conseguir acordar cedo, após suas noites de “ultraviolência” que lhe rendem dinheiro, diversão e *status*.

Cansados de pequenos furtos, os colegas da gangue de Alex o convencem a realizar um roubo maior: o assalto a uma mansão onde vive uma mulher solteira e solitária. Alex, o líder, é o primeiro a entrar na mansão e, diante da reação da vítima, é traído por seus companheiros e pego pela polícia. Seus delitos anteriores não deixavam rastros, inclusive aquele que se tornou uma cena clássica da história do cinema; Alex e sua turma invadem a residência de um escritor e, estuprando violentamente sua esposa, deixam seqüelas irreparáveis. Traído pelos colegas, é preso e espancado de forma humilhante na delegacia, e encaminhado para uma penitenciária de segurança máxima. Nesta etapa, narra como entrou em contato com os homens mais perigosos da sociedade e como acaba assassinando outro preso, colega de cela.

Como apreciava música erudita, consegue, ainda na prisão, trabalhar como auxiliar do capelão, preparando os hinos da missa e lendo os evangelhos diariamente.

É neste momento do livro que tem início o conflito explícito entre Alex e o Estado Moderno, no qual as forças subjetivadoras das máquinas sociais exercem sua pressão disciplinadora sobre a máquina-viva que protagoniza a história. O capelão imaginava que aquele jovem, aparentemente bem comportado, estava se tornando um bom cristão, mas, na verdade, ao ler o Novo Testamento, Alex alimentava suas fantasias perversas imaginando-se como legionário, dando chibatadas em Jesus Cristo. A imaginação ambivalente do jovem Alex processava de maneira singular aquilo que deveria curá-lo.

Dada a superlotação dos presídios e a possibilidade da vinda de presos políticos ao sistema carcerário, o Ministério do Interior, responsável pela segurança, resolve usar da ciência psicológica para erradicar o crime, a partir do método Ludwig de condicionamento, do qual Alex é voluntário. O método, inspirado nas teorias Behavioristas de modificação de comportamento pelo emparelhamento de estímulos, consiste em amarrá-lo em uma cadeira de cinema, em cuja tela seriam passados filmes sobre ultraviolência e sexo, sendo injetada em seu corpo uma substância, a qual provocava extremas náuseas e uma sensação de morte. A partir de uma associação de estímulos, Alex, ao pensar em sexo ou violência, estava condicionado a ter estas sensações até parar de pensar.

Curado e libertado, o jovem, ao sair da prisão, confronta-se com a crueldade da sociedade que não o perdoou por seus crimes. Inclusive a sua família o substituiu por um filho *adotivo*. Seus antigos colegas de crime tornam-se policiais, torturando-o e espancando-o. A máquina estatal o processou, mas as suas Redes de sociabilidade não se configuraram para recebê-lo. Alex acaba por cair nas mãos de um grupo de oposição ao governo, que tenta usá-lo, mas acaba falhando, pois seu chefe é um escritor que havia sido sua vítima e que, agora, tenta matá-lo.

Novamente nas mãos do Estado, Alex sofre uma cirurgia no cérebro e retorna à sua vida anterior, com uma nova turma de amigos. Uma noite, sua nova turma o convida para cometer crimes como de hábito, mas Alex recusa, e acaba encontrando um velho amigo, agora já adulto, casado, não falando mais gírias, o que o faz pensar que o crime já não tinha mais graça, e que estava na hora de “construir uma nova vida”.

É interessante observar o trajeto de Alex por todas as instituições disciplinares modernas: Igreja, Presídio, Ciência, Escola, Família e, até mesmo, a que é apontada como criminogênica: o grupo de pares, ou gangue. E mais, ainda que todas o tenham assimilado, torturado ou tentado influenciar, de certa forma, elas fracassaram. Ele sempre mostrou resistência, que também tinha poder sobre elas, e que seu trajeto como “Laranja” espremida pelas máquinas sociais mostrou o esquadrinhamento evidente da tentativa da modernidade e seus aparelhos formatadores, como apresenta Bauman:

Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo projeto, manipulação, administração, planejamento. A existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes (isto é, possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de administrar a existência: o direito de definir a ordem e, por conseguinte, pôr de lado o caos como refugio que escapa à definição.

A prática tipicamente moderna, a substância da política moderna, do intelecto moderno, da vida moderna, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão - e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido. (1999, p. 15).

No meio de sua trajetória, pressionado e manipulado pelo poder do Estado, Alex expressa sua condição: “sinto-me como uma laranja mecânica”, potência ambivalente, expressão da vida sob a forma da violência em conflito com potências governamentais disciplinares e modernas, medidas curativas e punitivas da modernidade igualmente violenta.

É importante destacar que, ao final da história, Alex resolve abandonar o crime a partir de reflexões alheias a todos métodos subjetivadores aos quais foi submetido. Este fato, por um lado, pode trazer à tona uma alusão à sociedade disciplinar moderna; por outro, demonstrar ironicamente que, mesmo com toda a carga institucional, foi a própria vontade do sujeito que “o curou”, em uma demonstração de autonomia. A *Laranja* ambivalente mostrou-se um ser vivo. Sobre isso, Burgess comenta um fato curioso, e bastante significativo nesta argumentação: o livro foi escrito em 21 capítulos, porque 21 anos representa a maioria legal e, no final, ao encontrar um dos integrantes de sua antiga gangue, mais velho, casado e que abandonou as noites de travessura e as gírias, Alex é levado a refletir sobre a falta de sentido da violência, e adquire discernimento sobre seus atos e seu papel social.

O interessante é que o editor norte-americano optou por cortar este último capítulo; na sua ótica, não haveria qualquer possibilidade de Alex deixar sua vida de crime, e tal final seria inverossímil. Entretanto, Stanley Kubrick (1972) utilizou a versão censurada para fazer sua versão cinematográfica.

Bauman escreve, em “Modernidade e Ambivalência”, que a contemporaneidade é mais um refluxo da modernidade do que propriamente uma “pós-modernidade”. As instituições modernas, educacionais, científicas, fabris, buscavam sempre o controle, a previsibilidade, a ordem ou a pureza. No entanto, os sujeitos submetidos a elas sempre foram ambivalentes: o manicômio cura o louco, mas o faz às custas de sua subjetividade; a prisão só é eficaz, porque mantém o preso isolado; a modernidade se concretiza em um fracasso de instituições que intentam ser socializadoras, mas o homem-máquina cartesiano só existe nos livros.

A ciência moderna funda-se nos mecanismos de classificação, ou de ordenação e seriação. A segregação é resultante de processos sócio-cognitivos modernos. A partir de um plano técnico-científico é possível determinar quem são os bons e quem são os maus, os criminosos natos, ou aqueles cujas condições econômicas certamente vão tornar-se

delinquentes; e o papel da ciência é justamente evitar isto. Para construir uma sociedade organizada é necessário exercer o controle sobre seus cidadãos, sua saúde, seu modo de existência, suas fraquezas, e poder intervir, curar, eliminar aquilo que foge à regra. Reduzir ao máximo a ambivalência: para isso trabalham as máquinas modernas.

No período moderno, a ciência classificatória e os grandes projetos de engenharia social pareciam, para seus idealizadores, como a única alternativa. Hoje, a tendência é que a ambivalência seja considerada pela sociedade, que se reconheçam as limitações do mundo moderno. As instituições tais como a Escola, o Manicômio, as Prisões, embaladas no sonho moderno da cura, da reabilitação e da socialização plena, encontram-se em crise com relação a seus próprios ideais, mas não quer dizer que tenham chegado ao seu ocaso. Saímos da sociedade crente em um Estado protetor, e entramos no mundo da novidade, da incerteza e da mudança rápida; mudemos nosso modo de funcionar, toleremos mais a diferença, e talvez possamos construir uma sociedade plural que conviva com a diferença.

Aplicando as idéias de Bauman (1999) ao contexto da criminologia contemporânea, o criminólogo inglês Jock Young (2002) fala sobre os problemas da inclusão social em uma perspectiva moderna. Até que ponto, em uma sociedade não mais tutelada exclusivamente pelo Estado, no qual múltiplos atores e redes sociais entram no jogo político e social, pode-se falar em inclusão em termos modernos? É por isto que Young dá o título de seu livro “A Sociedade Excludente”, argumentando que os mecanismos de inclusão do Estado geram, em contrapartida, outros mecanismos de exclusão.

É nesta perspectiva que será observado aqui o conceito de juventude, como categoria ambivalente, móvel e instável, absolutamente referida ao contexto múltiplo do que significa “jovem”, em especial no Brasil, país em que a questão da juventude é inicialmente relevante em termos de rebeldia e participação política na sociedade e na contemporaneidade, surgindo como símbolo de *status*, alienação e consumo, referindo-se às suas categorias “incluídas” ou de violência e destruição em suas categorias “excluídas”.

Ainda no contexto das políticas criminais, Garland utiliza-se da noção de ambivalência ao referir-se ao conflito e à discrepância entre os projetos elaborados pelos gestores eleitos, sua utilização nos meios de comunicação e a execução destas políticas pelos técnicos que lidam diretamente com a complexidade da realidade. Esta apropriação do conceito de ambivalência é fundamental nesta tese, pois eu acrescentaria este conflito dos gestores “da realidade” àquelas políticas criadas e executadas, no caso das específicas dos bairros de periferia, pelos próprios sujeitos.

É aqui que entra a idéia de micropolítica. Utilizando a metáfora de Bauman, o “Estado jardineiro” errou a mão nos agrotóxicos e não fez as podas na hora certa. É nesta perspectiva que

atuam as redes sociais, como ervas daninhas em um jardim, aquilo que Michael Hardt e Toni Negri denominam *biopolítica*, a política das redes feitas de moradores e trabalhadores, dentro e fora da burocracia estatal, a multidão.

4.4 Estado, redes e movimentos

As conflitualidades entre o poder público estatal e as redes pode ser expressa como um jogo entre macropolíticas que geram ressonâncias micropolíticas, e micropolíticas conectadas na reivindicação de macropolíticas. A complexidade temática abordada pelo FERES em seus eixos de intervenção representa a capacidade de aderir a projetos diferentes e traz sua característica mais marcante como movimento reticular.

A segmentaridade do isolamento do bairro possibilitou uma globalização dos parceiros envolvidos, e a antiga dualidade entre a “Universidade e a comunidade” diluiu-se nos universitários, os quais participam da vida política da Restinga, mesmo provindos de diferentes pontos da cidade. Outra segmentaridade recente, a do Partido dos Trabalhadores e seus vários anos de gestão, que inicialmente representou decepção, também fez com que as redes compreendessem que o Estado não necessariamente é governado pelo partido, ou que pelo menos a necessidade de obter recursos e parcerias pode transcender a conflitos anteriores.

Nos espaços intersticiais de políticas públicas e máquinas administrativas, as redes escavam túneis e percorrem caminhos subterrâneos. É nebuloso o terreno de políticas públicas da juventude ou educacionais, ou dependentes de mecanismos viciados da democracia representativa, com seus cargos de confiança, seus anos eleitorais e suas mega-máquinas politizantes e politizadoras. As redes se auto-produzem em velocidades imensuráveis, solidificando-se, liquefazendo-se, evaporando-se, enquanto o Estado e suas instituições estão presos à cronificação. O que compete às redes, para que movimentem máquinas defensoras de direitos humanos, de melhores condições de moradia, de visibilidade positiva na mídia, de acesso à cultura, é transformar sua aceleração em velocidade, e sua velocidade em atrito. Mas este processo paga o preço da liberdade; ele é difícil, árduo, pedregoso, e mesmo quando os benefícios aparecem, eles dependem do ponto de vista de quem analisa as redes.

O ciclo global de lutas desenvolve-se na forma de uma rede disseminada. Cada luta local funciona como nodo que se comunica com todos os outros modos, sem nenhum eixo ou centro de inteligência. Cada luta mantém-se singular e vinculada as suas condições locais, mas, ao mesmo

tempo, está mergulhada na rede comum. Esta forma de organização constitui o exemplo político mais plenamente realizado de que dispomos do conceito de multidão. (HARDT e NEGRI, 2005, p.340)

As configurações sociais observadas na tese apresentam configuração em rede, ou seja, conexões e nós que integram e potencializam práticas. As idéias funcionais de horizontalidade, liderança, cooperação e ausência de hierarquia trazem uma imagem de algo que é composto por diversas linhas, mas que estas linhas, por seus pontos de convergência.

Estabelecer um plano de circulação de saberes e fazeres, e que cada instituição possa, como recurso, buscar e fornecer informações ou assessoria, bem como também fornecer tais informações é tentar democratizar, de forma redistributiva, o conhecimento e as próprias práticas, criando um espaço virtual comum.

Pode-se estender essa questão para o âmbito dos modos históricos de organização societária. A organização dos seres humanos em estados nacionais manifestou-se, de diversas formas. Essas formas são territórios decorrentes da necessidade de organização, obtidas em um contrato social, que pode ser entendido por Santos, como:

a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Os critérios de inclusão/exclusão que ele estabelece vão fundar a legitimidade da contratualização das interações econômicas, políticas, sociais e culturais. A abrangência das possibilidades de contratualização tem como contrapartida uma separação radical entre incluídos e excluídos. (SANTOS, 1999 p.34)

Como se está entendendo aqui as redes entidades micropolíticas, creio que Santos traz interessantes análises do Estado Moderno e suas transformações contemporâneas, apresentando elementos organizativos fundamentais e suas mudanças estruturais ao longo das transformações sociotecnológicas do capitalismo.

Em sua análise, o autor apresenta o contrato social como surgido em uma série de tensões: entre regulação e emancipação social, entre o direito natural e o civil, em critérios de inclusão e exclusão. Santos prossegue sua análise mostrando que a gestão controlada do contrato social apresenta três pressupostos chamados metacontratuais:

1-Regime Geral de Valores - onde estão incluídas as noções de bem comum e vontade geral;

2- Sistema comum de medidas - relações de espaço-tempo, monetarização;

3-Espaço-tempo privilegiado - onde estão as delimitações do território estatal, a área de abrangência de sua atuação burocrática e a formação de uma identidade nacional.

Estes pressupostos seriam mantenedores de uma organização contratualizada, caracterizada pela legitimidade da ação governamental, o bem estar econômico e social, a segurança nacional e individual, e uma identidade coletiva, o que tornaria o estado a principal arma das lutas pelo bem comum.

Para a manutenção desta organização contratual, são necessárias certas constelações institucionais (macropolíticas):

- 1- Socialização da economia - através de leis trabalhistas, relações salariais, seguridade social e a centralidade do estado, atuando em relação às transformações do capitalismo, agindo em uma segunda constelação;
- 2- A politização do Estado - tornando-se este um Estado providência, ou estado desenvolvimentista, estatizando a regulação do capitalismo e criando uma tensão entre este e para a democracia;
- 3- A nacionalização da identidade cultural, entendida como importante para a estabilidade dos critérios de socialização;

Os elementos estruturantes do contrato social, por sua vez, também irão existir em uma tensão entre ordem e desordem, entre liberdade e organização. Não há controle sem descontrole, “leis sem ilegalismos”, poder “sem resistência”, controle criminal sem crimes incontroláveis.

Santos (1999), aponta para os limites da contratualização. A inclusão social como critério do Estado, por exemplo, apresenta como limite a exclusão, ou seja, com o contrato social surgem as desigualdades contratuais, como a relação entre periferia, centro, semiperiferia, interior-capital. Os movimentos entre incluídos e excluídos são relações fundamentais para a constituição dos sistemas políticos, sendo que, o outro limite que o autor observa no contrato social é que a politização e democratização da esfera estatal acabaram acarretando em uma despolitização da esfera não estatal.

As grandes tensões, ou acoplamentos destrutivos às quais os estados contratuais submeteram-se, por toda sua característica de sistema aberto e dinâmico, trouxeram o que é chamado de crise, ou transição paradigmática. Eis algumas destas tensões, segundo o autor:

- 1- A idéia de fim da sociedade;

- 2- A proliferação caótica de poderes (ou seja, a formação de subsistemas atuantes dentro do estado, como vírus);
- 3- Desaparecimento das noções fixas de tempo e espaço, muito devido às novas descobertas científico-tecnológicas, que teriam causado uma explosão no mercado e nas relações de consumo;
- 4- Instabilidade sistêmica;

Na contemporaneidade, tais formas de organização são transformadas pelo próprio desmantelamento de muitos Estados Nacionais (especialmente os do terceiro mundo), vistos como ameaça a certos interesses do mercado "globalizado", e controlador de uma máquina midiática anexadora.

A configuração dominante da esfera política hoje é a mídia com essa estrutura triangular - mídia, sondagens, eleição - onde cada ponto reforça ao outro. As pesquisas reforçam a mídia, a mídia reforça as pesquisas, que reforça a eleição e por aí vai, numa estrutura fechada a três. É uma espécie de estrutura em estrela onde se tem um centro, que parte lá de cima e depois uma periferia na base (LÉVY 1996).⁵

Santos estende sua análise até a passagem de um estado politizado e que acolhia seus cidadãos para um estado ao mesmo tempo liberal e autoritário, cuja força acabou por determinar seu próprio fortalecimento, à medida que seus atores trabalharam para diminuir sua influência. Desta forma, por determinação do próprio estado, as leis trabalhistas, por exemplo, são flexibilizadas e as relações empregatícias passíveis de livre negociação entre os grandes portadores do capital com os cidadãos desprotegidos pela legislação.

A concentração da atividade política no ato de votar e nos partidos políticos cristalizou o poder nas maiores e mais ricas campanhas, e a defesa dos direitos do cidadão, bem como a educação e o combate à violência foram concentrados em um setor público burocrático e ambivalente entre a cidadania e as respostas adaptativas assistencialistas, punitivas, eleitoreiras. O Estado contemporâneo pós-contratual, através do uso da sua força, acabou por produzir sua fraqueza.

O contrato social parece ter sido uma maneira que a espécie humana construiu para estabelecer regras de convívio comum a todos, por meio da linguagem e do fazer. No entanto, o domínio social do Estado pode gerar interações destrutivas, que não permitam movimento em rede de matéria e energia.

⁵ LÉVY, Pierre A Emergência do Ciberespaço e as Mutações Culturais <http://www.portoweb.com.br/PierreLevy/aemergen.html> s/d

Para Maturana e Varela(2001) e Maturana(1999), biólogos chilenos autores que escrevem sobre educação e política, é fundamental que, em qualquer relação social, a ética, entendida como a reflexão da legitimidade da presença do outro, constitui em um alicerce da organização. Dentro da teia da vida, não é possível viver sem a presença da rede de relações. Em uma reunião de seres humanos em que na vida não há amor (e amor é entendido pelos autores como ética, alteridade e respeito), não é possível sustentar a rede da vida implícita nas redes sociais que formam o estado, sem pensar nas interações que sustentam a vida.

A concentração de poder, dinheiro e informação, em um sistema social humano, implicam a formação de concentrados dentro da rede, grandes máquinas que executam acoplamentos destrutivos com outras máquinas. A destruição, bem como o controle desta destruição, concentradas em um só ponto, implica que este ponto subjuga os demais, os coloca em uma relação não de diferença, mas de inferioridade..

Voltando ao paradoxo entre a força e a fraqueza do Estado (SANTOS, 1999), este assume a tarefa de destruir a si mesmo sem consultar seus cidadãos. O Estado pós-contratual rompe unilateralmente seu elo com o cidadão, que por ele era assistido, e não se reconhece mais como unidade reguladora, deixa para que os cidadãos regulem-se entre si a si próprios. Surgem, então, da desregulamentação forçada, a possibilidade tanto de uma transferência do poder do Estado para grandes corporações que substituem a sua regulação pelas leis do fluxo de capital, quanto de uma democracia redistributiva ou participativa. Para Santos, a flexibilidade do Estado, que a princípio pode denotar desordem ou ineficácia, apresenta a possibilidade de que o cidadão possa retomar seu controle. O diagrama social apresenta aqui maiores conexões entre o real e o possível.

Apresenta-se, então, dentro do caos gerado pelo fim da concentração estatal, uma forma horizontal de funcionamento em que os cidadãos, os pequenos grupos, as comunidades, que decidem, a partir de cooperação e discussão, o tipo de investimento que o Estado deve fazer. A regulação dos sistemas sociais passa de um combate entre formas, em que ele funciona, ora por concentração de poder por delegação hierárquica, pelo voto e acumulação de capital, ora pela formação de sistemas baseados em cooperação, em que o outro está sempre incluído, pois o poder encontra-se nas necessidades da vida:

Num espaço público em que o Estado convive com interesses e organizações não estatais, cuja atuação coordena, a democracia redistributiva não se pode confinar à democracia representativa, pois esta foi desenhada apenas para ação política nos marcos do Estado. (SANTOS, 1999, p. 40)

Novamente na radicalidade de seu pensamento, o autor (2000) diz que a democracia representativa não apresenta mais as poucas virtualidades políticas de outrora. Nas novas condições, a democracia redistributiva tem de ser democracia participativa, e a participação democrática tem de incidir tanto na atuação estatal de coordenação como na atuação dos agentes privados, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais cujos interesses e desempenho o estado coordena.

Entre os fatores explicativos da ação coletiva orientada para a participação na gestão pública destaca-se a existência de uma rede associativa relativamente densa. Tal rede associativa, entretanto, só será potencializadora da participação na medida em que for composta por agentes comprometidos com a sua produção, capazes de contraporem-se de forma efetiva às práticas de organizações da sociedade civil que orientam sua atuação por outros referenciais opostos à participação... (KUNRATH SILVA, 2001, p.124)

É importante fazer uma comparação desta dualidade entre o estatal e o não estatal, e o entendimento de que o Estado seja um instrumento de controle direto da esfera não-estatal, ou até mesmo uma parte de uma complexidade maior chamada “social”, com as relações contemporâneas do controle criminal de David Garland (2005) e Jock Young ⁶ (2002). Estes dois autores também demonstram a abertura do Estado Moderno a uma outra complexidade nas políticas de controle do delito, pelas contribuições da mídia, de movimentos representativos de segmentos sociais:

Em outras palavras, não faz sentido democratizar o estado se, simultaneamente, não se democratizar a esfera não estatal. Só a convergência dos dois processos de democratização garante a reconstituição do espaço público de deliberação democrática. (KUNRATH SILVA, 2001 p.37)

Santos observa, então, uma nova contratualidade, ou uma pós-contratualidade, onde é possível a formação de sociabilidades alternativas, uma reintegração da noção de bem comum, na

⁶Segundo Jock Young (2002):“Trata-se de um movimento da modernidade para a modernidade tardia, de um mundo cuja tônica estava na assimilação e na incorporação para um mundo que separa e exclui” (p.15)

“Um mundo em que, como argumentarei, as forças de mercado que transformaram as esferas da produção e do consumo questionaram inexoravelmente nossas noções de certeza material e de valores incontestes, substituindo-as por um mundo de riscos e incertezas, de escolha individual e pluralidade, e de uma precariedade econômica e ontológica profundamente sedimentada” (p.15)

“Mas trata-se de uma sociedade propelida não apenas pelo aumento da incerteza, ms também pelo aumento da demanda. Pois as mesmas forças de mercado que tornaram nossa identidade precária e nosso futuro incerto geraram um aumento constante das nossas expectativas e cidadania, engendrando, o que é muito importante, um sentido disseminado de demandas frustradas e desejos não satisfeitos” (p.15)

“Um mundo de certeza aparente deu lugar a um mundo de pluralidade, debate, controvérsia e ambigüidade. E enquanto os comentadores do começo dos anos 1960 deploraram a conformidade da era, os anos subsequentes experimentaram desordem, rebelião e criminalidade ascendente disseminadas, apesar do aumento continuado das rendas médias e das tentativas mais comprometidas de construir uma sociedade mais satisfeita e ordeira” (p.16)

qual o estado não seria mais o responsável único, e sim, mais um parceiro. Eis alguns princípios destas sociabilidades alternativas:

1. Solidariedade (conhecimento como emancipação), abertura para pensamentos alternativos;
2. Reinvenção da deliberação democrática, tornando o conhecimento como ação importante no processo social;
3. Capacidade de desvio, ou seja, a realidade não se reduz àquilo que existe, ela deixa margens à utopia, à ação turbulenta de um pensamento com turbulência;
4. A reinvenção de um espaço-tempo de deliberação democrática, a partir de um novo contrato social, que inclui a natureza;
5. Por fim, há um princípio de modificação nas relações de trabalho, cuja diretriz mais interessante é a de congruência entre cidadania e trabalho, ou seja, devemos trabalhar para o nosso bem e de nosso semelhante.

Ainda que represente uma diluição do poder estatal, democracia redistributiva só é possível a partir de conexões reticulares à máquina estatal, estratégias de conflito e enfrentamento no campo de poder.

Será examinada a seguir a relação conflitiva entre a ambivalência do Estado e seus conflitos com a ação das redes sociais através da utilização do conceito de Pierre Bourdieu (1989) de poder simbólico, e das configurações de campo que as disputas deste poder ocorrem. O isolamento e a segregação urbana, exibidos a seguir no capítulo da gênese da Restinga delimitaram um campo específico de disputas, onde ocorrem redes de poder entre ações do estado e da comunidade e suas interpenetrações

4.5 Campo de disputas e poder simbólico

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma- é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989,p.07)

A Restinga pode ser observada à luz da teoria de Pierre Bourdieu. Suas características de isolamento e seus conflitos entre Estado e cidadãos, e entre as políticas públicas e as redes sociais demonstram haver uma intensa disputa de capital simbólico, cultural, político.

Bourdieu coloca o problema do poder simbólico a partir do debate acerca do poder na época e em particular pela tentativa de apresentar o balanço de um conjunto de pesquisas sobre o simbolismo numa situação escolar de tipo particular pelo ano de 1973. Aqui também é enfrentada uma questão referente a campos de disputa no ambiente escolar, e a um diagrama específico gerado pela ambivalência do Estado.

Ele diz o seguinte acerca do poder: “...é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão ou mesmo que o exercem (1989, p.13)”.

Bourdieu situa os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas de acordo a tradição idealista e como estruturas estruturantes pela análise estrutural.

Então chega a sua primeira síntese onde diz que, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica e supõe uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as diferentes perspectivas em disputa.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”, tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social o que ajuda na reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração “moral”. A escuta aos diferentes sujeitos que atuam nas redes da Restinga fez emergir a construção do bairro como um símbolo de isolamento, e a divisão entre as metades⁷ “Nova” e “Velha, como o desenho representativo do conflito entre a ação do estado organizada e planejada e as falhas operacionais e micropolíticas destas ações

Posteriormente, Bourdieu fala das produções simbólicas como instrumentos de dominação em uma perspectiva marxista, sem antes salientar que a tradição desta escola do pensamento social privilegia as funções políticas dos “sistemas simbólicos” em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnoseológica.

Sistemas simbólicos considerados como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre outra

⁷ A ser esmiuçada no capítulo 06

(violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a “domesticação dos dominados” segundo Weber⁸.

Que é o campo? O campo (*espaço*) de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as diferentes construções de valores. A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização.

O poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma força invisível e indizível, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e que se reproduz a crença. Para Bourdieu (1996) na noção de campo o capital financeiro ou econômico não é mais o fator principal para a análise das redes de poder. As disputas por saber, status, poder político, etnias e espaços de intervenção configuram relações entre o que o autor chama de capital cultural, ou simbólico.

No campo de disputas atravessado pelo poder simbólico, as redes acontecem, o Estado lança suas pautas e gera padrões que irão distribuir-se e reverberar nos campos de disputa. Na Restinga o Estado intervém com seu poder simbólico superior, que inclui o econômico e o burocrático. Os moradores, lideranças comunitárias, funcionários públicos formam subcampos de disputa na sua atuação, nas intervenções e nos conflitos com a própria máquina estatal.

Como complemento às idéias de Bourdieu, no processo de observação destes conflitos nos diferentes campos estão as redes. E nos efeitos destes conflitos simbólicos acontece a micropolítica.

4.6 Redes, rizomas, macropolíticas e micropolíticas

QUADRO 01 DECÁLOGO DAS REDES (obtido no *site* da Rede de Informações sobre o Terceiro Setor www.rits.org.br)

- I. **Autonomia:** Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.
- II. **Valores e objetivos compartilhados:** O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns.
- III. **Vontade:** Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade.
- IV. **Conectividade:** Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.
- V. **Participação:** A cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir.

⁸ apud Bourdieu, 1989.

VI. Multiliderança: Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.

VII. Informação: Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação.

VIII. Descentralização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.

IX. Múltiplos níveis: Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

X. Dinamismo: Uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica e em movimento, que ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. Uma rede é multifacetada. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova.

As cidades, bairros, escolas, comunidades podem ser comparadas a tapeçarias ou peças de vestuário. Em uma primeira impressão pode-se observá-las como unidades simples e isoladas, no entanto, a complexificação do olhar e a observação mais aguda tornam visíveis as redes que compõem e desenham os tecidos. O conceito de rede na observação das máquinas sociais é capaz de desvelar conflitos e processos, tais como de exclusão, violência e de relacionamentos interpessoais.

Para discutir o conceito de rede, é preciso pensar que, como diz Fritjof Capra (1996), “quando olhamos para a vida, estamos olhando para redes”. A idéia de rede, operacionalizada nesta pesquisa, pode ser expressa por um domínio de relações entre elementos de uma multiplicidade que ocupam tanto a posição de partes constituintes quanto de operadores, que conservam em si tanto a repetição (a coletividade), quanto a diferença (as especificidades possíveis). Redes são momentos múltiplos, singulares e coletivos, sociais e individuais, espaciais e temporais (DAL MOLIN & FONSECA, 2007).

A ambigüidade das redes e a volatilidade manifestam-se no fato destas poderem ser, ao mesmo tempo, macropolíticas e micropolíticas, assim como elas podem ser abertas ou fechadas. O exemplo do decálogo acima é o de um conceito ideal de rede, uma formação discursiva.

Na dissertação de mestrado (DAL MOLIN, 2002), analisando a Rede Integrada do E.C.A., num espaço de reunião das entidades do bairro que, desde 92 se mantém, ainda que praticamente sem nenhuma institucionalização, formas voláteis de organização e nenhum vínculo burocrático, pude estabelecer três formas de manifestação da rede, do mais amplo ao mais restrito.

1-A rede como o todo do bairro Restinga (uma rede virtual);

2-A rede como o espaço criado pelas reuniões e fóruns, bem como as intervenções das redes no bairro (uma rede atual);

3-A rede como o círculo interno das entidades mais engajadas, participativas e presentes (um devir-rede).

Estas formas de manifestação das redes são importantes operadores na análise de qualquer outra, atualizadas pelas especificidades organizacionais, pelo grau de vinculação e comprometimento:

- 1- Redes em estado gasoso: as possibilidades de conexões e parcerias, representando a abertura.;
- 2- Redes em estado líquido: intervenções mais pontais no bairro, ocupação de espaços, múltiplas estratégias de gerenciamento;
- 3- Redes em estado sólido: organograma, cronograma e tendências à institucionalização.

Além destas, diversas outras redes aparecem integrando a Restinga e suas instituições, como redes de telecomunicações, entre escolas, instituições de saúde, assistência social, entre os próprios moradores da Restinga, operando em movimentos de multiplicação, integração e conexão.

A rede possível encontra sua forma de expressão em enunciados gerais, como a explicitação escrita de suas expectativas, funções, atribuições e regras, como as encontradas no decálogo, envolve os enunciados metafóricos, como “estar na rede”, “trabalhar em rede”. O plano do real já apresenta o acontecimento em si, a rede conectada exatamente naquele momento, suas múltiplas formas de estruturar-se e organizar-se elegendo coordenações, marcando reuniões, horários, estabelecendo locais.

A rede maior da Restinga pode ser entendida como todas as entidades corporais ou não conectadas através do padrão em rede ou, separadamente, pelas suas reuniões quinzenais, suas atas, sua coordenação seus locais, suas entidades mais vinculadas. Resumindo, no plano do possível, temos, aproximadamente, 70 entidades assistenciais e movimentos sociais, bem como qualquer cidadão que porventura queira acessar as redes e fazer parte delas. No plano real, uma reunião da rede pode ser um acontecimento em que participem, por exemplo, apenas as escolas, ou apenas as entidades de assistência, apenas oficineiros.

A constituição de um país pode ser capaz de informar sobre a organização de uma sociedade, mas a sociedade manifesta-se também autonomamente, constituindo diferenças,

transgressões, progressos. Em uma rede, mesmo que o princípio seja de multiliderança, há a possibilidade de existir uma única liderança; mesmo que haja democracia, nem sempre ela atende aos interesses de todos; mesmo que a rede exista em algum momento para dissipar informações, ela própria pode retê-las. A multidão mobiliza-se em rede, em pontos de concentração, a extremos de organização, mas, também, de uma hora para outra em movimentos evasivos e dispersivos, “desmancha-se no ar”.

Kunrath Silva (2001) coloca a dificuldade da participação popular pelo poder do Estado em intervir politicamente e contaminar esta participação. As Redes observadas aqui são pontos de concentração de conflitos neste processo entre o Estado e os cidadãos, na questão da autonomia e possibilidade de ação.

Não é objetivo aqui trabalhar a questão dos movimentos sociais em si e suas construções teóricas, afinal a dinâmica estabelecida epistemológica é lidar com o conceito puro de rede⁹ e de micropolítica; mas, é interessante observar que, na classificação produzida por Gohn (2006), pelas idéias de rede e micropolítica, este estudo está inserido na temática dos Novos Movimentos Sociais:

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de explicações mais conjunturais, localizados em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes da realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política, etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas, etc. (GOHN, 2006, p.15)

A autora coloca Félix Guattari e Gilles Deleuze, bem como Foucault, Habermas e Touraine, como representantes desta corrente teórica, que discutiu os novos movimentos sociais:

Guattari se deteve na análise específica de movimentos sociais, os chamados alternativos ou adeptos da contracultura outras maneiras de conceber as relações entre a vida cotidiana, trabalho, economia do desejo, etc. Para aquele autor, os movimentos sociais não se caracterizariam pela busca do consenso, mas pela busca de uma intervenção analítica. Esta questão remete também à problemática da autonomia. O fundamental é a produção contínua de uma ação contínua de dissidência analítica sobre a sociedade, inclusive sobre os partidos e sindicatos, possíveis parceiros de uma aliança. Tal dissidência analítica é uma das bases da formulação dos movimentos como representações e conjuntos de idéias e novos valores atuando sobre a sociedade (GOHN, 2006, p.136)

⁹ Qual será o conceito “puro” de rede? Arrisco em afirmar que é o resultado do intenso percurso de perseguir as conectividades que permitem a as estratégias de organização das multiplicidades.

Guattari e Deleuze descrevem uma dinâmica do social como um plano de *segmentaridades duras e segmentaridades flexíveis*, sendo o Estado um organizador centralizante (de políticas chamadas molares, ou seja, que formatam e homogeneizam. No entanto, as segmentaridades molares, sobrecodificadoras, ressonam nos corpos, nas máquinas sociais, nas subjetividades desejantes.

Um projeto político de governo expande-se em uma rede burocrática, envolvendo cargos de alto escalão, cargos de confiança, funcionários públicos e o público em geral atingido pelo projeto, homens, mulheres, crianças, jovens de diferentes procedências e ideologias. A expansão nestas redes complexas de diferentes modos de organização e de segmentaridades produz conflitos e linhas de fuga, micropolíticas, que se conectam reticularmente: “do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares” (Deleuze&Guattari, 1996,p.94). As linhas de fuga são ações desejantes, produções micropolíticas no plano da análise e da intervenção (BAREMBLITT, 1998)

Um importante livro que aborda de forma empírica estas questões micropolíticas, molares, e moleculares, é uma coletânea de artigos e ensaios de Guattari intitulada: “A Revolução Molecular”, que será trabalhada também a seguir, para discutir o conceito de oficinas. A esquizoanálise possibilita uma leitura transversal e múltipla dos campos de disputa, das resistências e das produções maquínicas e rizomáticas:

Não se trata, como podemos perceber, de uma nova receita psicológica ou psicossociológica, mas de uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir-mulher, devir criança, devir-velho, devir-animal, planta, cosmos, devir invisível-tantas maneiras de inventar, de “maquinar” novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura (GUATTARI, 1980, p.139)

As políticas do Estado encontram ressonância no plano estriado das linhas de fuga. Na minha concepção, a idéia de micropolítica e segmentaridade, de Deleuze e Guattari, são operadores similares às idéias de Bauman (1999, 2001), de modernidade e ambivalência, e de Garland (2005), relativas à ambivalência das políticas de controle criminal, dicotomizando as políticas entre as políticas públicas (sujeitas à imprensa e às eleições) e os seus administradores¹⁰.

¹⁰ Conforme Garland, (2005) “Las iniciativas de políticas públicas son frecuentemente reactivas, desencadenadas por eventos particulares y deliberadamente partisanas. Como consecuencia, tienden a ser apasionadas e improvisadas, construídas em torno a casos impactantes pero atípicos y a estar más preocupadas de ajustarse a la ideología política y a la percepción popular que al conocimiento experto o las capacidades comprobadas de las instituciones. En cambio, , el administrador, que puede y debe concentrarse en los intereses de una organización particular, actúa en un marco

Os autores franceses forjaram uma concepção de rede em “Introdução: Rizoma”¹¹, comparando o modelo estrutural analítico com as árvores, com tronco sólido e impermeável, e as linhas de fuga com rizomas, que são conjuntos de raízes, bulbos, ervas daninhas.

Da mesma forma que são utilizados aqui como operadores conceitos da química referentes aos estados da matéria, também Guattari e Deleuze lançam mão da química para descrever a dinâmica macro/micropolítica, quando abordam as relações entre as linhas molares (macro) e moleculares (micro).

O que chamamos de molar, refere-se a mol, e um *mol* é, quimicamente falando, uma referência quantitativa, representado pelo número de Avogadro, que é 60,2 seguido de 21 zeros. Como o número de átomos de sódio ou moléculas de NaCl (cloreto de sódio) em uma pitada de sal é gigantesco, ou seja, repete uma mesma coisa em larga escala, criou-se um artifício matemático para facilitar os cálculos, o mol. O mol é um codificador que facilita cálculos, para evitar um excesso de números. Em vez de multiplicar dois números já imensos, pode-se expressar “dois móis”, ou 2M. No entanto, estabelecendo o mecanismo entre o as grandezas molares e moleculares, notamos que um mol, em uma reação química, necessita ser um mol “de alguma coisa”, que necessariamente será diferente do mol de “alguma outra coisa”. As moléculas são expressas em termos de diferenças entre as unidades químicas. Na verdade, quando contamos qualquer coisa, estabelecemos uma relação molecular-molar, associando a coisa contada com o número em que se apresenta. Quando uma política pública da juventude ou um plano de segurança pública são construídos, os gestores imaginam os jovens como uma categoria de cidadãos na faixa entre os 15 e 24 anos, bem como, no caso do uso das estatísticas da violência, o que conta são as estatísticas de crime. A execução das políticas públicas nasce e é divulgada em um plano molar, podemos pensar, por exemplo, que uma política pública da juventude que contemple no seu escopo a violência juvenil será divulgada como um conjunto de estratégias e ações para retirar o jovem do caminho da criminalidade. No plano molecular, podemos considerar a multiplicidade de funcionários públicos, movimentos sociais e as diferentes relações que existem (ou não) entre juventude e violência.

temporal más prolongado y opera a una distancia mayor de la prensa y el escrutinio público.(...) El administrador posee un enfoque más realista de los procesos y resultados de la organización y un mas rápido acceso a la información de base acerca de sus costos y consecuencias. Su preocupación primaria se refiere al núcleo del trabajo organizacional: el flujo de actividad, las decisiones más frecuentes, los casos típicos. La opinión pública, la política partidaria y la preocupación apasionada sobre los casos excepcionales son consideradas distracciones perturbadores con respecto a la misión organizacional central (p.192). Na minha concepção, Garland se aproxima da idéia de micropolítica.

¹¹ DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol 01. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Esta idéia de rizoma será trabalhada mais adiante no capítulo 08, quando será descrita uma sessão de Rádio Livre

A constituição e organização das redes observadas nesta tese apresenta uma dinâmica molar/molecular bem com a procedência e formação de seus integrantes, mostra uma confluência de saberes e fazeres “acadêmicos”, populares, de interações entre escolas e projetos sociais, governamentais ou não governamentais, tecnologias artesanais ou informacionais. Ainda que, em alguns momentos, estas redes ajam em oposição e assumam uma postura de queixa e decepção com o Estado e com as políticas molares, a sua atuação é, por fim, no sentido de ocupar espaços intersticiais, de prosseguir por afetação e por ressonância, construindo novos planos na relação entre autonomia e dependência.

4.7 Juventude

Chama a atenção o fato do historiador Eric Hobsbawm, em sua obra “A Era dos Extremos” (1994), chamar o século passado de “O Breve Século XX”, referindo-se explicitamente ao caráter juvenil deste período que, para este autor, foi de 1914 (início da Primeira Guerra Mundial) até 1991 (a Queda do Muro de Berlim). Um século de 77 anos, no qual, segundo ele, nunca a humanidade atingiu tanto desenvolvimento científico, tecnológico e humanitário e, ao mesmo tempo, foi protagonista de tantos massacres em larga escala.

O sonho da união duradoura entre o Estado e a Ciência Moderna foi possível nos “anos dourados” do pós-guerra, pelo menos nos países centrais. No entanto, nos países periféricos, o chamado “Terceiro Mundo”, este Estado benfeitor foi executado parcialmente, gerando grandes desigualdades sociais.

A explosão populacional, a ampliação do ensino em todas as classes (ainda que deficiente), o aumento da expectativa de vida e a grande expansão urbana iniciada no século XX foram o “caldo de cultura” para que uma nova categoria social, composta por sujeitos intermediários, entre a infância dependente e a idade adulta, autônoma e ciente do seu papel provedor na sociedade: um pouco mais crescidos para serem tratados como crianças, nem tão autônomos ou responsáveis para serem chamados de adultos.

Grupos etários não são novidade nas sociedades, e mesmo na civilização burguesa uma camada dos sexualmente maduros mas ainda em crescimento físico e intelectual, e sem a experiência da vida adulta, já fora reconhecida. O fato de esse grupo estar se tornando mais jovem em idade à medida que tanto a puberdade quanto as alturas máximas eram atingidas, mais cedo (Floud et al; 1990) não mudava, em si a situação. Simplesmente causava tensão entre os jovens e seus pais e professores, que insistiam em tratá-los como menos adultos do que eles próprios se sentiam. O meio burguês

esperava que seus rapazes – diferentemente das moças- passassem por um período de turbulências e “cabeçadas” antes de “assentar-se”. A novidade da nova cultura juvenil era tripla. Primeiro, a ‘juventude’ era vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. Como no esporte, atividade em que a juventude é suprema, e que agora definia as ambições de mais seres humanos do que qualquer outra, a vida claramente ia ladeira abaixo depois dos trinta. Na melhor das hipóteses, após essa idade restava um pouco de interesse. O fato de que isso não correspondesse, de fato, a uma realidade social em que (com exceção do esporte, algumas formas de diversão e talvez a matemática pura) poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, provava, uma vez mais, que o mundo estava organizado de forma insatisfatória (HOBSBAWN, 1994, p.319).

O mundo econômico e político, até 1970, ainda era governado por uma “gerontocracia” do pós-guerra, resquício ainda do velho mundo, sendo o modelo de líder político e empresário bem-sucedido o senhor distinto, de gravata e chapéu, o pai de família provedor. Hobsbawn (1994) comenta que a segunda novidade gerada pela cultura jovem é uma entrada em massa na sociedade de consumo, a criação de uma moda jovem nas vestimentas, nas roupas, nas atitudes e nos modos de falar.

Na citada obra “Laranja Mecânica”, Anthony Burgess faz questão de enfatizar o caráter diferencial das subculturas juvenis: tomam conta do ambiente noturno, bares, boates, espaços abertos, usam roupas totalmente bizarras e falam idiomas distintos, compostos por gírias, as quais são praticamente intraduzíveis, inspiradas em idiomas distintos do inglês. E é esta também a terceira novidade da juventude: a internacionalização da cultura jovem – o *rock and roll*, o *blue jeans*, a televisão e a expansão da cultura cinematográfica Hollywodiana. Ainda que a hegemonia cultural neste sentido fosse dos EUA, os movimentos contraculturais contribuíram para a mundialização da música caribenha, indiana, o *folk* americano e o recém iniciado *heavy metal* inglês.

Nunca a indústria fonográfica cresceu tanto, e a difusão da cultura jovem atingiu os quatro cantos do planeta, dos mais ricos aos mais pobres. A “jovem cultura jovem” surgia para questionar a cultura e a política do mundo adulto, até então dominante:

A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de crianças ou mesmo de adolescentes (ou seja, adultos ainda não inteiramente amadurecidos), negando ao mesmo tempo humanidade plena e qualquer geração, acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional (...).

Ninguém com a mínima experiência das limitações da vida real, ou seja, nenhum adulto, poderia ter idealizado os slogans confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de maio de 68, nem do "outono quente" de 1969 “tutto e subito”, “queremos tudo e já (Albers, Goldschmitt & Oehlke, 1971, pp 58 e 184) (HOBSBAWN, 1994, p.318).

Santos (1994), ao analisar a expansão das universidades e escolas, especialmente no século XX, também enfatiza o papel destas como fomentadoras da cultura jovem. A Modernidade gerou um amplo contingente da população, submetido a uma condição provisória de “estudantes”, não mais sob a tutela absoluta dos pais, mas também não com a autonomia e o poder decisório.

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são, portanto, relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha que “estar na sua” com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro dos grupos de pares e subculturas (HOBSBAWN, 1994 p.323).

Atingindo seu ápice revolucionário nos anos 70, a morte de John Lennon (autor da frase célebre “o sonho acabou”), no início dos anos 80, a juventude como categoria política parece ter entrado em colapso no mundo capitalista. Os movimentos *dark*, *new wave*, e a industrialização e estigmatização do *heavy metal*, bem como a expansão radical de uma cultura puramente *pop* e comercial acabaram por converter a juventude em uma categoria puramente consumista, pessimista e alienada, se comparada com a explosão inicial dos anos 60 (CARMO, 2003).

Os anos 80 e 90 foram uma verdadeira explosão comercial da cultura jovem tornando-se esta globalizada e, com os constantes avanços da medicina estética, a difusão do *fitness* e da medicina preventiva, ocorre um fenômeno de juvenilização da sociedade. Quem marcou seu território durante uma época, hoje parece comandar a sociedade globalizada. A juventude parece expandir-se, até serem quais e indistintas suas características próprias; começa a compartilhar com o mundo adulto o drama do desemprego, da desregulamentação e da instabilidade.

Uma parte desta população jovem, mais explicitamente a do terceiro mundo, ainda que cada vez em sintonia global com as demais culturas, sentia na carne o problema da desigualdade e da pobreza. A partir dos anos 80, mesmo nos países centrais, o sonho dos anos dourados começa a ruir, e o Estado de Bem-Estar social é colocado em cheque nas duas maiores potências econômicas do Mundo, os Estados Unidos, de Reagan, e a Inglaterra, de Margaret Thatcher.

A abertura dos mercados internacionais, a desregulamentação das relações de trabalho, a derrocada da extinta União Soviética e a simbólica queda do muro de Berlim, abalaram as estruturas socioeconômicas no primeiro mundo.

Ao acabar-se o Breve Século XX, os governos e a ortodoxia ocidentais concordavam em que o custo da seguridade social e da previdência social públicas estava demasiado alto e tinha de ser reduzido, e a redução em massa de emprego nos até então mais estáveis setores de ocupações terciárias- emprego público, bancos e finanças, o tecnologicamente redundante trabalho de escritório de massa- tornou-se comum. Não eram perigos imediatos para a economia global contanto que o relativo declínio dos velhos nos velhos mercados fosse compensado pela expansão no resto do mundo, ou que o número global dos que tinham rendas mais crescentes aumentasse mais do que o resto (HOBSBAWN, 1994, p.550)

A transição da sociedade, no Século XX, entendida como a realização do sonho moderno, marcada pela disputa ideológica entre esquerda e direita, entre capitalismo e socialismo, é analisada, em consonância com as leituras históricas de Hobsbawn, por sociólogos como Anthony Giddens, Scott Lash e Ulrich Beck (1997), Löic Wacquant (2001) e por criminólogos como Jock Young (2002) e David Garland (2005). A revolução tecnológica e pós-fordista multiplicou o chamado desemprego estrutural, uma forma de desemprego na qual não são gerados novos postos de trabalho.

O mundo de inclusão da modernidade e do *welfare state*, foi, e ainda é, gradativamente substituído por uma sociedade excludente e globalizada, de padrões de consumo e estilos de vida reproduzidos em diferentes países e diferentes classes sociais, mas o acesso em termos econômicos é restrito. Esta crise vai ser sentida nos estudos criminológicos, já a partir dos anos 60, quando a expectativa da redução das taxas de criminalidade com a melhoria do emprego e das condições de vida não se concretizaram e, muitas das teorias geradas por um século de pesquisas criminológicas, em especial as que se referiam às gangues, e à delinqüência juvenil, acabaram também por entrar em crise.

Fatores como renda, desemprego, classe social ou acesso a serviços básicos, ainda que importantes em conjunto, não se mostravam como determinísticos do comportamento criminoso. A crise moderna é também uma crise de unificação ideológica, de identidade. Não que estas não existam, mas ficam cada vez mais difíceis de padronizar. Escreve Jock Young:

(O mundo do sonho moderno) Era um mundo consensual cujos valores essenciais estavam centrados no trabalho e na família. Era um mundo inclusivo: um mundo uno, concorde, em que a tônica estava na assimilação seja de faixas cada vez mais amplas da sociedade (a baixa classe operária, mulheres e jovens), seja de imigrantes adentrando uma sociedade monocultural. Era um mundo em que o projeto modernista era pensado em meio a uma atmosfera de sucesso”. (2002, p.18-19)

Os limites da inclusão e da exclusão pareciam bem delimitados, sendo o mundo da inclusão um patamar seguro e linear, de crenças sobre o futuro e sobre o desenvolvimento crescente e objetivo da sociedade. As instituições inclusivas, como a Escola, a Universidade, o Emprego, a Ciência, no seu avanço inexorável, pareciam levar consigo toda a humanidade.

Bauman, recentemente, publicou um livro chamado “Vidas Desperdiçadas” (2005), no qual coloca que o sonho moderno do pós-guerra nunca foi concretizado, porque o número de pobres, miseráveis e desempregados estruturais nos países centrais, quanto nos periféricos, nunca parou de crescer, e nos últimos anos, mesmo nos países centrais, esta população cresce e torna-se visível.

Segundo Anthony Giddens (1991), a modernidade tardia tem a marca da precariedade nas relações humanas, políticas e econômicas. A escolaridade média e o curso superior não são mais garantias do emprego e da vida economicamente estáveis, a máquina do Estado não parece ser mais capaz de prover os pobres e miseráveis da adequada proteção social, pelo menos não daquela desejada e, quase possível, da chamada “era de ouro”, e nem perto disto, em grande parte da África e da América Latina.

Em um mundo de pluralidade, crise de identidades e insegurança ontológica, como podemos ser capazes de pensar no jovem como categoria social, identitária e alvo específico de políticas públicas, sendo que, além de a população jovem hoje predominar, ela é relativa em termos demográficos a fatores econômicos, culturais, geracionais. Como, então, delimitar uma categoria identitariamente precária e estabelecer políticas públicas específicas para esta categoria.

Vejamos o que diz a UNESCO:

Mas, quais são esses ciclos? Apesar da diversidade de abordagens, o debate não é muito intenso em relação ao limite inferior. De fato, para estabelecer a idade de início da juventude se observa um razoável consenso em dar prioridade aos critérios derivados de um enfoque biológico e psicológico, no entendimento de que o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas representa uma profunda transformação da dinâmica física, biológica e psicológica que diferencia o adolescente da criança. No entanto, no estabelecimento do limite superior surgem dúvidas. As fronteiras da juventude em relação à fase adulta são de fato difusas.(UNESCO, 2004, p.23)

Retomando a análise do filme “Laranja Mecânica”, como, em um contexto em que o Estado ocupa um papel ambivalente no controle social, sendo excludente em suas estratégias de inclusão e precário nas suas políticas, em especial no Brasil, podemos pensar em juventude e em políticas públicas?

A próxima etapa é uma breve problematização do conceito de jovem e como ele se insere nas políticas públicas, questionando também quem e de que maneira executa as políticas públicas

da juventude no contexto Brasileiro. Ainda que as vicissitudes do conceito de juventude sejam muitas, podemos imaginar que a juventude, em termos epistemológicos, seja uma categoria múltipla e complexa, mas em termos metodológicos, sociológicos e psico-sociais esta complexidade é reduzida a uma problemática social grave e urgente, tanto que atualmente mobiliza um contingente mundial de investigadores e de atores sociais.

4.8 Políticas da juventude

Os atores sociais observados nesta pesquisa, constituintes de redes de sociabilidade, que executam políticas públicas no Bairro Restinga atingem a um público específico de jovens, em sua maioria negros, pobres e que vivenciam uma complicada realidade, no que tange a serviços oferecidos pelo poder público em seu bairro. Estes grupos também, entre outras “categorias etárias” são formados por jovens que foram alvo de políticas públicas um pouco mais antigas.

Uma das mais importantes organizações, que trabalha as questões da juventude no Brasil, é a UNESCO. A organização abriu seu escritório no Brasil em 1964, no Rio de Janeiro, e mudou-se para Brasília em 1972. Hoje, o Escritório da UNESCO em Brasília conta com escritórios em várias capitais brasileiras. Atualmente, a UNESCO financia e apóia projetos e execução de políticas públicas da juventude, acompanhamento e evolução destas políticas além da realização e publicação de pesquisas demográficas sobre perfil e situação dos jovens brasileiros.

No campo da juventude, em políticas públicas, é importante aqui o trabalho de autores como Miriam Abramovay, Julio Jacobo Wailsefitz, Mário Garcia Castro, Fabiano Lima, Mario Volpi e Leonardo Pinheiro. Além da UNESCO, outros pesquisadores e instituições destacam-se, como Regina Novaes do ISER, Helena Abramo (Fundação Perseu Abramo), Cecília Coimbra, Esther Arantes (UERJ, Grupo Tortura Nunca Mais).

No Rio Grande do Sul, Carmem Oliveira, após exonerar-se do cargo de diretora da FASE, publicou uma das obras mais completas sobre violência juvenil e encarceramento, chamada “Sobrevivendo no Inferno”, parafraseando a música do grupo de rap Racionais. Boa parte dos dados e conceitos apresentados a seguir foram, basicamente, obtidos destes pesquisadores e instituições.

O primeiro obstáculo epistemológico que o pesquisador da juventude encontra é: quem são os jovens, ou, o que é jovem, ou até mesmo: no que a juventude se diferencia da “idade adulta”, ou da “infância”, ou mesmo da “terceira idade”?

Vejamos, então, como abordam o tema os pesquisadores da UNESCO, na introdução do livro “Políticas Públicas de/para/com Juventudes”:

O termo 'juventude' refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero. Convencionalmente, para comparar a situação de jovens em distintos contextos e fazer um acompanhamento da evolução no tempo, se estabelecem ciclos de idade.(UNESCO, 2004, p.23)

O conceito de juventude envolve fatores relacionados com o ciclo natural da vida, com o surgimento de uma categoria social e econômica e com a abstração de uma qualidade referente ao “novo”.

Os ciclos de idade são importantes, principalmente, na análise do jovem como categoria sociológica e também na execução de medidas legais. No caso da constituição vigente e do Estatuto da Criança e do Adolescente, os ciclos são definidos como: até 11 anos, infância, dos 12 até os 18 adolescência. Na lei brasileira, o voto é permitido aos 16 anos e a maioridade legal, idade da imputabilidade penal e da permissão para conduzir veículos automotores. Aos 25¹² anos, é permitida a compra de armas de fogo, de acordo com o novo estatuto do desarmamento. As leis delimitam graus de tutela legal, em ordem crescente de autonomia. No entanto, as leis não são capazes de reger a economia cotidiana ou o desenvolvimento humano biológico ou psicossocial, e é neste interstício que a categoria jovem se sobrepõe e se expande, atravessando a adolescência e ingressando na idade adulta.

Em termos de infância e adolescência, os parâmetros demográficos e de pesquisa são regulares, mas na categoria juventude há muitas divergências: no Brasil, em termos demográficos, a convenção é de 15 a 24 anos em geral, no caso de áreas rurais ou de vulnerabilidade social é incluída a população de 10 ou 14 e em estratos médios e urbanizados são incluídos os grupos de 25 ou 29 anos. Nos países mais desenvolvidos, com maior expectativa de vida média os limites são elevados e decresce nos menos desenvolvidos de menor expectativa.

Martins (2002), analisando os jovens no contexto da reestruturação produtiva, coloca que o critério mais comum é o adotado pela Organização Internacional do Trabalho, que considera a juventude em dois períodos: o da adolescência, compreendido entre os 15 e os 19 anos, no qual, supostamente, é obtido o grau de escolaridade que possibilita o ingresso no mercado de trabalho, e outro dos 20 até os 24.

¹² Governo Federal, Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, (estatuto do Desarmamento), acesso em 15/07/2005

Podemos identificar a infância e até mesmo a adolescência, com critérios biológicos, ainda que a segunda seja ainda um período também polêmico e conturbado e o limite superior do que podemos chamar de juventude é ainda nebuloso, pois a juventude é mais do que propriamente um ciclo, é um adjetivo, um atributo, um devir-jovem.

Hoje convivemos com várias imagens contraditórias sobre a juventude. Como lugar de expressão do bem, seu valor simbólico positivo se expressa através da valorização da beleza, da saúde, da coragem da capacidade de indignação. Todos querem permanecer jovens. Fisicamente, procura-se adiar o envelhecimento. Mentalmente, busca-se permanecer jovem de espírito. Mas, a “juventude também é vista como o lugar privilegiado para a expressão de todo o mal-estar social. Traz inquietações e evoca problemas sociais tais como a violência, ócio, desperdício e irresponsabilidade” (NOVAES, 1998, p.05)

A grande maioria dos autores, e as pesquisas confirmam, que a juventude não é uma categoria homogênea, e o próprio critério difuso para defini-la, em termos de amostragem populacional, é um exemplo disso. Existem diferentes categorias juvenis, referentes ao ambiente socioeconômico e cultural onde este jovem está inserido, e estamos falando aqui de acesso qualitativo e quantitativo aos serviços essenciais e à renda, aos diferentes grupos étnicos, às diversas configurações do espaço onde o jovem habita. Enfim, há uma multiplicidade de fatores que tornam a categoria jovem um objeto complexo e multifacetado de análise.

Em 1998, o ISER (Instituto de Estudos Religiosos) publicou a comunicação “Juventude, Conflito e Solidariedade”, originada de um ciclo de debates, do qual participaram mais de 20 movimentos juvenis e ONGs que trabalham com jovens do Rio de Janeiro, além de representantes de todo tipo de cultura juvenil: Jovens do MST, Jovens Cristãos, Movimentos Negros, Meninos e Meninas de Rua e até mesmo a Juventude Hare Krishna. Estes movimentos se expandem pelo Brasil inteiro, e Regina Novaes, nesta mesma publicação, afirma que, paradoxalmente, esta multiplicidade traz à tona as questões comuns da juventude que, de certa forma são experimentadas pelas outras categorias de “não jovens”: consumo, participação política, drogas, cuidados com a saúde, relações de gênero, violência, desemprego e qualificação para o trabalho, etc.

Podemos, também, classificar o jovem brasileiro em algumas categorias, separando-os por classes e condições socioeconômicas (TAVARES DOS SANTOS, 2004):

➤ A “juventude dourada”, geralmente pertencendo às classes altas e médias altas, e às etnias de cor branca;

- A “juventude em transição”, composta por jovens, de modo amplo, que se situam nas classes média e média baixa, em sua maioria de cor branca e amarela, mas com uma parcela de negros e pardos;
- A “juventude dos descamisados”, membros das classes populares, residindo nas periferias das grandes cidades, com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros, indígenas);
- A juventude dos “meninos de rua”, membros das classes baixas e excluídas das grandes cidades, também com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros, indígenas) e os “menores infratores”, uma população de jovens que cometeram algum tipo de delito e passam a viver sob algum tipo de sanção penal.

Uma das diferenciações que podemos fazer da juventude para o “mundo adulto” é funcional, ou seja, pelo fato de a maior parte da população jovem estar “em formação”, em idade escolar ou universitária, afinal, a maior e mais identificável e tradicional das categorias juvenis é a dos estudantes. O jovem e o adolescente são considerados como estando em um processo de socialização, mas afinal, quem não está em processo de socialização? Na contemporaneidade, vivemos em uma era das precariedades das relações identitárias, na qual emprego, educação e classe social não mais são garantias inexoráveis de estabilidade e segurança, tanto para jovens como para adultos.

Tendo as características positivas da juventude como ápice do desempenho físico e mental, bem como sua irreverência e multiplicidade, referenciadas nos modos de vestir e agir, sua transitoriedade se encaixa na velocidade das relações no contemporâneo. No entanto, se a instabilidade e a precariedade se manifestam naqueles que têm mais acesso a melhores condições de vida, esta incerteza irá exacerbar-se entre os mais vulneráveis.

Ainda que para vários autores a juventude enquanto segmento social tenha se configurado neste século, como consequência do prolongamento do período escolar e das necessidades de uma preparação formal para a entrada na vida adulta e do trabalho, sua visibilidade social remete a conflitualidades, principalmente urbanas, que emergiram sob forma de rebeldias, revoltas e situações consideradas de delinquência (NETO & QUIROGA, 2000, p.221-222)

Se a transgressão e a rebeldia são atributos considerados universais na juventude, independente da condição sócio-econômica, como não irão se manifestar naqueles que, em uma sociedade supostamente democrática e de igualdade de oportunidades, vivenciam justamente a

desigualdade e a vulnerabilidade social? De que maneira poderão comportar-se jovens pobres, mas que convivem cotidianamente com a proximidade física ou midiática da riqueza e o acesso, senão a serviços essenciais, a bens ou padrões de consumo reverenciados por todos? Como, em uma sociedade com excesso de expectativas, podemos lidar com a carência de oportunidades? Para Oliveira (2001 p. 39) [...] “o consumo passa a ser signo de inclusão, mas também de destituição daqueles que são, potencialmente, não consumidores”.

Daí deriva que muitos delitos, como o roubo de objetos de marcas famosas, podem ser analisados como uma forma de adquirir algo que vá sustentar um tipo de reconhecimento e aproximação social.

O que desafia hoje a sociedade e o pensamento social é, portanto, a compreensão dessas novas linguagens trazidas pelos jovens pobres. Continuar lendo-as pelos códigos das transgressões, do desvio e principalmente pelo da criminalidade urbana representa, a nosso ver, uma miopia que nos impede de captá-las e nos imobiliza para encontrar novas saídas no campo social (NETO & QUIROGA, 2000, p.234)

4.9 Os jovens, as gangues e a violência

Afinal, quem são os jovens infratores e violentos? Que tipo de perigo eles representam para a sociedade? Colocando melhor a questão: para quem eles representam o perigo e quem se beneficia disto? Nesta questão, grandes pesquisadores do tema entram em uma celeuma: Alba Zaluar (2004), baseada na obra de Norbert Elias (1999), representa uma corrente que acredita que os jovens que cometem homicídios, estupros, latrocínios e se envolvem com o crime organizado apresentam um “etos guerreiro”, uma total desconsideração pelo outro, uma incapacidade de expressar solidariedade e respeitar as diferenças.

A gênese do “etos guerreiro”, para a autora, é a falha no processo civilizador proveniente do Estado, através de suas instituições; esta falha ocorre tanto entre o jovem criminoso, quanto nas instituições policiais. Ao “etos guerreiro” se opõe o “etos civilizado”. O “etos civilizado” seria guiado pelo respeito mútuo às diferenças e aos espaços de convivência; o ambiente onde o “etos civilizado” se reproduz seria o Estado democrático, instituição civilizadora por excelência; uma das maneiras de sublimar esta índole agressiva e dominadora é o esporte.

Curiosamente, esta idéia de “etos guerreiro” é similar à teoria do “Macho Demoníaco”, descrita pelos antropólogos Richard Wranghan e Dale Peterson (1998), que, observando o comportamento grupal homicida de espécies de Chimpanzés no Zaire, encontraram diversas similaridades na comparação com o comportamento homicida humano: dominação masculina, formação de grupos rivais para ataque, estupro, infanticídio. Este comportamento agressivo de

nossos parentes mais próximos, no mundo animal, é decorrente, segundo os autores, da pressão reprodutiva, das disputas por território e das relações de dominação de sexo.

No entanto, a observação de outra espécie de grande primata aponta as saídas evolutivas para a extinção do comportamento: os chimpanzés *bonobos*, que, pelo desenvolvimento de laços afetivos e cooperativos entre as fêmeas e pela sua disponibilidade sexual, conseguiram equilibrar as relações de gênero e viver em bandos onde o homicídio e outros comportamentos foram erradicados. Wranghan e Peterson acreditam que a espécie humana é capaz, pelos extraordinários e quase ilimitados dons de seu córtex superior, de ser o mais violento dos chimpanzés, ou de ser o mais pacífico dos bonobos.

A eliminação dos instintos agressivos, para estes antropólogos, é basicamente pelo processo civilizador: cordialidade, igualdade de gênero, democracia. Alba Zaluar acredita que o desenvolvimento de relações de sociabilidade e a criação de espaços de convivência, compostos por redes sociais, lideranças comunitárias e grupos de jovens são fundamentais na redução dos comportamentos violentos, mas vê o Estado como principal protagonista destas políticas, e também não enxerga com bons olhos uma pedagogia popular que critique este papel do Estado, ou a universalidade da “cultura civilizada”.

Alba Zaluar (2004) faz uma crítica contumaz a uma outra corrente de pensamento e investigação, formada, segundo ela, por pesquisadores influenciados pelas teorias pós-modernas de Deleuze, Foucault e Guattari. Estas correntes, representadas, segundo ela, por antropólogos como Glória Diógenes e Luiz Eduardo Soares, tratam do problema das gangues e da delinqüência como uma forma de expressão dos jovens, uma forma de adquirir visibilidade e pertença. A violência é vista por eles não só como destruição, mas também como uma possibilidade de criar algo dentro de um ambiente de exclusão social.

Glória Diógenes é autora de importantes estudos etnográficos com gangues, em Fortaleza; autora do livro “Cartografias da Cultura e da Violência” (1998), um relato etnográfico que descreve o cotidiano e o imaginário de gangues juvenis, e coloca em perspectiva a sociedade “civilizada”; vê o surgimento da cultura “hip-hop” como importante canal alternativo, sendo um elemento que une as tribos do “etos guerreiro” e as de “etos não tão guerreiro”.

Alba Zaluar (2004) analisa o Hip-Hop como foco, principalmente, nas correntes americanas, de *gangsta rap*, ligados diretamente ao poder das grandes gravadoras, ao tráfico de drogas e à imagem primal do “etos guerreiro”. No Brasil, o Movimento Hip-Hop atingiu uma dimensão completamente diferente, sendo ligado justamente a uma sublimação das brigas de gangues através do elemento da dança, do *grafitti*, e da expressão dos conflitos através das letras engajadas (OLIVEIRA, 2001, DIÓGENES, 1998, e ROCHA, DOMENICH e CASSEANO, 2001).

Outro autor criticado por Alba Zaluar é Luíz Eduardo Soares, que já foi secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Porto Alegre. Atualmente, Luis Eduardo trabalha com o *rapper* MV Bill, em uma parceria que já rendeu a publicação do livro “Cabeça de Porco”, no qual o saber acadêmico do Antropólogo é complementado por uma brilhante pesquisa de campo realizada pelo *rapper* e seu produtor Celso Athayde. Os autores percorreram favelas do Brasil inteiro e cartografaram o cotidiano dos jovens e adolescentes que vivem totalmente à margem, desprovidos de qualquer rede social que os acolha ou de qualquer *expert* que os escute. Alba Zaluar (2004) acusa ambos de serem condescendentes com os comportamentos homicidas, ou de não serem neutros, perdendo o distanciamento crítico por se identificarem com a população pesquisada.

A ressalva às críticas de Zaluar (2004) é que, tanto na obra de Soares (2001, 2005) quanto de Diógenes (1998) a violência é tratada sem tolerância ou condescendência, apenas a interpretação destes autores é menos rígida e suas etnografias são mais complexas.

A violência e o crime não atingem somente ricos ou pobres, mas distribui-se em uma rede. No entanto, em nossos sistemas societários, e o atual estágio do capitalismo, alguns atores sociais assumem o controle, uns acabam por sofrer mais que outros. Tanto Zaluar quanto Soares concordam que o sistema penal e judicial brasileiro encontra-se em crise e em decadência, e que é preciso avançar nas metodologias e nas problemáticas abordadas, como manifesta Carmem Oliveira, psicóloga e ex-diretora da FASE, em Porto Alegre:

Às portas do século XXI, nos vemos diante de semelhantes impasses de dois séculos atrás. De um lado, a lógica de aprisionamento dos jovens infratores em nosso país está demonstrando inequívocos sinais de deterioração, com elevado ônus financeiro e social, onde o aumento cada vez maior da capacidade instalada é insuficiente para dar conta do número crescente de novos ingressos e reingressos do sistema. Por outro lado, cresce a histeria penal de uma sociedade que, acuada diante do aumento da violência e da criminalidade, não para de pedir mais policiais, mais presídios, penas mais severas, rebaixamento da idade penal, etc. Enquanto isto, as reformas que se encontram em curso nas instituições de maior porte (com São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente) se revelam tímidas, moderadas e oscilantes. (OLIVEIRA, 2001, p.190)

Despertando a atenção na mídia e constituindo um dos campos de estudos mais conturbados e debatidos, a questão do delito juvenil é apenas um dos elementos constituintes da vasta problemática dos jovens em bairros de maior vulnerabilidade social. Embora a maioria dos autores constata a realidade de que, considerando o todo desta população, aqueles que cometem delitos são uma minoria (ZALUAR, 2004, OLIVEIRA 2001, VOLPI, 2002, ARANTES, 2000).

Por hora, é importante ressaltar que, no processo de democratização da sociedade brasileira e no debate sobre as questões das crianças, adolescentes e jovens houve uma importante transição, partindo de um modelo em que o Estado e a lei penal tomavam para si o gerenciamento e a elaboração das “políticas”, para uma situação em que os Conselhos Tutelares, ainda que pouco amparados pelos governos, aliam-se a lideranças comunitárias, ONGs. e movimentos sociais para discutir, elaborar e colaborar com as políticas da juventude.

5- POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE NO BRASIL:

5.1- Plano geral

Como pensar em políticas públicas da juventude¹³ em um contexto de tantos paradoxos referentes ao poder público?

Para introduzir e contextualizar as políticas públicas da juventude no Brasil, é importante citar a obra de Maria Luiza Marcílio (2005), e seus colaboradores e colaboradoras. Pedagoga e professora de ensino fundamental em comunidades carentes de São Paulo, é professora titular do departamento de história da USP e fundadora do I Centro de Estudos de Demografia Histórica da Universidade de São Paulo. Sua obra influenciou o trabalho de Esther Arantes, Cecília Coimbra e Lilia Lobo, psicólogas cariocas de formação foucaultiana, cuja pesquisa busca uma genealogia da infância, adolescência e juventude no Brasil.

Marcílio, na obra “História Social da Criança Abandonada”(1998), descreve a questão do abandono e das estratégias de tutela das crianças abandonadas, desde o código de Hamurabi, passando pela Grécia Clássica, pelo Império Romano, pela Idade Média e dando início ao instrumento que marcou toda a Idade Moderna, a gênese do cuidado dos menores abandonados e bastardos no Brasil: a roda dos expostos.

Partindo do levantamento de grande e variada documentação sobre o menor abandonado, Marcílio identifica três fases distintas na evolução da assistência à infância abandonada brasileira, as quais, a partir da segunda fase, se justapõem.

A primeira fase, de caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX, tendo início com a política de batismos em massa e destruição, pelos invasores portugueses e pela Igreja Católica, dos modelos familiares indígenas. Prossegue com a criação da roda dos expostos, instrumento constituído de um mecanismo circular, com duas faces, a primeira externa, na qual eram depositadas as crianças bastardas, indesejadas, mestiças e abandonadas, que eram recolhidas do outro lado, pela instituição caritativa.

-
- ¹³ “Em sua acepção mais genérica, a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias” (SPOSITO, 2003, s/p)

A segunda fase manteve setores e aspectos caritativos, evoluindo para um novo caráter filantrópico e higienista, presente, a rigor, até a década de 60. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala o Estado de Bem-Estar Social ou, o Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência social da criança desvalida e desviante.

O código de menores significou para a criança e o adolescente no Brasil a entrada do Estado como responsável pela tutela dos infratores, órfãos e abandonados. Foi, a partir do início dos anos 90, que a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania (Marcílio, 1998).

Entre 1950 e 1980, períodos em que se viveu o sonho moderno do desenvolvimento e o milagre econômico, as políticas públicas voltadas aos jovens no Brasil centravam-se em dois temas principais: educação e tempo livre. A Educação entra aqui como item quase compulsório, visto que o Brasil, da mesma forma que seu colonizador Portugal, ingressou tardiamente no processo de universalização da Educação. O investimento trouxe bons resultados, pois, de lá para cá, as taxas de escolarização primárias cresceram 50%, as secundárias cresceram 100% e a taxa da população com ensino superior subiu de 6% para 30% (MARCÍLIO, 1998).

No Brasil, entre 1960 e 1970, as políticas públicas para o jovem buscavam o controle e o isolamento do movimento estudantil. A partir de 1980, período pós-regime militar, os movimentos estudantis ganharam participação efetiva de jovens em situação de marginalidade econômica e social. Diversos programas foram implementados para o combate à pobreza, com medidas paliativas e assistencialistas de alimentação, emprego transitório e distribuição de renda. Além disso, surgiram muitos programas que tiveram como foco a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o combate à drogadição, a prevenção de acidentes de trânsito e os estados de gravidez precoce Marcílio, (1998).

Abad, 2002, estabelece uma periodização em torno do de quatro modelos distintos de políticas da juventude:

- a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980)
- b) o controle social dos setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985)
- c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000)
- d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000) (SPOSITO, 2003)

Carrano e Sposito (2003) enfatizam que a implementação de programas governamentais, que têm como foco a juventude, é bastante recente no Brasil. Cerca de 60% dessas ações foram implantadas nos últimos cinco anos. Essas políticas setoriais raramente se articulam e se reforçam mutuamente, sendo que a maior parte foi criada em face de situações emergenciais, o que reforça

as condutas profissionais referidas no início deste escrito. Muitas instituições especializadas que trabalham com a juventude não têm a mesma legitimação, ferramentas, recursos e força institucional que as grandes secretarias do Estado têm. Por outro lado, estas focalizam projetos em ações específicas e possuem pouca familiaridade com as dinâmicas juvenis.

Após anos de reivindicações junto a órgãos do governo, assistimos o recente processo de implementação de programas para a juventude em órgãos públicos, nos municípios e estados. Podemos citar dois exemplos que ilustram essa novidade: até o início deste ano, ainda não existia em nível federal, um órgão público ou governamental específico para coordenar projetos voltados à juventude. No dia 1º de fevereiro de 2005, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, o Conselho Nacional de Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude¹⁴.

O Rio Grande do Sul, embora apareça como terceiro melhor colocado no índice que mede o desenvolvimento juvenil no Brasil, ainda não conta com um órgão estadual direcionado às políticas públicas para juventude. Já, na cidade de Porto Alegre, em janeiro deste ano, foi criada a Secretaria Municipal da Juventude, lei nº 9.722, de 27 de janeiro de 2005, com o objetivo de articular, juntamente com outros Órgãos do Executivo Municipal, normas e procedimentos ao planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas de estímulo à cidadania e qualificação profissional dos jovens.

Considerando que as políticas públicas, em geral, são políticas de governo e executadas por este ou, em menor escala, por ONGs, é urgente constatar que, dada a precariedade das ações do Estado e do Governo Brasileiro, no que diz respeito às políticas básicas em comunidades de maior vulnerabilidade social, como o a Restinga, o desafio hoje é imaginar políticas públicas que tangenciem a esfera do governo, que possam atuar em cooperação mas que surjam do apoio logístico e financeiro do Estado na sua execução.

São interessantes as considerações que Maria da Glória Gohn (2006) faz a este respeito:

As agendas das instituições internacionais deixaram de priorizar o desenvolvimento de projetos na América Latina - por considerarem que a transição para a democracia já se completara - e mudaram o sentido de seus programas. Em vez de auxílios ou subsídios econômicos, passam a fornecer apenas o suporte técnico para os movimentos e as ONGs nacionais. Estes devem demandar subsídios econômicos a seus governos e, fundamentalmente, gerar receitas próprias (2006, p.18).

¹⁴ Ver Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005, disponível em:< http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Mpv/238.htm>.

O caráter de políticas integradas e transversais, defendidas pede uma instância de coordenação em nível nacional central, também com o objetivo de garantir a participação e a representação dos jovens nas diversas áreas que os tenham como beneficiários.

Tais reflexões embasam a consideração de que políticas de juventudes compreendem de fato políticas de/para/ com juventudes:

- **de-** uma geração diversificada segundo sua inscrição racial, gênero e classe social, que deve ser considerada na formatação de políticas
- **para-** os jovens considerando o papel do Estado de garantir o lugar e bem-estar social da alocação de recursos;
- **com-** considerando a importância de articulações entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens, a interação simétrica desses atores, e o investimento nos jovens para a sua formação e exercício do fazer política (UNESCO, 2004, p.20)

Ainda que um grande avanço tenha sido empreendido nos últimos anos, especialmente na área do acesso universal à educação e à difusão do conceito de protagonismo juvenil, as políticas da juventude ainda carecem de estratégias e metodologias que garantam a durabilidade da execução dos projetos, de verbas significativas e pagas em dia, da avaliação, divulgação e fiscalização por parte do Estado e outros órgãos gestores e, principalmente, do conhecimento qualitativo do ambiente onde vive o jovem e de suas reais necessidades.

5.2 Plano Nacional da Juventude

Por todas as problemáticas contemporâneas acima citadas, por pressão e mobilização de movimentos juvenis de todo o país e também pelo fato de a criança e o adolescente terem estatutos que garantem a especificidade de seus direitos, a Comissão Especial da Juventude está elaborando o Plano Nacional da Juventude (projeto de Lei 4530).

Os parlamentares, integrantes da Comissão, durante o ano de 2003 e nos primeiros meses de 2004, ouviram, num total de 33 audiências públicas, especialistas, gestores públicos e representantes de diversas correntes de movimentos juvenis. Nos encontros regionais, foram discutidos diferentes temas relacionados com a juventude, assim como nas audiências realizadas na Câmara Federal sobre: educação, nos diferentes níveis e modalidades; trabalho, emprego, renda e empreendedorismo; saúde, sexualidade e dependência química; cultura; desporto e lazer; cidadania e organização juvenil; capacitação e formação do jovem rural e equidade de oportunidades para os jovens em condições de exclusão (afrodescendentes, indígenas, portadores de deficiência e homossexuais).

Em setembro de 2003, alguns Parlamentares da Comissão realizaram viagem de estudos à Espanha, França e Portugal no intuito de tomar conhecimento da legislação daqueles países e, principalmente, da estrutura dos órgãos representativos da juventude, como o Conselho da Juventude e o Instituto da Juventude da Espanha, o Instituto da Juventude da França e de Portugal.

De 23 a 26 de setembro de 2003, realizou-se a Semana Nacional da Juventude, com a participação de mais de 700 jovens, de 21 estados brasileiros, na qual novos encaminhamentos foram agregados às conclusões dos grupos temáticos. Como resultado do trabalho desenvolvido até aquele momento, em dezembro, foi apresentado o *Relatório Preliminar* com várias sugestões para o Plano Nacional da Juventude. Entre final de 2005 e o início de 2006, uma primeira proposta do PNJ foi redigida e novamente distribuída entre as regiões, para propostas de alteração e discussão a serem novamente colocadas em um Seminário Nacional. Participei, na condição de pesquisador e também de jovem, do Seminário Gaúcho, realizado em Porto Alegre, no dia 09/02/2005.

A coordenação dos debates ficou a cargo de representantes de movimentos diversos, desde a CUT até o *Attitude*, que é uma ONG que discute o protagonismo juvenil. As questões discutidas foram referentes, principalmente, às seguintes metas:

1. Abrir espaços aos jovens para que os mesmos possam participar da formação de políticas que concernem à juventude, estimulando-se o chamado “protagonismo juvenil”;
2. Criar centros de referência da juventude, com atividades esportivas, de lazer, culturais, com palestras que incentivem a formação política dos jovens, com acompanhamento de profissionais das diversas áreas do conhecimento, que abordem temas como sexualidade, dependência química, aborto, família, etc;
3. Criar instituições e órgãos de interlocução juvenil como a Ouvidoria Juvenil, a Secretaria de Políticas Públicas de Juventude, o Conselho de Juventude, o Instituto Brasileiro de Juventude, a Conferência Nacional, fóruns e consórcios, ou fundos monetários, que permitirão autonomia de ação aos jovens;
4. Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos estudantes em grêmios, centros acadêmicos e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas de juventude;
5. Revogar a Medida Provisória 2.208, de 17 de agosto de 2001, que dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica;

6. Permitir que a carteira de identificação estudantil possa dar direito ao transporte gratuito aos estudantes da educação básica e meio passe livre aos estudantes universitários das redes públicas e particulares, assim como para os que estiverem cursando a educação básica em entidades privadas; e meia-entrada em espetáculos (cinemas, espetáculos, jogos);
7. Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas, ou seja, as autoridades públicas e especialistas em juventude devem ouvir o que os jovens têm a dizer sobre as questões nacionais;
8. Instalar *Centros Universitários de Cultura e Arte*, da União Nacional dos Estudantes (UNE), em todo o território nacional;
9. Estimular a participação dos jovens na política e no ingresso nos partidos políticos;
10. Estimular espaços de articulação das organizações e movimentos juvenis (Fórum, Movimentos, Espaços de Diálogo, Rodas de Diálogo, etc) para valorizar, estimular e assegurar uma maior participação dos diversos segmentos juvenis.

O dia de debates foi longo, intenso e acalorado, e muitas críticas foram feitas. A principal crítica chamou a atenção: a pouca importância dada a um item bastante presente no Plano: o Protagonismo.

O protagonismo juvenil significa, tecnicamente, o jovem participar como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, no bairro, na cidade. Outro aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade.

Na raiz do protagonismo tem que haver uma opção livre do jovem, ele tem que participar na decisão se vai ou não fazer a ação. O jovem tem que participar do planejamento da ação. Depois tem que participar na execução da ação, na sua avaliação e na apropriação dos resultados. Existem dois padrões de protagonismo juvenil: quando as pessoas do mundo adulto fazem junto com os jovens e quando os jovens fazem de maneira autônoma. (www.protagonismojuvenil.org.br).

O jovem, assim, não é necessariamente um objeto isolado, porque habita uma comunidade, suas ações são sempre em interação com o meio geográfico e sociológico onde vive, este meio também gera uma ecologia simbólica, relações de linguagem e de amizade, lealdade, companheirismo, inimizades.

Esta crítica surgiu pelo fato de a divulgação dos seminários ter ocorrido em curto espaço de tempo e direcionada a uma minoria de jovens, já ativistas, de movimentos sociais da juventude. O

grupo de trabalho deveria tirar um delegado para o seminário Nacional e, estes delegados, representariam aquela plenária específica, podendo ser qualquer jovem que estivesse nas salas naquele momento. No grupo que participei, a decisão sobre os delegados foi submetida a uma votação e, nesta votação, representantes da Pastoral da Juventude, de uma ONG e a mais jovem vereadora eleita de Porto Alegre, defenderam a sua candidatura, sendo esta última, a escolhida. Após o seminário, conversei com um jovem estudante da UFRGS, o qual me explicou que a eleição dos representantes era um jogo de cartas marcadas para as representações mais fortes da política estudantil e das ONGs, ou seja, era pertinente a crítica e, novamente, uma política que se diz inovadora, acaba reproduzindo os velhos vícios das políticas públicas no Brasil.

As experiências vividas na construção desta tese e os demais trabalhos e estudos na Restinga explicitam algumas dinâmicas importantes referentes à relação das políticas públicas dos órgãos do Estado e sua reverberação pelas Redes Sociais. Uma destas dinâmicas é justamente a precariedade e a ambivalência de um Estado que constitucionalmente adota o *welfarismo* e pretende praticá-lo, entretanto, com poucos recursos e muita burocracia, além da impossibilidade da avaliação do impacto destas políticas nas redes ou as múltiplas vinculações destas ao Estado e às políticas.

Uma política em curto prazo pode ter resultado a longo prazo, bem como políticas planejadas para longo prazo podem esbarrar em múltiplos entraves e conflitos, dentro mesmo do Estado ou das redes, e serem efetivadas parcialmente. Aqui é possível aplicar a idéia da micropolítica, como as ressonâncias e reverberações das políticas maiores no tecido estriado do mundo real, dos diagramas das máquinas institucionais estatais ou não:

O que é um diagrama? É a exposição das relações de forças que constituem o poder (...)Vimos que as relações de forças, ou de poder, eram microfísicas, estratégicas, multipontuais, difusas, que determinavam singularidades e constituíam funções puras. O diagrama, ou máquina abstrata (Deleuze, 1999, p.191)

No entanto, acredito que, no plano da micropolítica (GUATTARI & DELEUZE,1998) e no cotidiano dos bairros de periferia, muitos atores e movimentos sociais realizam um trabalho importante de inserção do jovem no plano de gestão de si mesmo e do lugar onde habita. As ações descritas no decorrer desta tese procuram mostrar que redes heterogêneas de cidadãos, moradores de comunidades, executam políticas públicas da juventude com mais intimidade e cumplicidade com os jovens, pois são executadas, entre outras, também por jovens, atuando em situações muitas vezes precárias e noutras, em meio a conflitos da própria comunidade ou da comunidade com o

Estado. Antes de navegar pelas redes, é preciso primeiro apresentar um de seus principais instrumentos de ação e intervenção, as oficinas.

5.3 Oficinas

As oficinas são bons exemplos de micropolíticas; são métodos comuns, tanto de saberes “acadêmicos” quanto de saberes populares. Ainda que os oficinairos definam as oficinas em oposição ao conhecimento acadêmico, elas também podem ser constituição de territórios rígidos, disciplinares, segmentos duros. Esta é uma contribuição importante da tese, que veremos a seguir, na produção conceitual dos oficinairos e algumas de suas contradições. O Estado, não necessariamente, é a ordem e as linhas de fuga não são, *por consequência*, a desordem, ainda que em um plano geral, a máquina do estado é composta de estruturas muito mais estagnadas e sólidas, enquanto que as máquinas reticulares e micropolíticas são muito mais flexíveis.

A micropolítica é uma questão do ponto de vista de quem observa. Do ponto de vista de quem observa as redes, o Estado, ainda que seja multissegmentário, é sólido, mas as próprias redes, ainda que se constituam de forma líquida, também buscam esta solidez. Se aqui se fizesse uma dicotomia total entre ordem e liberdade, o termo correto seria pós-modernidade e não modernidade tardia ou modernidade líquida.

É muito importante, aqui, explorar o conceito de oficina, já que inúmeros projetos e movimentos sociais utilizam-se destas técnicas, mas muito pouco foi escrito sobre elas em teses, dissertações ou artigos. O projeto Vivenciando a Cultura na Restinga preocupou-se, em explorar, em conjunto com os oficinairos, um campo conceitual para esta prática, e também uma problematização sobre o que é ser oficinairo e as vicissitudes deste trabalho.

Outra produção acadêmica, deste mesmo grupo, foi defendida pela colega Elizângela Zaniol (2005) que discutiu os processos de autoria das oficinas realizadas no projeto.

O que são Oficinas?

Estas informações foram obtidas a partir da primeira etapa do projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”, que consistiu na coordenação de cinco oficinas divididas em dois grupos; o grupo das terças e dos sábados, contemplando oficinairos de diferentes procedências, incluindo

membros do FERES e do Comitê de Resistência Popular, no período entre dezembro de 2003 e fevereiro de 2004. A idéia desta etapa do projeto foi pesquisar e descrever esta prática, consta na maioria dos trabalhos e projetos sociais, e é um operador fundamental das redes da Restinga.

Na segunda etapa do projeto “Vivenciando”, reuniram em pequenos grupos, em cinco encontros, através de um processo de “auto-oficinamento”, ou seja, oficinas que discutiram “o que é uma oficina”, em que foram elaborados os seguintes questionamentos:

O que é uma oficina?

QUADRO 02- CONCEITOS DE OFICINA

Oficina é uma interação entre o agente e o alvo.

Interação é a palavra chave para se explicar oficina.

O sucesso de uma oficina se dá pelas trocas que ela propicia.

Objetivo é de fomentar discussões, dinamizar coisas e que oficina é uma vivência.

Oficina é multimídia, que são várias formas de trabalhar, tanto as mais expositivas quanto as mais interativas, dependendo do objetivo da ação.

“ Um espaço onde se ensina e se aprende ao longo do processo”.

Oficina conteúdo:

Trabalhar aspectos teóricos e conceituais nas mesmas.

Oficina criação:

Inventar novas dinâmicas, novas formas de vivências, e que isso é o mais interessante em uma oficina.

Oficinas podem ser consideradas espaços terapêuticos, pedagógicos, de informação e de vivência.

Ex> “momentos bonitos” vividos em oficinas (dá o exemplo de uma menina que começou a chorar quando ele propôs um exercício considerado simples em uma de suas oficinas) e que tais atividades propiciam esta abertura, estas trocas entre as pessoas.

Escola e oficina:

Chorar em uma sala de aula, diz ele, é descontextualizado, em uma oficina não. “Na escola, se educa a razão e não o sentimento”.

QUADRO 04: DINÂMICA DE UMA OFICINA

Era a primeira vez que estava fazendo uma dinâmica e não sabia ao certo como proceder.

Havia planejado algo completamente diferente para aquele momento, mas as coisas acabaram acontecendo de outra maneira.

“planejamento flexível” e “era assim mesmo, oficina era isso”.

Abordou o tema da ecologia e o trabalho que desenvolve com crianças e adolescentes em um de seus projetos.

“ Um relaxamento com o grupo”:

“O enigma do homem nu no deserto com um palito na mão”; esta dinâmica era para trabalhar o raciocínio lógico. Uma oficina pode ser trabalhada da maneira como foi feita a reunião: no início há uma apresentação dos membros do grupo (dinâmica do próprio Augusto), depois há o momento de “subida” (música com o Udi), logo o relaxamento (Marcos) e a “volta” (com o trabalho de Fábio).

OFICINEIROS ACADÊMICOS E OFICINEIROS POPULARES

O oficinairo popular :

Tem cancha, que ele cria a didática de acordo com o grupo que está trabalhando.

Tem que estar sempre preparado para qualquer coisa, pois ele nunca sabe o que pode acontecer.

O português usado nas oficinas: é informal, do dia-a-dia das pessoas. A linguagem é diferente: “Por isso conseguimos atingir o nosso público”.

O oficinairo acadêmico:

Só tem a teoria.

Vem com uma proposta pronta.

Não sabe adaptar seu trabalho ao público-alvo.

Quando o acadêmico não sabe responder a uma pergunta feita pelo grupo com que está trabalhando, enrola, enrola, e acaba não respondendo nada.

O jovem é questionador por natureza e que os acadêmicos não conseguem manter um diálogo com eles porque não se abrem, não se expõem.

Pistas que podem orientar nossa discussão, nesta problemática para construção de um espaço de diálogo comunidade/academia:

- Sensibilidade : público com que se trabalha, “saber fazer uma leitura de um grupo” e como aprendemos isto na faculdade (aulas de dinâmica de grupo).
- Desenvoltura que o oficinairo deve ter ao lidar com seu público e que eles acabam trabalhando tanto o lado psicológico quanto o lado pedagógico: discussão sobre o que é de conhecimento exclusivo da psicologia, da pedagogia e como o trabalho do oficinairo é diferenciado destas duas áreas.
- Existem “saberes” que deveriam ser de domínio público, aos quais todos deveriam ter acesso.
- Falta de reconhecimento dos educadores populares e que isso é um problema muito sério, pois eles trabalham duro e muitas vezes nem recebem por isso.
- Relação *lazer x trabalho*. Muitos disseram que seu lazer era também seu trabalho, que não havia uma separação clara entre o que gostavam de fazer e o que realmente é seu “batente”.
- Relação com a universidade, pessoas que entram na comunidade com o objetivo de levar o conhecimento deles (oficineiros) embora. A linguagem usada nas reuniões anteriores, que era muito acadêmica e que muitos não conseguiram entender o que estava sendo dito.

Felix Guattari (1980), em um artigo chamado “As creches e a iniciação”, escreve que, em determinadas tribos indígenas da Amazônia, a “transição” é marcada por determinados rituais de passagem. A classificação por faixas etárias define muito bem a fase de infância, na qual as crianças situam-se fora do mundo adulto, limitadas por um território de tutela, porém livres das regras da tribo, sendo livres, também, para experimentar diversas formas de existência, até

adquirirem, enfim, a condição de “pessoa por inteiro”, isto é, a elas são dados os privilégios e obrigações da vida adulta.

O período de desenvolvimento de uma criança, nas tribos analisadas por Guattari, encontra inscrição lingüística e simbólica definidas por uma possível relação, extremamente altruísta, dos adultos em relação às crianças. As regras não são necessariamente impostas, pois é dada à criança a possibilidade de experimentar, ou seja, observar por si só o funcionamento das regras e poder compará-las com as suas próprias. Não é dado acesso às obrigações e leis tribais, mas, por outro lado, ela torna-se totalmente submissa a elas, até que adquira, em um processo de dupla entrada entre o coletivo e o individual, seu direito à vida adulta.

Guattari apresenta conclusões bastante interessantes sobre a subjetivação, na passagem da infância para a idade adulta, observando que, nas sociedades industriais desenvolvidas, os ritos de passagem desaparecem; o processo de iniciação já tem início na infância, ela mobiliza de forma desregrada educadores, pais, profissionais de saúde. As crianças sofrem em casa, o bombardeio do mundo moderno pelos meios audiovisuais e, desde muito cedo, são inseridas nas instituições disciplinares “socializadoras”: as creches, as escolas, as academias, os Centros Comunitários.

O período de possível experimentação das regras é seccionado por divisões seriais etárias, de difícil fundamentação prática; as letras do alfabeto são ensinadas sem, às vezes, averiguar-se a necessidade de leitura; a história de um determinado povo é contada para negros, brancos, italianos, judeus, orientais de uma mesma maneira e sob um determinado ponto de vista.

A fase de transição ou desenvolvimento a uma incerta vida adulta, segmentarizada pela institucionalização escolar, retira boa parte do tempo da criança do convívio dos pais e familiares, que também se beneficiam com isso, pois as regras da vida de adulto do capitalismo os colocam em uma mesma jornada, em tempo integral de trabalho. No caso da transgressão dos sistemas escolares, ao imenso mundo de leis e regras impetradas ao indivíduo em desenvolvimento, esta não é compreendida, não parece ser assimilada como os erros que são cometidos por alguém que está aprendendo um conjunto de regras complexas.

Os seres em situação de aprendizado das leis sociais, têm pouco direito de errar, porque parece não haver consciência de que as leis são algo inexorável, que o externo deve ser absorvido pelo interno. A metodologia das escolas, em conluio, muitas vezes, com os pais, é a da punição, bem como a das instituições responsáveis pelas infrações mais graves das regras da sociedade. A punição é um processo de aprendizagem comportamental, baseado na apresentação de um estímulo aversivo, para que determinado comportamento seja extinto. No caso da maioria das escolas, a punição envolve suspensão do direito de assistir às aulas de maneira temporária, ou a avaliação de

desempenho baseada em critérios escalares numéricos: o aluno que tem nota 0 é considerado problemático em relação ao que tem nota 9?

Não há aqui tempo para uma digressão aprofundada sobre o funcionamento da escola, mas há muito tempo os educadores, em especial os influenciados por Michel Foucault e Jean Piaget, para não citar Paulo Freire, têm feito críticas ao modelo escolar brasileiro, na verdade, surgido do pacto MEC/USAID, em 1963, logo após o exílio de Paulo Freire em Cuba.

A estrutura da escola com currículos fixos, quadro negro e sistema de avaliação por notas implica em que é necessário um professor falando, alunos sentados copiando, e uma mesma verdade curricular sendo transmitida. E mais: o critério de distribuição por idades considera que 30 crianças que assistam aulas na terceira série, por exemplo, estejam em estágios e níveis de desempenho semelhante, equacionados em uma escala de 0 a 10, e que possuam bom comportamento, ou seja, submetam-se integralmente às regras estabelecidas sem o direito a negociar.

Não é preciso muito esforço para concluir que, para que um método de punição funcione, é necessário um ambiente extremamente controlado, no qual se possa manipular o número máximo possível de contingências, ou seja, é necessária uma sociedade na qual, além de todos estarem submetidos ao mesmo sistema de regras, submetam-se a elas com o mínimo de desvio. Para a disciplina funcionar, é preciso obediência sem questionar. Um sistema punitivo exige *input* de regras e *output* de comportamento. A individualidade precisa ser tratada como um desvio.

E é justamente dentro de novas descobertas no campo da teoria dos sistemas e da informática que a aprendizagem passou a centrar sua análise na possibilidade de um sujeito que produz conhecimento a partir de interação, e não na simples “impressão” de regras externas. O modelo escolar ao qual todos de minha geração fomos submetidos pertenceu ao sonho dourado do controle por regras imitadas e impostas. Com raras, porém, importantes exceções, a vida escolar de quem passou pela fase de transição dos anos 80 era pautada pela absoluta sensação de inutilidade dos conteúdos ministrados pelos professores.

Maturana(2001) salienta que, em uma prova, a resposta “certa” depende de um encadeamento em que o conteúdo “certo” foi dado pelo professor, que foi entendido de forma “certa” pelo aluno. A forma certa é igual a todos, pois não é de quase nenhum, apenas do professor. Surge a divisão entre o “mundo lá fora” e os conteúdos escolares. Muitas escolas atingem visibilidade nos meios jornalísticos, porque sua proposta pedagógica é integrar a escola com a vida cotidiana. Mas a vida cotidiana está concretamente ligada à escola?

A imagem que o mundo centrado na escola evocava era de crianças que aceitassem todas as regras do sistema escolar, obedecessem cegamente seus pais e que, ao saírem da escola, cheias de

conhecimento e boa conduta, adentrassem no mundo universitário com amplas condições de sair, também deste, aptas a trabalharem para o próprio sustento e para o bem da sociedade. Aconteceu, enfim, que o mesmo tipo de escola foi aplicada a diversas realidades culturais, pois, acreditava-se (e ainda se acredita) que a escola representa o modelo ideal de socialização.

É importante pensar que os ideais dos anos dourados da sociedade pós-guerra, descritos muito fielmente por Hobsbawn, com uma sociedade na qual o Estado capitalista assumia o compromisso do bem-estar social, geraram um conflito entre segmentos da sociedade para os quais o Estado e o Capital eram generosos, e outros segmentos que sofriam em não conseguirem tais regalias. Imaginar regras homogêneas em uma sociedade heterogênea e injusta é um dos erros que políticos, cientistas e educadores cometem quando elaboram políticas públicas para a juventude e a adolescência.

Pierre Bourdieu (1996) construiu uma teoria baseada, não em classes sociais, mas em campos de poder, gerados por aquilo a que chama de "*habitus*". Os *habitus* são ações dos indivíduos ou de instituições que vão gerar, ou são geradas, por disputas de valores diversos, e que vão estruturar-se ou serem estruturadas a partir das relações de capital simbólico. O poder, para o autor, é exercido em relações de disputa, em campos semelhantes, que geram capitais simbólicos.

O capital simbólico pode adquirir diversas formas, dependendo do campo de disputa: financeiro, cultural, moral, religioso. Determinados campos de poder podem gerar o que Bourdieu denomina "doxa", que são as relações reificadas entre dominados e dominantes.

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (a classe dominante) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BORDIEU, 1996. p.15)

Os oficinairos apresentaram a dicotomia *saber acadêmico/saber popular*¹⁵, em seu desejo de defesa, de que ali os detentores do capital simbólico são eles, por serem da Comunidade.

¹⁵ A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (...)Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade,

Provavelmente já aconteceram, e acontecem, disputas em relação aos adolescentes (enquanto público alvo), originadas por intervenções do Estado, que detém capital político e econômico para “atropelar” quaisquer iniciativas com base no capital simbólico da Comunidade.

As escolas são um dos melhores exemplos de uma instituição, cuja estrutura de poder é a dominação simbólica sobre uma comunidade, e constituem uma “doxa”, já que é um dogma mundial que as crianças e adolescentes devem freqüentá-la. Mas, a Escola, em sua maneira tradicional de funcionar, acaba gerando o que Bourdieu (1989) chama de violência simbólica, pois representa um poder de imposição de uma só verdade.

Pelo que percebemos no contato com os oficinairos, as escolas públicas do bairro enfrentam sérios problemas de violência e desagregação social, e buscam alternativas "extracurriculares", já que o capital simbólico do Estado que as gerou parece sucumbir no conflito com a comunidade que as circunda e habita. No caso do tráfico de drogas, por exemplo, o capital simbólico da cultura escolar e das praticamente inexistentes relações de emprego é ineficaz para contrapor a “doxa” do tráfico de drogas; este envolve uma teia muito forte de relações comunitárias, nas quais, portar uma arma e ter o poder de matar, executar ordens, ser temido e ganhar uma “boa grana fácil”, parecem tornar ridículas as aulas, a disciplina formal.

A questão da vulnerabilidade social, da segurança e da violência tangencia o trabalho dos oficinairos da Restinga, direcionando seus métodos e suas práticas. Estão envolvidos, ali, adolescentes que vivem num ambiente em que o tráfico de drogas estabelece um território simbólico de enorme influência. A sociologia de Bourdieu é um exemplo interessante de análise das relações macropolíticas, que é por sua vez saber acadêmico; cabe a nós avançar na dimensão micropolítica (GUATTARI, 1980, DELEUZE & GUATTARI, 1998), no plano de intervenção, pela parceria *produzida em/produtora de* espaços ambivalentes, paradoxais e, complementares.

Os oficinairos estão, por definição, inseridos em espaços comunitários "entre" escolas e instituições, visto que alguns já estiveram ou estão dentro e fora delas, transitando pelas bordas e “atravessando paredes”.

Os campos das políticas da juventude e da criminalidade se cruzam através de diferentes políticas focadas em diferentes relações de capital. Há um conflito entre capital simbólico e financeiro quando se discute o ensino da atividade laboral. Uma política pública deve pensar prioritariamente no mercado de trabalho ou nos fatores subjetivos da produção de arte, ou na própria conscientização e auto-reflexão dos jovens?

Uma oficina serve para capacitar a geração de renda ou sua função é mais transcendente? Creio que a resposta é ambivalente. Um projeto que envolve a atividade oficinaira pode colocar em seus princípios macropolíticos tanto

localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se freqüenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc. (GOHN, 2007)

uma como outra, mas o caráter micropolítico dos diferentes fatores que tangenciam a execução de um projeto, seus recursos humanos e financeiros, a coerência e consistência das parcerias.

No campo da educação, parece-se o conflito entre o poder simbólico das escolas, representantes do estado, e dos oficinairos. No entanto, a Escola, como será visto mais adiante, recorre aos serviços dos oficinairos em projetos do tipo Escola Aberta, bem como os oficinairos recorrem às escolas para obter espaço e infra-estrutura e também o público a ser atingido. Na micropolítica do FERES, professoras e professores atuam como oficinairos e oficinairas e estes trabalham dentro das escolas. As redes articulam e agenciam territórios híbridos entre a educação formal e a popular.

6-RESTINGA: UMA HISTÓRIA DE AMBIVALÊNCIA E SEGREGAÇÃO URBANA

6.1 Periferia¹⁶

Da cidade de Zirna, os viajantes retornam com memórias bem diferentes: um negro cego que grita na multidão, um louco debruçado na cornija de um arranha-céu, uma moça que passeia com um puma na coleira. Na realidade, muitos dos cegos que batem bengalas nas calçadas de Zirna são negros, em cada arranha-céu há alguém que enlouquece, todos os loucos passam horas nas cornijas, não há puma que não seja criado pelo capricho de uma moça. A cidade é redundante: repete-se para criar alguma imagem na mente (CALVINO 1990, p.72).

Notícia veiculada no site da prefeitura de Porto Alegre em 17/08/2006:

GOVERNANÇA

A Central da Periferia é na Restinga

Os quase 54 mil moradores da Restinga estão em festa. O cotidiano e a cultura de um dos maiores bairros de Porto Alegre serão alvo do programa Central da Periferia, da Rede Globo, que irá ao ar em setembro. No próximo dia 19 a apresentadora do Programa, Regina Casé, comandará um grande show na esplanada da Restinga, com a presença de artistas locais como Louca Sedução, MC JP, Lady Net, Grupo Senzala, Tchê Garoto, Anjos do Funk, além da Escola de Samba Restinga, entre outros. Ao todo, serão 200 artistas em um show que sai com ou sem chuva. Cerca de 300 pessoas estão envolvidas na produção. É esperado um público de aproximadamente 30 mil pessoas. A valorização da vida nas periferias das capitais brasileiras é o alvo do programa, exibido em rede nacional no primeiro sábado de cada mês.

A movimentação em torno das gravações que antecedem ao show já envolveu aquela comunidade. Ao longo desta semana, 200 profissionais estão trabalhando na instalação do palco. Em parceria com o Comitê Gestor Local-Restinga, da Prefeitura de Porto Alegre e órgãos do Governo do Estado, está sendo realizada a montagem da infra-estrutura. Alguns ensaios e filmagens começaram a serem realizados em Porto Alegre hoje. Além das gravações na Casa Grafitada da Restinga, também serão feitas entrevistas no Estúdio Multimeios - inaugurado em junho pela Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Neste

¹⁶ Figura 01, página 103- Mapa indicativo da remoção de favelas e demonstrativo do isolamento geográfico da Restinga (extraído de HEDRICH, 2002).

centro de educação artística e produção cultural estão sendo realizadas atividades de comunicação comunitária, teatro, música e audiovisual.

Valores Positivos

"A escolha da Restinga pela produção de Regina Casé orgulha Porto Alegre", comemora o secretário de Coordenação Política e Governança Local, Toni Proença. Para ele, a proposta do programa tem tudo a ver com a criação de valores positivos e auto-estima estimulada pelo Programa de Governança Solidária Local. Segundo Toni Proença, o reconhecimento das boas iniciativas da comunidade, a potencialização das atividades culturais e articulação de diversos atores sociais em torno de um projeto comum são fundamentais. A Prefeitura, através deste programa, trabalha para que as pessoas se vejam como seres humanos capazes de fazer coisas juntos, de sonhar um futuro melhor, com cooperação e respeito à pluralidade. "Este é o ambiente que queremos gerar com a governança", diz ele.

São inúmeros os projetos sociais hoje ali realizados e empenhados em valorizar as potencialidades dos moradores da Restinga. Aproveitando sua vinda a Porto Alegre, Regina Casé visitará alguns, além de entrevistar moradores famosos, como o jogador Tinga.

Distante 22 quilômetros do centro da capital, a paisagem da Restinga ainda tem um toque rural, com figueiras preservadas pelos moradores. Em 1965 foram feitas as primeiras transferências de moradores para o local e o que era para se transformar num grande grupo habitacional, o maior de Porto Alegre e um exemplo para o Brasil, hoje é um dos bairros mais populosos da cidade, com uma população três vezes maior do que do que a imaginada. O bairro pertence à Região 8 do Orçamento Participativo e tem 53.764 habitantes, representando 3,95% da população do município. Conforme dados do Observatório da Cidade, a Restinga tem 38,56 km², o que representa 8,10% da área de Porto Alegre. A taxa de analfabetismo é de 6,0% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,6 salários mínimos¹⁷.

No capítulo anterior tratei de esboçar algumas considerações sobre a juventude e o contexto das políticas públicas no Brasil, e, mais especificamente, sobre o objetivo desta tese, que é discutir e analisar os movimentos de moradores e trabalhadores do bairro Restinga na formação de redes de cooperação para discussão e execução de políticas públicas voltadas para a juventude do bairro. Nesta etapa será descrito o campo onde estes atores operam e onde vivem, e porque este bairro desperta tanto interesse de pesquisas e projetos universitários, bem como é utilizado com

¹⁷ Pela grande quantidade de texto, as mensagens de correio eletrônico e outros documentos que não forem de minha autoria ou citações de obras acadêmicas serão grifados em itálico, para facilitar a leitura.

plano-piloto de intervenções específicas do poder público. A história da Restinga é repleta de elementos comuns às políticas de segregação urbana higienistas que se reportam ao Brasil do século XIX (HEIDRICH, 2002) e perduraram até os anos 60, e prossegue quase dois séculos depois (COIMBRA, 2001). O bairro, da mesma forma que o restante do país, apresenta a maior parte da população de jovens entre 12 e 29 anos (IBGE 2002), atualmente grande parte frequenta a escola, e alguns destes jovens, como vimos anteriormente, despertaram interesse do poder público e concentraram em si o foco de políticas públicas de segurança e assistência social. Na história do bairro, a precariedade dos serviços manifesta-se até hoje na situação de marginalidade de parte de sua população, mas também é agenciadora de processos de autonomia e autogestão. É espaços intersticiais de associações comunitárias, aparelhos do Estado, jovens do bairro, intervenções universitárias e atores sociais participativos que toda uma gama de políticas públicas entra em conflito. A Restinga apresenta na constituição de seu campo simbólico duas formas de segregação, uma extrínseca, em relação a seu isolamento geográfico e político do restante da cidade, e outra intrínseca, pela sua dualidade interna provocada por mecanismos de sua política habitacional. Esta marginalidade engendra máquinas políticas complexas, manifestas nas associações de moradores, instituições religiosas, no crime organizado, nas diferentes redes de sociabilidade do bairro:

A marginalidade é o lugar onde se podem ler os pontos de ruptura nas estruturas sociais e esboços de problemática nova no campo da economia desejante coletiva. Trata-se de analisar a marginalidade, não como uma manifestação psicopatológica, mas como a parte mais viva, a mais móvel das coletividades humanas nas suas tentativas de encontrar respostas às mudanças nas estruturas sociais e materiais (GUATTARI, 1981, p.46).

Desde o século XIX até dias de hoje ocorre um processo de urbanização acelerada (WIGNER, 1978). Em consonância com este processo de urbanização, surgiu a necessidade de alteração na estrutura urbana das cidades, através de ações planejadas para solucionar problemas de renovação urbana.

Tais processos explicitam (e também são capazes de gerar) complexos problemas sociais, destacando-se aqueles relacionados com a habitação, tanto qualitativos quanto quantitativos, e especialmente, a segurança. Entende-se aqui a segurança não apenas no sentido de proteção à ocorrência de delitos, mas também como a possibilidade de habitar em um a residência que não desabe com as chuvas, de poder ser transportado ao lazer, trabalho ou ao estudo com eficiência e economia de tempo, de alimentar-se, de ter boas relações com a vizinhança e com o bairro. As mudanças nas cidades, decorrentes tanto do crescimento natural da população como das migrações,

geraram problemas de ordem física, econômica, política e administrativa, e conseqüentemente social, pois quase refletem sobre o bem-estar geral dos indivíduos, e na qualidade do nível de vida.

Os centros urbanos, em sua maioria, não se apresentam adequada e suficientemente aparelhados para oferecer às suas populações as condições expandidas de segurança e nos casos em que toma providências para sanar tais problemas, o faz de maneira autoritária e incompleta, e gera zonas de segregação urbana que acabam por perpetuá-los.

Para os administradores e planejadores dos anos 60, a favela, que surgia em zonas adjacentes às centrais, representava um quadro de desorganização social, e, como tal, uma mancha que devia ser suprimida ou afastada da paisagem urbana, através de transplante ou substituição por novas construções em áreas distantes dos locais de trabalho ou dos centros da cidade. Desse modo, frente ao que se consideravam problemas criados pelos bairros pobres e pelas favelas, vários governos, principalmente dos países mais desiguais, elaboraram planos de construção de moradias financiadas e baratas para os grupos pobres da população.

Pode-se afirmar que quase todas as localidades urbanas ou rurais, nas diferentes realidades de um país complexo e imensamente desigual como o Brasil, enfrentam o problema da falta ou inadequabilidade de habitações. O que parece mais evidente, pelo menos no período histórico que compreende a criação da Restinga, da Cidade de Deus e outras comunidades removidas é o problema do dimensionamento em termos de equilíbrio entre a oferta e a procura de habitações. Em face das crescentes necessidades das populações e da complexidade de atendimento da demanda habitacional. Encontrar moradia constitui, principalmente nos centros urbanos, um problema difícil de resolver em curto prazo. Ao problema do déficit urbano acrescentou-se o seu custo, que se apresentou praticamente inacessível para os grupos mais pobres da população cuja renda, ou a carência de um emprego estável ou de um fiador tornava, e ainda torna, muito difícil a compra ou aluguel de uma moradia. A situação das famílias em situação de vulnerabilidade social, e o problema de conseguir um local para morar configura um ciclo: por não possuírem os requisitos mínimos, não obtém uma moradia fixa, e, por não obterem moradia fixa, torna-se mais difícil a obtenção de um emprego que possibilite esta condição.

É evidente, que, nesta situação, o problema habitacional não se resolve pelo simples aumento de construções e moradias, e que, na maioria das vezes, as principais dificuldades de planejamento do setor habitacional se encontram na tomada de decisão em relação às seguintes indagações: Onde construir? Para que tipos de pessoas ou grupos da população construir? Com que recursos e fundos (públicos ou privados) se pode construir?

Nos anos 60, a idéia de planejamento surgiu como instrumento de intervenção deliberada em uma determinada realidade, intervenção que pode assumir conotações variáveis, conforme os

objetivos, as necessidades, os recursos, as prioridades e as circunstâncias especiais. Estudos urbanísticos contemporâneos à construção da Restinga, e até os dias de hoje, como os de (WIGNER, 1978) classificam o planejamento urbano em seus aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e de área. No entanto, Wigner (1978) comenta que esta classificação é meramente didática, pois estes aspectos são dimensões de uma mesma realidade complexa. Neste sentido, pode-se dizer que há necessidade constante de orientação e alternativas na solução de problemas relacionados com organização espacial, fornecimento de serviços públicos, equipamentos comunitários, integração social e outros. Quanto a esses aspectos, o planejamento urbano adquire a conotação de planejamento social, pois nesse tipo se incluem todos os planos, programas e projetos, que têm por objetivo a melhoria das formas de convivência e de elevação dos níveis de vida.

Dentre os grupos sociais mais visados por esse tipo de planejamento, destacam-se os grupos mais pobres ou de renda mais baixa da população. Geralmente, esses grupos têm precárias condições de vida no que se refere à situação de emprego e renda, educação e saúde, e abrigam-se em moradias ou conglomerados coletivos.

Dos aspectos mais problemáticos desses grupos de população, as necessidades de habitação aparecem como um objeto crescente das preocupações de governantes e administradores. Nos países de elevados índices de desigualdade social, as tentativas de soluções à formação e crescimento de núcleos urbanos precários e irregulares (favelas) integram-se, ainda que de forma precária e parcial aos objetivos sociais dos planos e programas de governo.

No Brasil, os grupos de população mais atingidos. Por problemas como deficiência ou carência de habitação, serviços sanitários e equipamentos sociais são os constituídos pelas camadas mais pobres. Essas, principalmente nos centros urbanos maiores, costumam ocupar clandestinamente áreas desocupadas da propriedade pública ou privada e construir suas próprias casas, formando ou integrando-se às chamadas favelas, vilas, complexos de favelas.

Nos grandes centros urbanos, dentre as soluções oficiais apresentadas para resolver o problema habitacional desses grupos, experiências de “desfavelização” e planos de implantação de conjuntos residenciais de baixos custos têm se constituído como medidas governamentais para erradicar o estabelecimento de agrupamentos humanos em conglomerados considerados sub-normais, ou “favelas”. Esses, historicamente, parecem ter surgido realmente no Brasil, durante a II Guerra Mundial, coincidindo com o registro do fenômeno da urbanização, presente em toda a América Latina e nas áreas em desenvolvimento do mundo.

Ruth Wigner (1978) que estudou em sua dissertação de mestrado a satisfação dos moradores da recém criada Vila Restinga, um dos modelos nacionais de desfavelização, situa como

fundamental a avaliação e análise dos graus de satisfação das populações removidas. A autora justificou seu estudo pelo fato de as políticas de habitação da época serem elaboradas de maneira distanciada, ou seja, o urbanista, que não era pobre, planejava e executava um plano habitacional feito para os pobres. Ao entrevistar chefes de 245 famílias recém removidas para a Vila Nova Restinga, Wigner fez uma análise e testou 12 hipóteses em variáveis correlacionadas com a variável dependente “grau de satisfação”. As variáveis que se relacionaram positivamente foram : nível de renda, nível de satisfação com a habitação atual e nível de satisfação com a cidade, sendo a primeira mais significativa. Na época da coleta de dados a Restinga já se dividia em Restinga Nova, o lócus do sonho habitacional, e velha Restinga, para onde iam aqueles que não possuíam a renda mínima para inscrever-se no plano. A população estudada por Wigner era constituída de removidos aos conjuntos habitacionais projetados para serem um modelo para todo o Brasil. Nesta pesquisa foram entrevistados moradores da Restinga Nova, e apesar do sonho dos anos 70 nem de longe ter sido concretizado, estes ainda relatam uma relativa tranqüilidade na vida desta metade do bairro, ao contrário os moradores da Restinga Velha. No entanto, o isolamento em relação ao centro tradicional, e a carência de serviços de saúde, transporte, de alternativas de lazer é relatada, ainda que em intensidades diferentes, por moradores de ambos os lados¹⁸.

Os problemas de habitação, educação, saúde, higiene e segurança no trabalho, recreação e assistência são objetivos do planejamento social. Como foi abordado no capítulo anterior, da mesma maneira que o campo de estudos e políticas da juventude contemporânea é atravessado por uma de suas questões tangenciais, a violência, o mesmo processo diz respeito às populações marginalizadas e que sofrem com o isolamento e a discriminação. O argumento inicial para muitos projetos na Restinga é a possibilidade de evitar que os jovens cometam crimes violentos, geralmente relacionados ao tráfico de drogas. No entanto, a população do bairro sofre cotidianamente com outras formas de violência, decorrentes da precariedade da administração urbana de boa parte de sua população. O conceito de violência, aqui, não é mais restrito a agressão física ou à criminalidade violenta, que também é grave, mas nem sempre é o mais urgente e geralmente é o mais visível. Populações marginalizadas e relativamente isoladas sofrem com a violência de maneira difusa:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, *apud* TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 288).

¹⁸ Ver figura 02, p. 103 :Projeto inicial da Vila Restinga Nova (anos 60) e mapa atual (2001) Acima da linha central, Restinga Nova, abaixo, Restinga Velha. (HEIDRICH, 2002)

6.2 Remover para promover

O lugar começou a constituir-se como um loteamento construído pela prefeitura na década de 60, com o intuito de remover malocas da zona central da cidade.

O DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação, criado em 30 de dezembro de 1965 foi o órgão responsável pelas primeiras remoções de famílias das vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia. Os primeiros moradores da Restinga, hoje Restinga Velha, foram violentados no seu direito de opção quanto ao destino que lhes foi apresentado e agredidos pela usurpação de parte de seu único patrimônio: a maloquinha.

O feio não deve ser mostrado: com esse lema o poder público jogou dezenas de famílias carentes para bem longe. Nesta época, a Restinga era apenas uma sanga cercada por mata virgem, sem estrada, sem água, sem luz, sem escola, sem atendimento médico, sem nada; essa era a situação dos primeiros que foram jogados ali.

O processos de urbanização da Restinga pode ser entendidos como um importante componente de segregação urbana e constituinte de outros processos de estigmatização e isolamento em relação à administração central da cidade, pois atuam dividindo certos espaços, integrando, combinando ou bloqueando outros, reforçando as hierarquias sociais e normalizando comportamentos. Os equipamentos distribuídos na cidade, a partir de estudos técnicos rigorosos, codificam os fluxos, regulam as exclusões, ou inclusões parciais, dos diferentes habitantes urbanos diante dos múltiplos espaços.

Os poucos benefícios que os moradores começaram a usufruir, e que lhes havia sido prometidos, foram conquistados através de reivindicações feitas em abaixo-assinados e idas aos meios de comunicação. Neste caso está a Escola Estadual de Primeiro Grau José do Patrocínio, a primeira instituição pública da Restinga. Nota-se que os primeiros prédios dessa escola foram antigas construções de madeira desmanchadas de um outro local onde seriam construídos novos.

Enquanto aguardavam a construção da escola, as mulheres conseguiram, com sua presença constante nas rádios, três máquinas de costura. Com as máquinas, elas ganhavam uma ocupação. As aulas de corte e costura foram ministradas por freiras, trazidas pelo padre da vila. O padre, além de exercer as atividades sacerdotais, era também o conselheiro daquelas famílias que lutavam contra a adversidade habitacional, social, econômica e cultural, em

um núcleo que as autoridades teimavam em classificar como urbano, mesmo estando localizado numa área eminentemente rural, sem ficar ruborizados de vergonha. (KRUISE NUNES, 1990, p.11)

A Restinga era o centro receptor das populações desalojadas. Devido à pobreza da população ali instalada, não havia retorno financeiro para os cofres públicos municipais. A partir daí, foi dado início a um gigantesco projeto ao lado esquerdo da Av. João Antônio da Silveira, hoje Estrada do Trabalhador: a construção da Nova Restinga. Com apenas 10 anos, a Vila Restinga passou a ser denominada Restinga Velha e a ela se agregaram núcleos de ocupação irregular e novas transferências feitas pelo próprio DEMHAB. Assim foram surgindo o Beco do Bitá, Barro Vermelho I, Barro Vermelho II, Cabriúva, Figueira, Castelo, Esperança, Santa Rita, Nova Santa Rita e Chácara do Banco.

Enquanto a Vila Restinga Velha teve seu desenvolvimento a partir da luta organizada de uma população dita marginal, os órgãos públicos municipais projetavam, a partir de 1969, um grande núcleo habitacional. Este núcleo deveria ser o maior de Porto Alegre e serviria de **exemplo** para o Brasil, talvez sonhando **transformar o país numa grande Restinga**¹⁹ (KRUISE NUNES, 1990, p.15)

A avenida passou a ser o divisor de águas entre as duas Restingas²⁰. Na nova parte, houve uma preocupação para que as obras fossem realizadas com a maior rapidez possível. As casas eram entregues aos moradores à medida que eram concluídas segundo inscrição feita no DEMHAB e através de um “sorteio” cuja sorte era ter um “padrinho político”.

Muitos moradores da Vila Restinga Velha viam com expectativas a construção da Nova Restinga, pois achavam que tinham ido para lá provisoriamente, e seriam os primeiros a ocupar as novas casas. Entretanto, poucos puderam mudar-se para o novo núcleo devido à alta prestação cobrada na época para os parâmetros dos trabalhadores, a maioria sem estabilidade empregatícia.

A "Restinga Velha" era um terreno destinado às primeiras remoções, cujas famílias passariam por uma triagem, ou seja, quem tivesse a renda mínima exigida pelo BNH ganharia seu espaço o paraíso, e, quem não tinha, ficaria por ali mesmo, já que no centro higienizado de Porto Alegre já não tinha mais espaço para "malocas". Dos anos 60 para cá o projeto Vila Nova Restinga foi sendo concluído, enquanto, do outro lado da J.A. Silveira os governos foram botando um poste aqui, outro ali, fazendo uma delegacia de polícia, um fórum, umas escolas, abrindo umas ruas, mas

¹⁹ O grifo é meu.

²⁰ Ver figura 03, p.104: Avenida J.A. Silveira (Avenida do trabalhador). Foto tirada a partir da “Restinga Velha”. O canteiro ao centro chama-se “Esplanada”. As colunas brancas ao fundo à esquerda fazem parte de um palco cujo projeto foi parcialmente executado.

nunca com um projeto consistente, sempre emergencial. Em termos de isolar os favelados, o êxito do projeto foi pleno, em termos de construir um bairro modelo de integração familiar e social, algo deu errado, porque o fluxo urbano da Nova foi travancado e seu espaço mal aproveitado, e durante muitos anos, as duas metades ficaram segregadas. Segundo Heidrich (2002) a Restinga Velha possui espaços de apropriação pública muito mais efetivos do que a Nova, e sua flexibilidade urbana, juntamente com a criação da esplanada nos anos 90, fez com que a Restinga entrasse no século XXI em um processo de integração das duas metades, rumo a formação de um bairro. Mas esta integração se deve muito mais à sua população do que às iniciativas populistas do poder público

(...)o gueto é um dispositivo socioespacial que permite a um grupo estatutário dominante em um quadro urbano desterrar e explorar um grupo dominado portador de um capital simbólico negativo, isto é, uma propriedade corporal percebida como fator capaz de tornar qualquer contato com ele degradante, em virtude daquilo que Max Weber chama de “estimação social negativa da honra”. Em outros termos, um gueto é uma relação etnoracial de controle e de fechamento composta de quatro elementos: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional (WACQUANT, 2001, p.100)

Com o retorno financeiro aos cofres públicos, foi construído o Centro Comunitário da Restinga (CECORES) em 1977 e o Conjunto Habitacional Monte Castelo, em 1981, composto por 512 apartamentos, divididos em blocos²¹.

Segundo alguns de seus moradores, no campo cultural, quase nada foi feito na Restinga pelos órgãos municipais, e, sendo o bairro desprovido de atividades culturais e recreativas existem poucas alternativas. Uma delas é o CECORES, com um ginásio de esportes coberto e vários campos de futebol espalhados por quase todas as ruas. Nesse clima criou-se uma escola de samba que serviu para mobilizar a comunidade para um novo tipo de divertimento e lazer, salienta-se que esta se localizou no lado da Restinga Velha.

A Restinga cresceu, foram implantados centros comerciais, construídas escolas, creches, ginásios de esportes, delegacia de polícia, e postos de saúde.

A Restinga Nova não sofreu acréscimo de população. Recentemente, não foram construídas novas unidades; a Restinga Velha continua crescendo devido à ocupação de novos aglomerados. Hoje, a Restinga, que foi projetada para ter no máximo cinquenta mil pessoas, está, segundo dados

²¹ Figura 04, p.104: Conjunto habitacional Monte Castelo construído no governo Figueiredo, na Restinga Nova. Uma das poucas habitações verticais do Bairro

das associações comunitárias e do DEMHAB, com cento e cinquenta mil habitantes²². Assim, o que inicialmente seria um núcleo habitacional, é hoje um dos bairros mais populosos de Porto Alegre, com 10% da população do município.

A Restinga foi projetada em 1967 para ser "A Vila Nova Restinga", um modelo higienista de desfavelização e organização urbana, e inclusive, as "Unidades Vicinais" ganharam este nome porque são urbanisticamente projetadas para serem voltadas ao próprio centro. No conceito dos urbanistas da época, o isolamento arquitetônico fortaleceria a família e os laços de vizinhança.

Em anexo, é contada uma versão²³ desta história escrita diretamente por moradores do bairro, com minha pequena colaboração, a ser publicada no livro "Vivenciando a Cultura na Restinga", resultado do projeto de extensão homônino, executado pelo grupo Juventude e Contemporaneidade em conjunto com os oficinairos do FERES. Relatarei aqui também uma conversa que tive com Beleza, um dos redatores desta história, morador antigo da Restinga e ativista político presente em quase todos os movimentos que acompanhei desde 1996.

Em todas as outras versões da história da Restinga, ela é contada em uma linearidade episódica, partindo dos anos sessenta, e prosseguindo em suas diferentes fases de urbanização até os dias de hoje. Tal linearidade aparecerá também aqui, mas será acrescentado um início diferente, partindo do tempo presente, porque é nele que o passado se atualiza, e é da experiência atual que surgem os elementos vindos do passado, que podem ser dissolvidos e resignados ao ostracismo do esquecimento ou repetidos insistentemente na memória, na história e na concretude das obras de arte, arquitetura e urbanismo, ou na repetição de modos de gerenciar uma rua, um bairro ou uma cidade. E a história da Restinga pode ser sintetizada em muitos dos fatos e movimentos descritos aqui nesta tese, como o caso do esgoto da Escola Mário Quintana, ocorrido do chamado "tempo presente", mas que contém em si passado que será narrado posteriormente:

Hiroxima, professora da Escola Municipal Mário Quintana escreveu em 17/05/2006, um e-mail endereçado à lista feres@yahoogrupos.com.br uma mensagem cujo título é:"Boas notícias ambiental":

²² A real população da Restinga é uma polêmica e uma característica interessante de sua territorialidade simbólica. Dado oficial do IBGE indica 54 mil habitantes, mas suas associações comunitárias ou moradores mais antigos indicam cifras como 100 mil, 150 mil, ou até mesmo a mais exagerada de todas, 300 mil habitantes. Esta polêmica é decorrente das constantes remoções e habitações clandestinas, pois muitas residências não constam no censo.

²³ Ver anexo, p 201

Pessoal, Escrevo para lembrar que de 22 de maio a 02 de junho temos atividades de aniversário na Mário Quintana.

Ainda temos espaço para oficinas, apresentações artísticas e precisamos de parceiros para o mutirão do dia 27 de maio , quando a Fundação Gaia vai orientar a transformação do nosso pátio. Precisamos de mudas de plantas, empréstimo de pás e carrinhos de mão, picaretas e outras ferramentas.

também vai ser legal se pudermos registrar a atividade em vídeo e foto, entrevistar os participante e mostrar um "antes e depois".

Quem tiver caliças, poda de árvores, pneus, canos ...também pode colaborar.

Mudando de assunto: Dia 9 de agosto vamos ter o EJEMA de Inverno. A gurizada definiu o tema : Permacultura no pátio escolar e que será em formato de minicursos e oficinas e os temas escolhidos para estes são: desenho e pintura da natureza(Como os grandes pintores e paisagistas da natureza brasileira) e com tinturas produzidas de pigmentos naturais; ervas medicinais e aromáticas; sons da natureza; sementeiras; biodança; bijuterias com sementes; Cuidados com animais domésticos e como manter uma Fazendinha no pátio da Escola; jardinagem e hortas.

Cla - precisamos confirmar reserva para o parque, ver lanche e transporte para os jovens participantes.

A Escola Mário Quintana, uma das mais recentes da Restinga, localiza-se na Restinga Velha, entre o Núcleo Esperança, um loteamento oriundo de ocupação irregular e a Vila Castelo, uma das tantas remoções de favelas constituída de lotes individualizados executada pela METROPLAN. A Escola fica localizada no pé do Morro São Pedro, um dos morros mais altos de Porto Alegre, e cujo sedimento serviu, nos anos sessenta de matéria-prima para a terraplanagem inicial da Restinga. Segundo Heidrich (2002), esta terraplanagem só foi possível graças à tolerância da legislação ambiental da época. Nas condições atuais, a remoção de material do morro, atualmente uma reserva ecológica, seria considerada um crime ambiental. Entretanto, apesar do suposto rigorismo da lei, sua fiscalização não lhe faz jus. Partindo da Avenida J.A. Silveira, que divide o bairro, entrando na Vila Castelo (ver mapa) e iniciando a subida do Morro, são explícitos os depósitos de lixo clandestino, o desmatamento, pedreiras desativadas e as construções residenciais clandestinas²⁴.

²⁴ Figura 05 :Grafiteagem feita no aniversário da Escola Mário Quintana, 2006

Tendo sido construída no fim da década de 90, já em consonância com o sistema contemporâneo de ciclos e entrando no paradigma dos temas transversais, a Mário Quintana historicamente conviveu com as precárias condições de seu entorno, tanto em termos da vulnerabilidade de sua vizinhança quanto com o desrespeito com a ecologia. A Escola desenvolveu ao longo dos anos importantes atividades de educação ambiental com seus alunos, através de oficinas, passeios, grafitagens da escola, reciclagem de lixo e inserção da temática ecológica como tema transversal no currículo escolar, além de ser uma das escolas mais atuantes no FERES, e que, no projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”, foi uma de suas professoras que agenciou as demais escolas da Restinga Velha para sediarem as oficinas do projeto. A mensagem acima exemplifica suas variadas atividades ambientais.

Um pouco menos de uma semana depois (23/05/2006) da mensagem ter sido postada na lista, Hiroxima envia outra, com o título “S.O.S Mário Quintana”:

ESCOLA MUNICIPAL FECHA AS PORTAS

A EMEF Mario Quintana, situada no acesso C da Vila Castelo, bairro Restinga, paralisa suas atividades, por tempo indeterminado, a partir do dia 22 de maio de 2006 devido ao escoamento do esgoto a céu aberto no seu pátio, o que causa uma situação de insalubridade para a comunidade como um todo, expondo as crianças ao risco de contraírem diversas doenças. Embora o empenho constante das Direções atual e anteriores, tal situação vem se arrastando há vários anos, sem que os órgãos públicos tomem as devidas providências para a solução definitiva deste problema que atinge toda a comunidade escolar, adotando apenas medidas paliativas que nada resolvem. O Conselho Escolar convoca Assembléia Geral para avaliar a situação amanhã, dia 23 de maio de 2006, às 10 horas na própria Escola.

Comissão de imprensa

Por uma certa ironia do destino, que, veremos, no contexto da Restinga é perfeitamente compreensível, uma das Escolas mais novas e mais atuantes na área de Educação Ambiental enfrenta sérios problemas de saneamento básico, expondo funcionários, professores, e principalmente, alunos ao esgoto a céu aberto.

Esta mensagem foi transmitida a diversas redes, ao FERES, à Câmara de Vereadores à SMED, e efetivamente desencadeou toda uma pauta de protestos e reivindicações. 24 horas após a referida reunião do Conselho Escolar, é enviada por C.A., uma das coordenadoras do FERES, a

seguinte mensagem, contendo uma retransmissão de notícia publicada no site da Prefeitura de Porto Alegre:

24/05/2006

EDUCAÇÃO

Prefeito determina obra emergencial na Escola Mario Quintana

O prefeito José Fogaça determinou a realização em caráter emergencial de obras para recuperação do sistema de esgoto da Escola Municipal Mario Quintana, com o objetivo de resolver problemas de alagamento na instituição. Localizada na Vila Castelo, no Bairro Restinga, a escola paralisou as aulas na segunda-feira à tarde devido ao transbordamento da rede cloacal. Após as iniciativas tomadas durante a visita do secretário de Coordenação Política e Governança, Toni Proença, e dos técnicos de diversos órgãos municipais, os alunos devem retornar à escola na sexta-feira, 26.

Na manhã de hoje, o secretário de Coordenação Política e Governança Local, Toni Proença, compareceu à escola, onde esteve reunido com a direção, professores e mais de uma centena de pais de alunos. Após inspeção do local pelos engenheiros dos Departamentos Municipais de Água e Esgotos (DMAE) e de Esgotos Pluviais (DEP), ficou decidido que a escola, que atende cerca de mil alunos, terá sua ligação de esgotos desviada para a rede pluvial e as obras devem iniciar amanhã, 25.

"A obra que a Prefeitura irá realizar em caráter emergencial e em tempo recorde, a fim de permitir que os alunos retornem às aulas o mais rápido possível, é um verdadeiro mutirão que os diversos órgãos envolvidos estarão realizando", destacou o secretário de Coordenação Política e Governança. Na vistoria à escola, Toni Proença, acompanhado por uma equipe de técnicos da Prefeitura, constatou que os problemas existem desde que a escola foi construída em 1999.

*Ao tomar conhecimento dos problemas, que causaram a suspensão das aulas na Escola Mario Quintana, o prefeito José Fogaça determinou que fossem adotadas **medidas de caráter emergencial**²⁵ para a sua solução, a fim de que as aulas recomecem o mais breve possível. Amanhã as equipes do Dmae e do DEP iniciam o desvio do esgoto para fora do pátio interno da escola. Com esta ação, os alunos poderão retornar às aulas já na sexta-feira. A solução definitiva para a rede de esgoto ocorrerá a partir de terça-feira, 30, quando o Dmae começará o trabalho da rede nova. A obra deve se estender por, no máximo, quinze dias.*

²⁵ O grifo é meu

Demandas

Durante a visita, o secretário de Coordenação Política e Governança tomou conhecimento de outro problema enfrentado pela escola Mário Quintana, que é ocupação da área verde localizada ao lado da instituição de ensino e separada apenas por uma cerca de arame. Foi encaminhada solicitação à Smov e ao Demhab para que seja encontrada uma solução para os moradores do local. A escola em breve deverá receber um gradil para impedir que ocorram invasões.

A situação envolvendo a Escola Mário Quintana traz à tona questões históricas do bairro que são recorrentes desde a sua gênese, independente de quem esteja na administração municipal ou quais os moradores ou instituições envolvidos²⁶. Em primeiro lugar, demonstra a complicada situação na qual a escola se encontra, e as estratégias desenvolvidas por professores, pais e alunos para dar conta desta demanda, e a rede rapidamente mobilizada. Em segundo lugar, o caráter ambíguo do poder público, que, enfim, construiu uma escola em uma zona de conflito ambiental e não teve a preocupação no desenvolvimento do entorno, nem em dotá-la de um sistema de esgoto condizente com a situação. Em terceiro lugar, o uso político do caso através da divulgação da prefeitura, como se esta atendesse “em tempo recorde” a uma questão “emergencial” e realizasse um grande mutirão entre as secretarias, que, ao avaliarem a escola, também “constataram” as irregularidades ambientais. Como pode uma questão que existe há muitos anos, em uma escola que foi construída recentemente, ser tratada como situação emergencial? Além disso, é desconsiderada no texto toda a mobilização da comunidade, dando a entender que a prefeitura atendeu a um pronto chamado, o que não é verdade, é exatamente o oposto. A situação explicita também duas formas de isolamento e segregação evidentes na Restinga: o isolamento do bairro em relação ao centro, e a segregação histórica entre a Restinga Velha e a Restinga Nova, como coloca Heidrich:

O fator locacional é relativo à posição geográfica que o bairro ocupa no interior da zona urbana. A distância de 25 km que guarda do centro tradicional da cidade determina que configure um sistema isolado, o que possibilita analisar sua consolidação e o desenvolvimento da centralidade considerando apenas suas relações e propriedades internas, sem a interferência de outras áreas urbanas que, sendo vizinhas, pudessem vir a estabelecer influência” (HEIDRICH, 2002, p.61)

As características da estrutura urbana dizem respeito ao tratamento desigual dado às duas áreas quando de sua implantação pelo poder público. Enquanto a estrutura urbana proposta para a área da Restinga Nova era imbuída de ideais sociais, os quais seguiam preceitos de planejamento urbano, cuja raiz reside nos ideais expressos nas cidades Jardim, na Restinga

²⁶ Figura 06, p.- Invasões e lixo irregular no entorno da Escola Mário Quintana, Vila Castelo, Restinga Velha, 2006

Velha a estrutura urbana tinha como premissa assentar populações **em situações emergenciais**²⁷ (idem, p.61)

6.3 Programas de desfavelização e a exclusão social

Observando o mapa das remoções que originaram a Restinga, bem como a posição geográfica do bairro, é possível verificar a grande quantidade de espaço entre “o resto” da cidade e o terreno, espaço este que é vivenciado concretamente na viagem de carro ou ônibus. Existem remoções de favelas em áreas próximas ao centro ou mesmo ocupações irregulares e segregação habitacional em zonas de grande poder aquisitivo, como as proximidades do Shopping Iguatemi (no extremo geográfico, simbólico e financeiro oposto da Restinga), e não é apenas o fator local que impossibilita o morador da Restinga de frequentar o cinema ou teatro. A especificidade da Restinga foi justamente seu projeto de isolamento proposital, disfarçado por um plano mal-sucedido de criação de um sistema urbano autônomo. São importantes as considerações que Zygmunt Bauman faz sobre a relatividade do espaço em nosso planeta em nosso mundo:

Nosso planeta está cheio.

Essa afirmação, permitam-me esclarecer, não vem da geografia física ou mesmo humana. Em termos de espaço físico e da amplitude da coabitação humana, o planeta está longe de estar cheio. Pelo contrário, o tamanho total das terras desabitadas ou esparsamente habitadas, consideradas inabitáveis ou incapazes de sustentar a vida humana parece estar se expandindo, e não se encolhendo. À medida que o progresso tecnológico oferece (a um custo crescente, sem dúvida) novos meios de sobrevivência em *habitats* antes considerados inadequados para o povoamento, ele também corrói a capacidade de muitos *habitats* de sustentar as populações que antes acomodavam e alimentavam. Enquanto isso, o progresso econômico faz com que modos de existência efetivos se tornem inviáveis e impraticáveis, aumentando desse modo o tamanho das terras desertas que jazem ociosas e abandonadas (BAUMAN, 2005, p.11)

A criação da Restinga tem início ainda em um período que concepções higienistas de urbanização eram postas em prática (HEIDRICH, 2002), e estudar este processo significa tentar compreender as condições de ajustamento dos indivíduos sujeitos a planos ou experiências governamentais, dentre essas, a implantação de conjuntos residenciais de baixos custos, situados em locais distantes dos centros urbanos tradicionais. O objetivo inicial e oficial destes projetos era beneficiar camadas de população sociais e economicamente desprivilegiadas, no entanto, a ambivalência da execução acarretou na criação de outras favelas, invertendo a lógica inicial.

²⁷ O grifo é meu.

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (a classe dominante) investidos de poderes de coerção mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 1996, p.15).

6.4 Relato de uma entrevista com Beleza

Beleza é uma figura obrigatória para quem deseja conhecer a Restinga: polêmico, sem papas na língua, ele habita a comunidade com intensidade e o conheço desde as minhas primeiras andanças pela rede, em 1997. Desta vez optei por usar a técnica da conversa. A idéia inicial era entrevistá-lo após do almoço, mas, ao chegar em sua, casa, sentamos na varanda pra tomar mate e conversar. Começamos a falar da Restinga e não paramos mais, nem na hora do almoço. Depois da refeição liguei o gravador e fiz umas perguntas específicas. Beleza foi conselheiro tutelar e diretor do CECORES. Hoje atua em um grupo chamado “Amigos do Atelier”²⁸. Beleza participou do projeto Vivenciando a Cultura na Restinga, sempre com voz ativa e posição firme. Foi um dos escritores da história da Restinga que será publicada pelo “Vivenciando...”, afinal, é um de seus moradores mais antigos e possui no currículo um importante percurso militância política. Hoje ele já diminuiu um pouco o ritmo, devido a idade e problemas de saúde Beleza hoje se coloca como suporte para as novas gerações, ou com ele mesmo diz “essa gurizada precisa de alguém com o cabelo branco junto”. Como é comum na Restinga Nova, tive dificuldades no caminho para sua casa pois ele não mora em uma rua e sim em um acesso, e em frente a sua casa há uma confluência de ruas e acessos, além de um tipo de elevação, um degrau, que separa duas ruas.

Chegando no bar da esquina, foi só perguntar: onde mora o Beleza? E entrevistado mora em um terreno grande, em uma casa de dois pisos, sendo que embaixo mora ele e sua mulher e no andar superior mora a filha. A residência possui um pátio e dois cachorros, tudo em uma arquitetura caótica, como a maioria das residências restinguenses que não fazem parte dos condomínios ou de conjuntos habitacionais mais recentes. Aliás, mesmo na Restinga Nova nestas imediações da Nilo Wulff e da J.A. Silveira, é bastante curiosa no que se refere à organização das ruas e das casas, talvez pelo objetivo do plano-piloto arquitetônico de criar zonas concêntricas, que evitassem a circulação periférica.

²⁸ O Atelier é um espaço localizado no Centro Administrativo da Restinga. O grupo dos Amigos do Atelier é constituído por voluntários que ministram oficinas de desenho, pintura, escultura e artesanato, abertas à população.

E é aqui que começa nossa conversa, diante de um chimarrão e do comentário do Beleza sobre o fato de esta parte da Restinga ser feita como Brasília, com os acessos e as tais “super quadras”. Quando ele chegou ali, disse ter se assustado porque o imenso terreno era originário de fazendas que foram desapropriadas e loteadas. Aí ele me relatou um dos processos envolvidos no “remover para promover” tão comum na história da Restinga. Houve várias modalidades de loteamento no programa, e a concessão de terrenos e lotes, segundo ele, obedecia a “levas” que coincidam com períodos de eleições. A preferência era dada a pessoas que se relacionavam com políticos ou pessoas importantes da época, a empregada de um deputado, o motorista de um general, e assim por diante. E muitos também faziam um certo jogo político, inclusive colocando lotes em nome de outras pessoas, para fazer “grilagem”²⁹. Segundo Beleza, aconteceram muitos conflitos de máfias de grileiros na Restinga. Ele próprio chegou a ter dois terrenos em seu nome, inclusive sendo cobrado recentemente por um deles. Também disse que a maior parte dos terrenos só foi regularizada há pouco tempo.

O terreno dele foi conquistado a partir de um processo de reivindicações da época em que era trabalhador do porto, em uma época conturbada em que chegaram a ter conflitos armados com a polícia por conta de demissões, em meados dos anos 70. Pelo que relata, na hora em que o DEMHAB credenciou os trabalhadores, ele ajudou a organizar uma política de alocação, para que queria e precisava de um lote na Restinga. Na Restinga Velha, além de muitas ocupações clandestinas, os loteamentos com a quinta unidade (mais recente, de 2001) eram constituídos de um terreno e um banheiro. Sendo a Restinga um lugar relativamente afastado e plano, além de haver a moradia barata pro conta da grilagem ou das inúmeras políticas de habitação, a população, segundo ele, é muito variável, e talvez por isso não haja a criação de vínculos e relações de vizinhança e de comunidade tão intensas.

A formação das unidades habitacionais da Restinga é repleta de histórias de politicagem, “apadrinhagem”, conflitos e lutas pela habitação, grilagem, lutas pela democratização, a heterogênesse das diferentes unidades habitacionais. Hoje a Restinga está “mais ajeitada”, tem mais recursos.

Enquanto conversávamos aconteceu uma situação curiosa, e depois, a volta refleti bastante sobre o caráter violento do ocorrido. Um senhor negro, de boné e andar obtuso, aproximou-se do portão, pedindo para falar com a esposa do Beleza. Queria saber como estava a grama, para cortá-

²⁹ Segundo a Wikipedia (<http://pt.wikipedia.org/>), Grileiro é um termo que designa quem está na posse ilegal de prédio ou prédios indivisos, por meio de documentos falsificados, ou indivíduos que ocupam uma terra devoluta. O termo provém da técnica usada para o efeito, que consiste em colocar escrituras falsas dentro uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, por consequência, mais verossímil.

la A senhora falou que a grama já tinha sido cortada e que depois ele poderia recolher a sujeira do terreno. Beleza informou-me do que eu já percebera, que aquele senhor era um doente mental que morava na vizinhança e que sobrevivia de pequenos biscates. Absorto pela conversa, percebi, no canto do olho, um bando de adolescentes vindos de alguma escola que passavam na rua acima do degrau que havia na frente da casa, eles riam e gritavam e jogaram uma pedra na direção oposta de seu trajeto, e por acaso na mesma direção em que o cortador de grama se encaminhava. Beleza, em contida indignação, disse que isso acontece, é um absurdo os garotos implicando com o pobre deficiente, e jogando pedras nele, que não fazia mal a ninguém. Um pouco incrédulo, perguntei se eles faziam isso sempre, e ele me disse que sim. Fiquei atônito com a cena absurdamente primitiva de adolescentes apedrejando um deficiente mental com se este fosse um cachorro.

Beleza falou que tudo apor ali precisa ser discutido e obtido com um certo esforço, que o poder público não é muito democrático nem muito presente, com exceção das épocas de eleição. Chegamos a falar sobre a polícia, ele me contou que, uma vez, na época em que era conselheiro tutelar, por volta de 1992, ouviu barulhos e latido de cães. Por uma fresta na janela, viu que alguns brigadianos³⁰ interpelavam adolescentes que fumavam maconha em frente a sua casa. Disse que davam botinadas e batiam nos jovens com achas de lenha. Teve que intervir, perguntando o que acontecia, os policiais responderam que os rapazes estavam fazendo a coisa errada. Ele respondeu que os conhecia, que moravam na vizinhança, não eram bandidos e que se estivessem fazendo algo errado era para a polícia intervir do jeito certo, que os levassem, então para a delegacia para registrar ocorrência, e que não era daquele jeito que se resolveria o problema. Segundo Beleza, os policiais disseram alguns impropérios, e as pessoas da vizinhança começaram a aparecer, inclusive os pais de alguns dos rapazes. No dia seguinte, foi até o comando da BM. Segundo ele, o comandante fez pouco caso. Beleza, então, resolveu reportar-se a um superior, que passou uma descompostura no comandante na frente dele. Quando Beleza contou isso, senti um frio na espinha, porque geralmente ninguém, em especial na orgulhosa corporação militar, gosta de receber reprimendas em frente a civis. Beleza contou, então, que, uma noite, vieram uns oito homens com roupas iguais, cercaram e encheram sua casa de tiros. A sorte é que não pegou em ninguém. Novamente foi ao comandante superior, provavelmente um coronel, e este garantiu proteção especial da polícia para ele. Ainda falou que por um bom tempo havia uma certa implicância dos policiais com ele.

A esposa dele nos chamou para o almoço, o cheiro estava ótimo, e o gosto melhor ainda, feijão arroz, aipim, uma boa salada e um bife delicioso. As verduras compradas na Restinga são

³⁰ São chamados popularmente de brigadianos os policiais militares, soldados da Brigada Militar.

boas, vêm de pequenos agricultores ali da região mesmo. Continuamos nosso papo sobre vida no bairro. Beleza disse que as coisas melhoraram muito, agora há uma certa autonomia, há supermercado, banco, fórum, delegacia, etc. A tranquilidade de viver na Restinga, exceto nas zonas de conflito ou nos ajuntamentos para jogo do osso ou saída de bailão. Os territórios do tráfico ficam na Velha, onde há duas zonas bem delimitadas, a dos Miltons e a dos Manos, e parece que o líder de uma delas estava preso.

Segundo ele, em algumas escolas a guarda municipal fora atacada para roubo de armas. Beleza também falou da cobrança de pedágio do tráfico de drogas, em algumas zonas. Funcionava desta forma: o tráfico paga para a polícia e esta mantém relações pacíficas em algumas zonas. Ele chegou a testar isto em uma época em que estava no Conselho, de ligar para a polícia para denunciar e esta vir no encalço de quem denunciou. Falou que é complicado para a polícia transitar em certas áreas. Lembrei dos tempos eu fazia estágio no José do Patrocínio, e um velho sargento da PM, o seu W., que fazia a segurança na escola chegava algumas vezes a agredir alunos. Parece que seu W. acabou um dia apanhando e tendo sua arma roubada. Após comermos uma bergamota de sobremesa, liguei o gravador e fomos até a varanda.

Beleza é muito cético a respeito das políticas públicas e ações do governo ou da UFRGS na Restinga, um dos que mais se queixa da lógica ambivalente, dos vínculos parciais que estas instituições fazem com os moradores e os movimentos sociais. E ele tem esta reserva também em relação a mim, afinal, em minha trajetória acadêmica pouco linear, tenho um processo de idas e vindas na Restinga. Lembrei muito desta citação, que encerra este relato:

O padrão de relacionamento clientelista e a concepção negativa da política, fruto de uma experiência fundada numa longa trajetória sócio-histórica, constituem um habitus que se contrapõe de forma vigorosa aos discursos e práticas de organização, mobilização e participação política. E isto não por uma "falta de consciência" ou "atraso da população, conforme tendem a sustentar determinadas abordagens "elitistas", mas porque esta população aprendeu através de sua experiência que a "política é algo negativo (e, de fato, para ela geralmente o foi) e, a partir disso, produziu uma representação e uma forma de relacionar-se com a "política" que traduz na prática cotidiana essa visão negativa. (KUNRATH SILVA, 2001, p.32)

6.4 Seu Alcides, o guerrilheiro urbano

No segundo dia do projeto "Convivências", tivemos a oportunidade única. Guiados por Marcos, Alex e Beleza, visitamos um morador folclórico e com uma visão política, eu diria,

peculiar: seu Alcides³¹,. Confesso que foi uma experiência inesquecível, dada a singularidade da figura. Mesmo que não tenha muito a ver com a problemática da tese, é um importante registro das figuras humanas e das múltiplas histórias que o trabalho de campo proporciona ao pesquisador, e é a prova de que o doutorado é muito maior que uma tese.

Naquela tarde de terça-feira, os dez conviventes, eu, Beleza, e Alex invadimos a casa deste que foi-nos apresentado como um “guerrilheiro urbano”, e segundo Marcos, teria confeccionado coquetéis Molotov em um evento que chamam de “A Guerra da Restinga”. Segundo relatos, esta guerra teria sido uma série de convulsões e protestos urbanos ocorridos nos anos 80 pela melhoria do transporte e contra o monopólio da empresa Tinga. Sentamos todos na sala, eu com a câmera de vídeo na mão e Bianca, das Ciências Sociais, com a câmera fotográfica. Ainda que um pouco resabiado com tanta gente estranha, mas nem tanto, pela presença de Beleza, Marcos e Alex.,Alcides desfilou seu repertório de histórias curiosas e tiradas humorísticas corrosivas. Não pude registrar de forma escrita o depoimento pelo fato de estar com a câmera na mão, e, como esta era emprestada eu acabei ficando com a fita Mini DV e não podido assistir de novo por motivos técnicos³².

Utilizo-me do relato escrito da colega Daniela Scheifler³³, estudante de letras e integrante do grupo Contadores de História, projeto do instituto de letras da UFRGS que, a partir do “Convivências”, está realizando pesquisas de campo na Restinga e já contatou Alcides e Beleza para contarem suas histórias, que provavelmente serão publicadas em um livro:

Almoçamos e à tarde fomos contatar com o seu Alcides um morador da Restinga que conhece várias histórias dali, pois mora há 34 anos na Restinga. Ele disse que foi pro bairro por causa da mulher, mas que não gosta dali. O sonho dele era ir para a Maria Degolada, porque a Restinga fica muito longe de tudo. Mas como ele e a primeira mulher, que já morreu, eram pobres, esse foi o único lugar onde ele pôde comprar uma casinha. Faz 34 anos que ele veio morar na Restinga, na época só havia um supermercado chamado Cobal. Os ônibus eram “cacos –velhos” e ele diz ter demolido alguns no passado para ver se resolvia a situação. Ele disse que hoje faria tudo de novo. Ele diz que o pobre é burro porque agüenta tudo calado, diz que o pobre não deveria ter medo de polícia e do estado. Diz que só os pobres é que podem mudar o mundo, porque

³¹ Figura 07- Dois dos mais antigos moradores da Restinga, sentado, Beleza, ativista político multitarefa. Em pé, Seu Alcides, velho guerrilheiro urbano (p.106).

³² Esta e todas as outras 04 fitas de vídeo gravadas durante o “Convivências” estão em minha prateleira, esperando o momento de que seja elaborado um projeto de um documentário sobre a Restinga, que certamente farei depois da defesa da tese.

³³ Devidamente autorizado pela autora.

o rico vai querer ficar cada vez mais rico e o pobre vai ficando cada vez mais pobre. Ele disse que a saída para o pobre era estudar. Falou bastante dos filhos e do quanto ele os incentivou a estudar. Falou principalmente do “Naldo” que hoje é doutorando de História na USP. Contou que o filho rodou dois anos no colégio e que quando descobriu isso, chegou para o menino e perguntou: -Lhe falta alguma coisa meu filho? Roupa, calçado, fruta? Como o filho respondera que não, ele disse: -Então tu estuda, porque senão eu te mato! Uma outra filha dele vende cachorro quente no centro de Porto Alegre e ele fala assim: -Essa não estudou! Ele diz que na Restinga a saúde não presta e nem nunca prestou e, que por ele, botava abaixo o posto de saúde, porque só assim é que as coisas se resolvem. Ele disse que deveria haver um paredão dos empresários. Nesse paredão deveria se propor um aumento de salário justo para os pobres viverem com dignidade. O primeiro empresário que discordasse deveria ser fuzilado. Beleza comenta com o Seu Alcides a respeito das greves que havia no passado e os dois falam que “as greves era feias”. A frase dita por eles estava carregada de conteúdo semântico. Na troca de olhares e no silêncio foram ditas muitas coisas. Alguém levanta a questão do jogo da sena e ele diz que se ganhasse os 35 milhões iria para Santa Catarina, construiria uma casa bem grande e daria uma cesta básica para os pobres dizendo assim: -Vai meu filho agora tu já tem o que comer, vai procurar emprego e ganhar a vida!. Depois contou a história de como foi enganado pelo dono da madeira “O Mena” . Disse que o tal dono da madeira pegava dinheiro com todo mundo e não pagava ninguém. Certo dia o Seu Alcides resolveu cobrar de verdade o Mena e disse a ele: Seguinte Mena, ou tu paga o que me deve, ou um de nós dois vai morrer ! Disse que a partir daí o madeireiro começou a pagar parcelado, por mês, a quantia de R\$500,00 (a dívida era de R\$ 24,000,00) e que há pouco tempo lhe pagou o que restava , uma quantia de R\$14,000,00. Agradecemos ao seu Alcides por ele ter nos recebido na casa dele. Porém antes de irmos embora, perguntamos se ele aceitava contar essas histórias que nos contou e outras mais que conhecesse para as crianças das escolas da Restinga, dentro desse Projeto de Contação de histórias que está sendo organizado para acontecer no bairro. Ele respondeu prontamente que sim, que não havia problema.

*Depois disso o plano era pegarmos o ônibus de volta ao centro de Porto Alegre, mas ao nos dirigirmos ao terminal encontramos uma manifestação dos moradores , a maioria donas de casa, protestando por causa da mudança nos itinerários dos ônibus da Restinga. Os moradores pediam que, ou melhorassem o itinerário, ou que voltasse tudo a ser como antes. Acabamos nos envolvendo na manifestação. Filmamos, fotografamos e pegamos depoimentos das moradoras. A brigada estava presente e era um protesto pacífico. O Marcos comentou que era um protesto somente para aparecer no **Diário Gaúcho**, que, aliás, estava presente. Os ônibus estavam*

desviando da rua que foi trancada no protesto, portanto a manifestação não chegou a bloquear o tráfego dos ônibus. Para o grupo todo ficou evidente o poder que há na mídia e o quanto estas pessoas desejam compartilhar desse poder.

6.5 As “favelas” e o problema da segregação urbana³⁴

Para o IBGE (2002), a favela é entendida como um “aglomerado subnormal”, um “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais”.

Por outro lado, para o Instituto Pereira Passos³⁵ (2006) a favela é uma “área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais”.

Muitas pessoas que nunca pisaram na Restinga a consideram uma favela. Minhas próprias impressões iniciais antes de adentrar seu território, bem como os relatos dos integrantes do “Convivências” confirmam isso. No entanto, a Restinga, como outros bairros de POA, apresenta regiões que podem ser consideradas favelas, e outras não. A parte “favelada” da Restinga é gerada pela ambivalência da triagem inicial de seus moradores e pela continuidade das “desfavelizações” da cidade, que existem até hoje.

Em um capítulo de curta duração e longo alcance, Norbert Elias introduz seu livro “Os Estabelecidos e os Outsiders” falando, primeiramente, sobre a questão dos grupos discriminados e dos discriminadores, ou daquele que ocupam posições privilegiados em detrimento dos discriminados. Os “estabelecidos” ocupariam uma posição de dominantes simbólicos, enquanto os “outsiders” estariam sujeitos a esta dominação simbólica. Ainda nesta introdução, Elias coloca que existem múltiplas causas e vicissitudes na gênese destas configurações de poder, e que muitas vezes os sociólogos centralizam suas análises na questão econômica, quando fatores muito mais complexos atuam na separação de grupos de dominação. No livro é analisada uma comunidade do interior da Inglaterra chamada ficticiamente de Winston Parva, constituída de três regiões, 1, 2 e 3. Em termos socioeconômicos, a região 1 era constituída pela população de maior renda e posses, enquanto as regiões 2 e 3 eram predominantemente de operários, ou seja, economicamente Winston Parva se dividia em 2 regiões. Elias coloca que a demanda pela pesquisa foram os elevados índices de criminalidade entre jovens da região 3, e as queixas provinham

³⁴ Figura 08: “Ocupação do Unidão” Uma das áreas mais recentes e precárias da Restinga. Terreno em litígio localizado atrás de um supermercado da Restinga Nova ocupado por cidadãos sem moradia

³⁵ <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> acesso em 28/06/2006

predominantemente das regiões 1 e 2. O livro é uma minuciosa e sagaz descrição etnográfica de Winston Parva, introduzida por um capítulo sobre o método. Esta introdução evidencia a importância dos estudos de comunidades e da possibilidade de extrair conceitos sociológicos de estudos qualitativos em localidades menores, como bairros ou pequenas regiões. A etnografia de Winston Parva mostrou que as regiões 2 e 3, ainda que com perfis socioeconômicos semelhantes entre si e diversos em relação à região 1, não possuíam uma história comum ou uma consciência comunitária. A região 3 era discriminada por ser constituída por moradores mais recentes, na sua maioria provindos de outras regiões da Inglaterra, e os moradores das outras duas regiões sentiam-se donos da terra e superiores pelo fato de morarem há mais tempo e guardarem relações de vizinhança mais antigas e duradouras.

Ainda que os novos moradores procurassem criar vínculos e relações de amizade, eles eram sempre rejeitados, tratados como arruaceiros ou escória. O trabalho de Elias foi realizado durante muitos anos através de entrevistas e acompanhamento das atividades cotidianas das comunidades, clubes, bares, igrejas, associações de moradores, captando o clima simbólico presente nas queixas costumeiras, nas conversas de “pé de ouvido”, nos sermões dominicais e nas regras de convivência e aceitação. É de particular bom humor e sagacidade o capítulo sobre a fofoca, considerada importante fator de discriminação das populações marginalizadas. A relação nós-eles, ou estabelecidos e *outsiders* foi o que fez chegar a Elias a demanda de pesquisa, por supostas taxas de criminalidade superiores da região 3 fator considerado irrelevante pela etnografia apurada.

Esta dualidade entre estabelecidos e *outsiders* acontece na Restinga, mas, seguindo os passos de Elias, obedece a configurações simbólicas bastante diversas de Winston Parva, atualizadas no contexto da desfavelização dos anos 70 no Brasil e na peculiaridade das remoções ocorridas na Restinga, e o papel do poder público e suas políticas de habitação é crucial neste entendimento. Como foi dito anteriormente, a Restinga Velha surgiu como um loteamento provisório com o objetivo de selecionar os candidatos ao Conjunto Habitacional Nova Restinga, pelo fator renda. Além da triagem extra-oficial e da grilagem relatadas por Beleza, a diferença de renda entre as famílias que obteriam residência ou não era pequena, naquela época. Uma diferença que não era economicamente tão significativa acabou por tornar-se grande em termos de condições urbanas, sendo os moradores da Restinga Nova cuja renda média ultrapassava em pouco mais de um salário mínimo os da “Velha” contemplados com um bairro cujo projeto era o futuro do Brasil, enquanto os demais permaneceram em um terreno emergencial, para onde, a partir daquela época, toda sorte de favelados e excluídos foram removidos, e as formações denominadas favelas predominam.

6.8 Plano municipal de segurança pública: projeto-piloto da Restinga

Por primera vez desde la formación de la justicia penal estatal moderna, el gobierno ha comenzado a reconocer una verdad sociológica básica: que los procesos más importantes de producción de orden y conformidad son los procesos fundamentales ubicados en el marco de las instituciones de la sociedad civil y no la amenaza incierta de las sanciones legales. (GARLAND, 2004, p.214)

No ano de 2001, a Restinga foi escolhida como piloto para um projeto de segurança pública municipal, elaborado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, convidado pelo prefeito da época, Tarso Genro para a recém criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre. Partindo de algumas estatísticas criminais do Brasil e de Porto Alegre, e da realização de uma sondagem investigativa em dois bairros da capital gaúcha a idéia do plano era investir sobre a população jovem cooptada pelo tráfico de drogas, através de alternativas culturais e esportivas capazes de fornecer outras possibilidades de inserção social em termos de geração de renda e resgate da cidadania.

Como a maioria das capitais brasileiras, Porto Alegre teve seus índices elevados desde as últimas pesquisas, ou seja, houve um aumento de 43,3% nas mortes por homicídio da população total no período entre o ano de 1991 para 2000. No entanto, a posição ocupada pelos porto-alegrenses, no ranking nacional, teve um decréscimo, passando da 8^a, em 1991, para a 11^a em 2000. O bairro Restinga apresenta os seguintes dados, conforme a secretaria do governo municipal:

- População: 130.000 habitantes;
- Em 2000, os homicídios na Restinga representaram 30% dos registrados em Porto Alegre;
- Os dias de maior ocorrência dos mesmos eram sextas-feiras, sábados e domingos, entre dezoito e vinte e quatro horas (BRUSIUS; GORCZEWSKI, 2002).
- Em 2001 foram registrados um total de 16 homicídios, no bairro;
- No mesmo período foram registradas 19 tentativas de homicídios;
- No período de 16 de setembro a 20 de dezembro de 2001 não ocorreram homicídios

A Restinga apresenta também elevados índices de crimes contra o patrimônio, especialmente os arrombamentos, e consideráveis taxas de violência doméstica (TAVARES DOS SANTOS e RUSSO, 2003 e SOARES, 2001). Porém segue um padrão comum ao restante da cidade: o número de jovens vítimas de homicídias é muito maior que o de autores (TAVARES DO SANTOS E RUSSO 2003)

Segundo assessoria do Governo Municipal, o último item coincidiu com a primeira etapa do projeto-piloto. O projeto perdurou até o ano de 2003, mas, através de parcerias e da utilização efetiva da Rede da Restinga, foram postos em prática diversos subprojetos: Artes Marciais, Esporte Dia & Noite, Matriz de Gerenciamento I, Violência Doméstica, Estúdio Multimeios e Desafio da Escuta). A idéia era cercar o problema da juventude, tráfico e violência de todos os lados,

proporcionando que o jovem, além de procurar alternativas de vida, também possa em um segundo momento ter uma atividade geradora de renda (SOARES, 2001).

Brusius e Soares (2002), ao avaliarem a implantação do projeto, escrevem

Após nove meses de intenso trabalho [...] que somou quase seiscentas reuniões em vilas, associações, serviços de saúde, educação, segurança, esporte, cultura etc., além da comunidade acadêmica, constatou-se que houve uma brusca queda dos homicídios no local escolhido para a aplicação do projeto piloto, que sintetizava e servia como teste prático do programa formulado: o bairro Restinga, localizado na zona Sul da cidade (S/P).

A proposta inicial seria de construir um “Estúdio de Mídias” (SOARES, 2001), e promover oficinas ligadas à arte popular, ao *hip-hop*, o *graffiti*, bem como mapear e apoiar a produção de mídias alternativas como fanzines, rádios comunitárias e vídeos alternativos, aproveitando como multiplicadores um contingente de jovens que participaram de projetos anteriores ligados à prefeitura ou de movimentos sociais. Agregado ao projeto, foram criadas oficinas de artes marciais, nas quais chegaram a participar mais de 400 jovens, utilizando-se do espaço cedido por escolas e associações comunitárias. Aconteceram mais de seiscentas reuniões com a comunidade, porque uma das metas de Luiz Eduardo seria aproveitar e “esquentar” as redes da Restinga para aproveitar a capacidade conectiva das entidades, estabelecendo parcerias com outros programas já existentes, além da possibilidade de criar uma “matriz de gerenciamento integrado”, uma espécie de base de dados comum entre instituições que lidam com adolescentes infratores ou abandonados, para que fosse possível mapear suas trajetórias de prestar-lhes auxílio, conforme preconiza o ECA. A Rede integrada, observada em minha dissertação, por exemplo, mobilizou-se em um fórum de apresentação de suas entidades constituintes, no sentido de acolhimento da proposta. A Restinga, uma vez mais era mobilizada pelo poder público a protagonizar mais um projeto. Este projeto apresenta as características ambivalentes da ação do Estado, apontadas anteriormente, por ter sido parcialmente executado, e por ter gerado outras iniciativas e projetos a partir dele. O próximo capítulo é sobre o FERES e suas ações, mas tem início com as conflitualidades envolvendo o Estúdio Mídias.

6.8 ILUSTRAÇÕES

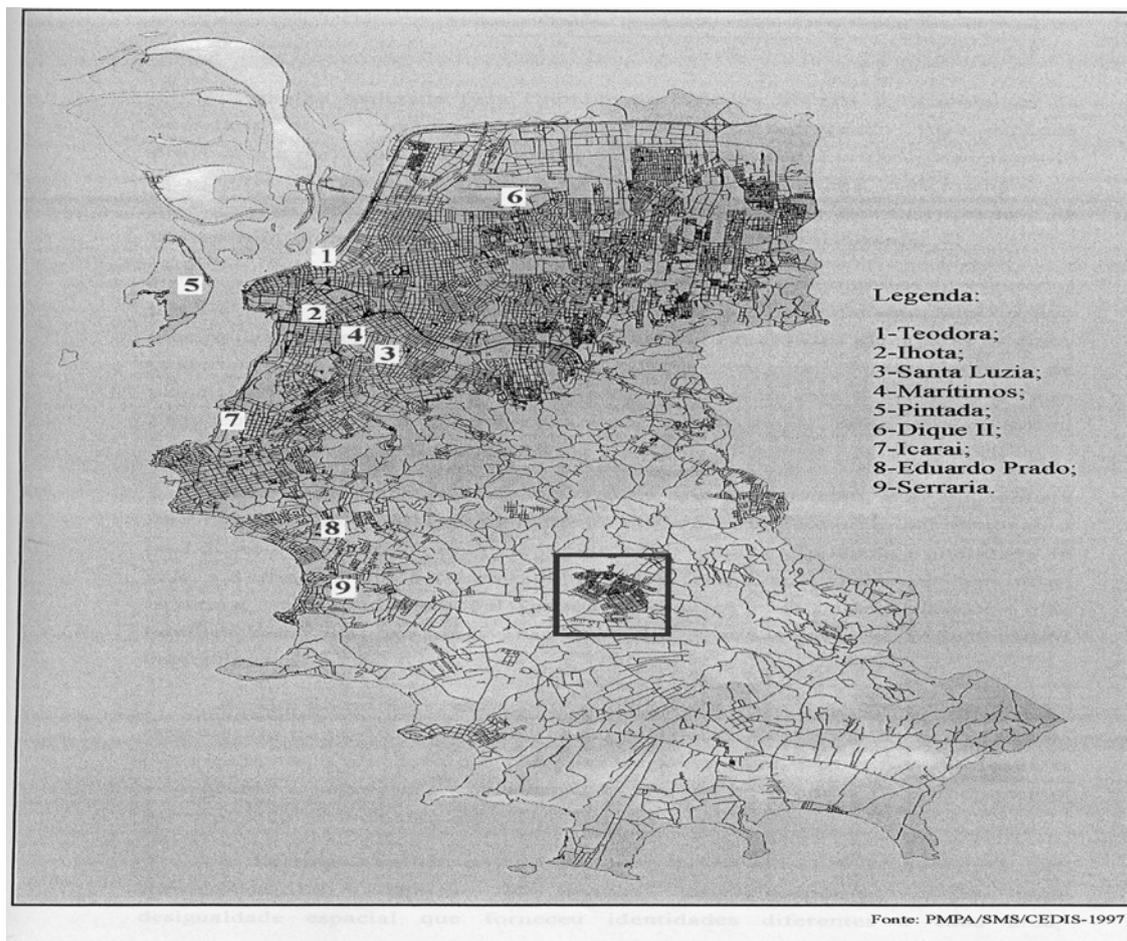


Figura 01- Mapa indicativo da remoção de favelas e demonstrativo do isolamento geográfico da Restinga (Extraído de HEDRICH, 2002)

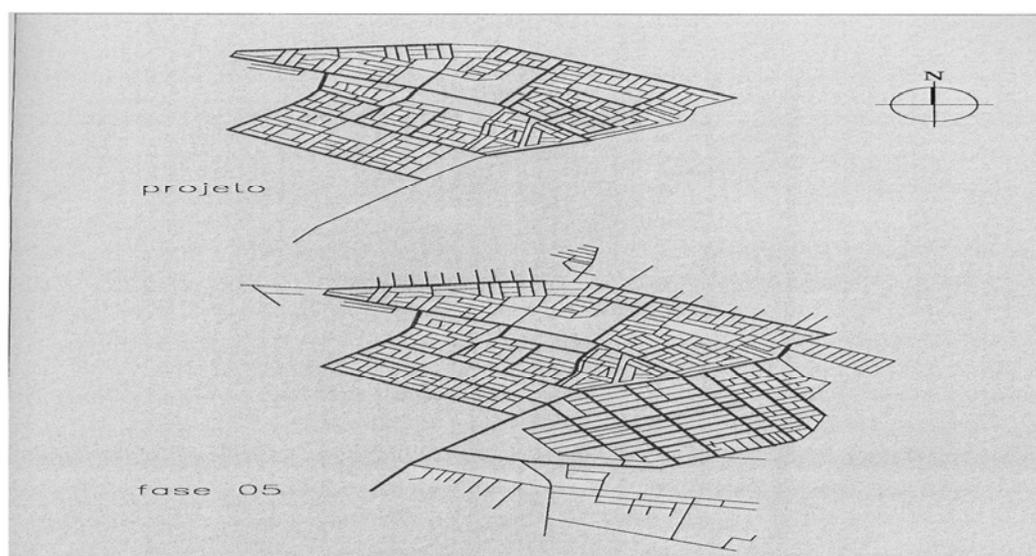


Figura 02 :Projeto inicial da Vila Restinga Nova (anos 60) e mapa atual (2001) Acima da linha central, Restinga Nova, abaixo, Restinga Velha. (HEDRICH, 2002)



Figura 05: Avenida J.A. Silveira (Avenida do trabalhador). Foto tirada a partir da “Restinga Velha”. O canteiro ao centro chama-se “Esplanada”. As colunas brancas ao fundo à esquerda fazem parte de um palco cujo projeto foi parcialmente executado.



Figura 07: Conjunto habitacional construído no governo Figueiredo, na Restinga Nova. Uma das poucas habitações verticais do Bairro



Figura 03 :Grafiteagem feita no aniversário da Escola Mário Quintana, 2006



Figura 04- Invasões e lixo irregular no entorno da Escola Mário Quintana, Vila Castelo, Restinga Velha, 2006.



Figura 06: Dois dos mais antigos moradores da Restinga, sentado, Beleza, ativista político multitarefa. Em pé, “Seu Alcides”, marceneiro e velho guerrilheiro urbano.



Figura 08: “Ocupação do Unidão” Uma das áreas mais recentes e precárias da Restinga. Terreno em litígio localizado atrás de um supermercado da Restinga Nova ocupado por cidadãos sem moradia.

7- CAMPOS DE AÇÕES E MICROPOLÍTICAS

7.1 Interações entre a UFRGS e a Restinga

Serão, descritas, a seguir, as relações entre a UFRGS e a Restinga, pois as atividades de pesquisa e intervenção são vistas da mesma maneira que o poder público em geral, ou seja, com desconfiança. O sentimento de segregação que habita a esfera simbólica da comunidade também afeta a atuação da Universidade. Os projetos de extensão também atuaram como redes conectoras entre o saber acadêmico e popular, a Universidade e o bairro.

Minha postura, como pesquisador no campo, sempre foi a de procurar enfrentar e discutir isso, pois, obviamente, assim como os moradores da Restinga se sentem estigmatizados, também estigmatizam os pesquisadores. Outro fator importante é a descrição do projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”, pelo fato deste ser usado como veículo para coleta de dados, aprofundando especialmente uma atividade importantíssima, típica das redes analisadas nesta tese e que, sobre o qual, há pouquíssimo material publicado: as oficinas.

O FERES, a principal rede cartografada nesta tese, utiliza-se basicamente de oficinas como intervenção educativa e propositiva na comunidade, ocupando importantes espaços intersticiais entre as escolas, associações e centros comunitários.

Não há registros sistematizados das interações da UFRGS com a Restinga, desde o início das remoções, até pela heterogeneidade e amplitude que elas podem atingir. Temos relatos *in off* de professoras da UFRGS, que davam aula na FABICO e faziam trabalhos na Restinga, levando seus alunos para conhecer a comunidade que ali se formava.

O que podemos contar desde então, é que, na década de 80, teve início uma aproximação entre a UFRGS e o bairro, ocasião que em vários profissionais estiveram na comunidade para engrossar as fontes de pesquisas da universidade. As mesmas aconteceram na Escola Municipal Dolores A. Caldas e, segundo relatos, tais profissionais não apareceram na comunidade para dar retorno do que haviam pesquisado. Esta dinâmica ainda suscita discussões e posturas aversivas de lideranças da comunidade em relação às pesquisas e intervenções da universidade na Restinga, inclusive a própria idéia do que seja um “retorno”.

Por volta de 1996, houve uma articulação entre o Conselho Tutelar da Restinga e o Departamento de Genética da UFRGS, em um trabalho realizado com o professor Renato Zamora Flores e seus colaboradores. Na ocasião, o Primeiro Fórum das Escolas (diferente daquele que originou o FERES) iniciou uma discussão sobre a violência. Também surgiu, como ação governamental paralela, o – SMED.

Mais tarde surgiu a pesquisa com um mapa da violência na cidade, apresentados na Semana da Restinga - 1998. Alguns relatos mostram que este último episódio aconteceu pela própria disputa governamental em função da implantação do E.C.A., bem como do Conselho Tutelar na Restinga.

Entre os anos de 1997 e 2001, conviveram com a Rede da Restinga estagiários de Psicologia Social, de Psicologia Clínica e mestrados do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.

Também surgiu o Fórum Institucional, que veio transformar-se em Rede Integrada de Serviços, este último, em articulação pioneira em Porto Alegre para prevenção da evasão escolar e os modos operantes das constantes trocas de escola de crianças e adolescentes, bem como o CRV - Centro de Referência da Violência. Além das escolas, circulavam também alguns alunos da Psicologia UFRGS, PUC, ULBRA, UNISINOS, como estagiários da Unidade Básica de Saúde, em cujas atividades estava incluída a participação nas reuniões da Rede.

Alguns estagiários e pesquisadores do PPG em Psicologia Social também participaram, através da pesquisa-intervenção, das reuniões da Rádio Comunitária, da discussão do Estúdio Multimeios Restinga e do Galpão de Reciclagem.

7.2 Vivenciando a Cultura na Restinga (relatório de projeto de extensão)

A UFRGS volta atuar novamente na comunidade da Restinga pelas mãos do Instituto de Psicologia. Desta vez, propõe construção coletiva de oficinas com atores do bairro, inicialmente chamados de educadores populares. Em 2002, Luiz Eduardo Soares contatou a Psicologia Social da UFRGS para acompanhamento acadêmico do Plano Municipal, especialmente no que diz respeito às questões da juventude.

O Departamento de Psicologia Social criou, então, um grupo chamado “Juventude e Contemporaneidade” e, durante um ano, foram realizados debates e eventos para discutir temas como juventude, vulnerabilidade social e violência. Este coletivo era aberto, composto por acadêmicos e profissionais de várias procedências: psicologia, sociologia, artes plásticas, comunicação, de diversas universidades e instituições. Muitos integrantes deste grupo já realizavam atividades na Restinga e uma destas pessoas trabalhava diretamente como assessora de Soares, cursava o mestrado em Comunicação na UNISINOS e estuda micropolíticas juvenis de comunicação na Restinga e participava do então Fórum das Escolas (que viria a tornar-se FERES).

Em setembro de 2003, o grupo Juventude e Contemporaneidade participou de um edital, lançado pelo MEC-SESU, para projetos de extensão voltados à formação de educadores populares.

Para escrever uma proposta ao edital, o grupo partiu de pesquisas e intervenções realizadas na Restinga anteriormente, bem como de demandas levantadas durante estágios em Psicologia Social. Essas questões deram origem, então, ao projeto “Juventude e Vulnerabilidade Social: Oficinando com Adolescentes”.

Tal projeto foi escrito com o objetivo de produzir espaços coletivos de formação, através da promoção de interações baseadas na cooperação e na autogestão, potencializando os vínculos em ações culturais, de trabalho e de participação no contexto juvenil. Através de ações junto a oficinas da Restinga, o objetivo era pensar nas oficinas, realizadas em diversos espaços do bairro. O projeto teve como uma das diretrizes formar um coletivo entre esses oficinas e pensar em ações conjuntas.

Após a aprovação do projeto junto a SESU, foram convidados oficinas da Restinga para debater o projeto juntamente com os proponentes da universidade. Através dos pesquisadores, o convite para a primeira reunião, na Restinga, foi entregue a alguns oficinas do bairro e pedido que estes também convidassem seus colegas, principalmente outros que trabalhassem diretamente com jovens, crianças e adolescentes.

A realização do projeto, em um total de quase 50 encontros, oficinas em escolas³⁶, avaliações, uma excursão pela UFRGS, elaboração de um curta-metragem e confecção de um projeto de livro (a ser publicado em 2007) durou quase três anos. Foram importantes para esta tese, o contato com os oficinas, o mapeamento dos trabalhos realizados, o próprio conceito de oficina e a elaboração de uma história do bairro Restinga³⁷.

7.3 Projeto convivências (diário de campo)

Seguindo as relações entre a Psicologia, a Extensão e a Restinga, aparece no percurso deste pesquisador um projeto que já possui 10 anos, chamado “Convivências”, cujo objetivo foi proporcionar, durante uma semana, o convívio de estudantes de semestres iniciais da UFRGS com “comunidades populares”.

Sabendo da existência do “Convivências”, a professora Gislei Lazarotto (Instituto de Psicologia) achou boa a idéia de inscrever a Restinga, para cumprir com o compromisso de dar

³⁶ Figura 09: Imagem de uma oficina do projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”, Escola Lidovino Fanton (p.168)

³⁷ Figura 10 : Oficina do projeto Portas Abertas, Instituto de Psicologia-UFRGS, durante o “Vivenciando a Cultura na Restinga.”(p.169)

continuidade à parceria entre a UFRGS e a Restinga. Estando ela muito ocupada e eu fazendo minha etnografia no bairro, concordamos que eu assumisse a coordenação de campo e começasse a frequentar as reuniões no DEDS. A idéia do “Convivências” me pareceu interessante, ainda que sua metodologia parecesse um pouco confusa. Resolvi integrar-me ao projeto, com a idéia de usar as redes que conhecia na Restinga como suporte. Na primeira reunião, em março de 2005, participaram moradores mais antigos da Restinga: Beleza e Maria Das Dores.

Alguns dias depois, participei da reunião do seminário do FERES (eu nunca tinha ido, só conhecia pelo projeto dos oficinairos) e, então, tive a dimensão da rede social que este representava e das possibilidades de interação com o “Convivências”, tanto que saí da minha primeira reunião já com a responsabilidade de ministrar uma oficina sobre violência escolar para professores de Escolas da Restinga. Naquele mesmo dia, entrei na lista de *mails* do FERES e resolvi fazer a ponte com o Convivências.

Foi agendada, alguns meses mais tarde, uma reunião dos integrantes do DEDS com os interessados do FERES, na Escola Lidovino Fanton. Estavam presentes: Clarisse (professora da Escola e coordenadora do FERES, Beleza, Alex (oficineiro e artesão) Augusto (oficineiro de vídeo) Glorimeri (presidente da Associação de Moradores do Núcleo Esperança I), Renan (ator e oficinairo), José Antônio e Sara Viola (DEDS,UFRGS). Nesta reunião foi apresentada a proposta do Convivências para o FERES.

Como eu havia previsto, um pequeno conflito aconteceu, da mesma forma que no início do projeto com os oficinairos. Campos de diferentes relações de capital simbólico tendem a estranhar-se em um primeiro momento. Foi dito, mais uma vez, que a “comunidade” já está cansada de receber projetos ou pesquisa da Universidade e “servir de cobaia”. José Antônio e Sara ressaltaram o objetivo do “Convivências” “com viver” e disseram que, na medida do possível, poderiam ser realizadas algumas atividades específicas. Clarisse sugeriu uma oficina de posse responsável e uma atividade de castração de animais. Augusto pensou na Engenharia Elétrica e numa possível oficina de construção de transmissores, que poderia ser atrelada às oficinas de Comunicação que já existem.

Eu já havia sugerido, há algum tempo, uma sessão da Rádio Resistência, e também a participação do Marcos, que é estudante de filosofia da UFRGS e morador/interventor na Restinga. Glorimeri colocou a Associação de Moradores do Núcleo Esperança à disposição para ser o “quartel-general”, inclusive com possibilidades de cozinhar, já que cada estudante ganharia dez reais por dia para alimentação. Glorimeri, em concordância com Beleza, pensou também na possibilidade de uma oficina de reaproveitamento de alimentos, porque, na feira semanal da Restinga, muitas folhas, frutas e verduras são jogadas no lixo. Também existia a proposta, já

imaginada nas reuniões anteriores, de uma oficina de contação de histórias afro-brasileiras, resgatando o histórico da Restinga. O encaminhamento da reunião ficou pelo compromisso dos representantes da “comunidade”, os quais fariam um projeto e encaminhariam ao DEDS.)

Clarisse redigiu o projeto e o enviou a mim, que remeti ao DEDS. Parecia um pouco exagerado, com todas aquelas atividades. A minha experiência com a Restinga e o próprio objetivo da Psicologia Social de dar continuidade à interação da UFRGS com o bairro indicavam que estas atividades seriam difíceis de serem realizadas, pela dificuldade de divulgação e de integração do DEDS com a comunidade, além de os estudantes conviventes se conhecerem um dia antes de irem para a Restinga.

Outro fato importante seria as férias escolares de julho. A agenda da Restinga, da mesma forma que de outros bairros é movimentada pelo calendário escolar. Se o objetivo fosse fazer oficinas com alunos das escolas, haveria pouco tempo hábil.

Na hora de selecionar os alunos, foi marcada mais uma reunião no DEDS, na qual estiveram presentes Gislei e eu; encaminhamos as oficinas de sensibilização e as possibilidades de atuação na comunidade. Precisávamos confirmar com Glorimeri, Clarisse ou Marcos qual lugar seria nosso *QG*: o Comitê de Resistência Popular, a Escola Lidovino Fanton ou a Associação de Moradores do Núcleo Esperança (onde eu já acompanhava uma oficina de criação de vídeo com Augusto).

Fomos todos apresentados em uma segunda-feira fria e passamos seis dias inteiros pegando ônibus, caminhando, discutindo, conversando, trocando afetos, fazendo comida, partilhando angústias e até brigando e, pelo que vi de outros grupos, isto é o mais importante do projeto convivências, fazer com que deixemos de ser acadêmicos disciplinados e passemos a vivenciar a realidade, que por si só é a transdisciplinar. Esvaziamos nossas mentes, deixamos que o mundo invadisse um pouco nossa experiência.

Este texto é oficialmente uma síntese dos relatórios de atividades dos integrantes do Projeto Convivências, uma realização do DEDS, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, módulo Restinga, mas será um pouco mais, porque nos seis dias do projeto, além de conviver, muitas coisas passaram pela cabeça dos participantes e deixaram inquietações, perturbações, um circo de pulgas atrás das orelhas, além, é claro de despertar energias adormecidas em alguns e aumentar a de outros.

Primeiro dia:

Manhã – Caminhada até a associação de moradores que se chama Associação Comunitária do Núcleo Esperança I, situado na Av. João Antônio da Silveira, 2.500. Passamos pela Escola de Samba Estado Maior da Restinga e pelo **Fórum**, que fica ao lado da Associação e, em seguida, nos

reunimos para conversar com os representantes da associação de moradores. Ao encontrarmos um morador conhecido do Beleza, fomos apresentados a ele como estudantes e participantes do Projeto Convivências, ao que ele nos respondeu assim: -“Cuidado para não serem assaltados” (risos gerais dos mais antigos, perplexidade dos conviventes). Tivemos contato com a primeira configuração simbólica latente: os próprios moradores

o bairro enxergam as pessoas que vem de “fora” como se estas tivessem medo da violência, que seria uma característica daquela comunidade, um estigma.

Tarde – Caminhada pela Restinga Velha. em direção à Escola Lidovino Fanton. No percurso, filmamos uma casa que nos intrigou e maravilhou, pois nela havia máscaras e totens de figuras africanas. Chegando na escola, fizemos uma espécie de oficina com o José Carlos, geógrafo, mestrando da UFRGS. Ele nos mostrou o mapa geográfico da cidade, uma poesia do Mário Quintana, intitulada “O Mapa” e uma música do Chico Science, “A cidade”. Depois disso, a proposta era que nós desenhassemos a Restinga como a vemos nesse momento inicial. Todos nós desenhamos e depois falamos a respeito do nosso desenho. Na sequência, houve uma outra reunião, pois tínhamos que pôr no papel as propostas futuras para o bairro. Acertamos de contatar com algumas pessoas da comunidade para contar a história da Restinga, entre elas o “Daniel”, “Seu Alcides”, “Borel” e “Vladimir”, para fazermos uma espécie de “Memorial da Restinga”. Ficou acertado, na reunião, que o grupo de pesquisa e extensão “Contadores de Histórias” faria contato com as 21 escolas existentes na Restinga para o curso/oficina de contação de histórias, visando à formação dos professores da região. Ficou acertada, também, a castração dos cachorros do Sr. Paulo, que é um morador que, apesar do espaço muito pequeno, recolhe em sua casa todos os bichos que encontra. Estudantes e professoras do curso de medicina veterinária ficariam encarregadas da castração dos bichos. O Sr. Paulo foi denunciado à Sociedade Protetora dos animais e processado. Uma das demandas é também conseguir alguém que o defenda no caso de um processo futuro. A irmã da professora Clarisse já o defendeu uma vez, mas diz que não vai ajudar de novo. Tive a oportunidade de visitar, junto com as colegas veterinárias, a casa do Sr. Paulo, que é uma espécie de São Francisco de Assis contemporâneo. Ele divide não só o espaço com mais de 60 cães e gatos, mas a comida também; entretanto, ele é um homem sem muitas condições financeiras e os bichos, segundo as veterinárias, pareciam muito bem tratados, dadas as condições, ressaltando os sintomas de sarna, comuns em uma quantidade tão grande em tão exíguo espaço. A Restinga possui, por suas ruas e casas, uma quantidade avassaladora de cães, gatos, cavalos, galinhas, bois, vacas e toda a sorte de animais, sendo que, uma das ações integradas do FERES é justamente promover a posse responsável, a castração e a adoção destes.

Quarta Feira

Manhã – fomos caminhar pela Restinga Velha O primeiro lugar que visitamos foi Vila Castelo e, logo após, a Quinta Unidade. Saímos da Quinta Unidade em direção à Associação para fazer o almoço. Chegamos na Associação, fizemos um arroz de carreteiro, almoçamos e, à tarde, fomos contatar com o Sr. Alcides, morador da Restinga que conhece várias histórias dali, pois reside há 34 anos no local. Depois disso, o plano era pegarmos o ônibus de volta ao centro de Porto Alegre, mas ao nos dirigirmos ao terminal encontramos uma manifestação dos moradores, a maioria donas de casa, protestando por causa da mudança nos itinerários dos ônibus da Restinga. Os moradores pediam que, ou melhorassem o itinerário, ou que voltasse tudo a ser como antes. Acabamos nos envolvendo na situação. Filmamos, fotografamos e pegamos depoimentos das moradoras. A Brigada Militar estava presente e era um evento pacífico. O Marcos (estudante de filosofia e morador da restinga) comentou que era um protesto somente para aparecer no Diário Gaúcho que, aliás, estava presente. Os ônibus estavam desviando da rua que foi trancada, portanto a manifestação não chegou a bloquear o tráfego dos ônibus.

Quinta-Feira:

Manhã – “Visita” ao Galpão de Reciclagem, que foi construído em parceria com a prefeitura na gestão do prefeito Raul Pont e com o movimento dos catadores de papel. Entramos pela parte que chamam de bolsões, que é por onde entra o lixo para ser separado nas mesas de trabalho. O lixo vem dos bairros vizinhos Juca Batista e Ipanema; além disso, vem também lixo hospitalar.. Por isso, há riscos não só de cortes na separação do lixo, como grande risco de contaminação por causa das agulhas. Prosseguimos nosso périplo pela Restinga Nova, na rua, vimos uma placa com a inscrição: **O homem foi à lua e não tirou a criança da rua**³⁸.

No mesmo dia, fomos visitar uma ocupação que aconteceu atrás do supermercado Unidão. Na ida vimos muitos grafites. Estávamos na Restinga Nova e vimos muitos outros conjuntos habitacionais, além de casas muito grandes e bonitas. Chamam o local de Quarta Unidade e ali vive a elite da Restinga. Em frente a uma dessas casas há a entrada para a ocupação do Unidão. Ali a realidade é outra: esgoto a céu aberto, ligação ilegal de luz, canos de água expostos.

Sexta Feira:

Manhã – Encontramos o pessoal do FERES no colégio Lidovino Fanton para assistirmos uma reunião do Núcleo de Comunicação. Ficamos como observadores. As pautas foram: 1) Relato Renascer – o relato era sobre como andavam os trâmites do possível relacionamento entre o Feres e

³⁸ Figura 11 Impressionante efeito de mescla do desenho com o ambiente. Fundos de um mercadinho na Restinga Nova (p.170)

a Secretaria Municipal de Educação. Outra pauta foi: 2) “Cine Esquema Novo”, que é um projeto não governamental, no qual a Restinga está incluída; consiste na exibição dos curtas produzidos em Porto Alegre, que foram primeiramente mostrados no Gasômetro. A idéia é trazer os filmes para a Restinga e mostrar alguns deles nas escolas. Nesse momento, houve uma intervenção do Beleza. Ele fala que tem que acabar com esse negócio do governo trazer os projetos em cima da hora, porque a população recebe isso despreparada. Ele diz que a população não entende, por exemplo, que a Escola Tristão é uma escola especial. Comenta o preconceito das pessoas em relação a essa escola. Lia propõe que haja uma verba específica para a Restinga³⁹. As outras pautas da reunião foram: 3) Seminário de comunicação, 4) Mostra de Vídeo e 5) Estudo Multimeios. Depois disso, houve o relato das meninas da Veterinária da UFRGS. Elas estavam em contato direto com Clarisse. Ficaram marcados os dias para a castração dos animais. Ficamos sabendo que uma só gata de rua pode gerar em 7 anos, aproximadamente, 42 mil descendentes.

Sábado:

Fomos para o Comitê de Resistência Popular, local onde passamos o dia. O projeto Convivências invadiu o comitê de Resistência Popular, utilizando-se da verba diária de 10 reais para cada um dos conviventes para custear o almoço coletivo, o lanche e o gás. Pela manhã, Saroba, membro do FERES e também do Comitê, expôs como é que eles se organizam, como surgiram este e outros comitês. Saroba mostrou a Carta de Princípios do Comitê. Ele diz que o comitê surgiu a partir de um evento ocorrido no dia 02/08/2004, pela moradia e por condições de saúde no bairro. Após o debate sobre o comitê e as possíveis parcerias com a UFRGS, foi aberta a pauta da sessão de Rádio⁴⁰ e todos puderam apresentar suas propostas, separando em grupos, em que todos trabalharam juntos, divididos por temáticas. A reunião seguiu após o almoço, e teve como consequência uma das melhores sessões de rádio que já vi, com a seguinte pauta: 1) Informes e leitura da declaração de princípios da rádio; 2) Programação cultural; 3) Saúde, na qual participei falando de drogas e violência; 4) O Haiti, na época em convulsão social, apresentado pelo colega José Carlos, da Geografia; 5) Programa sobre Castro Alves, apresentado pelas gurias do curso de Letras; 6) Movimento Negro.

Domingo:

³⁹ Este relato parece confuso e incompleto, mas é uma interessante amostra descritiva da quantidade e complexidade de assuntos discutidos e encaminhados em uma reunião do FERES. Em minha dissertação de mestrado apresento relatos semelhantes das reuniões da rede do E.C.A. Para quem não carrega um gravador ou uma câmera, a descrição precisa acompanhar e pontuar um intenso fluxo de eventos, idéias e informes.

⁴⁰ As sessões de rádio, descritas mais adiante, são assim chamadas pela descontinuidade temporal de sua ocorrência. Como a Rádio Resistência opera na clandestinidade, suas transmissões são aleatórias e pontuais, ao contrário das rádios regulares, com programação contínua e rotineira.

Subida do morro São Pedro, que fica atrás da Vila Castelo, com o oficinairo Marcos Fernandes (para diferenciar do outro) e seus alunos. Um dia inteiro de trilhas observando ocupações residenciais irregulares, depósitos de lixo clandestino, pedreiras igualmente clandestinas e uma vista esplendorosa, da Restinga, do segundo morro mais alto de POA (não é o primeiro porque foi fatiado ao meio para terraplanagem do terreno que originou o bairro).

Uma semana depois, todos os conviventes dos outros territórios – COHAB Santa Rita, Posto de Saúde Modelo e Acampamento do MST, passaram (...) para socialização das experiências junto ao “Convivências Restinga”.

Uma das (auto)críticas que fizemos foi com relação à falta preparação dos conviventes para o campo, bem como das atividades que seriam feitas. Uma dualidade importante foi observada no projeto: algumas ações do “Convivências” são consideradas paternalistas, ou seja, nos seis dias do projeto realizaram um número significativo de oficinas e intervenções, e outras ações, mais contemplativas podem ser chamadas de “turismo em favela”. Esta dualidade é interessante considerando a ação extensionista da UFRGS como uma política pública, afinal, a ação do projeto deve ser mais invasiva ou investigativa? No caso da Restinga, o meu objetivo como coordenador era, utilizando meus contatos, especialmente com o FERES, abrir possibilidades de novas redes com a UFRGS. Tal fato foi parcialmente conseguido, pela inserção de quatro dos conviventes no projeto Conexões de Saberes e sua reinserção no Comitê, no FERES e no Vestibular Popular da Associação de Moradores do Núcleo Esperança, bem como na continuidade do Programa de Castração de Animais e do Controle de Zoonoses.

Outra atividade do “Convivências”, que permaneceu, foi a escolha dos moradores mais antigos, pelo grupo de contadores de histórias, para catalogar histórias e folclores do bairro. Além disso, o “Convivências” foi uma excelente fonte de relatos escritos, fotográficos e filmográficos da Restinga, que não puderam ser aproveitados por questões logísticas, pela mescla de impressões e informações provindas tanto de membros mais antigos e pesquisadores quanto de estudantes que pisaram nela pela primeira vez, o que foi muito útil na tese, levando à reflexão sobre o papel da extensão na universidade e neste trabalho⁴¹.

7.4 Por uma universidade de idéias (pequeno ensaio)

Boaventura de Sousa Santos (1994), no livro “Pela Mão de Alice”, faz interessantes considerações sobre o papel da Universidade e seus contínuos movimentos de aberturas e

⁴¹ Figura 12.: Comitê de Resistência Popular-Restinga, reunião de pauta da Rádio Resistência com os participantes do Projeto Convivências (p.170)

clausuras, no decorrer da história, e da sua função de formação da elite intelectual, ou da produção de conhecimentos, até sua explosão no século XX. A Instituição Universitária, talvez uma das mais conservadoras instituições ocidentais ainda em atividade, tem sido objeto de discussões e inúmeras propostas de reforma e, no seu cotidiano, pelo trabalho de seus atores, vem produzindo diferentes modos de interação com a comunidade. Às considerações de Santos, pretendemos relacionar uma concepção complexa da Universidade, observando seus movimentos reticulares de interseção e as perturbações mútuas entre universidade e comunidade.

O autor afirma que, de todas as instituições modernas, a Universidade foi a única que ainda não sofreu uma reforma radical; o momento contemporâneo é de uma abertura da Universidade a uma integração com outros saberes, através da extensão, em uma dinâmica de transformação de ambas as realidades, da “social” e da acadêmica. Esta tese é uma produção híbrida dos estudos e pesquisas da pós-graduação com reflexões e conceitos, construídos nas atividades de extensão universitária, cujo aprofundamento perturbaram e afetaram a lógica do que seria uma “etapa de campo” ou de “coleta de dados”.

Para Santos, a Universidade constituiu-se em sede privilegiada e unificada de um saber privilegiado e unificado, feito dos saberes produzidos pelas três racionalidades da modernidade: a racionalidade cognitivo-instrumental das ciências, a racionalidade moral-prática do direito e da ética e a racionalidade estético-expressiva as artes e da literatura.

A universidade deve ser um ponto privilegiado de encontro entre saberes. A hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber de quem produz e transmite, para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona. Santos é a favor de uma abertura da universidade no sentido de constituição de um terceiro saber, rompendo a dicotomia, saber acadêmico-senso comum. Nas palavras do autor:

(...) À universidade compete organizar esse compromisso, congregando os cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações, em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar à interpretação da realidade social que lhes diz respeito (p.224)
A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões porque não pode agir em conformidade com o seu pensamento”... “Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (1994, p.225)

O autor acredita que a crise institucional da universidade não pode monopolizar as transformações na sua estrutura e propõe disposições transitórias como facilitadoras das

transformações institucionais. Entre elas, uma radicalização da democracia universitária, no sentido de que a Universidade não seja transformada apenas em demandas de mercado, como acontece nas instituições particulares, mas em uma re colocação da gênese funcional de seus saberes. Ou seja, a autonomia institucional da universidade, é pela disposição de uma população significativa, relativamente distante das pressões do mercado, das prestações sociais e políticas, e ainda o fato dessa população estar sujeita a critérios de eficiência muito específicos e relativamente flexíveis, fazem com que a universidade tenha possibilidades para ser um dos equivalentes do empreendedor.

A universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos de estratos socialmente discriminados (idem, p.228)

A utilização de projetos de extensão na construção do campo empírico desta tese foi trabalhada e desenvolvida ideologicamente no decorrer de mais de quatro anos de convívio no campo de ação/intervenção/análise, em todo o percurso de ação do grupo Juventude e Contemporaneidade, atuando no princípio de transformar projetos de extensão em produção de artigos, teses, e disciplinas curriculares.

É possível concordar com a seguinte frase: “deve-se partir para transformar as atividades em extensão até que elas transformem a universidade” (idem, p.229).

É no campo da extensão eu peguei carona nas redes da Restinga. A seguir, entramos diretamente nas complexidades e conflitos das redes e micropolíticas, iniciando pela gênese do FERES.

7.5 Estúdio Multimeios

Dentro do plano Municipal de Segurança Pública originalmente construído em 2001 estava contemplado o Estúdio Multimeios⁴², um projeto de fomento à produção cultural da Restinga, e um dos importantes atratores na construção do FERES, pois a maioria de seus oficinairos esteve envolvida com os conflitos gerados nas tentativas de construção do Estúdio. Esta construção gerou importantes conflitos macro/micropolíticos entre o poder público municipal e as redes do bairro. Novamente a ambivalência aparece, e aqui posso aplicar um mecanismo apontado por Garland (2005) nas políticas de segurança pública. O autor comenta que a gestão segurança pública, na modernidade tardia está atravessada por fatores alheios à ciência criminológica especializada,

⁴² Ver anexo, p.205

como o clamor da opinião pública, a máquina eleitoral e a mídia. Para o gestor público, é sempre urgente fazer a propaganda de suas iniciativas e projetos, e tornar estes, pelo menos com idéias, infalíveis ou portadores das melhores intenções.

Nesta lógica, a macrogestão (molar) política divulga um projeto como grande esperança para “retirar os jovens da criminalidade”, mas demora para alocar verbas e é volúvel com relação a alternância de cargos, dentro da administração municipal do PT ocorre saída de Luis Eduardo e a entrada de outra gestão⁴³, e, a posteriormente, a saída do PT para a entrada do PPS.

Esta alternância de políticas em nível molar produz ressonâncias na microgestão (molecular) nas conflitualidades da própria comunidade que foi convocada para implementar o estúdio, nutriu expectativas e posteriormente acabou cética e buscando alternativas autônomas. A política molar projeta cooperação da comunidade e propaga a retirada dos jovens da violência, enquanto a política molecular manifesta-se nas intersecções entre a máquina burocrática e a complexidade da comunidade envolvida.

As micropolíticas são manifestas tanto nas alianças com a prefeitura, baseadas em diferentes interesses e relações partidárias, quanto na polêmica de planejar as atividades culturais como alternativa ao tráfico ou a violência, considerada por muitos como estigmatizante. Afinal, uma política de cultura e cidadania deve apenas pensar na segurança pública ou deve ser direcionada a todos os jovens da comunidade?

Estas incongruências e dificuldades administrativas tanto da máquina política do poder público quanto a resistência e dos múltiplos movimentos do bairro tornaram o projeto inviável por mais de quatro anos e acabaram por reciclá-lo no governo posterior, dando continuidade a um caráter precário e ambivalente, como será visto a seguir.

A execução de uma política pública, da maneira como foi concebido o Estúdio acarretou no seu atravessamento por todos os atores dos diversos campos em disputa: hierarquias políticas, lideranças comunitárias, projetos de pesquisa e extensão e a própria segregação do bairro. Afinal, por que fazer um plano-piloto na Restinga?

Junto com o Plano de Segurança e o Estúdio Multimeios, estava criada a SMDHSU e elaborado um sofisticado plano de segurança municipal. As sondagens de campo elegeram a Restinga como seu projeto-piloto mais ambicioso e divulgado em larga escala. A força política e sua presença nas estatísticas de homicídios trouxeram novamente, trinta anos depois, a Restinga para o *hall* dos grandes projetos inovadores. Luis Eduardo Soares tinha idéias, a partir de uma

⁴³ No anexo (p.211) consta um documento redigido pela secretária Helena Bonumá, no qual consta um protocolo de compromisso com a implementação do Estúdio Multimeios.

assessoria de pessoas qualificadas do bairro ou da Prefeitura, de não criar órgãos ou instituições, mas de mobilizar redes que já existiam. Em uma correspondência enviada à Rede do E.C.A., explicitou isso. O projeto de Segurança implicou um sofisticado levantamento de todos os serviços existentes no bairro, especialmente os de assistência social, e convocou parcerias com escolas e com oficinas de comunicação, Hip-Hop, vídeo, teatro, cinema, muitos deles que já atuavam há tempos no bairro ou que participavam do Programa de Descentralização da Cultura. A mobilização em torno deste projeto foi um dos possíveis atratores que criaram o Fórum das Escolas (atual FERES), além da iniciativa de Soares de buscar a Psicologia Social da UFRGS para um acompanhamento do projeto, o que levou este pesquisador à seleção para doutorado na sociologia e novamente à Restinga através do grupo Juventude e Contemporaneidade. Avancemos no tempo, acompanhando o projeto.

O Estúdio Multimeios possui influência de outros projetos nacionais, como o Afroreggae, no Rio de Janeiro e o Olodum, em Salvador, projetos nos quais é enfatizada a produção cultural dos jovens, a construção de alternativas que implicassem na construção de capital simbólico e cultural do que econômica (BOURDIEU, 1996) em termos de trabalho, educação e cultura de paz.

As oficinas de gestão foram feitas⁴⁴ e o comitê gestor começou a operar, em reuniões semanais, acompanhadas pela colega Elizângela Zaniol, mestranda do PPG em Psicologia Social da UFRGS. A sede provisória ficava em um terreno que, no início da Restinga, fora projetado para ser um distrito industrial que não aconteceu, um grande terreno vazio em frente à Vila Castelo.

Segundo Zaniol:

As reuniões foram perdendo a sua periodicidade e os grupos ativamente participantes. Houve uma formação inicial de oficinas multiplicadores que trabalhavam em oficinas de Vídeo, mas ainda faltaria Rádio, Música, Internet, e Jornal. A partir disso, as reuniões foram cessando. Atualmente o Estúdio transformou-se em um local onde apenas uma lista restrita de pessoas da prefeitura e da comunidade tem acesso. As oficinas são esporadicamente mencionadas, mas o Estúdio em si não está funcionando.

(...)A desarticulação entre governo e entidades da Restinga, gerou, nesse caso, um processo intenso de frustração e descrença, desmobilizando o grupo inicialmente estabelecido. O processo de gestão do mesmo foi travancado por dificuldades governamentais e da própria comunidade, que não conseguiram ser autoras do espaço que está construído, mas não permite acesso aos jovens, a quem o projeto se destina. O Estúdio, atualmente, lembra as instituições que funcionam ilhadas na comunidade, entre suas grades e muros, é também um tipo de violência, pois priva o acesso, a interlocução, e possibilidades de visibilidade e aprendizagem dos jovens diretamente interessados no/do projeto. (2005, p.36)

⁴⁴Ver anexo, p 207.

Desta etapa em diante, o projeto ficou em aberto, e o turbilhão de mudanças políticas na administração da SMDHSU além da necessidade de os atores envolvidos de “tocar” seus projetos colocaram um ponto de interrogação no real papel do estúdio. Os equipamentos: uma mesa de gravação, computadores, microfones, gravadores e câmeras já haviam sido comprados, e foram condenados ao ócio, e, com muita negociação e disputa, passaram a ser utilizados em pequenos projetos. O *site* do Estúdio permaneceu no ar sem atualizações, pelo menos, até meu último acesso, em novembro de 2006⁴⁵.

A situação ficou ainda mais complexa quando, em 2005, a ANATEL lacrou a Rádio Restinga. O bairro e seus oficinairos perderam dois importantes núcleos de produção, um pela precariedade do Poder Público, outro pela truculência da lei. É importante frisar que, inicialmente, Zaniol (2005) havia projetado escrever sua dissertação sobre as produções do próprio estúdio, bem como seu gerenciamento. Sua pesquisa acabou sendo sobre as oficinas e a produção de autoria, utilizando-se do mesmo material empírico desta tese referente ao projeto de extensão “Vivenciando...” Outros pesquisadores da UFRGS também acompanhavam o gerenciamento da Rádio, e tiveram que interromper ou redirecionar suas investigações. Também o pré-projeto desta tese era uma proposta de acompanhamento do Plano Segurança Pública Municipal. Todo um coletivo de pesquisadores, lideranças e oficinairos acabaram, a partir da experiência do estúdio, da Rádio e do Plano, por elaborar estratégias adaptativas e, definitivamente a buscar alternativas diferenciadas e autônomas, constituindo uma rede de projetos, pesquisas, ações vinculadas e múltiplas que esta tese tenta descrever e analisar. Em relação ao Plano, a prefeitura mantém a idéia, a partir do princípio de Governança⁴⁶, de aproveitar as iniciativas do bairro na gestão de políticas. A luta pela Rádio Restinga continua através do Comitê de Resistência Popular, da TV Gato e do FERES. O Estúdio Multimeios finalmente ganhou sua sede em 2006:

O FERES, em maio de 2006, recebe o convite transcrito a seguir:

⁴⁵ <http://www.portoalegre.rs.gov.br/estudioestinga/english/default.htm>

⁴⁶ “É preciso considerar, inicialmente, que a concepção de Governança Solidária se inscreve no âmbito da democratização do poder local, com o objetivo de promover o empoderamento das comunidades e redes sociais locais e desenvolver novas arquiteturas públicas de co-gestão entre sociedade e governo, para atender aos desafios da inclusão social e da sustentabilidade. Ou seja, quando se propõe a Governança Solidária Local estamos tratando de aprofundar o processo de democracia participativa, ir mais além da democratização dos recursos públicos do orçamento, para alcançar o processo decisório de governo local, compartilhando-o com a comunidade local, que passa a assumir protagonismo quanto aos rumos e destino do desenvolvimento da sociedade local” (BUZATTO s/d).

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) inaugura na quinta-feira, 08 de junho, de 2006 às 18 horas, o Estúdio Multimeios da Restinga, localizado na área do Parque Industrial da Restinga, à rua Ricardo Leônidas Ribas, 75, na Zona Sul da Capital. O Estúdio Multimeios resulta da parceria da SMDHSU com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) trata-se de um centro de educação artística e produção cultural com equipamentos para áudio, vídeo, fotografia, web e materiais gráficos. No local serão realizadas atividades de comunicação comunitária, teatro, música e produção audiovisual.

O prédio de dois pavimentos ocupa um lote de 2.000 m³. Com dois estúdios (um de som, outro de imagem), sala de aula e auditório com capacidade para 90 lugares, totaliza 182,8 m² de área construída. Na área externa, oferece palco ao ar livre e estacionamento.

A principal meta do Multimeios é promover a inclusão social por meio do conhecimento, tendo como público-alvo os jovens da comunidade e arredores, objetiva a capacitação para o mercado de trabalho, afastando-os da violência e da criminalidade. A iniciativa integra o programa Vizinhaça Segura da SMDHSU.

A entrega do Estúdio Multimeios da Restinga atende antigas demandas, desde a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos (2000), que apontou ao poder público municipal a necessidade de agregar equipamentos com novas tecnologias digitais de comunicação para promoção do desenvolvimento das comunidades.

INAUGURAÇÃO

08/06 Quinta-Feira

18h Abertura com a presença e pronunciamento de representantes da comunidade, Sandro Martins, diretor de Projetos Sociais da Escola de Samba Estado Maior da Restinga e Adaclides Neli Martins leite, conselheira do OP-Região Restinga; Mariângela Machado, diretora do Instituto Estadual de Cinema (IECINE); Kevin Krieger, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) e José Fogaça, Prefeito Municipal

Na seqüência, apresentações da bateria Mirim da Escola de Samba Estado Maior da Restinga, do grupo Restinga Creew Hip- Hop e do filme "Filhas do Vento" de Joel Zito, RJ 2005

Seminário de Implantação do Estúdio Multimeios da Restinga

Programação

10/06 Sábado

9h Abertura

Pronunciamentos

Kevin Krieger. Secretário da SMDHSU/PMPA Alternativas de Prevenção à Violência na Juventude

Mariângela Machado, diretora do IECINE A Cultura na inclusão social

Juarez Melo da Silva Junior (juninho) Coordenador do Estúdio Multimeios: Importância e Funcionamento do Multimeios

Plenária de Encaminhamentos

-Agenda de reuniões dos seguimentos do Conselho gestor

-Agenda de atividades e construção do conselho gestor

Local: rua Ricardo Leônidas ribas no 75 no Parque Industrial da Restinga

Voltemos ao tempo presente

E mail enviado à lista feres@yahoogrupos.com.br pela entidade de comunicação e Internet alternativas TV Gato, representada por Alex, Beleza e Maragato, também distribuída na forma de panfleto no dia da inauguração do Estúdio Multimeios Restinga:

Desde de 2001 a comunidade da Restinga teve a promessa da instalação do Multimeios em nossa comunidade. De lá prá cá houve muitas promessas de campanha, inaugurações e também houveram criaturas que se diziam "companheiro" das lutas dos movimentos sociais da comunidade, mas mudou de lado, virou governista, pulou mais uma vez de galho – "cuidado o galho pode estar podre". Qual é a ética e a confiabilidade que teremos ? Devemos assistir mais uma inauguração e esperar pela boa vontade do governo ? Na verdade, O PODER, resume-se a três fontes: - a primeira é de manifestação pessoal, exercida de modo personalista e caracterizada pela ação populista e enganadora;- a segunda é a propriedade privada, o capital, os bens de produção, o poder das mídias, a corrupção (desde a descoberta do Brasil)...- a terceira é organização do povo, esta é opção que resta aos movimentos sociais reivindicarem seus direitos. E poder se valer de suas lutas com próprio esforço, garantindo as possibilidades de conquistas duradouras. É uma das maneiras de o povo se enxergar a própria cultura. Será que podemos superar as nossas divergências políticas ou preferimos a ação pulverizada e umbiguista⁴⁷? Beleza – jun06TV GATO BRASIL Ação Social/Reg.Poa.

A história do Estúdio Multimeios continua

⁴⁷Umbiguismo é um termo bastante particular, cunhado por alguns sujeitos desta pesquisa, e significa algo como individualismo, ou egocentrismo.

Soares assumiu, após a experiência em Porto Alegre e o governo de transição de Benedita da Silva no Rio de Janeiro, e, assumiu, também por um curto espaço de tempo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e designou uma verba especial para a construção da sede do Estúdio. Iniciado em 2001 e Estúdio teve sua sede definitiva construída em 2006. Em meio a todo esse processo, os envolvidos com a gestão inicial do estúdio vivenciaram uma série de incertezas e ambivalências. O FERES entrou na discussão, primeiramente no sentido de cobrança e discussão da democratização dos aparelhos adquiridos para o estúdio, além de também reivindicar representatividade na participação do novo conselho gestor. Conforme foi relatado em um dos seminários do FERES em 2005, na reunião em que foram decididas as regras do Conselho não teria sido registrada a ata, e que a prefeitura, especialmente a administração pós-Soares, ainda que tenha protocolado um compromisso, assumiu uma política totalmente diferente do plano original.

O convite da prefeitura para a inauguração do Estúdio apareceu justamente em uma plenária do FERES em junho de 2006, provocando inicialmente reações de uma certa indignação costumeira, pela história se repetir, do governo municipal atropelar os atores sociais e repetir novamente a mesma história. No entanto, a posição de muitos também foi a de não “esquentar mais a cabeça” e não gerar mais tantas expectativas e buscar desenvolver o processo de autonomia e a busca por um Espaço próprio, utilizando-se do poder público apenas como parceiro.

Na inauguração do Estúdio, algumas facções e movimentos que estavam presentes nas gestões anteriores optaram por submeter-se às regras da prefeitura para poder usufruir o espaço, assumindo cargos de assessoria comunitária: a Escola de Samba Estado Maior da Restinga, o representante gaúcho da CUFA, os integrantes do Restinga Crew (a mais antiga associação de Hip-Hop do Rio grande do Sul). O FERES, a TV Gato e outras entidades que haviam participado anteriormente não mandaram representantes oficiais, mas fizeram-se presentes na distribuição de panfletos da TV Gato e na cobertura jornalística feita pelos jovens integrantes de oficinas de comunicação e informática.

Em agosto de 2006, toma posse o novo conselho gestor, e, atualmente. o Estúdio funciona de maneira parcial, como um espaço de realização de eventos e oficinas, utilizando-se dos velhos equipamentos. Os novos equipamentos, ainda não foram adquiridos, bem como o projeto de ser um pólo gerador de produção cultural, lançamento de CDs e mídias ainda está em fase inicial.

Encerrando a história do Estúdio, são importantes as considerações que o sociólogo Marcelo Kunrath Silva faz sobre as relações entre as redes e o poder público:

Segundo SANTOS (1989, p. 34) Utilizando dois pesos e duas medidas, o Estado de algum modo vicia o confronto social dos interesses sociais, impedindo o crescimento orgânico destes e nesta medida contribui para a desarticulação da sociedade civil (...) Com esta desarticulação, a sociedade civil assume uma certa dualidade entre a sociedade civil "íntima" do Estado e sociedade civil "estranha" ao Estado.(KUNRATH SILVA, 2001.p.34)

7.6 FERES : as redes sociais como estratégia de geração autônoma de micropolíticas da juventude na Restinga

Centralizei e especializei minhas análises em entidades administrativas e políticas nas quais os integrantes não possuem vínculos institucionais burocráticos, e que, dada sua flexibilidade e precariedade, são capazes de mobilizar uma grande complexidade de agentes e instituições, relacionados ao Estado ou não. Em termos metodológicos, desenvolvi leituras baseadas nas estratégias de gerenciamento, organização, circulação de saberes e mobilização de ações. Retomo aqui a idéia na qual, diferentemente da Rede do E.C.A., o FERES⁴⁸, ainda que eu possa considerá-lo uma rede pela sua ampla capacidade de fazer conexões e pelo vínculo ainda precário de seus participantes e suas múltiplas entradas micropolíticas na ocupação de espaços na Restinga, é uma estruturalmente mais fechado e organizado, tendendo mais aos estados sólido e líquido.

Na comparação do FERES com a Rede do E.C.A., esta, ainda que esteja sob responsabilidade do Conselho Tutelar, também não possui estatuto nem uma estrutura hierárquica de funcionamento, ou seja, sua manutenção como sistema ou como entidade depende exclusivamente da participação de seus atores. A Rede funciona há mais de 10 anos através de reuniões quinzenais, e é um fórum de circulação e troca com múltiplas funções e modos de funcionar, dado seu caráter aberto e de fluxos, com períodos de pleno funcionamento e total esvaziamento.

O FERES, por sua vez, se assemelha à Rede pelo seu caráter originalmente informal e artesanal, e por alguns integrantes do FERES transitarem ou já terem transitado pela Rede, além de atuarem no mesmo campo geográfico e institucional: as escolas os adolescentes e as políticas públicas. A principal diferenciação entre as duas entidades é, no caso do FERES, na solidificação de um núcleo de participantes mais antigos, os "fundadores", que permanece desde a sua criação, e pelas intervenções pontuais. A Rede era um espaço quase exclusivo de fluxos e trocas, o FERES tornou-

⁴⁸ Em anexo está o histórico do FERES, bem com seu organograma (p.213-218.).

se, ao longo do tempo, além de uma rede, uma entidade de ações dentro das escolas e demais entidades do bairro.

O FERES teve início como um espaço de reunião constituído de professores das escolas públicas, representantes de diversos movimentos sociais, oficinairos e colaboradores em geral. O propósito deste fórum seria discutir e avaliar a educação no bairro e executar atividades alternativas com jovens, crianças e adolescentes. O Fórum, desde 2001, realiza eventos, shows, oficinas, debates, formações com professores e alunos,, sempre atuando com agregador de movimentos e alunos das escolas do Bairro.

Nessa rede circulam pautas de ações relativas aos jovens da Restinga, e outros movimentos sociais. A partir dos movimentos integrantes e integradores do FERES pude elaborar o problema de pesquisa, que é o gerenciamento de políticas da juventude e seus conflitos através da movimentação das redes micropolíticas. As micropolíticas, ou políticas molares, contemplam e agenciam um campo integrado de análise e intervenção.

O Fórum não tem existência legal estatutária, sendo um coletivo que agrega e integra diferentes movimentos sociais e entidades que podem ser da Restinga ou não, e negocia parcerias com o governo em diferentes níveis e com diferentes pautas de negociação. Até o momento que esta tese está sendo escrita, o projeto de transformação do FERES em uma ONG ainda não saiu do papel por questões financeiras e burocráticas, mas, ainda que com dificuldades, a imensa pauta de atividades e mobilizações continua sendo executada.

7.7 FERES⁴⁹ : ações e interconexões

Porto Alegre possui um histórico de atuação de movimentos sociais populares documentado desde os anos 50 (KUNRATH SILVA, 2001). Como foi colocado no capítulo anterior, os processos de remoção e urbanização da Restinga foram atravessados por conflitos e mobilizações de associações de moradores, igrejas, e todo tipo de comunidade organizada. A Administração Popular, eleita em 1989 e apoiada por vários destes movimentos, colaborou na ampliação dos espaços e na visibilidade das ações, sendo que as redes e movimentos da Restinga ocuparam um papel de destaque. Depois de todos estes anos de convívio e trabalho na Restinga, é possível e razoável defender a idéia de que o isolamento do bairro dá características diferenciais à sua configuração simbólica, e que isso delimita um território social diferenciado. Projetada inicialmente para ser autônoma, e .considerando que mais de uma vez cogitou-se a possibilidade

⁴⁹ Figura13 : Grafiteagem do logotipo o FERES, Escola Lidovino Fanton.(página 171)

de sua emancipação, “viver na Restinga”, “ser da Restinga”, tocar em uma banda da “Restinga” faz muito sentido para seus moradores, assim como para este pesquisador estar tanto tempo na Restinga. Convém situar o leitor deste trabalho nesta perspectiva, pois aqui estão sendo observadas e analisadas atividades e movimentações movidas também pela insígnia do bairro, pela necessidade de mostrá-lo como lugar de produção e ação. Aqui são fundamentais as considerações de Elias & Scotson (2000) e de Bourdieu (1996) sobre o isolamento e a segregação, que não são apenas econômicos, políticos, geográficos, históricos, mas resultantes deste campo de lutas simbólicas.

No ano de 2000 foi discutida, em um seminário da cidade sobre direitos humanos, a possibilidade da criação de uma Secretaria Municipal e a elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública. As redes da Restinga mobilizaram-se então, dentro desta perspectiva. Naquela época eu acompanhava a Rede do E.C.A., e conhecia alguns colaboradores atuais do FERES, as Promotoras Legais Populares e alguns oficineiros. O plano envolvia várias temáticas que permeavam a Rede, com a violência doméstica, a cooptação de jovens pelo tráfico de drogas e propunha ações de capacitação de policiais e lideranças comunitárias, bem como a criação do Estúdio Multimeios. O FERES, então, surge neste contexto em 2002, através de uma iniciativa de professoras de escolas municipais interessadas em propor atividades pedagógicas alternativas a seus alunos, e também preocupadas com a questão da extrema vulnerabilidade social, bem como as situações cotidianas de conflito e violência escolar.

A sigla “FERES” refere-se a uma entidade que antes se chamava Fórum das Escolas da Restinga e Extremo Sul, e que no ano de 2005, em uma de suas plenárias, decidiu-se que seu nome mudaria para Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul. O novo nome pareceu a seus integrantes mais condizente com os princípios e com o modo de operar deste coletivo, que vem a ser uma rede de educadores da Restinga.

São complexas e heterogêneas as redes de movimentos sociais organizados na Restinga, alguns são autônomos, outros guardam relações mais estreitas com o Estado, outros são oriundos de políticas públicas transitórias, ONGs, associações comunitárias, movimentos de Hip Hop, associações anarquistas, catadores e recicladores de lixo, toda sorte de Igrejas Evangélicas, Pentecostais, neopentecostais, católicas, centros espíritas, duas escolas de samba, creches comunitárias, rádios, etc. Muitos destes movimentos atuam diretamente com atividades educativas que são chamadas de oficinas, e muitas vezes interagem com as escolas, de maneira amistosa ou não, mas sempre conflitiva.

É possível dizer que um dos elementos importantes na gênese do FERES foi da mobilização de professores (as) e atuadores (as) e movimentos sociais da Restinga em função do Plano de Segurança Municipal. O plano, na concepção de seu idealizador, tinha intenção construir

espaços coletivos de educação que propiciassem aos jovens habitantes da Restinga a possibilidade de ser protagonistas de si mesmos. Estes espaços envolveriam escolas e oficinas de Hip-Hop, da rádio comunitária, o Telecentro, o Movimento Ação Periférica, as Promotoras Legais Populares, entre outros. O FERES é um portal de movimentos educativos do bairro, aberto a participação de todos e que gerenciou atividades de oficinas, mostras de cinema, teatro, artes plásticas, HIP HOP, além de conseguir espaço e angariar fundos para estas atividades via SMED e outros órgãos governamentais, Uma grande rede social de mediação entre sociedade organizada, Estado e comunidade.

É possível perceber no texto elaborado pela coordenação do FERES⁵⁰ os princípios ideológicos, metodológicos e organizacionais semelhantes àqueles de protagonismo juvenil, presentes também na ideologia de criação do Estúdio Multimeios, bem como a idéia de integração dos moradores da Restinga com suas origens étnicas e culturais. Em termos de dinâmica e produção de metodologias de trabalho social o FERES está sempre avaliando, discutindo e refazendo suas estratégias através diferentes formas e diferentes movimentos de organização, regulação e emancipação.

As estratégias de organização oscilam, entre a flexibilidade e a desorganização, entre a autonomia e a dependência (regulação vs. emancipação⁵¹). Ressalta-se o fator de segregação urbana como gerador de processos de autonomia. O FERES é uma entidade reconhecida, no bairro e na cidade, pelo seu trabalho, mas ainda não possui registro legal, seus recursos financeiros e sua estrutura física são precários e itinerantes, mas sua criatividade, combatividade e a capacidade de agregar capital humano o torna capaz de gerenciar uma imensa agenda de oficinas, mobilizações, programações culturais e políticas da juventude no bairro. O FERES teve início como um fórum de um único dia no qual ocorreriam oficinas e debates e hoje é uma Rede que gerencia, ao longo do ano, mais de 50 eventos, debates, oficinas, capacitações, além de manter uma lista de correio eletrônico para deliberações e intercâmbios. Após os primeiros anos como o grupo organizador de um fórum único, em 2005 e 2006 o FERES expandiu suas formas de atuação e seu amplo calendário de políticas.

Os registros do FERES são, por iniciativa de sua coordenação, organizados em um caderno, como se fosse um diário de classe com colagens, no primeiro seminário de 2005, o mesmo que mudou o nome da entidade, foi criada a lista, e organizado o primeiro calendário de ações, bem como uma proposta de um organograma de núcleos temáticos pelos coletivos, que são gerenciados por uma coordenação geral. Na lista são combinadas muitas ações e são colocados fotos, relatos

⁵⁰ Ver anexo, p. 213

⁵¹ Conforme Santos (1998)

das ações, marcadas reuniões, enviados documentos. A coordenadora de 2005, e que hoje é uma das principais referências do FERES, mantém um banco de dados com as mensagens mais importantes, além do próprio servidor da lista manter automaticamente este banco. A maioria dos integrantes do FERES têm acesso à internet, por casa, escolas, trabalho, telecentro ou *lan houses*, ou até mesmo utilizando-se do computador de amigos. No ano de 2006 foi extinta a coordenação geral e substituída por uma coordenação composta pelos responsáveis pelos núcleos. A dinâmica mantém-se a mesma: um seminário inicial inicia e encerra o ano, avaliando tudo o que foi feito e projetando o próximo ano. Ao longo do ano são feitas reuniões dos pequenos coletivos, plenárias extraordinárias e reunião da comissão de coordenação.

O FERES, é integrado por três redes, em diferentes graus de vinculação e “estados da matéria”: um núcleo de membros mais antigos, que residem ou trabalham no bairro, colaboradores vinculados a projetos sociais de universidades ou do terceiro setor, e a rede heterogênea de moradores e trabalhadores do bairro, que são afetados por suas ações.

Na dinâmica de funcionamento do FERES, bem como da Rede do E.C.A, foi possível observar, ainda que sejam campos de disputa e hajam lideranças e coordenações, o debate e a escuta do outro estão sempre presentes, bem como a metodologia constante de construir ações conjuntas. Não há expulsões ou demissões. Mesmo que membros anteriores tenham se desligado do FERES por problemas de ideologia ou relacionamento, este vínculo pode ser restaurado. Comparando o FERES com a rede do E.C.A. o FERES apresenta como diferença fundamental a constituição de um núcleo de participantes fixo (sólido), composto pelos seus integrantes mais antigos, que tende a centralizar-se na Figura de Clarisse e Beatriz, que conseguiu negociar suas horas com a SMED, Lia, professora da Escola Especial Tristão Sucupira Vianna, que desenvolve atividades de cinema, Hiroxima, da Mário Quintana Marcos Fernandes (da ONG Um Novo Olhar), Augusto (Da ONG TV Nagô), Maria Guaneci (PLP) e do Conselho Tutelar, e Evandro (Telecentro⁵²).

Ao mesmo tempo em que se expandiu, o FERES agora sente a necessidade de solidificar-se um pouco mais. A logística para organização dos seus eventos sempre foi bastante difícil e precária, pois é dependente de empréstimos de materiais, salas e equipamentos, que sempre são negociados “na parceria”, sendo que, pelo fato de não ter estatuto nem registro legal, a entidade acaba por não possuir meio de obter recursos financeiros ou mesmo de espaço físico. No entanto, no ano de 2006 o FERES chamou atenção da Secretaria de Governança da PMPA e também apresentou seu trabalho em uma sessão no plenarinho da Câmara de Vereadores, sendo indicado

⁵²Os Telecentros são laboratórios de informática de acesso público e gratuito construídos e mantidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

para o prêmio de Direitos Humanos. O FERES recebeu a doação de computadores, e tem o projeto de montagem de um Telecentro Livre, bem como uma antena do canal educativo Futura. A necessidade de um espaço físico agora faz-se urgente.

Em novembro, foi cedido, com muito esforço e reviravoltas da burocracia estatal um prédio da prefeitura na Restinga Nova. A seguir, a mensagem em que Clarisse relata a cerimônia de entrega.

Enquanto termino as análises desta tese, o FERES entrará em um processo de construção de uma ONG, para enfim poder captar recursos para seus projetos, já que as horas e trabalho de seus participantes estão aumentando cada vez mais. A idéia é que a criação da ONG seja única e exclusivamente pelo CNPJ, e que o FERES continue com suas políticas mais abertas e flexíveis. Ao mesmo tempo em que recebe uma sede e pensa em regularizar sua situação com entidade, a tendência é tornar-se mais fechado, ou mais sólido. Mas isso já é material para outras observações. Em anexo está o cronograma completo de ações e oficinas do FERES.⁵³

7.8 Tornar-se Sólido...

E mail enviado à lista do FERES em 27 de novembro de 2006

Aos amig@s e parceir@s do FERES comunico com alegria ter-nos sido entregue, em cerimônia oficial com o prefeito Fogaça, o secretário de Governança em exercício Tony Proença e a secretária da SMED, Marilu Medeiros o espaço por nosso coletivo solicitado a essa Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O terreno, localizado na 4ª Unidade da Nova Restinga, Acesso 4, Quadra "A", frente 4092, conta com um prédio que estará, a partir de agora, em reforma, de maneira a possibilitar o atendimento às nossas propostas, devendo, no menor espaço de tempo que nos for possível, ser inaugurado com a presença e participação de tod@s.

Algumas das propostas com as quais estaremos aproveitando nosso novo espaço são:

I – ponto referencial para reuniões e articulação do coletivo de educadores do FERES com a comunidade da Restinga e parceiros do Movimento;

II – espaço para ação junto a jovens recentemente desligados da escola de educação especial do bairro, no sentido de apoio a sua nova organização de vida e relação com a sociedade;

III – espaço para atuação das promotoras legais populares do bairro junto a mulheres e famílias da Restinga;

IV – espaço para oficinas e os grupos temáticos dos diferentes núcleos do FERES;

V – instalação do Telecentro Livre, da antena do Canal Futura já destinada ao FERES, de uma rádio educativa experimental e de um espaço para projeções audiovisuais;

VI – espaço modelo de permacultura e, através de encaminhamento de projeto junto ao Ministério de Meio Ambiente, de uma Sala Verde;

VII – espaço para shows e atividades culturais, através de espaço interno e de futura construção de um palco no local;

VIII – ponto de apoio a organizações e entidades do bairro que necessitarem de local para suas reuniões ou atividades compatíveis com o espaço e o tempo.

*Desde já sintam-se tod@s bem-vind@s e convidados a partilharem de nossa conquista!
Clarisse de Lima Abrahão*

⁵³ Figura 14: Figura 14: Rádio Poste organizada pelo FERES na feira de sábado, na Esplanada. (p.171)

7.9 Comitê de Resistência Popular e Rádio Resistência⁵⁴

Uma das entidades colaboradoras do FERES, e que também executa micropolíticas no bairro é o Comitê de Resistência Popular, uma entidade que se autodenomina anarquista e é integradora de múltiplos outros movimentos, como o MHOB (ver lista) e o Ação Periférica na Comunicação, bem como a Associação de Moradores do Núcleo Esperança e o Galpão de Reciclagem da Restinga. Após o laço da Rádio Restinga em 2005, o Comitê obteve um transmissor e passou a realizar sessões de rádio mensais, aos sábados, nas quais a reunião de pauta era aberta à comunidade que poderia inscrever-se e inserir na pauta programas de 20 minutos de temas diversos, com música e informações.

Entre 2002 e 2005, alguns integrantes do Comitê fizeram parte da estrutura organizativa, ou do FERES, porém, após um evento chamado “Tinga Pela Paz”, no qual surgiram discordâncias ideológicas referentes ao estatuto do desarmamento e à presença de certos políticos, esta parceria sólida se liquefez, e ambas as entidades relativizaram seus vínculos, ainda que continuassem parceiras em muitos eventos, sendo os integrantes do Comitê importantes oficinairos na área de rádio comunitária, que constam no cronograma do FERES.⁵⁵

Além de apoiar diversos movimentos de protesto da comunidade e fazer oficinas de comunicação, transmissões de rádio livre e rádio poste⁵⁶, o Comitê também tem uma proposta pedagógica extra-classe com crianças da sua vizinhança, que eles chamam de “reforço escolar”. No ano de 2006 o Comitê ganha o status de Ponto de Cultura, um projeto do Ministério da Cultura de fortalecimento de iniciativas culturais nas comunidades de periferia. O Comitê ganhou dois computadores, ponto de Internet e equipamentos de audiovisual, adotando um segundo nome “Ponto de Cultura na Quebrada”.

A verba do MINC também incluiu a realização oficinas de comunicação com jovens da comunidade, e mais uma vez a precariedade e a ambivalência das políticas públicas atuaram, pois a verba das oficinas, prevista para seis meses, durou apenas dois, e isso gerou uma reversão de expectativas e minou mais ainda a pouca confiança que seus integrantes tinham no poder público. Da mesma maneira que o FERES adotou uma postura de desdém em relação ao Estúdio Multimeios, o Comitê hoje busca parcerias para sobreviver e manter suas atividades.

⁵⁴ Figura 15: Muro da sede do Comitê de Resistência – Núcleo Esperança, Restinga Velha (p.172)

⁵⁵ Ver cronograma do FERES, em anexo, na página 218

⁵⁶ A rádio poste é uma técnica que envolve a apresentação de um programa ao vivo ao ar livre, em escolas, feiras, ou quaisquer outros espaços públicos. Ao invés do transmissor, são utilizados no programa microfones e alto-falantes.

A mais recente parceria do Comitê, e também do FERES, é com estudantes universitários vinculados ao projeto Conexões de saberes, uma iniciativa nacional do Observatório de Favelas⁵⁷ integrado ao MEC, um projeto de extensão que integra todas as 27 instituições de ensino superior que busca mapear estudantes das universidades federais provindos de comunidades populares, fornecer-lhes bolsas para manutenção do vínculo e realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um desses estudantes, Marcos, já era integrante do Comitê há bastante tempo, estuda filosofia na UFRGS e participou do projeto convivências, junto com Bianca, que estuda ciências sociais na UFRGS.

Apresento abaixo a carta de princípios do Comitê seguida de meu diário de campo, que relata o espírito cartográfico de meus periplos, e também um pouco do modo de funcionar do Comitê.

Declaração de Princípios da Rádio Resistência

A Rádio Resistência Popular se apresenta para possibilitar e incentivar um espaço de interação, organização e proposição coletiva na área de Comunicação Popular, diferentemente do formato que estamos cansados de ouvir pela TV e Rádio difusão.

Sendo construído por homens e mulheres da nossa comunidade, nos motivamos a acreditar e nos apoderar de tecnologias de comunicação, marcando nossa posição e disposição neste campo de luta.

Nós que pegamos ônibus lotado, tarifa cara, precariedade no serviço de saúde, falta de creches, de emprego, normalmente não temos o devido acesso aos veículos de comunicação, e, quando temos, somos moldados pelos critérios dos patrões da comunicação. Queremos tornar este veículo de comunicação útil às necessidades e lazes de nossa gente, de forma que possamos lutar e comemorar nossas vitórias do duro dia -a -dia da zona sul.

⁵⁷ O Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OF/RJ) é uma rede sócio-pedagógica, com uma perspectiva técnica-política, integrada por pesquisadores e estudantes vinculados a diferentes instituições acadêmicas e organizações comunitárias. Seus principais coordenadores são moradores ou ex-moradores da periferia do Rio de Janeiro que atingiram uma formação universitária e conseguiram preservar seus vínculos e identidades com o território de origem. A instituição vem atuando como uma rede de formação de lideranças comunitárias, na produção de conhecimentos específicos sobre os espaços populares e na assessoria de ações inovadoras nas favelas cariocas, de forma prioritária (www.observatoriodefavelas.org.br, acesso em 25/04/2007).

Queremos um instrumento onde os sujeitos deste povo possam falar o que gostam e o que não gostam, construindo um espaço de construção de conhecimento e de democracia direta, e não aquela democracia fajuta de dos rico se poderosos.

A Rádio Resistência coloca-se no papel de ser uma dinamizadora dos temas que motivam as lutas de nossa comunidade, e criadora de alternativas que organizem e proponham outros canais de comunicação que a Luta Popular necessita.

A participação, apoio e solidariedade serão condicionantes que sustentam os propósitos de nossa rádio e nossa luta. As melhorias que a comunidade necessita passam por estes princípios e não abrimos mão deles.

A independência de partidos, patrões e governos nutre nossa independência de classe.

A Ação direta orienta e dá força nas nossas atividades e mobilizações, criando um imaginário de protagonismo popular, ou seja decidindo e agindo nós mesmos por nossos destinos.

A solidariedade de classe nos torna cada vez mais firmes na nossa luta, fortalecendo nosso laços, de vizinhos e vizinhas, amigos e amigas, lutadores e lutadoras, trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, envolvidos por um sonho de construirmos um mundo melhor pelas nossas mãos

Rádio Resistência - Comitê de Resistência Popular-Restinga⁵⁸

Diário de Campo,, 23 de Abril de 2005

Peguei o Rápida-Restinga⁵⁹ em outra tarde ensolarada de sábado, descendo na Avenida J.A. Silveira, que divide fisicamente a Restinga Nova da Restinga Velha e segui em direção à Quadra da Escola de Samba Estado Maior da Restinga, onde eu achava que funcionava o Comitê. Entrei na quadra e perguntei onde ficava o Comitê, ou a rádio. Para minha surpresa ninguém sabia de nada, e inclusive recomendaram que eu fosse na escola rival, lá na Restinga Nova. Por sorte sabia que Sabrina e Jackson estariam ali, então usei esta maravilha tecnológica chamada telefone celular, e Jackson foi me buscar. O Comitê fica em uma pequena rua escondida no início da Restinga Velha e realmente próximo da Quadra da Escola de Samba. A arquitetura das ruas é estreita e a das casas, caótica. A sede do Comitê não foge à regra: uma sala-varanda, cozinha e no andar superior, um clima de obra. Depois confirmei que é uma casa inacabada recebida de herança. É aconchegante,

⁵⁸ Figura 16 Fixando a antena da Rádio - Comitê de Resistência Popular-Restinga (p.172)

⁵⁹ O Rápida-Restinga é uma linha de ônibus expressa, que tem um número limitado de paradas entre o centro e o bairro, levando mais ou menos uma hora para completar o trajeto

com grafites e pôsteres de eventos nas paredes, um dos quais era uma pesquisa feita pela psicologia social sobre a Rádio. O é clima de diretório acadêmico. Cheguei e cumprimentei todos. Na cozinha estava uma mesa onde estavam a mesa de transmissão, as caixas de som, os microfones e o transmissor, a fantástica estrutura da rádio livre, legitimamente pirata e ali estava eu feliz por estar participando daquela contravenção, com a remota possibilidade da polícia aparecer. É difícil descrever a sensação de participar de uma sessão da Rádio Resistência, principalmente para quem não tem intimidade com trabalho em rádio.

A melhor tentativa de fazê-lo é perguntar: quem, ao ver um morador de rua, imagina que aquela pessoa tem família, que pode tê-lo abandonado ou morrido, ou mesmo que seja uma pessoa que outrora fora muito rica e, após enfrentar profunda depressão, tenha sido obrigada a viver na rua. Desde criança eu sempre imaginava que e aquelas pessoas sempre viveram ali e sempre foram daquele jeito, sujas, fedorentas e errantes. Penso que o mesmo acontece com o rádio. Todas aquelas músicas, programas, eventos, notícias parecem vir de lugar nenhum, parecem ser absolutas, aparecem ali no rádio como que por mágica. Tenho colegas que fazem pesquisas acompanhando trajetórias de moradores de rua, e acho extremamente radical o caráter humano de trazer à tona todas as histórias de vida daqueles cidadãos, que por múltiplos fatores, em especial a difícil vida nas cidades grandes e a falta de solidariedade. Com a rádio livre tive uma experiência semelhante, e isso me levou a incluí-la em minha tese, como importante analisador da ambivalência de determinadas políticas públicas. Basta conseguir o transmissor, montá-lo, conseguir umas caixas de som, e principalmente, ter o que dizer. Às vezes nem isso, às vezes ao feitas as rádios poste, que mantém o nome rádio, mas são apenas microfones e caixas de som que podem ser instalados em qualquer lugar. As dificuldades dos “educadores”⁶⁰ para fazer seu trabalho de refletir e questionar sobre a democratização dos meios de comunicação é inquietante, e leva a uma reflexão de porque tantas coisas inúteis, de mau gosto e sem o mínimo sentido comunicativo são propagadas em larga escala e atingem milhares e milhares de pessoas, sendo que artistas sem nenhum talento faturam milhões de reais sem passar absolutamente nenhuma mensagem. Para que serve o rádio ou a TV mesmo? Aliás, a quem pertence o espaço eletro magnético?

Em uma das paredes da casa, havia um cartaz de papel pardo com a pauta do programa :

1-Rádios Comunitárias

2-Saúde

3- Hip Hop

⁶⁰ “Educadores” é o termo utilizado pelos sujeitos com os quais trabalhei, como referência ao trabalho de educar para a comunicação.

4 -1º de maio (que seria uma semana depois)

O clima estava muito descontraído, bem diferente daquele de estúdio, o que ocorria ali era o contrário do silêncio. Além de moradores da comunidade havia um a moça chamada Micheline, não sei de onde, que ficou me perguntando sobre psicologia nos movimentos sociais. Na “sala” estavam os convidados do programa crianças, e um cachorro sarnento. Lembro que o programa era apresentado numa cozinha, e isso era muito divertido, em especial em dois momentos: quando um dos apresentadores se serviu de um carreteiro de lingüiça frio que estava em uma imensa panela, e a outra foi quando a porta da geladeira despencou em pleno ar, como se algo estivesse dentro dela. Muitas risadas.

Para tratar o primeiro ponto da pauta, estavam ali representantes de outras rádios comunitárias, que também sofriam dos mesmos problemas que a da Restinga, ou seja, toda a pressão governo e a recusa intransigente da outorga. Sem muita explicação ou debate e bastante truculência, as rádios comunitárias são fechadas o Brasil em um arroubo de exemplar cumprimento do dever da Polícia Federal de da ANATEL, que dificilmente incomoda o Gugu, o Ratinho ou o João Kleber, e muito menos os filmes da XUXA e do Van Damme que parecem “cair do céu” e penetram em nossos aparelhos sem dó nem piedade.

Não foi diferente da Rádio da Restinga. Mas, como diria Gregory Bateson, existe uma ecologia das idéias como existe uma ecologia das ervas daninhas, e assim são as ervas daninhas, elas podem até ser arrancadas pela raiz, mas, de alguma forma, por água, terra ou ar, seja por algum pássaro que deixa cair um semente ou galho, seja por algum raiz rizomática que brota no meio dos cascalhos, ou até mesmo pelo musgo trazido pela chuva, elas renascem. A vida, dizem os teóricos sistêmicos e cibernéticos, é uma anomalia no caos é uma organização insistente em um universo que ruma à total destruição. Os integrantes do Ação Periférica, do Comitê de Resistência Popular da Restinga, tiveram sua rádio fechada, aliás, segundo eles próprios, uma rádio que já andava desmobilizada por algumas disputas de espaço e por falta de afinidade também. Agora, pelo jeito vai funcionar mensalmente e cada dia mais pirata⁶¹.

Aqui parece adequado abordar um pequeno texto de Deleuze & Guattari⁶², da obra “Mil Platôs”, intitulado “Introdução: rizoma”. Os autores consideram as construções molares, macropolíticas como construções arborescentes, estruturadas em tronco, raiz e folhas. A máquina

⁶¹ Figura...: Fixando a antena da Rádio - Comitê de Resistência Popular-Restinga

⁶² Guattari também examina a questão das rádios livres em “Revolução molecular: pulsões políticas do desejo”(ver referências). “Perigo iminente. Atenção, a menor linha de fuga pode fazer explodir tudo. Vigilância especial nos pequenos grupos perversos propulsando palavras, inventando frases, atitudes suscetíveis de contaminar populações inteiras. Neutralizar, prioritariamente, todos aqueles que poderiam ter acesso a uma antena. Guetos por toda a parte, até mesmo na família, no casal e inclusive na cabeça, de modo a segurar cada indivíduo, dia e noite”.(GUATTARI, 1980, p.56)

do Estado pode ser comparada a uma árvore. No entanto, no solo, por entre as raízes, nas áreas intermediárias e nos terrenos pantanosos, habitam as gavinhas, as conexões reticulares e múltiplas, trepadeiras, xaxins e ervas-daninhas. Tais conexões pluriformes e heterogêneas são os “rizomas”. Rizomas são proposições e princípios de conectividade, multiplicidade e bifurcações.

O Espaço eletromagnético arborescente está nas frequências autorizadas por diversos jogos de poder e dinheiro, campos de hierarquia e dominação, 24 horas de programação nas nossas vidas. A Rádio Resistência opera por sessões, por intervenções, expansões e contrações, como uma erva daninha, a gramínea que insiste em brotar do espaço entre as lajes da calçada.

Seguir o rizoma por ruptura, alongar, prolongar, revezar a linha de fuga, fazê-la variar até a linha mais abstrata e a mais tortuosa, com “n” dimensões, com direções rompidas. Conjuguar os fluxos desterritorializados, seguir as plantas (Deleuze&Guattari, 1995, p.20)

Estes jovens estão ali transgredindo as leis do espaço eletromagnético para mandar suas mensagens, e abrir espaço para a comunidade poder falar no rádio e debater seus problemas⁶³. Marcos disse que provavelmente eles estariam invadindo o espaço de outra rádio (e, de fato, invadiam uma rádio evangélica). Enquanto moradores da Restinga falavam ao vivo da carência de remédios ou de atendimento da saúde no bairro, conversei com um rapaz integrante de uma outra rádio comunitária, de Alvorada, também periferia, que pasmem, também teve problemas com a lei. Estamos aqui diante de um problema criminológico perseguido por Edwin Sutherland (1996) e que inicia nosso código penal⁶⁴: crime é aquilo que a sociedade considera como crime. No entanto, Sutherland vai além: um fator é o crime, outro é o prejuízo a outras pessoas e à sociedade. Existem atitudes que, sob o ponto de vista legal são criminosas e que não fazem mal a ninguém e outras causam danos às pessoas e existem perfeitamente dentro da lei, e, inclusive, movimentam redes que beneficiam outras pessoas. A venda de cigarros e cachaça em botecos, é um exemplo. Já ouvi conversas em paradas de ônibus neste tom: vender cachaça dá incomodação, mas traz dinheiro. É claro, dependendo da marca e do fornecedor, compra-se a garrafa em consignação pelo preço de uma ou duas doses. É só fazer as contas. Os cigarros e a cachaça vendidos a preços baratos nos

⁶³ Como diz Gorczewski (s/d): “Como podemos observar, estas in(ter)venções juvenis atuam desestabilizando modos de ação recorrentes na comunidade, ou seja, como reinvenção de territórios de comunicação/subjetividade colocando em circulação, simultaneamente, informação, conhecimento e protagonismo. Nesse sentido, levanto o seguinte questionamento: que qualidade de experiência comunicacional e midiática se produz na comunidade, que é capaz de gerar visibilidade e/ou invisibilidade humana e social? A questão remete à análise dos processos midiáticos num contexto sócio-cultural distinto, no qual se pode ler a elaboração de novas subjetividades e sensibilidades juvenis, expressas nas “marcas” e na ressignificação de espaços de interlocução, mais precisamente, nos espaços de agenciamento comunicacional e midiático”.

⁶⁴ “Só é crime aquilo que a lei define com tal, e só a pena que ela determina poderá ser aplicada a seu autor”
www.mj.gov.br

botecos rendem a sobrevivência de uma família, e até mesmo impostos altos, como o ICMS. Além é claro, da indústria do fumo e das destilarias. A incomodação, é óbvio, é gerada pelas tragédias pessoais que invadem o botequim á procura do alívio entorpecente da bebida e do ambiente neutro, que podem ocasionar brigas ou episódios constrangedores de bêbados chatos ou brigões. Os botecos, estabelecimentos que podem funcionar dentro da plena legalidade, e serem freqüentados por policiais e funcionários públicos no fim de seus expedientes, são ambientes de conflitos, brigas e até mortes, e também do papo, da amizade e da solidão compartilhada. As bocas de fumo funcionam um pouco assim, e muitos tiram seu sustento da venda de cocaína, maconha ou *crack*, porém, o ambiente é mais hostil, pelo fato da mercadoria ser 100% ilegal, e muitos estabelecimentos habitarem espaços onde não há controle do Estado.

Muitos donos de boteco protegem seu espaço com grades ou armas de fogo, e os traficantes de drogas ilegais delimitam muito bem seu território com armas e uma estrutura de vigilância, além de terem fontes alternativas de lucro, como assaltos ou outras contravenções. As rádios comunitárias que conheço e que ouvi falar são abertas, sem grades, e ninguém ali tem dinheiro ou anda armado. Que eu saiba, a única violência é gerada por parte da polícia federal que às vezes entra desligando telefones, confiscando ou destruindo transmissores⁶⁵.

Podemos discutir a ilegalidade das rádios comunitárias e o eventual prejuízo a outras rádios pela invasão do espaço, ou até mesmo as que são próximas a aeroportos. É também preciso levar em consideração as rádios piratas sem fins comunitários. Mas isso tudo parece ser pela falta de debate e regulamentação, e também de um olhar sobre a importância das rádios comunitárias no questionamento à liberdade de certas empresas de comunicação que só sabem veicular lixo cultural. Portanto, isso não é só uma questão referente às rádios comunitárias, mas também sobre a função das leis e normas como regulação da sociedade, e do papel autoritário do estado quando convém a certos interesses.

No livro *Cabeça de Porco*, escrito pelo Antropólogo e ex-várias coisas Luis Eduardo Soares junto com MV Bill e Celso Athayde. Em um interessante capítulo sobre justiça criminal , faz algumas distinções lingüísticas sobre termos como punição e transgressão, há uma passagem que pode muito bem se adequar a esta questão da Rádio Comunitária:

Outra palavra que tem que ser tratada com cuidado é transgressão. Para as instituições que zelam pela aplicação das leis, seu sentido é claro. Para a sociedade, nem sempre o é. Para certos grupos , algumas regras são são mais importantes que certas leis. Ou seja, normas de comportamento e preceitos

⁶⁵ Figura 17: Transmissão da Rádio Resistência, na cozinha da casa de um amigo (a rádio estava sendo ameaçada) Projeto Convivências (p.173).

morais se sobrepõe ao domínio legal. Um desses grupos pode ser exatamente aquele em que o jovem transgressor cresceu e com o qual se identifica. Portanto, uma pergunta trivial, mas significativa, se coloca: aquilo que definimos como crime ou transgressão legal terá o mesmo significado para seu jovem autor? (SOARES, 2005)

Avançando na pauta do programa, chegamos, então, ao momento do Hip-Hop, e ali estavam quatro “manos”, mais o Jackson, grafiteiro, discutindo o movimento, cada um mandando seu recado, falando sobre a importância do Hip-Hop como meio de expressão e como maneira de conscientizar os manos. Não me toquei de imediato de ligar o gravador, só o fiz quando a primeira dupla, “Fradmental”, começou a cantar. Havia duas duplas, uma que parecia mais velha e experiente, e senão me engano ajudava na apresentação do programa “Hip Hop Sul”, chamada “Alternativa 2”, da Vila Bom Jesus, a outra era mais jovem e produziu um rap mais artesanal, da Restinga. Comentaram sobre uma revista de Hip Hop que tinha feito uma matéria sobre Porto Alegre, acharam legal, apesar de ser uma revista de divulgação das bandas mais famosas e conhecidas, e que Hip Hop é movimento, mesmo sem revista. Confesso que não prestei muita atenção no papo, porque ficava conversando com as outras pessoas que estavam na volta. Depois do papo, o Fradmental começou a tocar, mas antes, é claro, um pequeno problema na aparelhagem. Como eu havia dito, era tudo artesanal, e o equipamento de som era um pequeno *discman* ligado numa mesinha de áudio, que estava mal plugado. Resolvido o problema, foi colocada a base e os guris mandaram ver. Um típico rap de “periferia”, falando de drogas, de pobreza, violência de conscientização, com muita energia, daqueles *raps* que começam com a apresentação do *raper*. Fala de drogas como a pedra, a farinha, e o Gardenal, e fala “mas eu sou viciado na rima”. “A pedra é a maior inimiga da perfeição”. Achei curiosa a alusão ao Gardenal, um remédio para epilepsia, mas que também poder ser administrado a crianças hiperativas pelo seu efeito colateral, que é calmante.

Depois vieram os guris “Alternativa 2”, um rap mais cadenciado, trabalhado, de rappers mais velhos e experientes, com mais produção, mas também abordando o problema da droga e da violência. Tenho que lembrar de transcrever.

Depois o assunto foi o primeiro de maio, com aspectos históricos e divulgando a manifestação que uniria vários movimentos populares no próximo domingo

- Meninos cantam seu Hip-Hop e comentam uma revista sobre RAP
- E divulgada uma manifestação que aconteceria no dia Primeiro de Maio

Resolvi deixar este diário de campo na íntegra, ele foi parcialmente escrito no ônibus (como a maioria), e contém a riqueza da experiência de uma sessão da rádio. Eu não sei exatamente quem

escutou este programa, pois o alcance do transmissor é limitado, mas isso não importa, o que importa é a potência desta intervenção, que mobilizou todo um coletivo e foi absolutamente aberta à participação. Além do mais, a sessão do rádio movimenta em si uma rede microbiana, pois este projeto não durou muito tempo, e as sessões se repetiram mais algumas vezes, em intervalos esporádicos (uma delas já foi descrita no relato do Convivências), mas seus executores continuam nas oficinas, no planejamento e na batalha de “educominicar”, nas rádios-poste (em praça pública, sem transmissor).

O Comitê chegou a mobilizar uma ampla rede, que incluía diversos movimentos sociais, incluindo o DCE da UFRGS em um Seminário de Comunicação Popular, no qual haveria uma polêmica oficina de montagem de transmissores⁶⁶, ministrada por um misterioso engenheiro norte-americano, com o qual o Comitê tinha contato pela Internet. O engenheiro, prometia, inclusive, trazer todo o material necessário, e a oficina prometia revolucionar o panorama da Rádio Livre em Porto Alegre. O seminário acabou acontecendo, mas o tal engenheiro, a grande estrela, acabou não aparecendo. O Comitê permanece na luta pela outorga da Rádio Comunitária, e continua com suas oficinas, em parceria ou não com o FERES.

7.10 Oficinas sobre violência nas escolas

O termo “violência Escolar” ou “violência nas escolas”, principalmente a partir dos anos 80, têm chamado atenção e sido objeto de estudos governamentais e, principalmente, pesquisadores do mundo inteiro, até porque a escola e a educação são propagadas por políticos ou pesquisadores como o elemento principal do processo socializador e civilizador. No entanto, neste ano de 2006, já é considerável o montante de iniciativas do poder público e de ONGs, bem como a criação de observatórios de violência nas escolas e investimentos da UNESCO em pesquisas e intervenções para conceituar, delimitar causas e elaborar estratégias de intervenção.

A UNESCO, em parceria com o Observatório Europeu de Violência nas Escolas, publicou um livro⁶⁷ que reúne as contribuições de dez equipes de pesquisa de diversos países europeus no tema da violência escolar. O livro focaliza as dimensões européias da questão, bem como as conexões entre cientistas e políticos. Diferentes disciplinas são envolvidas, incluindo psicologia, criminologia, psicossociologia, ciências educacionais e sociologia. Em dez capítulos, o livro revisa

⁶⁶ Figura.18. - O tão polêmico e famigerado transmissor. O ventilador é colocado estrategicamente para dissipar o calor (p.173)

⁶⁷ Debarbieux, Eric, Blaya, Catherine (orgs) Violência nas Escolas: Dez Abordagens Européias, Brasília, UNESCO, 2002:

pesquisas, experiências e estratégias de resolução de problemas na Bélgica Francesa, Inglaterra, França, Alemanha, Grécia, Holanda, Espanha, Suíça e no Reino Unido. O resultado é uma rica discussão sobre a complexidade do problema em cada país, e inclui tópicos gerais abordando violência escolar, características conceituais de cada abordagem, causas do fenômeno, implicações e políticas públicas adotadas por cada país, com forte ênfase nos estudos de vitimização.

Tratamentos preventivos, experimentos e serviços integrados dentro das escolas bem como as dificuldades no campo são exploradas. Estes elementos demonstram análises similares em relação à lenta construção da violência que ocorre através de incidentes de micro-violência. O texto também enfatiza a necessidade de tratamento adequado destes incidentes.

A educação em massa nos chamados países desenvolvidos é uma realidade muito anterior à brasileira e inclusive à similar portuguesa (MARCÍLIO, 2005) e também, na chamada “era de ouro” da modernidade no pós-guerra, em geral a Europa investiu muito mais na formação de professores e na estrutura geral do sistema. No entanto, as transformações econômicas e culturais mais recentes, como aumento do desemprego, imigração e globalização tornaram a realidade mais complexa, e os alunos começam a colocar cada vez mais em cheque a função da escola, a questionar sua disciplina e a provocar conflitos. Depredações, ameaças a professores, *bullying* (agressividade e brigas entre os alunos), evasão escolar entram cada vez mais no cotidiano e passam a ser cada vez menos de uma minoria de alunos “desajustados”. As intervenções são descritas como projetos pontuais, de mediação de conflitos, escuta aos professores e capacitação, que segundo os relatos, têm obtido resultados a curto prazo, porém não são duradouros e seus efeitos sobre os professores e alunos idem.

Outra publicação importante é coletânea de uma série de conferências que ocorreram em um seminário sobre violência nas escolas em novembro de 2002 em Brasília. As conferências exploraram conhecimentos e práticas envolvendo a questão e como é tratada em várias nações européias, no Canadá e no Brasil. O texto inclui comparações de resultados de pesquisas, bem como avaliações de alternativas que estão sendo efetivadas em uma variedade de contextos sociais. Há uma sessão que examina uma série de experiências em escolas brasileiras localizadas em áreas violentas e socialmente precárias nas quais a UNESCO patrocinou projetos que têm alcançado resultados significativos. Educação, cultura e atividades de lazer tem transformado estas escolas em instituições influentes em termos de desenvolvimento de um papel ativo na educação e em termos de redução da violência que ocorre dentro das escolas e nas comunidades circundantes.

A UNESCO também publicou uma coletânea de estudos sobre violência escolar na América latina e Caribe compreendendo oito estudos de caso de violência nas escolas na

Argentina, Brasil, Uruguai, México, Chile, Colômbia, Equador e na República Dominicana. Inspirado pela iniciativa conjunta da união Européia, os artigos são organizados em três sessões. A primeira sessão contém uma breve descrição do país e seu sistema educacional. Os relatórios, então, continuam a descrever estatísticas e informações relevantes sobre o assunto. A sessão final aborda as ações e descreve iniciativas estabelecidas em níveis nacionais e regionais para redução da violência escolar. É amplamente demonstrado no livro que os estudos começaram nos anos 80, e foi somente nos anos 90 que governos, ONGs internacionais começaram a tomar de conhecer e resolver o problema. A violência na escola é uma questão social com conseqüências devastadoras na qualidade da educação bem como para o futuro de nossas escolas.

O livro chama a atenção para a falta de dados científicos sistematizados e avaliação desta questão em muitos países latino-americanos e caribenhos. Isso pode ser a razão da escassez de estratégias de âmbito nacional. Em outras palavras. Dentro de cada país examinado, existem várias iniciativas isoladas e desarticuladas para resolver o problema da violência escolar, especialmente nas seguintes linhas de ação: fortalecimento dos direitos dos jovens das crianças, treinamento dos professores, melhorias no clima escolar, reformas pedagógicas, sem mencionar mediação e resolução de conflitos. Entre os estudos que mais se aproximam da realidade observada aqui está tese, será enfatizado o da colega Nília Viscardi (2002), em um relato de sua pesquisa sobre violência escolar em escolas públicas no Uruguai, publicado na revista “Delito y Sociedad”⁶⁸.

Entre os pesquisadores brasileiros, destaca-se o trabalho de Marília Pontes Sposito, que em 2002 publica um importante levantamento das pesquisas sobre o tema da violência escolar no Brasil, sendo que algumas considerações foram observadas e discutidas neste capítulo:

Investigação conduzida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, em parceria com a prefeitura de Porto Alegre (Tavares, 1999), procurou sistematizar os episódios de violência observados na rede de escolas municipais a partir de 1990. Do total de registros (204), o maior índice recaiu sobre as agressões contra a pessoa (60% das ocorrências), compreendendo as lesões corporais, roubo (carros, dinheiro) e brigas e invasões no espaço escolar. (idem, p.11)

Há dois estudos sobre escolas mantidas pela prefeitura da cidade de Porto Alegre, que revelam peculiaridades importantes no exame da questão das relações entre violência e escola no Brasil (Costa, 2000; Paim Costa, 2000). Ambos realizaram trabalho de campo em unidades escolares localizadas em bairros marcados por alto grau de violência social, situados

⁶⁸ VISCARDI, Nília, Violência em el espacio escolar em Uruguay: practicas, respuestas y representaciones In **Delito y Sociedad:Revista de Ciências Sociais**. Ano 11, n.17, 2002 Buenos Aires, Santa Fé, República Argentina

na periferia da cidade. As investigações de natureza qualitativa evidenciam a existência de estabelecimentos escolares atuantes, cujas equipes profissionais formulavam projeto pedagógico apoiado nas orientações da administração municipal. (idem p.11)

Experiências em conflitos e violência nas escolas

Como foi dito anteriormente, o FERES é integrado por professoras de escolas da Restinga, e ocupa espaços nestas para realizar suas atividades. São poucas as professoras que se dispõem a colaborar com o FERES e os contatos nas escolas são reticulares e microbianos. Um destes projetos integrou o calendário de 2005 se chamou “Pequena Pausa”, que consistiu em execução de oficinas e debates temáticos com o corpo docente das escolas, e em 2005 o tema básico foi violência, divididos em violência doméstica, violência escolar e Estatuto do Desarmamento. Ainda que se expandam por várias instituições da Restinga, as escolas são um dos focos principais das ações do FERES, e também de conflito entre perspectivas de professoras e professores com relação ao processo educativo, o papel da escola e dos próprios educadores. No projeto “Vivenciando”, relatado anteriormente, captamos importantes considerações sobre o papel da escola na comunidade, e as diferenciações entre “educadores formais” (como são considerados aqueles da escola e da universidade) e os “educadores populares” (osicineiros). As oficinas enquanto método, se opõem às aulas, e há uma política de lutas de inserção das oficinas no espaço escolar, semelhantes a projetos como o “Escola Aberta”. O FERES entra com importante parceiro deste projeto, mas desde a sua criação já vem fazendo este processo de abertura das escolas de maneira microbiana, principalmente naquelas em que alguns professores assumem um papel ambivalente e concomitante de “educadores populares” e “formais”. Como eu já tinha uma idéia de que a violência escolar é um problema importante das escolas públicas, em especial as que ficam em zonas mais precárias da Restinga, propus, no primeiro seminário do FERES de 2005, uma participação no “Pequena Pausa”, através de oficinas em dois módulos: o primeiro de mapeamento das queixas dos professores, bem como suas conceituações sobre o tema, e o segundo de discussão e reflexão sobre este mesmo material. Na abertura de cada módulo eu estabelecia um acordo, no qual, em troca das oficinas, utilizaria os dados colhidos em minha pesquisa, e que a Escola poderia contribuir significativamente para os estudos da violência na escola. Consegui que minha oficina entrasse no calendário de duas escolas, o Lidovino Fanton, uma das escolas mais atuantes no FERES, onde Clarisse trabalhava até ganhar horas de trabalho na SMED para dedicar-se ao Fórum, e a Pessoa de Brum, próxima à Vila Castelo. No Lidovino foi possível apenas o primeiro módulo, pois muitos professores foram resistentes e votaram em assembléia por não ter o segundo módulo,

alegando inicialmente o fato de fazerem parte de uma pesquisa, que Clarisse, posteriormente, refutou, dizendo ser uma dificuldade dos colegas de refletirem sobre o próprio cotidiano e também uma resistência a iniciativas como o FERES. As considerações que os professores integrantes e simpatizantes do FERES fazem sobre seus demais colegas é que muitos deles sofrem com depredações de automóveis, agressões de alunos e *stress* pela própria postura distante e antipática com relação à “vila” e a intolerância com o comportamento dos alunos e a atitude das mães em escolas com pouca estrutura de pessoal. Parece haver, em uma primeira impressão, uma espécie de conflito étnico entre os professores e os alunos. Alguns destes indícios eu pude verificar nas oficinas, onde eu propus que as professoras e professores contassem histórias do cotidiano escolar e escrevessem em folhas de papel os seus conceitos de violência, três situações enfrentadas no trabalho e três possíveis situações para o problema. As oficinas em si foram relatadas em meus diários de campo a seguir, e o mapeamento conceitual foi transcrito e categorizado no NVIVO de maneira simples, reunindo os depoimentos de ambas escolas e construindo categorias gerais para as duas. Com a aproximação do referendo do Estatuto do Desarmamento, também fui convidado a trabalhar também este tema em escolas. O fluxo da rede e uma série de acontecimentos que parecem ser comuns em sistemas não burocráticos bloquearam minha idéia de atingir o maior número possível de escolas da Restinga e, pelo menos no contexto desta coleta de dados acabei por ministrar oficinas somente sobre violência escolar em duas escolas, e atuei como mediador de um debate sobre do referendo do desarmamento em outra escola e voltei a uma das anteriores para palestras sobre o estatuto

Escola Estadual de Primeiro Grau José do Patrocínio- Revisitando e reciclando memórias de um estágio

Diário de campo revisitado⁶⁹

O ano é 1997, eu e meu colega Carlos Ribeiro visitamos a escola em uma tarde muito quente, realmente escaldante, de um dia de paralisação. Tiramos algumas fotos, conversamos com a diretora, Regina, visitamos nossa sala de estagiários, e encontramos alguns alunos, bem pequeninos, correndo de um lado para outro da escola, descalços e só de calção. Fazia um calor dos diabos. A Escola é dividida fisicamente por duas estrutura distintas, a parte contemporânea (que chamávamos de Nave Mãe) feita de alvenaria, modelo que teve início nos anos 90, e a parte antiga, feita de galpões de madeira. Esta parte antiga (jocosamente chamada Carandiru pelos alunos e

⁶⁹ Este diário conta no relatório intitulado “Desacelerações”, do Estágio Integrado de Psicologia Social e Institucional. Sua inserção aqui envolve fatos do passado articulados rizomaticamente com experiências do presente na Restinga

professores) realmente vira um forno nestes dias de calor, e o pequeno ventilador de teto não é suficiente para dissipar o calor corporal de 20 ou 30 crianças. Há outras formas de calor a serem dissipadas que não são só termodinâmicas, e sim metafóricas, e a parte seguinte desta história revela algumas questões relativas a violência escolar que parecem transcender o tempo e o espaço.

Era quase meio dia, e o sol da Restinga costuma ser inclemente e absoluto. Eu e Carlos caminhávamos pelo corredor do “Carandiru” e notamos que as lâmpadas estavam acesas, em um dia sem aula e de iluminação intensa, como já frisara anteriormente. Em um arroubo altruísta de economia, Carlos descobriu o disjuntor e desligou a chave que apagava as lâmpadas do corredor. Terminamos nossas tarefas de estágio e fomos para casa.

Na semana seguinte, persistia o calor inclemente e era dia letivo. Voltamos ao “Carandiru”, ao mesmo corredor, e repentinamente pula na nossa frente uma jovem professora, com “os cabelos em pé”. Ela estava em plena aula, e, talvez por ter dado alguma atividade aos alunos, aproveitou o ensejo para desabafar conosco:

“Já faz quase uma semana que este ventilador está estragado, já chamei a manutenção várias vezes e ninguém aparece, eu não agüento mais este calor e estas crianças estão começando a feder. Já estou cansada disto tudo, não há condições para trabalhar...”.

Escutamos com paciência e uma certa solidariedade, pois aquele ventilador de teto já não daria conta do calor, se estragasse, ficaria mesmo difícil permanecer o dia inteiro ali. A professora votou à aula. Carlos, então, teve uma espécie de estalo, e dirigiu-se ao interruptor, e percebeu que ele estava intacto desde nossa última visita. Ao ser acionada a chave, as luzes se acenderam. Fomos até a sala de aula, e sugerimos à professora que tentasse ligar o ventilador, e ele funcionou. Percebemos nela uma certa surpresa, mas vimos que ela não tinha ficado satisfeita, continuou resmungando sobre os alunos, a escola, o calor. É claro que nossa postura de analistas institucionais nos encaminhou para uma leitura sintomática da situação. A primeira queixa da professora foi relativa especificamente ao ventilador estragado e ao conserto que nunca vinha, e esta queixa trouxe à tona todo um corolário de problemas relativos ao comportamento dos alunos, aos cheiros, à insatisfação de estar ali, naquele lugar distante de casa, com pouca estrutura, salário baixo, pobreza, etc. Ao percebermos que o ventilador não ligava e que a culpa era nossa, por termos desligado a chave, concluímos que este pequeno ato valeu quase como uma entrevista, uma espécie de experimento de análise institucional surgido do puro acaso da ingênua tentativa de resolução simples de um problema simples, mas que sistemicamente estava em um contexto complexo, ou seja, a chave foi um mecanismo de disparo da queixa. Era óbvio que o problema não era o ventilador, porque a necessidade de fala e queixa se sobrepôs ao simples fato de que era só verificar se havia luz, tarefa cotidiana em nosso lares. Se a geladeira ou a televisão sofre uma pane

repentina, podemos tentar acender a luz para verificar se o problema é a falta de energia ou específico do aparelho. Intervenções simples resolvem problemas simples, mas às vezes os problemas simples estão acoplados a sistemas mais complexos. O ventilador que não funciona está acoplado ao cheiro dos alunos, à bagunça, ao calor inclemente de uma tarde de março, ao trabalho difícil e mal-remunerado de professora do estado, à demora da manutenção da Escola.

Naquela época passamos um ano e meio no José do Patrocínio, ouvindo queixas, assistindo aulas, conversando com alunos e alunas, observando situações. Visitamos outras escolas (inclusive de outras comunidades), o Conselho Tutelar, e freqüentamos a Rede do E.C.A., lembramos de nossas experiências como alunos, em colégios particulares. A experiência de freqüentar uma escola não é simples, e a relação professor-aluno é sempre conflitiva (aliás, nossa vida de estudantes universitários corroborou isso). O José do Patrocínio sofreu incrementos em sua estrutura física ao longo do tempo, e algumas políticas de abertura da Escola foram implementadas, como o Escola Aberta:

O Projeto Escola Aberta para a Cidadania foi implantado no Estado do Rio Grande do Sul em agosto de 2003, a partir do diagnóstico da realidade gaúcha que evidenciou a falta de alternativas e de espaços culturais, artísticos, esportivos e de lazer nos bairros periféricos das cidades.

O “Escola Aberta para a Cidadania” é uma ação pedagógica cuja proposta principal é a integração das atividades realizadas aos finais de semana com as atividades desenvolvidas nas salas de aula, durante a semana. Aos finais de semana, a proposta é a escola escola torna-se um “pólo irradiador de cultura”, por meio de atividades culturais, artísticas, esportivas e de formação profissional, entre outras, ministradas poricineiros voluntários locais, que trabalham ações complementares à proposta pedagógica da escola.

Por meio de consulta às comunidades, são definidas as oficinas e demais atividades promovidas nas escolas aos sábados e domingos. Grande parte dosicineiros é da própria comunidade; outros são alunos de universidades, membros de organizações não governamentais ou voluntários, todos parceiros do projeto⁷⁰.

No ano 2000, durante as comemorações do Ano Internacional da Cultura de Paz, a UNESCO no Brasil lançou o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz. Ao inserir-se no marco mais amplo de atuação da Organização, volta-se tanto para a construção de uma cultura de paz, quanto para a educação para todos e ao longo da vida,

⁷⁰ http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/fazendodiferenca/mostra_documento, consulta em novembro de 2006

bem como para a erradicação e o combate à pobreza. Volta-se, ainda, para a construção de uma nova escola para o século XXI, na qual esta seja muito mais “escola-função” e não, apenas, “escola-endereço”. O Programa é operacionalizado por meio de iniciativa aparentemente simples: trata-se da abertura das escolas públicas nos finais de semana, oferecendo aos jovens e suas famílias – que se encontram em situação de vulnerabilidade ao viver em comunidades marcadas pelo processo de exclusão social – atividades de educação para a cidadania, formação profissional, aprimoramento educacional, lazer, esporte, atividades de convivência, de sociabilidade e outras de cunho artístico-culturais.

O programa pretende contribuir para a construção de uma cultura de paz e para o combate à desigualdade social, além de contribuir para transformar a escola e seu entorno. Prova disso é que, em 2004, em função dos resultados positivos alcançados pela experiência, sobretudo em relação ao fortalecimento da escola pública e à inclusão social de jovens, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e em parceria com a UNESCO⁷¹, lançou o Programa em âmbito nacional. Intitulado Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude, pauta-se no conceito e na metodologia do Programa Abrindo Espaços.

Atualmente, o Programa é desenvolvido em 8 Unidades da Federação e está em fase final de negociação com outros 2 estados, além de 3 municípios. Mais de 6.300 escolas da rede pública fazem parte do Abrindo Espaços, atendendo a uma população superior a 10 milhões de crianças, jovens e adultos. Parte do sucesso dessa iniciativa traduz-se, entre outros, em índices de violência até 54% inferiores nas comunidades envolvidas no Programa. .

Nesta publicação da UNESCO junto com o governo do Estado do RS são relatados bons resultados, e os oficinairos do FERES têm participado do projeto nesta e em outras escolas da Restinga, permanecem muitos conflitos, além, é claro da já referida ambivalência entre a divulgação política do projeto e o acompanhamento do cotidiano da escola. O Escola Aberta é um projeto implementado inicialmente em escolas estaduais, que são minoria na Restinga e o José do Patrocínio aparece no relatório da UNESCO como representante do bairro na avaliação, e ainda ganha destaque pelo fato de inicialmente, apenas um professor ter aderido ao projeto. Ainda assim, apresenta um interessante projeto de uma rádio recreio e têm mantido a política do escola aberta.

Relatos das Oficinas do Projeto Ferino “Pequena Pausa” enviados por e- mail para a lista FERES

⁷¹ “Fazendo a diferença: projeto escola aberta para a cidadania no Estado do Rio Grande do Sul. Avaliação Brasília”, Março de 2006 UNESCO 2006 Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil’

Diário de campo eletrônico⁷², preparação das oficinas, abril de 2005:

Clarica⁷³:

A oficina vai ter leitura prévia, a idéia é de sensibilização e de produção. Em um terceiro momento, vou fazer as indicações de leitura. Eu digo terceiro porque a minha idéia é fazer duas oficinas com cada grupo. O assunto é delicado, complexo e eu não quero iludir ninguém. Todas as técnicas que eu utilizar vão ser bastante pontuais, e meu objetivo é que depois os professores, no FERES ou em suas escolas, prossigam com a discussão.

Consiga os bons e velhos papel e caneta, ou peça para os professores, e também diga para as pessoas não virem muito arrumadinhas, porque vão suar um pouquinho. Eu não poderia usar o ginásio para uma dinâmica? Segunda te explico, ok?

Comentário

Esta mensagem foi parte da preparação da oficina, previamente divulgada por convocatória nas escolas e exposta à direção e aos professores. Nas duas escolas eu fiz uma visita prévia e expliquei os objetivos e a temática, bem como a solicitação do material. Houve um pequeno conflito com Clarisse, pelo fato de ela ter feito um convocatória que iniciava com a citação de um autor somente com o sobrenome “Marshall” que dizia “A Violência é a manifestação de uma necessidade”. A mensagem desapareceu, provavelmente por problema de vírus que tive em meu computador e não consegui achá-la em nenhum lugar, e nem mesmo Clarisse soube me dizer que Marshall era aquele, mas que expressava uma idéia sobre violência dela própria, uma concepção criminológica esquerdista respeitável, que até pode aplicar-se a algumas situações vividas no cotidiano escolar da Restinga mas que não condiz com a criminologia contemporânea

Também disse que citar uma frase de um autor apenas com seu sobrenome, sem informar a fonte é uma maneira tão rasteira de manipular informações quanto o que a “grande mídia”, tão combatida pelo FERES e seus coletivos de comunicação. Pela primeira vez pude perceber os elementos “sólidos” do FERES, representados pelos seus membros fundadores e permanentes, em especial Clarisse, que considerou minha discordância como uma “arrogância acadêmica”. De qualquer jeito, minha contribuição como colaborador “líquido” foi bem-vinda e aceita, ainda que com discordâncias e diferenças, e as oficinas renderam bons frutos, especialmente com a parte “sólida” de meu “academicismo” que é fornecer bons relatos sobre todas as atividades que realizo,

⁷² Passo a chamar de diário de campo eletrônico aquele composto por mensagens enviadas para listas de e-mail contendo relatórios de experiências e oficinas.

⁷³ “Clarica” é uma espécie de *nickname* (apelido na internet) de Clarisse

algo bastante caro e importantíssimo em redes sociais que dependem muito da memória e dos registros de seus integrantes para preservar seus saberes e seu histórico.

Diário de campo eletrônico, data não registrada: Relato da primeira e única oficina no Lidovino:

Oi, agora trazendo o meu retorno da oficina no Lidovino

Realmente, tudo o que eu planejei deu certo, porque neste planejamento contaram várias coisas:

Primeiro: a preocupação em não ser invasivo, e em escutar mais do que falar, coisa que para todos nós, seres de personalidade forte, requer anos de meditação e porrada. Isto também envolve sinceridade e descontração. A fala do Augusto foi importante, porque os professores estão acostumados com as críticas sempre ferozes, e eu acho que o FERES propõe o diálogo e a cooperação. É bom enfatizar que o FERES não nasceu como instituição, mas como espaço de encontro.

Segundo: o aprendizado de vários anos, especialmente no projeto Vivenciando a Cultura na Restinga, no qual, dentro de todos os debates e intervenções, procuramos discutir o excesso de dinâmicas, o tempo sempre curto e os conflitos do saber acadêmico e popular. Eu busquei a leveza e o equilíbrio, a tranquilidade a que a Clarisse (em mensagem anterior, perdida) se refere foi resultado de eu ter conduzido a dinâmica com mão de ferro, mas ter aplaudido, dado risada, escutado e deixado as pessoas à vontade. Eu estava prevendo duas horas de dinâmica, e ela acabou acontecendo em menos tempo. E outra coisa, sobre o que a Clarisse falou das expectativas dos professores: normalmente o excesso de dinâmicas esvazia o debate, e inclusive o meu grande mestre de dinâmica de grupo é contra "dinâmicas" por considerá-las um instrumento de dominação. Eu concordo com ele, então procurei usar a dinâmica única e exclusivamente como instrumento de debate. O automóvel não foi feito para gastar combustível, é o combustível que ajuda o automóvel a andar.

Sobre a participação das professoras: o inventor do termo psicodrama, Moreno, descobriu que um ator surge do que uma pessoa tem para dizer, é só criarmos um ambiente para isso. Elas foram ótimas, justamente porque nós criamos o espaço e elas estavam ali para discutir coisas importantes. Sobre os que não quiseram participar, eu duvido que a pesquisa tenha sido o verdadeiro motivo.

- Eu quero agradecer a Clarisse, ao Marcos Fernandes e ao *camera-man* Augusto pela colaboração e suporte. Com nossas diferenças conseguimos montar uma equipe interessante.

Além do mais nesta semana eu andava meio triste e revoltado, e cheguei à conclusão que momentos de oficina e debate como estes e os que virão, como diz a musica do Sidney Magal "Serão os dias mais felizes..."

Mensagem enviada em 20 de setembro de 2005

Clarisse, eu te liguei um monte de vezes para confirmar minha ida a SMED, mas não te achei, deixei recado, então vim para casa trabalhar.

Sobre a minha oficina: ela é aberta a todos e todas que quiserem participar e colaborar com registros escritos, fotográficos (a câmera eu não consegui), ou com a presença amiga

Ela será em dois módulos:

1- No primeiro será solicitado que os opinantes escrevam sobre o conceito de violência e citem três situações que enfrentam no seu trabalho e três possíveis soluções, no segundo momento será feita uma dinâmica do teatro espontâneo, na qual as pessoas se reúnem em grupos para contar histórias, e estas histórias são eleitas para serem contadas ao grande grupo, e depois a melhor será eleita para ser encenada.

2- No segundo módulo eu apresento os dados coletados no primeiro, faço algumas análises e depois uma nova dinâmica (aquela que eu usei no Sarandi, Saroba) para o tema conflito e multicausalidade.

No meio de tudo isso, indicarei bibliografias, *sites*, e incentivarei a leitura de pesquisas e a importância do diálogo no tema da violência na escola.

Relato eletrônico da oficina na Escola Municipal Pessoa de Brum

Bom dia, colegas.

Ontem ocorreu a oficina sobre violência na Escola na Escola Pessoa de Brum, e ela foi diferente em vários aspectos da que ocorreu no Lidovino.

Eu acredito que havia a metade dos professores, ou até menos (14 ao todo, 15 com a nossa querida Clarisse). Este fator contribuiu para que a dinâmica fosse um pouco diferente. Eu não precisei aplicar a técnica completa que tinha sido usada no Lidovino, não havia clima nem necessidade, e falei um pouco mais no início, porque senti que as pessoas estavam bastante mobilizadas e mais abertas. (Deisi, acho que isso vai te interessar) Iniciei a oficina falando das diferentes concepções de crime e violência, das modificações ao longo dos séculos XIX, XX e XXI no mundo e no Brasil, da passagem de uma criminologia médica e jurídica para uma criminologia sociológica e

transdisciplinar, e dentro desta última, a passagem de um paradigma puramente estatístico e causal para a necessidade de estudos qualitativos e etnográficos, ou seja, é necessário conhecer o contexto e escutar os atores envolvidos para conhecer que tipos de violências e conflitos ocorrem naqueles contextos, e que tipos de soluções podemos elaborar. Falei um pouco das minhas vivências cotidianas, como a estratégia de segurança entre vizinhos do meu condomínio depois que um apartamento foi arrombado, e também do famoso crime da Álvaro Alvim⁷⁴, que tornou minha rua violenta de uma hora para outra, graças ao maravilhoso trabalho da imprensa. Falei também da falta de capacidade investigativa da polícia, neste exemplo. Este crime foi exaustivamente investigado porque apareceu na mídia e foi em uma região que concentra os colégios IPA, Americano, Leonardo da Vinci e Israelita, ou seja, boa parte da nossa nobre sociedade circula por ali.

A criminologia contemporânea sai um pouco do conceito de crime e suas causas e soluções (o trinômio vítima/agressor/justiça), para um conceito de violência difusa e conflitualidades, onde estão envolvidas incontáveis formas de violência e dominação (a polícia, o governo, os grupos étnicos, os vizinhos, familiares, etc.) e suas múltiplas causalidades (situação econômica, a falta de controle social pelo governo, as políticas de urbanização, o temperamento agressivo e transgressor da sociedade em geral). O problema da violência diz respeito não ao fenômeno e ao "criminoso" de maneira isolada e sim a redes múltiplas de sociabilidade, e apenas outras redes podem dar conta.

Percebi que todos e todas estavam mobilizados para o debate, e, obviamente, foi tocada a questão do desarmamento. Eu procurei ao máximo (junto com a Clarisse), colocar a questão em termos criminológicos e epidemiológicos, e obviamente que isto gerou polêmica. Há pessoas que são contra e pessoas que são a favor por inúmeros motivos. Um professor disse que já portou arma e colocou uma possível situação em que uma pessoa invade a sua casa, não dá para chamar a polícia (demora) nem os vizinhos, e a única maneira de defesa seria a arma. Outros falaram da ineficácia do poder público ou dos latrocínios em que as pessoas são mortas para roubar um carro. Eu procurei esclarecer que o estatuto do desarmamento é uma medida epidemiológica, não é para acabar com a violência, mas para reduzir os riscos, porque o sujeito que resolve dar um tiro em um assaltante que invadiu a sua casa corre o risco de acertar seu vizinho e tornar-se um assassino. Este foi um conceito que trabalhei também, que as idéias de "cidadão de bem" e de "bandido" estão ultrapassadas, que é difícil identificar, e que a maioria das políticas criminológicas atuais não envolvem mais a idéia de bandido, e sim a idéia de risco. Não há como acabar com a violência, e

⁷⁴ Na época em que eu desenvolvía as oficinas, uma mulher foi assassinada com um tiro na cabeça na rua onde moro, Professor Álvaro Alvim. O crime ocorreu em frente ao colégio Americano, e foi motivo de grande repercussão na mídia, pela sua aparente gratuidade. As investigações posteriores revelaram que, com o intuito de roubar o automóvel da vítima, o homicida disparou a arma por acidente.

sim tomar as medidas que forem possíveis para reduzir riscos. Muita polêmica rolou a partir daí, foi debatida a ineficácia policial, a miséria o desemprego, as diferentes formas de violência nas diferentes classes sociais, as dificuldades de obter dados sobre a violência e a dificuldade de avaliar políticas. Mesmo colocando que eu votaria pelo “sim” eu disse que nosso governo e nossa polícia não estão prontos para atuar em nenhuma das situações, liberando ou não as armas, e que se o não ganhasse eu compraria uma arma (isso foi para inserir um fato ambivalente na discussão) Hmmm, muito tensionadores e mobilizados estão estes professores e professoras, diria mestre Yoda.

A oficina seguiu com a tarefa de eles escreverem o seu conceito de violência, três possíveis situações enfrentadas no cotidiano e três possíveis soluções. Eu vou digitar este material e apresentar para eles mesmos na quarta feira que vem, e talvez os compare e misture com os da oficina no Lidovino Fanton. Na outra oficina eu fiz a técnica da sociometria, na qual eu separava as pessoas por questões dicotômicas (quem mora/quem não mora no bairro, gremistas/colorados, etc.), mas desta vez optei por não fazer, pelo adiantado da hora e pelo elevado grau de aquecimento das pessoas, além do número reduzido, portanto, passamos para a etapa seguinte, reunir grupos de três, para que contassem histórias vivenciadas no cotidiano escolar. Foi uma barulheira, todos tem muitas histórias para contar. Bom, um representante de cada grupo foi contar sua história, mas, na verdade, todo o grupo ajudou, porque todos participaram e vivenciaram as cenas.

As histórias foram as seguintes:

1- Um tiroteio na frente da escola às 21 horas, que provocou terror e pânico entre alunos e professores. Segundo relatos, os atiradores estavam trocando tiros de peito aberto um dos professores relata que uma aluna, olhando um atirado no meio da rua disse “é a hora dele”. A polícia foi acionada, mandaram uma viatura, que ficou rondando a escola (parece que a polícia disse “isso não é problema nosso”). Segundo relatos de alunos e de um professor, após a polícia sair o tiroteio prosseguiu até as 2 da manhã.

2- Relato sobre um aluno “drogadito”, cheirador de cola, que incomoda todo mundo, e que está em tratamento. Dizem que apresenta certos comportamentos hiperativos e hipersexualizados, ainda que nunca tenha agredido ninguém Segundo os professores, mesmo após ter melhorado um pouco seu comportamento, virou bode expiatório dos outros alunos.

3- Após uma disputa por “gado” (que segundo as professoras, é a gíria para namorado, ou “caso”) um grupo de alunas chamou uma menina para um canto e a linchou, batendo e arranhando o rosto até ficar deformado. Foram chamados os pais a polícia e tudo mais. Em uma outra confusão na escola, percebeu-se que uma das meninas linchadoras estava também arranhada, por que a mãe da menina linchada prometeu vingança e atacou duas alunas em uma tocaia. A polícia foi acionada,

mas segundo uma professora, o policial disse que não podia fazer nada e ainda reclamou que aquela escola só dava incomodação.

4- Um menino de cinco anos se pendurou atrás de um ônibus e acabou morrendo. Os moradores da rua tentaram linchar o motorista. A diretora disse que isso virou moda, e provavelmente o menino viu algum maior fazendo e tentou fazer também. Foi dramático o relato de uma professora que ao sair do trabalho, viu o corpo do menino.

5- Relatos múltiplos de brigas entre alunos, de formação de pequenas gangues e grupos de linchamentos ativados pelo celular, de meninos de oito anos que se ameaçam de morte, de mães que pegam facas e vão defender os filhos, dos possíveis ou reais processos que os professores sofrem por separar brigas.

O fim da oficina seria uma dramatização da história eleita, mas surgiram tantos relatos e histórias que não foi necessário. Por sinal, eu sugeri que eles escrevessem as histórias e as mandassem por mail já que elas mobilizavam tanto. Eu concentrei meus comentários no mau uso da lei, na má intervenção da polícia nos casos, e na necessidade de analisar tais situações. Clarisse comentou comigo que há um certo embrutecimento dos professores, e que o conflito já inicia com a própria visão preconceituosa que eles têm dos alunos.

Terminado nosso tempo, eu disse que na próxima reunião nós faríamos uma reflexão dos temas da oficina, como eles têm sido estudados e abordados nas pesquisas mais recentes sobre o a violência. Meu objetivo é fomentar a discussão e a informação sobre o tema, ele está carregado de emotividade. Eu levei algumas bibliografias e vou levar mais outras tantas quarta feira que vem. Clarisse, em termos de pesquisa e reflexão a oficina foi boa, mas não foi muito tranqüilinha não... Acho que por agora é isso.. Aconteceram mais coisas, mas isso foi o principal, se a Clarisse quiser acrescentar algo...

Abraços, Fábio

PS Ah, um fato curioso foi um professor ter dito que os crimes ocorridos na Restinga terem pouco espaço na mídia (Deisi, leia isto).

Relato eletrônico do segundo módulo da oficina no Pessoa de Brum

Olá colegas, nesta última quarta-feira foi realizado o segundo módulo da oficina sobre violência nas escolas com professores do EJA da Escola Municipal Pessoa de Brum. Como preparação para a oficina, eu digitei o que eu havia solicitado para que os professores escrevessem nas oficinas anteriores (o conceito de violência, três situações de violência no trabalho

cotidiano e três possíveis soluções para o problema). Após digitar eu separei estas três temáticas em arquivos diferentes, e juntei com as do Lidovino, imprimi uma cópia e criei um disquete com estes arquivos mais dois artigos sobre violência na Escola escritos pela pesquisadora Marília Pontes Sposito. Levei junto comigo também um artigo escrito por uma colega do doutorado, Nilia Viscardi, sobre violência Escolar no Uruguai, que é o melhor trabalho que já li na minha vida, e relata experiências muito semelhantes às enfrentadas na Restinga e em Porto Alegre.

Eu usei o software de pesquisa qualitativa NVIVO, muito legal, ele separa as temáticas em nós e podemos manipular dados quase com as mãos, e meu objetivo inicial seria apresentar os dados e fazer minhas interpretações na oficina. No entanto, fiquei tão empolgado com a magia da manipulação dos dados que resolvi por em prática uma idéia que brotou na minha cabeça há alguns meses. A idéia é fazer com que os professores aprendessem a trabalhar com a lógica da pesquisa, ou seja, a buscarem dados, analisá-los e serem críticos, sobre a sua própria realidade. Eu tenho uma idéia de que a pesquisa deve ser algo acessível a todos, inclusive suas técnicas.

Então, primeiramente, fiz uma dinâmica (a mesma do Sarandi, André). Esta dinâmica é a seguinte: eu conto a história de um crime, que já sabemos quem cometeu, mas há cinco responsáveis envolvidos e a tarefa é ordená-las por responsabilidade. A história é a seguinte: um casal vivia em uma casa próxima a uma floresta, e o marido era representante comercial, tendo que ausentar-se do lar constantemente. A mulher, entediada, costumava passear sozinha, e um dia encontrou um vizinho que começou a fazer-lhe companhia, e eles tiveram um caso. Entre as casas havia um pequeno bosque e um rio, com uma ponte e um barqueiro. Um dia, na casa do amante, a mulher olha o relógio e lembra que o marido está voltando de uma viagem. Corre para casa, mas na ponte há um louco com duas facas. A moça pediu ao barqueiro que a transportasse, mas este cobrou 50 reais pela viagem. Ela, sem dinheiro, volta ao amante, e pede emprestado, mas este recusa. A mulher escolhe, então passar pela ponte, e o louco a trucidou com várias facadas. Separados em três grupos, os professores tinham que debater e numerar os responsáveis de 1 a 5 e dar alguma justificativa.

Esta dinâmica é para exemplificar as diferentes causas e responsabilidades envolvendo os fatos cotidianos e as possibilidades de analisá-los, e inclusive os dados que são omitidos e que podemos induzir. É assim, que trabalha o pesquisador, com modelos pré-concebidos, preconceitos, teorias e dados incompletos e complexos, e que muitas das informações que circulam na mídia sobre o assunto crime e violência são mal redigidas e tendenciosas por omitirem ou manipularem informações, e cabe aos investigadores depurarem isso e explicitarem suas fontes.

Eu entreguei o material impresso de uma das categorias para cada grupo, e eles deveriam, a partir dos dados organizados que ele e seus colegas do Lidovino produziram, fazer uma nova categorização das definições, situações e soluções para o problema da violência.

E foram ao trabalho. Não deu tempo para terminar, mas o resultado não interessava muito, o que interessava é que eles tiveram uma vivência sobre pesquisa qualitativa. No fim, discutimos a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa, os problemas e contribuições de ambas, e a importância do conhecimento e da informação na vida cotidiana dos professores. Para lidar com um problema complexo como o da violência, em primeiro lugar é preciso evitar os preconceitos, as informações mal intencionadas e a nuvem de ignorância sobre o tema, para depois agir. Muitas políticas são baseadas em dados de pesquisa, e outras tantas em dados falsos ou preconceitos morais, e é este cuidado que devemos ter.

Eu saí satisfeito, porque esta foi uma oficina de mão na massa e porque poderei escrever um excelente artigo sobre o tema a partir dos dados obtidos (este foi o pagamento combinado para a oficina).

O fato insólito foi quando, em um momento, um professor distribuiu biscoitos, e eu estava escrevendo algumas informações no quadro. Depois começamos um debate, e eu, empolgado, em vez de comer o biscoito **comi o giz...**

Acho que, por enquanto, é isso.

Levantamento dos dados obtidos nas oficinas, processados no NVIVO:

Conceito de Violência

Em termos de conceitos de violência, a tendência dos professores foi defini-la da maneira mais ampla possível, definida de maneira simbólica. O fato que mais chama a atenção é que nenhum professor das duas escolas apresentou uma definição de violência como algo puramente relativo ao crime ou à agressão física. Retiradas as repetições, pude dividir as definições em dois quadros: o da definição ampla de violência e o da definição puramente simbólica e abstrata.

QUADRO 05 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS :DEFINIÇÕES AMPLAS:

Qualquer forma de agressão à vida, seja em termos econômicos, como a desigualdade social ou em termos políticos, como a falta de democracia, corrupção, assim como questões mais específicas de agressividade física ou verbal que vivenciamos diariamente.

A violência, na minha opinião, é o desrespeito aos direitos básicos do cidadão, as pequenas “faltas de educação” entre as pessoas, até os grandes atos de violência (assalto, estupro, assassinato...)

Atitudes agressivas entre pessoas. A violência pode ser física como também através de palavras (discussões).

Tudo o que acaba por agredir, constranger ou diminuir o valor de outra pessoa. A violência pode ser física, moral ou psicológica

Violência é todo ato invasivo que traz conseqüências danosas (físicas, psicológicas e/ou morais) para a pessoa agredida.

Qualquer situação que agrida a integridade do ser, seja física ou moralmente.

Um conjunto de situações que ferem a integridade física e moral dos seres humanos ou de outros entes da natureza- ambiente/animais . De acordo com fatores culturais seus parâmetros modificam, pois este conceito está circunscrito à esfera das relações sociais.Física (brigas, fome)tanto dos alunos com professores como professores para os alunos

QUADRO 06 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DEFINIÇÕES SIMBÓLICAS

É a interrupção de um acordo implícito e explícito, ao mesmo tempo, que desarmoniza o convívio pacífico entre pessoas conhecidas ou desconhecidas

É, talvez, o conjunto de “desconfortos” que podem ter como conseqüência uma resposta catártica. Qualquer ação/situação que agrida o outro (ou a si mesmo).

É toda forma de coerção ou agressão propriamente dita entre professores/alunos, alunos/alunos escola/comunidade

É toda a agressão à pessoa humana, ou seja, tudo que vai contra ao ser humano

Resultado de qualquer ato ou ação em que um cidadão ultrapassa o limite, o respeito do outro cidadão

O conceito de violência tem a ver com classe social, localização geográfica, tempo/espaço

Violência: qualquer forma de agressão moral, física, emocional de um indivíduo à outro de forma que este não tenha sua individualidade respeitada

Não levar em conta o contexto e as possibilidades de cada pessoa, o que pode dar e receber na escola.

Pressionar de forma ameaçadora e que provoque medo ou terror É qualquer coisa fora do normal, que deixe seqüelas físicas e ou emocionais

È a invasão dos limites da individualidade

Situações de Violência no Cotidiano

No caso dos relatos de situações de violência no cotidiano, já apareceram mais as agressões físicas ou de natureza depredatória do patrimônio, as ofensas relatadas de maneira exclusiva, ainda que, em termos de violência simbólica ou ampla, permaneça a coerência. A predominância é de situações de brigas entre alunos, ofensas morais aos professores, ou até mesmo físicas, mas também é importante a consideração sobre a situação precária do entorno das escolas, da pobreza e da miséria. Observa-se que, nas duas escolas observadas, e isso parece ser a realidade da Restinga, é quase total o número de professores e professoras que não vivem no bairro. Outro fator importante é que, quando convocados a contarem histórias sobre estas situações, como foi feito na dinâmica proposta, são quase exclusivos os relatos de conflitos com alunos ou com pais, seja por incivildades, agressões verbais, depredações do patrimônio da escola.

QUADRO 07: VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DEFINIÇÕES FÍSICAS OU CRIMINAIS

Alunos discutem por qualquer motivo (se ofendem), um aluno tentou esfaquear o colega na saída da escola

Tiroteio (brigas entre traficantes), agressões físicas, agressões verbais

Furto, tráfico de drogas e agressão física

Abuso sexual, negligência familiar, drogadição

Agressividade física: empurrões, socos, pontapés, etc, verbal xingões, humilhações- para familiares também, uso de drogas e distribuição

Agressões físicas entre alunos, agressões verbais (entre alunos e alunos, bem como entre alunos e professores e entre professores e professores),

A questão do tráfico, está ocorrendo indiretamente no grupo da noite, as rivalidades dentro da escola, de facções ou de grupos contrários (gangues), brigas entre os próprios alunos,

Ofensas, Pontapés em colegas e em objetos do patrimônio, ameaças

Alunos no momento do recreio, quando estão correndo, um passa pelo outro e batem-se; ao se esbarrarem, saem chutando-se, batendo-se, empurrando-se sem um “motivo”. Entre os colegas (alunos) da sala de aula, ao pedirem um o material do outro, respondem com palavrões, ofensas sem nem entenderem o que foi pedido. Tiroteio em frente a escola que atingiu um aluno.

Reação a uma provocação com um revide físico (socos, pontapés)- discussão verbal não permitindo o outro falar

o menino brigou na escola, com o coleguinha por causa de um brinquedo.

Um deles falou: vou trazer uma gangue para te pegar na saída. A suposta gangue eram os irmãozinhos mais velhos

Alunas (adolescentes) que disputam um menino

QUADRO 08 :VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DEFINIÇÕES AMPLAS OU DIFUSAS

Vida dos alunos que estão desempregados ou renda muito baixa e excesso de trabalho, tráfico de drogas e lei do silêncio, falta de perspectivas mesmo para os alunos que se formam no primeiro grau

Crianças que vêm para a escola com frio, sujas, com fome, alunos drogados (jovens), já vi adolescentes desrespeitarem colegas (professores) com palavrões e mesmo com atos. Problemas de comunicação entre professores e alunos, muitas vezes ocorrem situações que causam um grande constrangimento entre os “atores” destas situações, o que acabar gerando atos violentos

Problemas de diferentes entendimentos sobre a vida, o que em algumas vezes pode gerar conflitos (que talvez se traduzam em atos violentos), diferenças de possibilidades/realidades de acesso a bens e ao consumo

Quando saio de casa ou estou chegando sinto necessidade de olhar para todos os lados, sujeira gerada pelas pessoas no dia-a-dia, nas ruas, pichações, desrespeito às regras de trânsito, filas, palavrões.

Há um aluno em minha turma que, às vezes vem cheirando a “loló”. Torna-se inconveniente e o mau-cheiro incomoda a turma e a mim.

Na escola, já houve roubo de objetos e depredação (noturno), à noite, há alunos envolvidos com o tráfico de drogas.

Aluno-aluno, aluno professor, aluno família, agressões físicas, agressões verbais

Imposições de idéias/normas

Dificuldade dos alunos compreenderem que o conhecimento pode gerar mudanças nas suas vidas.

Trabalhar com aluno dependente químico e não ter competência para ajudá-lo, tiroteio na vila no momento de aula imposição de idéias tirando autonomia dos professores

Alunos com pouca roupa no frio, mal alimentados. Alguns que aparecem machucados por familiares, falta de respeito aos professores, com palavrões e até agressões físicas

Fome, falta de emprego/trabalho, impossibilidade de freqüentar a escola por ser mulher

Pressão que o professor sofre ao lidar com alunos fragilizados com questões geradas além do ambiente escolar

A violência sofrida por crianças e adolescentes por alguns professores que não se incorporam e nem muito menos compreendem a realidade das comunidades onde desenvolve seu trabalho de “Educar”. As fragilidades sociais, as suas manifestações culturais, as suas especificidades e individualidades.

O choque cultural, a alienação, a dependência, a que todos os tipos de programação da mídia estão postos de forma a (?) e instigar a manifestação de violência nas crianças e adolescentes.

A desigualdade social que ainda impera na sociedade brasileira, frente aos desafios desenvolvimentistas que consideram o econômico frente do humano, onde as maiores vítimas são as crianças e adolescentes.

Soluções

Nília Viscardi (2002), descreve resultados muito semelhantes aos observados nas duas escolas da Restinga, incluindo o relato de um mini-grupo de linchamento de meninas cujo motivo era briga por namorado. Em termos de tipologias, a autora também identifica nas escolas uruguaias violências referentes às incivildades (ofensas, desrespeitos de professores com alunos e alunos com professores), violência de ordem física e relativa à agressividade (brigas entre alunos, ofensas, indisciplina) e violência de ordem criminal (tiroteios, agressões graves, roubos, linchamentos). A autora comenta:

Los conflictos que están por detrás de la emergencia de hechos de violencia se sitúan a dos niveles. Algunos de ellos son específicamente sociales, esto es, se producen en la escuela, dado que ella se encuentra inserta en una determinada realidad social,; por tanto, no escapa a las tensiones que se dan en la misma; otros responden a conflictos propios a la institución escolar, a su praxis educativa y su organización institucional (2002,p.43)

Para exemplificar este pensamento, transcrevo abaixo as categorizações da produção dos professores. Como as conceituações de violência envolveram conflitos internos e externos, e também foram relatadas situações de violência criminal, eu optei inicialmente por categorizar as soluções internas, externas, sem solução e soluções de segurança, que seriam aquelas que demandassem ação policial ou de contenção.

QUADRO 09 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: SOLUÇÕES EXTERNAS

“lutar” por uma sociedade mais justa

melhorar o acesso de todos às coisas da vida (cultura, lazer, alimentação, qualidade de vida).

distribuição de renda acesso à educação de qualidade

desigualdade social deveria ser resolvida. É a principal causa da violência na sociedade

Espera-se muito da escola. Muito mais do que ela possa “solucionar”. Escola não “salva” ninguém, pelo menos não em uma sociedade como a nossa.

Mudanças éticas, estruturais nas famílias-a busca de valores humanistas, mudanças sócio-culturais em relação à população menos favorecida reestruturação dos núcleos familiares nas classes abastadas terminar com o paternalismo reestruturação social

mudança na situação social da comunidade

Ações sociais que elevem os sujeitos como: trabalho e remuneração adequada atendimento de saúde competente lazer ao alcance de todos moradias dignas, etc.

Alteração radical de um tipo de sociedade como a nossa que tem na violência uma das suas bases e um dos seus instrumentos de sustentação e reprodução

Só há solução para as questões gerais de violência, se houver mudança social, fraterna e econômica, Com a opressão das classes sociais inferiorizados que detém o poder e manipulam os seres menos privilegiados, não há solução, só opressão.

Mudanças nas condições econômicas e sociais

Reflexão para entender o funcionamento da sociedade capitalista com os conflitos entre os diferentes interesses das classes sociais.

Comprometer mais as famílias com a educação dos filhos

Políticas sociais adequadas, não paternalistas, com acesso a meios de geração de renda.

QUADRO 10 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: SOLUÇÕES INTERNAS

Discutir e encaminhar na educação de jovens e adultos economia solidária discutir os conteúdos escolares relacionados com a vida dos alunos mais consciência sobre a importância da limpeza e seus benefícios para o bem comum.

mais respeito entre as pessoas

realizarmos na escola debates sobre as regras de convivência.

um ensino de qualidade pode gerar outras formas de agir e compreender o mundo maior diálogo entre as partes envolvidas

parcerias com órgãos competentes para apoiar na solução do problema

trabalhar pedagogicamente os casos de violência da vila

maior diálogo, maior “escuta” entre as partes.

conversas, palestras, oficinas, etc, sobre o problema

-organização dos diversos grupos sociais

A solução para todos os tipos de violência é que haja maior tolerância e respeito entre as pessoas.

A longo prazo, conversando e atuando sobre os pontos de conflitos, compreendendo as expectativas, as angústias para apontar caminhos e reverter a tendência a agir de forma agressiva.

Trabalhar junto à família, aproximando o adolescente e sua realidade íntima à escola onde convive

Entendo que em todas as situações apontadas devemos usar o diálogo como a primeira forma de intervenção e a medida do possível envolver um número cada vez maior de pessoas para que juntos possamos tomar consciência da violência e como podemos enfrentar isto.

Procurar o diálogo Saber ouvir (levar este sujeito a saber ouvir)
Saber colocar-se no lugar do outro .

Diálogo constante para que se conheça é importantíssimo (cada um com suas dificuldades e qualidades mas de modo harmonioso convivendo.

Detectar desde o jardim possíveis alunos que agredem e desde pequeno trabalho com família

Muitas vezes fazemos o melhor que podemos, valorizar o que no momento a pessoa está conseguindo fazer e estimular a melhora

Discutir c/ os alunos o que incomoda e ouvi-lo. Fazer contratos verbais de possíveis soluções
Posicionar-se frente ao colega de maneira clara, consistente e objetiva, c/ profissionalismo
Movimento junto à comunidade p/ buscar soluções eficazes

Mostrar a não-eficácia dos atos violentos, ou seja, que a violência não resolve os problemas permitir a todos que externem seus pontos de vista diálogo ao invés de agressão física

Trabalho de conscientização, levar o aluno a pensar, refletir o que está fazendo, Resgatar a auto-estima. Trabalho social envolvendo a escola e a comunidade Focalizar o problema Amenizar a situação Procurar a causa

Maior contato família/escola/estado compromisso

Buscar uma aproximação maior com os alunos, procurando uma relação de respeito, tentando desenvolver o trabalho da forma mais harmoniosa possível

Reflexão sobre a coisa pública que é um direito porque o público vem dos impostos pagos por todos os cidadãos

Assessoria, suporte para os professores para atuarem com confiança em situações extremas junto aos alunos

A escola abraçar menos desafios (quantidade) para poder dar conta do que se propõe

Recreio “lúdico” c/ atividades orientadas Programas de apoio para “ocupar” nossos alunos, programas conjuntos c/ a área da saúde a assistência social

- Ações preventivas via conselho tutelar (palestras feitas na escola) Apoio psicológico e assistência social.

Educação adequada e aberta a todos, (políticas educacionais adequadas, professores bem preparados, famílias valorizadas)

Um trabalho efetivo no qual a escola e a comunidade escolar seja realmente atendida. Contando com o auxílio de vários profissionais em um esforço conjunto de buscar caminhos p/ que se acabe com esse vírus chamado violência. Que isso seja de verdade e não só no papel.

QUADRO 12 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS – AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO

rezo para obter proteção ao andar nas ruas

não sei, envolve muitas questões

Não sei

“?” procuramos a resposta

Soluções de segurança

Nenhuma resposta

Antes de concluir este capítulo, apresento as duas oficinas que apresentei, ainda dentro do Pequena Pausa, sobre o estatuto do desarmamento. Os relatos ainda servirão para estudos mais aprofundados sobre o tema, mas são também exemplos de uma complexidade existente nas escolas da Restinga: das escolas que são mais “abertas” a iniciativas como o FERES e escolas que são consideradas, pelos próprios professores e oficinairos, como escolas mais “fechadas”. Não por acaso, o acordo feito pela escola “fechada” (Dolores) foi o de um debate semelhante aos que apareciam na televisão. No Pessoa de Brum, a atividade foi uma formação e um esclarecimento sobre o referendo e o próprio estatuto.

Diário de Campo:**Relato sobre o debate sobre o referendo do estatuto do desarmamento, na Escola Dolores Alcaraz Caldas****Contexto do referendo****Controle de armas**

A partir da edição do Estatuto do Desarmamento⁷⁵, o controle de armas no Brasil tornou a posse e especialmente o porte de armas mais restrito. O porte será outorgado aos policiais, militares, responsáveis pela segurança e casos funcionais previstos em legislação específica. O porte de armas tornou-se em regra proibido. A posse, em sua residência ou local de trabalho, exige teste psicotécnico, ter mais de 25 anos e principalmente declarar para que necessita ter uma arma.

Ressalta-se que a nova lei acabou com os portes e registros estaduais. Hoje somente a Polícia Federal concede o registro e o porte de armas.

Pagamento de indenizações

A Polícia Federal editou portaria em setembro de 2004 na qual autoriza o pagamento das indenizações via Ordem Bancária e também via lista de credor (não mais pagamento individual no SIAFI), com o objetivo de agilizar as indenizações. Em 2004 foram pagos R\$ 30 milhões e estão disponíveis outros R\$ 20 milhões para 2005.

Caravanas do Desarmamento

O ministro da Justiça começou a Caravana do Desarmamento no dia 7 de outubro de 2004, pela região Sul e a encerrou no dia 30 de novembro daquele ano, no Rio de Janeiro.

O objetivo da Caravana foi conseguir a adesão de todos os Estados à campanha. Isso é muito importante, uma vez que as polícias estaduais poderão receber armas e expandir os postos de

⁷⁵ Governo Federal, Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, (estatuto do Desarmamento), acesso em 15/07/2005

recolhimento para o interior do país. Além disso, o ministro levou representantes da sociedade civil e de organizações religiosas para que fossem formados, em parceria com os governos estadual e federal, núcleos estaduais de desarmamento. O objetivo é ampliar a participação da sociedade, o número de postos de recolhimento e esclarecer a população para a importância desta ação nacional.

Na reunião com os governadores, autoridades locais e entidades, Thomaz Bastos propôs a criação do Comitê de Apoio à Campanha do Desarmamento, representado pela sociedade civil, governo do estado e das polícias estaduais e da Federal.

Referendo

No dia 23 de outubro de 2005 a população brasileira decidiu se o comércio de armas de fogo e munição para particulares deve ser proibido no Brasil. O referendo popular será realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em nível nacional. Para tanto, foram disponibilizados aos cofres do Tribunal R\$ 200 milhões. Em caso de aprovação do referendo popular, por maioria simples do eleitorado nacional, a proibição de comércio de armas de fogo entraria em vigor na data da publicação de seu resultado pelo TSE. Se a população decidisse pela manutenção do comércio de armas, fica valendo o que já prevê o Estatuto do Desarmamento.

Diário de campo eletrônico, referendo do desarmamento

Alô companheiros

Aqui estou eu, sobrevivente de mais uma empreitada nos territórios escolares restinguenses. Cheguei no colégio e direto à sala dos professores, fui recebido pela diretora (ou coordenadora), que tinha um jeitão de delegada de polícia. Eu me apresentei, falei meu nome, e ela me apresentou as duas pessoas que estavam ali a favor do não, e estavam a espera das duas pessoas que falariam pelo sim. Duas? Sim, Clarisse, duas. Uma delas era o presidente do sindicato dos metalúrgicos, e a segunda uma baixinha magrinha de cabelo curto. Eu olhei e pensei "mas eu conheço esta criaturinha...." Aí tive um "estalo"....adivinhem quem era? Rufem os tambores e façam berrar as fanfarras, *ladies and gentlemen*:. Ela mesma, a candidata do PSTU à prefeitura de Porto Alegre. Mas o que esta mulher veio fazer aqui? pensei, com os meus botões. Olhei em volta.. bando de professores, a diretora me falou" pois é nós somos a favor do não"....Opa, sinto que vou me divertir (falsos antropólogos como eu são caracterizados por uma certa curiosidade mórbida). Saí para o pátio e ali estavam César Augusto e seus discípulos, jovens participantes de oficinas de comunicação do FERES, que iriam fazer a cobertura.

Estava criado um o impasse, duas pessoas não e uma sim.. Augusto chegou a perguntar se eu não falaria pelo "sim". Eu disse que não (ops), que não havia me preparado suficientemente,

pois Clarisse coordenou que eu fosse o mediador e o Augusto o coordenador. Além do mais meu objetivo não é entrar publicamente na briga, e sim informar as pessoas, ou pelo menos atacar o "não" pelas costas, como um ninja disfarçado.

Sentamos á mesa para debater as regras do debate. Depois de uma certa celeuma, optamos que seriam 15 minutos para cada lado, a Janete, do "sim", teria 15 e cada um dos outros teria 7,5, e depois abriríamos para perguntas. O debate foi no saguão da escola, com microfone, e cada aluno levou sua cadeira. O clima estava tenso, e eu principalmente, porque pensei: seria covardia deixar a pobre mulher do "sim" "agüentar o tranco" sozinha, contra dois sindicalistas, que, pelo que sei, confundem microfone com palanque. Mas também imaginei que um sindicalista e uma ultraesquerdista louca não teriam muito a dizer sobre o assunto, além do mais resolvi apoiar de maneira camuflada. Quem não tem armas e nem quer tê-las tem que se defender com o cérebro... Augusto fez as apresentações, e primeiro falou a Janete, do sim, falando sobre o referendo, o estatuto, que só por fomentar o debate já era bom, e aquilo tudo que vemos na TV, mortes, mortes e mais mortes, balas perdidas, etc. Terminada fala dela, eu fiz alguns esclarecimentos sobre o estatuto e o que o referendo exatamente trazia. E aí começou a parte realmente divertida: o sujeito do sindicato dos metalúrgicos começou falando que não é a favor das armas mas...aí começou aquele papo de que os traficantes andam armados, os bandidos andam armados, o cidadão não, e que o "povo do sim" mente quando diz que poderão ser vendidas armas e munição, e que o cidadão desarmado está indefeso, e que isso vai gerar desemprego, etc. O problema é que ele levantou e começou a gritar, a platéia, na maioria favorável ao não aplaudia tudo e virou um clima de comício. Depois a baixinha pegou o microfone e começou a discursar, também aos gritos e chamando aplausos da galera, começou a falar mal da polícia, do governo e dos grandes empresários, e também do referendo (ela não falou nem um pouquinho do referendo nem do sim ou do não) até o momento em que citou a Venezuela, onde "o povo" pegou em armas para defender Hugo Chavez (isso é mentira, porque o Chavez teve apoio de boa parte do exército). Aí tudo se revelou, na sua mentezinha delirante ela imagina que o PSTU e seus eleitores vão, se ganhar o não, comprar um estoque de pistolas e revólveres 38 e fazer a revolução armada e derrubar o governo.

Abrimos para perguntas, que foram sempre as mesmas: quem vai desarmar os traficantes, a polícia vai fazer o que com o sim e o não, porque querem tirar nossos direitos, e um senhor até chegou a perguntar: se não temos dinheiro para comprar comida, teremos para comprar armas? A Janete estava apavorada, porque os outros dois não tinham lido o estatuto, vinham com um discurso inflamado e ufanista, de que estamos à mercê dos bandidos, e que eles tem fuzis, e nós nada, e que o comércio ilegal vai aumentar etc. Ela retrucou, dizendo que em 15 dias depois do

referendo, haverá a regulamentação das pessoas que usam armas para caça, para esporte e para quem não entregou espontaneamente.

Eu resolvi, enquanto mediador, fazer uma pergunta para ambos os lados: o que fazer com a derrota (se ganha o oposto) em especial o não, porque se os bandidos têm fuzis, mesmo ganhando o não nós só poderemos portar armas leves, pistolas e revólveres. E eu disse também que o papel da polícia, ganhando o “não” ou o “sim”, continuará o mesmo, deverá do mesmo jeito desarmar quem não puder portar arma, e que se eles trabalhariam no sentido de afrouxar as regras do estatuto, para que possamos, como os EUA, portar fuzis. Eles não me responderam, ficaram falando que o tráfico de armas vai aumentar. Amigos, eu sinceramente penso que as pessoas que estão engajadas na campanha do “não” não leram o estatuto nem coisa alguma, só ficam vociferando coisas sem nexos contra o governo. Eu mesmo se adotasse o não, teria um milhão de argumentos muito melhores do que os deles. Isso é muito perigoso, e cada vez que eles falavam a platéia ficava mais excitada, e terminou com gritaria e palavras de ordem, a platéia quase não deixou a Janete fazer suas considerações finais.

Resolvi encerrar dando uma cutucadinha indireta, falando do FERES e do meu grupo de pesquisa, e que eu estaria a disposição para debater com alunos ou professores, e que a questão das armas não era que nem futebol, de ficar gritando e berrando, é preciso ter informação, pois estávamos ali entre adultos.

Clarisse, esta é uma escola que requer atenção especial "é “campo minado”, meu bróder"

Augusto fez as considerações finais e saímos dali, apavorados com algumas idéias expostas ali, mas felizes com a realização do debate, que mostrou muitas coisas (dentro ainda daquela perspectiva da curiosidade mórbida).

Eu só fiquei chateado porque não pude nem escutar o jogo do Inter contra o Boca, mas fui recompensado, porque, quando o carro entrou na JA Silveira, aos 48 minutos do segundo tempo, o Inter fez o gol, e eu e César Augusto, finalmente, respiramos

Augusto, esta é minha visão parcial, tu podes corrigir ou complementar.

Abraços, Fábio

Comentários

É importante ressaltar que, o FERES votou por posicionar-se pelo “sim”, realizou, em 2005, um show-evento na esplanada chamado “Tinga pela Paz: por um Brasil sem armas”, o que até causou conflito com o Comitê, que preferiu não se posicionar, e também, no seu espírito

anarquista, não concordou com a presença de certos políticos no evento, além de um discussão sobre o empréstimo do transmissor para o evento. Ainda que tenha votado no “sim”, em consonância com meu orientador e com todas as grandes autoridades científicas sobre o tema, em contraste apenas com os fabricantes de armas e os velhos paranóicos e os partidos radicais de ultra-esquerda em seus delírios de revolução, nestas minhas oficinas eu intuí que a questão transcendia o “sim” e o “não”, mas sim os equívocos do governo em divulgar pouco um estatuto que já estava 99% aprovado e submeter-se a um plebiscito que pouco tinha a ver com a venda ou não de armas que já estavam proibidas à maioria. Assumi um posição de mediador do debate e, nas duas oficinas seguintes, ocorridas dois dias antes do plebiscito, procurei ocupar um papel de informar as pessoas sobre o que elas votariam e o que já estava em vigor.

Diário de campo eletrônico,: relato das duas oficinas no Pessoa de Brum

Acabei de chegar de duas oficinas muito loucas no Pessoa de Brum, sobre referendo, igualmente tensas como a de ontem mas sem a emotividade do "sim" ou do "não". Debates e leis e oferecendo, com vontade de aprender junto, tanto que o guarda da escola participou também e ativamente, e, apesar de amar as armas, não se posicionou publicamente sobre sim ou não, apenas participou do debate, como muitos. Assumi a mesma postura de ontem e que é minha nova postura em relação à guerra do desarmamento: vou informar e debater, de maneira mais objetiva possível. Havia gente de todas as idades, cores, tamanhos posições. São os alunos do EJA, e seus professores. Confesso que fiquei arrepiado com aquela multiplicidade de pessoas, cores, tamanhos... carrinhos de nenê, cadeiras de rodas, camisas de clubes Havia todo tipo de gente. Eu fiquei emocionado, pois a curiosidade foi o combustível para a polêmica, e não a polêmica enlatada da nossa mídia e da propaganda eleitoral. Ontem eu posso ter ficado com um certo desconforto, mas foi uma experiência muito instrutiva, e percebi um engajamento de professores e alunos no posicionamento, e eu acho que só pelo fato de uma pessoa se posicionar, ou um grupo de pessoas, para dizer "não". Eu reconheço, "não" é uma palavra muito mais charmosa do que "sim". Esta foi a principal arma dos marketeiros do "não". Aliás, eu acredito que na maioria das crianças (nós) o "não" é aprendido muito antes do que o "sim"...o "não" geralmente expressa descontentamento. E o espírito humano é atraído pelo descontentamento. E eu senti em mim mesmo, e nas pessoas que estavam ontem ali, o desejo da polêmica e da conversa, por que as pessoas vão se posicionar. Eu acho que o ponto positivo do referendo é esse,: fazer as pessoas tomarem uma posição, a defenderem ou modificarem.

Abraços, Fábio

Comentários

Dentro do princípio que eu mesmo formulei sobre o que seria participar de uma rede, minha posição nos dois debates foi diferente, sendo também a postura das duas escolas e as situações também muito diversa. Na Escola Dolores não parecia haver nenhum espaço para o diálogo, as posições estavam prontas, da escola e dos alunos. A macropolítica do “não” estava instituída. No Pessoa de Brum, ainda que se imaginasse também que eu falasse pelo sim, eu até acabei conversando com o guarda da escola, um amante de armas, sobre as preferências de revolver ou pistola, e ele, vendo a minha posição de diálogo e neutralidade, participou bastante e entramos em muitos acordos. Foi muito interessante ver o interesse e as milhares de perguntas que surgiram na platéia, que mesmo que se posicionassem pelo “sim” ou pelo “não”, expressaram suas idéias e souberam escutar sem torcidas ou animosidades. Eu refleti comigo mesmo quanto tempo, dinheiro e emoções foram gastos com este referendo, quando ações muito mais simples e baratas poderiam ter sido feitas no sentido de divulgação do estatuto nas escolas, afinal nenhuma delas possuía uma cópia da lei, e os professores também a ignoravam.

Ainda que este não seja um estudo quantitativo, chama a atenção o fato de as soluções internas, ou seja, o diálogo, a construção de uma cultura de respeito à escuta, as alternativas pedagógicas, a mediação de conflitos entre alunos e professores e entre professores e a família serem mais do que o dobro das soluções externas (30 para 14, conforme o NVIVO). O mais interessante de tudo é, nas duas escolas, em um total de 44 professores, não haver nenhuma resposta referente à ação policial dentro da escola. Este fato, junto com as respostas “sem solução” pode estar relacionado com a presença exígua de policiamento ostensivo no entorno da escola e também com as queixas referentes à omissão da polícia no caso dos tiroteios noturnos e no caso do linchamento. As causas externas podem estar associadas a uma consciência dos professores sobre a multicausalidade e multifatorialidade dos fenômenos, mas também a um certo distanciamento destes da população do entorno, visto que, nas dinâmicas realizadas, (parece existir uma relação de conflito e de desrespeito mútuo).

As respostas internas demandam uma necessidade de ações de mediação de conflitos, de alteração na pedagogia, uma abertura a micropolíticas como as realizadas pelo FERES, oficinas, palestras, debates, intervenções. Depois deste trabalho eu cheguei realmente a refletir que devido à dispersão e à quantidade de queixas, como seria importante uma ação direcionada aos professores, no sentido de uma supervisão referente ao manejo de situações, e principalmente à escuta e análise

das ocorrências de violência na escola e sua complexidade. Tanto o Lidovino Fanton quanto o Pessoa de Brum são escolas municipais, e foram delas os embriões do FERES, até porque o Plano Municipal de Segurança Urbana ajudou a mobilizar a rede

No entanto, ainda que o trabalho do FERES, as iniciativas do programa Escola Aberta sejam importantes e possam dar conta de uma série de situações: construir outros espaços dentro das escolas, propor alternativas pedagógicas aos alunos, ampliar o diálogo da escola com o bairro, todas estas ações representam aquilo que Garland (2005) chama de respostas adaptativas⁷⁶. Níliá Viscardi (2002) conclui em seu artigo que é urgente uma política estrutural de reforma urbana, social e políticas de emprego e renda, assim como reformas no sistema de segurança e na educação.

A minha posição sobre isso é ambivalente, porque minhas experiências, e elas até culminaram na preferência por análises micropolíticas e pela constatação pessimista de Bauman (2005), Garland (2005), e Young (2002) sobre a ambivalência das ações do Estado, da inclusão social e das políticas de segurança. A minha desesperança na macropolítica encontra uma total utopia na micropolítica, ou seja, quando professoras de escolas são capazes de refletir mais profundamente sobre a realidade onde vivem, das pequenas possibilidades que podem ter grandes efeitos, na construção de redes que, por contágio conseguem consolidar-se e ocupar muitos espaços nas grandes instituições, da mesma maneira que uma das professoras relata a violência como um vírus, as estratégias de enfrentamento também podem sê-lo, chegamos afinal na questão da biopolítica e das redes.

⁷⁶ “La nueva orientación política intenta concentrarse en sustituir la cura por la prevención, reducir la disponibilidad de oportunidades, incrementar los controles situacionales y sociales y modificar las rutinas cotidianas. El bienestar de los grupos sociales desfavorecidos o las necesidades de los individuos son mucho menos medulares para este modo de pensar.”(GARLAND, 2005 p.54).

7.11- ILUSTRAÇÕES

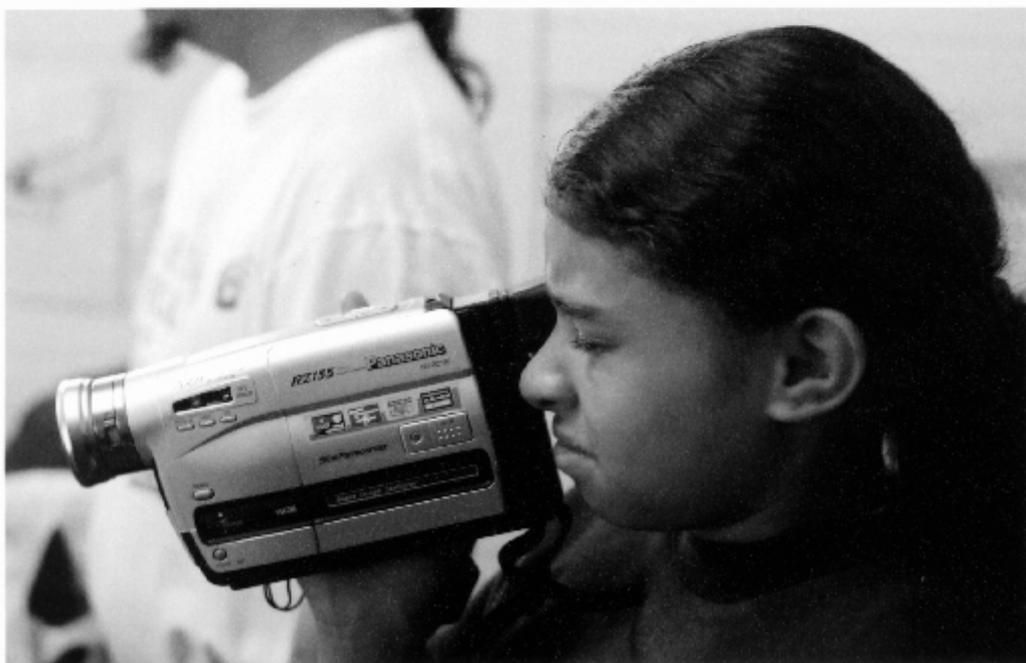


Figura 09: Imagem de uma oficina do projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”, Escola Lidovino Fanton



Figura 10: Oficina do projeto Portas Abertas, Instituto de Psicologia-UFRGS, durante o “Vivenciando a Cultura na Restinga.”



Figura 11- Impressionante efeito de mescla do desenho com o ambiente. Fundos de um mercadinho na Restinga Nova.



Figura 12: Comitê de Resistência Popular-Restinga, reunião de pauta da Rádio Resistência com os participantes do Projeto Convivências.



Figura 13: Grafiteagem do logotipo o FERES, Escola Lidovino Fanton.



Figura 14: Rádio Poste organizada pelo FERES na feira de sábado, na Esplanada.



Figura 15: Muro da sede do Comitê de Resistência – Núcleo Esperança, Restinga Velha



Figura 16: Fixando a antena da Rádio - Comitê de Resistência Popular-Restinga



Figura 17: Transmissão da Rádio Resistência, na cozinha da casa de um amigo (a rádio estava sendo ameaçada) Projeto Convivências.



Figura 18: O tão polêmico e famigerado transmissor. O ventilador é colocado estrategicamente para dissipar o calor.

8. CONCLUSÃO DE UM PERCURSO: DA VIOLÊNCIA JUVENIL ÀS REDES MICROPOLÍTICAS

8.1 Violência juvenil como mecanismo de disparo: do crime da sociedade inclusiva às redes sociais da sociedade excludente

As constelações de poder são conjuntos de relações entre pessoas e entre grupos sociais. Mais do que mecanismos, são como rios que, conforme a estação do ano ou o percurso, ora são perigosos, ora são tranquilos, ora navegáveis, ora não, ora rápidos, ora lentos, umas vezes enchem, outras vazam, e às vezes mudam até o seu curso. São, porém, irreversíveis, nunca regressando à nascente. Em suma, são como nós: nem vagueiam ao acaso, nem são previsíveis. (SANTOS, 2000, p.268).

Trabalhar com redes e “em” redes, lendo realmente a cabo uma proposta de não-linearidade, é deparar-se com o desafio de acompanhar fluxos de espaço e tempo que não cabem dentro do texto, ou pelo menos, deixam inquietações na ordem sincrônica da escrita formal e acadêmica. Escrever esta tese representou muitas idas e vindas, inversões na ordem das idéias, dos conceitos, dos argumentos.

Assim como nos acontecimentos descritos anteriormente, na dinâmica das redes restingenses, foi realmente experimentado um fluxo temporal, neste momento de concluir o texto, parece ser relevante descrever um processo importante na elaboração desta tese: um esquema epistemológico que inicia no estudo de redes sociais urbanas, passa para a criminologia e os estudos sobre violência focados na temática da juventude e, novamente, reencontra a temática das redes. As redes e micropolíticas transversalizam e são atravessadas por políticas públicas que buscam no jovem infrator uma espécie de atrator de capital financeiro e simbólico, angariando fundos de pesquisa e mobilizando todo um contingente institucional.

A temática das políticas públicas e das micropolíticas da juventude, no contexto brasileiro e da Restinga, envolve o a intersecção entre dois campos de disputa de capital simbólico: o campo da juventude, e o da violência e da criminalidade. As políticas públicas no Brasil, atualmente, são uma resposta ao clamor público em relação aos chamados jovens em conflito com a lei.

A gênese deste trabalho foi o plano de segurança pública municipal, elaborado por Luis Eduardo Soares, e suas ressonâncias no bairro Restinga. Penso ser oportuno aqui examinar, no contexto da criminologia administrativa e acadêmica dos séculos XX e XXI, uma passagem do “problema do crime” para o “problema da violência difusa” e do pensar as políticas públicas na

transição de “uma sociedade moderna e inclusiva” para “uma sociedade *tardomoderna e excludente*”, na linha de Jock Young (2002) e David Garland. (2005).

Por fim, é importante esta construção e problematização do Bairro Restinga para descrever o cenário em que acontecem movimentos e redes, cuja proposta é tomar para si a responsabilidade de gerenciar uma agenda de ações em diversos níveis e focos, desde a democratização da informação até a autonomia da produção cultural, ou o questionamento do papel desempenhado pela instituição escolar.

As políticas historicamente ambivalentes, displicentes, isolacionistas, deixam transparecer as redes sociais entre organizações comunitárias históricas ou recentes..Ainda que tendo como um de seus objetivos a proteção da população jovem do fenômeno da violência criminal, as políticas geradas por estas redes dizem respeito às questões ambientais, à luta contra outras formas de opressão e também das alternativas cidadãs a jovens que nunca pensaram em entrar para o crime.

Segundo Young (2000), o século de estudos em criminologia mostrou que todas as tentativas em estabelecer nexos causais específicos ou isolar populações ou situações específicas do crime ou da violência falharam. A violência e o crime são fenômenos difusos, podem ocorrer em qualquer lugar, etnia ou classe social. Uma sociedade que cuida de si mesma deve reconhecer o problema da violência como sendo de todos, e não empreender guerras contra alguns.

O escopo dos estudos criminológicos parece partir de uma simples relação entre delitos, repressão, punição e violência, para deslocar-se na direção de questões mais profundas sobre nossa organização social e, até mesmo, sobre a nossa própria identidade como humanos. Somos apenas indivíduos e o social é externo a nós? É o jovem simplesmente um produto de sua idade biológica, e sua relação com a criminalidade é devida a simples somas vetoriais: indivíduos violentos + sociedade desorganizada = crime ou sociedade violenta + indivíduos suscetíveis = criminalidade?

Podemos começar a estudar não o crime, mas o conceito mais abrangente de violência como comportamento, como vicissitude resultante de uma interface entre o comportamento humano “individual” e “coletivo”. A criminologia aproxima-se da psicologia social justamente por lidar com esta interface; não vai se preocupar exclusivamente com a sociedade, mas com a formação de campos de disputa de poder, subsistemas de regras e violação destas ou, em termos de estudos da violência, com a distribuição de um determinado tipo de conduta destrutiva e autodestrutiva na teia simbólica de relações humanas.

Dentro da criminologia, trabalha-se empiricamente com a ocorrência registrada oficialmente ou com o chamado “self-reported”, onde, na aplicação do questionário, o indivíduo responde se já cometeu algum crime ou não. Em termos de política pública, estudar o crime significa obter informações sobre que lei ou norma social é mais infringida, onde ocorre, e quais os seus possíveis motivos.

Por outro lado, quando pensamos em violência, ou habitamos como pesquisadores e interventores em comunidades, nosso olhar e nossas perguntas devem procurar observar categorias difíceis de identificar meramente por entrevistas, questionários ou leituras de documentações. Gloria Diógenes (1998) faz estas reflexões no seu trabalho, e minhas experiências de campo no mestrado, e atualmente na tese, convenceram-me que as histórias contadas informalmente, o contato diário com os oficineiros e a vivência na comunidade funcionaram como uma coleta de dados que, embora expandida na rede social, é mais condizente com o problema em questão. A criminologia foi importante na epistemologia desta tese para demonstrar que o crime é um objeto complexo, e que devemos escapar deste conceito quando adentrarmos estes espaços limítrofes.

Esta concepção trabalha com idéia de uma integração do desvio pelo sistema. Por mais autoritário que possa ser um governo, ele necessita de uma estrutura de regularidades comportamentais e modos de existir para se sustentar.

A complexidade dos atos criminosos torna, ao mesmo tempo, inócuos e muito importantes todos os estudos que foram feitos sobre o assunto. Inócuos se vistos em separado, como simples reações de causa e efeito, ou seja, uma simples relação de renda familiar de um bairro, com seus índices de homicídios, pode apresentar uma correlação significativa, e o pesquisador ou o administrador público pode parar por aí e estabelecer que, em comunidades mais pobres, é necessário haver mais repressão policial, ou que, oferecendo novas habitações e políticas de pleno emprego haveria uma redução nos índices de homicídios. No caso dos jovens, alguns estudos como Oliveira (2001) e Volpi (2001) apontam que há uma discrepância entre o real papel do jovem na questão da violência, comentando que, inversamente ao senso comum, o jovem é mais vítima do que algoz. Reduzir a maioria penal para quem?

Se nossa sociedade vivesse no vácuo e se organizasse como um relógio de corda, obviamente seríamos capazes de produzir um sistema de leis sem contradições, injustiças ou falhas. Vivemos, pois, em uma interação entre controle e violência, entre ordenação e fluxo das intensidades. Nossa sociedade vive de regras e desregramentos, de leis e ilegalidades:

A lei é uma gestão dos ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis ou inventando-os como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes

dominadas. Ou mesmo fazendo-os servir à classe dominante. Finalmente proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação. (DELEUZE, 1999 p. 39).

As disciplinas, em uma sociedade, encontram seu plano de concretização em aparelhos comunicativos, difusores-produtores de redes lingüísticas. Vivemos em uma sociedade na qual a ciência do controle atua em diversas esferas. Os sistemas legais, as línguas e linguagens universais, as construções historiográficas trabalham relações de dominação em mensagens codificadoras, lançando mão de dispositivos técnicos e tecnológicos: as sociedades forjam suas forças de dominação, coerção e organização dos jogos coletivos de poder. O controle é fundamental para a construção de sociedades organizadas.

As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio “suavidade-produção-lucro”. Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só “produção propriamente dita”, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército) (DELEUZE, 1999 p.180).

Nas redes heterogêneas, há pontos estratégicos por onde certas repetições se concentram, e para onde fluem certos jogos de poder e conflitos. No caso dos sistemas estatais, existem órgãos responsáveis para lidar com a criminalidade, a violência e as transgressões da lei, como correntes que servem para prender um animal e que hoje empreendem uma dura batalha contra o tráfico e outras formas de crime organizado: a polícia e a carceragem.

O espaço de trabalho dos bairros habita na comunidade, envolto neste diagrama: o estado e seus aparelhos educacionais e repressores, que buscam oficialmente a contenção da violência, mas também ajudam a disseminá-la; por outro lado, os jovens que depredam escolas, abusam de drogas ou formam gangues também apresentam regras e disputas de poder, vivem neste mesmo mundo, desejam consumir tênis, assistir TV, ler jornal, ouvir música.

Há diversos mecanismos estatais ligados ao comércio ilegal de entorpecentes, desde a moeda trocada pelas drogas, objetivo final, até a aquisição de armamentos de exército, por diversas vias, seja por contrabando, seja por vistas grossas da polícia, ou até mesmo pela própria possibilidade que o Estado abre para que produtos sejam comercializados sem a sua fiscalização e seu controle.

Determinadas drogas psicoativas são liberadas e comercializadas, gerando impostos e movimentando economias que ajudam o Estado a prosperar. Tais drogas proporcionam uma economia de guerra, uma batalha entre o bem e o mal; criação de uma configuração de “redes

frias” que se alimenta de toda esta violência: traficantes, consumidores, fábricas de armas, advogados e, especialmente, a imprensa.

Sutherland, (1996), na década de trinta, já estudava o papel da imprensa na resolução de crimes, divulgando fotos, elementos do processo, testemunhas, etc., e provocando uma verdadeira guerra na produção de notícias. Na mesma obra, o autor analisa a incidência de crimes entre os pobres, mostrando que na época já eram documentados os “*white collar*”, mas que o tratamento policial era diferenciado entre pobres e ricos, negros e brancos. Afirmava, também, que na sociedade havia condutas que não eram consideradas crimes, mas que eram nocivas à sociedade, ou crimes que eram considerados menos graves por não apresentarem violência física.

São interessantes as proposições de Jock Young (2000 e 2002), em especial quando faz um apanhado histórico/epistemológico sobre as diferentes teorias criminológicas, situando-as em uma relação com a passagem de uma sociedade moderna que sonhou com *welfare state* e uma sociedade pós-moderna, ou moderna tardia, cujas certezas dão lugar ao risco e as relações causais são colocadas em perspectiva. Young usa em sua análise o artifício de colocar as tentativas de identificar a etiologia do comportamento desviante, a definição de crime e de criminoso, suas condições econômicas, sociais, morais e psicológicas.

Semelhantes leituras são apresentadas por autores americanos como Akers (1994) e Einstadter e Henry (1996) e por David Garland (2005).

As concepções contemporâneas mais realistas situam a criminologia como co-responsável pela produção do crime, através da administração da justiça criminal ou a atuação da polícia, bem como a associação freqüente do delito com a doença mental ou as condições sócio-econômicas.

Devemos desenvolver uma teoria realista que abarque adequadamente o alcance do ato delitivo. Isto é, que deve tratar tanto o nível macro quanto o micro, com as causas da ação delitiva e a reação social, e com a inter-relação triangular entre o ofensor, a vítima e o Estado. Devem aprender com a teoria passada, ocupar-se novamente dos debates entre os três ramos da teoria criminológica e tentar juntá-las dentro de uma concepção radical. Deve tolerar a teoria, em um momento em que a criminologia não fez outra coisa senão abandoná-la. Deve resgatar a ação da causalidade ao tempo de enfatizar tanto a especificidade da generalização quanto à existência da escolha e o valor humano em qualquer equação sobre a criminalidade. (YOUNG 2000, p.38).

A leitura que se faz aqui do realismo de esquerda de Young é que ele assemelha-se muito às concepções de redes de poder; é preciso relativizar a idéia do que seja um delinqüente, ou um “bandido”, porque os territórios subjetivos em uma comunidade são compostos de relações de vizinhança, ambivalentes, limítrofes.

Segue-se, assim, o percurso da criminologia crítica e dos estudos sobre violência, desde a Escola de Chicago até a dicotomia entre a criminologia administrativa de direita, com seus aspectos punitivos e correccionais, e o realismo de esquerda, com suas raízes na “violentologia” latino-americana. Estas proposições demandam análises qualitativas e etnográficas, com intervenções comunitárias e psico-sociais, para dar conta dos problemas referentes à violência e à criminalidade. Também levam a outra importante dicotomia, a qual aparece relacionada ao papel do Estado, daí surgindo todo um debate sobre a gestão e elaboração de políticas de prevenção e combate à violência juvenil, e de protagonismo dos jovens em relação às políticas públicas.

Uma descoberta importante desta pesquisa é em relação à ambivalência das intervenções, sejam elas punitivas e administrativas, sejam elas de caráter “sócio-educativo”. Duas realidades observadas e analisadas, na seqüência, são exemplos desta ambivalência: as demandas e conflitos entre professores municipais em questões relativas à violência escolar, e os conflitos entre movimentos sociais, partidos e o governo municipal na execução do carro-chefe do plano de segurança pública municipal, o Estúdio Multimeios da Restinga, que a colocou na berlinda das políticas de segurança urbana.

Ambas são explicitações de que a intervenção do Estado em determinados contextos, sem levar em conta suas especificidades e conflitos intrínsecos, pode gerar outras formas de conflitos e de violências ou, pelo menos, levar a uma posição de estagnação e desperdício.

Desde o final dos anos 80 e início da década de 90, o número de crianças, adolescentes e adultos jovens vêm aumentando significativamente (IBGE, 2002). A maior parte destas vítimas é do sexo masculino, na faixa entre 15 e 17 anos, e permanece elevada na faixa que vai dos 18 aos 24 anos.(ADORNO, 2002). Cabe ressaltar que o espaço compreendido entre estas duas décadas é o período de transição democrática e da elaboração da Constituição Brasileira de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

Também é desse período a transição do antigo Código de Menores (Leis 6697/64 e 4513/4), cuja base doutrinária é o direito tutelar do menor em situação irregular, para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), baseada na proteção integral, criada como instrumento de desenvolvimento social, voltado para a juventude do país, e que considera a criança e o adolescente como sujeitos de direito.

Sérgio Adorno (2002) resalta a curiosidade de o fenômeno da violência ter eclodido na conjuntura brasileira justamente no período de democratização e de encerramento de um ciclo de autoritarismo e violência por parte do Estado. O autor comenta que os estudiosos da época imaginavam o fenômeno da violência no Brasil como conseqüência direta das políticas de ferro do

Regime Militar. Cita, ainda, que a intensa participação de movimentos sociais e dos finalmente livres partidos de esquerda representaria uma nova era de paz e justiça social.

Entretanto, o primeiro governo eleito democraticamente após o fim do regime militar, cujo presidente, Fernando Collor de Mello, elegeu-se com apoio de dois partidos remanescentes da antiga ARENA (PFL e PDS, hoje PP). Além da corrupção, a marca de seu breve governo foi a de entrar em consonância com as políticas de estado mínimo, doutrinadas pelos Estados Unidos e pela Inglaterra. Estado mínimo, mas que governou a economia com mãos de ferro, com o desastrado *Plano Collor*, confiscando as poupanças de milhares de brasileiros com o objetivo de enxugar a economia.

Muitos e acalorados foram os debates entre psicólogos, sociólogos, juristas e representantes de movimentos sociais durante a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei de princípios universalistas avançados, implementada em um país de grandes desigualdades sociais, no qual a tutela dos adolescentes infratores, órfãos, em situação de vulnerabilidade social, de perda da tutela, ou que estejam fora da escola ainda tinha, como referência, instituições de cunho prisional como a Fundação de Apoio Sócio-Educativo:

De qualquer modo, permanece a pergunta que se faz nos vários fóruns onde o tema é discutido:

é melhor investir na ampliação do sistema sócio-educativo ou em políticas sociais básicas? O

que traz resultados mais justos?

Diante desses questionamentos, a pesquisa revelou algumas dificuldades, entre as quais, o tipo de encaminhamento dado ao adolescente após a saída do sistema. As dificuldades são grandes, tanto pelo preconceito do qual o egresso do sistema é vítima, quanto pela própria retração do mercado de trabalho e da falta de equipamentos de educação, esporte, saúde, lazer, etc. São obstáculos que também afetam o conjunto da população e fazem com que, diante deles, qualquer melhoria no atendimento para presos e adolescentes autores de atos infracionais seja encarada, até mesmo por agentes encarregados do cuidado e atenção a esses setores, como regalias. Resulta dessa visão a expressão “dar boa vida para bandido”, ou a indagação “por que devo respeitar os direitos humanos se ninguém respeita os meus” Quanto à atribuição de responsabilidades, observam-se dificuldades entre os diversos poderes e instâncias envolvidos. Além dos aspectos propriamente operacionais, existem divergências doutrinárias importantes dentro do sistema sócio-educativo. Pode-se dizer que existe uma tensão entre os diversos agentes, que se acusam mutuamente de pregarem seja o “retribucionismo hipócrita”, seja o “paternalismo ingênuo”. Nesse embate, a mídia é sempre citada como tendo um papel de extrema relevância para levar a sociedade a se posicionar por uma ou outra visão (ARANTES, 2000, pág 07-08).

Alba Zaluar (2004), Luis Eduardo Soares (2005; 2000) Argemiro Procópio (1999), demonstraram que o tráfico de drogas é uma importante fonte de renda, uma das mais lucrativas atividades econômicas, e que seria ingênuo pensar que os aparelhos investigativos, legislativos e policiais do Estado seriam capazes de deter o seu avanço. E não é por falta de recursos, e sim, pela “rede fria” que se configura entre a sociedade e o tráfico.

Procópio explicita aquilo que também é mostrado no filme “Cidade de Deus” (MEIRELLES, 2002), e no documentário “Falcão, os meninos do tráfico” (MVBILL, 2006). Existe uma organização taylorista/fordista no tráfico, na qual os grandes chefões formam cartéis, amparados em grandes indústrias e instâncias do governo, que vão da polícia até o poder legislativo.

A primeira modalidade de violência criminal é a que se verifica nos circuitos em que operam as elites econômicas e políticas. Refiro-me aos crimes de corrupção e de assalto ao patrimônio público, os quais, mesmo não importando diretamente em agressões físicas, se realizam sob a forma espetacular de uma intensa violência simbólica, porque, impunes, difundem na população um sentimento de impotência e de descrédito nas instituições e até mesmo na viabilidade da vida coletiva. Creio ser desnecessário mostrar a ligação entre essas práticas, entre essa impunidade, e as condições de operação do capitalismo autoritário. (SOARES, 2000, p. 40).

Em comunidades como a Restinga, onde é marcante a segregação urbana, há pontos de distribuição que disputam território palmo a palmo, sendo necessário o consumo de armas cada vez mais potentes. Nestes bairros, alguns estão constituídos em programas do tipo “Remover para Promover”; outros, onde são alojados aqueles que vêm do campo em busca de uma melhor sorte, o tráfico estabelece grupalidades, relações sociais, gerando trabalho, renda e uma mórbida satisfação social.

O projeto desta tese, submetido à qualificação, pretendia discutir a relação entre juventude, violência e criminalidade, assim como o papel preventivo das oficinas desenvolvidas na Restinga. Ainda que, em termos éticos e teóricos era questionada a idéia de combate à criminalidade ou à violência como a dicotomia entre a ordem e o caos, ou a civilização e a barbárie, ou ainda a norma e o desvio, eu tinha como hipótese a possibilidade de as oficinas serem fatores preventivos da violência entre os jovens.

Após a etapa de qualificação, durante o processo de construção da metodologia da coleta e da tese, foi adquirindo novas diretrizes, adentrou em novas problemáticas subjacentes, pelo fato de as idéias de crime e violência relacionadas à juventude diluíam-se, mais uma vez, na violência molar das políticas públicas, da segregação urbana, da falta de critério, inteligência e sensibilidade dos gestores públicos com relação à população atendida e às redes.

A violência, na contemporaneidade, apresenta-se de forma difusa (TAVARES DOS SANTOS, 2002): ela é física, agressiva, mas também pode ser intangível, invisível. Difusão é um

fenômeno analisado na física, observado muito cotidianamente quando acendemos a lâmpada em uma sala e a luz espalha-se por todo o ambiente.

As sugestões da banca de qualificação redirecionaram o trabalho para uma leitura etnográfica de conflitos, envolvendo a educação dos jovens; tais conflitos acabaram chegando em uma dicotomia entre o Estado e as redes, tendo como atrator o próprio histórico do bairro. Minhas observações coincidiram com as do estudo de centralidade urbana de Heidrich (2002), que também leva a uma tensão entre os projetos de urbanização e à efetiva circulação de moradores no bairro.

Em termos da dinâmica das políticas públicas, tanto em termos de segurança pública, quanto nos espaços híbridos entre segurança e organização urbana (como o Plano Municipal), opera a dinâmica entre a solidez e até mesmo a dureza das instituições policiais, e a fluidez da execução destas políticas em sua própria ambivalência ou no comprometimento de movimentos sociais e redes. Estas múltiplas formas de comportamento vão do mais sólido ao mais fluido, do duro ao mais flexível, do organizado ao precário. Esta tese defende que a observação qualitativa das micropolíticas, o mapeamento das múltiplas vinculações dos protagonistas com o Estado, é a metodologia mais adequada para a compreensão e real avaliação das políticas públicas para a juventude. Para desvendar os conflitos dos campos de disputa de poder simbólico, foi necessária uma imersão no campo de pesquisa.

8.2 Líquido, sólido, gasoso: as redes e suas expansões e contrações

Não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias, relações que criam um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais. As relações emancipatórias desenvolvem-se, portanto, no interior das relações de poder, não como o resultado automático de uma qualquer contradição essencial, mas em resultados criados e criativos de contradições criadas e criativas (...)

Neste modelo, identifico seis conjuntos estruturais de relações sociais dentro dos quais, nas sociedades capitalistas, se produzem seis formas de poder, de direito e de conhecimento de senso comum. Esses espaços estruturais são ortotopias, no sentido em que constituem os lugares centrais de produção e reprodução de trocas desiguais nas sociedades capitalistas. Mas também são susceptíveis de ser convertidos, através da prática social transformativa, em heterotopias, ou seja, lugares centrais de relações emancipatórias. (SANTOS, 2000, p.271)

Eu poderia dizer que a tensão entre regulação e emancipação manifesta-se em sujeitos vinculados solidamente a instituições que buscam formar redes para produzir alternativas, trazer o novo, desestabilizar certas relações, e outros sujeitos vinculados a instituições menos burocráticas, ou a nenhuma instituição, que procuram diferentes interações com o Estado ou mesmo utilizar-se de plataformas mais sólidas para execução de projetos.

Na exposição dos conceitos, foi dito que a juventude é uma categoria ambivalente e complexa, espremida pelas políticas públicas do Estado. Como, no contexto da Restinga, ocorre o conflito em termos gerais de urbanização do bairro e específicos nas políticas da juventude, é desse conflito que surgem as redes e as micropolíticas.

Considero três categorias fundamentais para análise: as formas de mobilização de material humano, ou de logística, de variadas procedências e, a partir de diferentes estratégias de negociação; as formas de organização que integram componentes de um núcleo fixo, ou sólido e os demais colaboradores heterogêneos, e o produto disto, ou seja, as intervenções micropolíticas no bairro.

Afinal, o que é o FERES? Ademais, dentro daquilo que foi construído nesta tese e em minha dissertação de mestrado, como podemos identificá-lo como uma rede, e que tipo de movimentos esta rede faz para concretizar suas micropolíticas e transversalizar as políticas públicas da juventude?

As redes da Restinga, observadas nesta lógica democracia representativa/democracia redistributiva, atualmente representam importantes processos de usinagem de capital cultural, político e simbólico. Estão envolvidas na proposta de constituir redes sujeitos, portadores de saberes e focos de atuação diversos: *hip hop*, meio-ambiente, PLPs, comunicação comunitária, universidades, escolas, bem como a participação da comunidade organizada.

O serviço a ser prestado é heterogêneo, voltado principalmente para a criança e ao adolescente, assim como para transversalizar currículos escolares, tendo como diretriz principal a formação de parcerias e o desenvolvimento da autonomia.

As políticas públicas acontecem em espaços de conflitos entre as redes sociais, o Estado e as múltiplas contingências da vida no bairro. Estas máquinas sociais produtoras de ações e discussões no bairro são denominadas aqui micropolíticas. Essas micropolíticas são produções segmentarias da máquina estatal, que organiza a sociedade através de suas instituições, leis e macropolíticas. Nos pontos de convergência micropolítica ocorrem nas redes sociais com espaços intersticiais nas diversas linhas de força. O Estado ocupa um papel estrutural na administração e gestão urbana, e as redes sociais ocupam espaços na precariedade do poder público, gerando contratos, cooperação e conflito nos fluxos da ação e da intervenção:

Diz Santos (2000):

Para usar uma metáfora física, diria que as estruturas são momentos ou marcos sólidos na corrente fluida da prática, e que o seu grau solidez só pode ser determinado em situações concretas, estando condenado a modificar-se à medida que as situações se desenrolam (p.262)

Seguindo esta linha de pensamento, ainda que o Estado seja precário (ou pelo menos seja considerado como tal) e ambivalente, ele (Estado) intercede nesta relação com as redes sociais ocupando ainda uma função central, contra a qual são direcionados conflitos e lutas, mas também são demandadas iniciativas de autonomia e independência. Tal como a água necessita da solidez de um copo, uma mão ou um jarro para ser consumida ou conduzida e transportada, é nas estruturas sólidas do estado que o FERES e outras redes da Restinga operam.

Tanto no FERES quanto na Rede do ECA, cada reunião plenária ou fórum (partes gasosas), são iniciados com uma apresentação, na qual os participantes dizem seu nome e proveniência, ou a instituição que representam. O termo representar sempre foi ambivalente, e isto atingiu uma dimensão analítica, quando meu professor de metodologia do mestrado perguntou: é uma rede de pessoas ou uma rede de instituições?

Oficialmente, em atas ou em documentos, tanto a Rede Integrada quanto o FERES são compostos por instituições representadas por seus membros, mas esta lógica representativa, na sua execução, é ambivalente, porque, em primeiro lugar, pela própria característica não burocrática e aberta das Redes, não são feitas exigências legais ou formais para a participação nas reuniões. Em geral todos os que participam são bem-vindos e convidados a colaborar e participar.

Na Rede Integrada, pela sua amplitude de instituições e temáticas, e pela sua base ser a reunião e integração das entidades, para participar basta saber os horários de reunião e assisti-las, o fluxo das reuniões é variável, a participação heterogênea, dificilmente um encontro era semelhante a outro, bem como a seqüência das reuniões era variável. Eu considero aqui Rede Integrada como o mais próximo do estado gasoso da matéria, moléculas dispersas, com uma tênue tendência à formação de vapor d'água e precipitação. A grande curiosidade da dissertação foi como ela continuava a se manter com um fluxo tão heterogêneo e precário e uma abrangência tão grande de instituições. À cada reunião da rede que eu assistia era uma formação diferente, ela dissolvia-se para, logo em seguida, se recompor com outros objetivos e metodologias, mas sempre era a Rede.

No caso do FERES, as formas de participação já são um pouco mais restritas, é preciso ter algum tipo de relação com os membros mais antigos ou com algum dos núcleos; ainda assim, é possível participar voluntariamente e por adesão. No entanto, as plenárias (núcleo líquido tendendo ao gasoso) são bastante abertas; o FERES vai solidificando sua estrutura à medida que se segmentariza e seus núcleos temáticos vão exigindo mais presença cotidiana e ações, dentro de uma cronologia.

Nas duas redes, porém, esta ambivalência ou flexibilidade da representação é marcante e intrigante. Existem entidades que se preparam para inserir pontos de pauta ou posicionamentos

através de votações, e seus representantes realmente se submetem. Por outro lado, há sujeitos que, mesmo identificando-se como professores desta ou daquela escola ou movimento, participam das reuniões, opinam e deliberam, para depois levarem informes, ou quando não, atuam de forma totalmente autônoma. Pela minha experiência, eu diria que, mesmo as entidades que enviam representantes efetivos e por votação têm grandes dificuldades de fazê-lo, e esta representatividade, em geral é de um pequeno grupo mais engajado. O elemento diferencial e característico das redes é esta participação por adesão e contaminação, justamente esta posição de ocupar um lugar ao mesmo tempo “fora” e “dentro”, de coletividade e de singularidade, do social e do individual.

Como foi aqui abordado o conceito de modernidade líquida, em termos de redes sociais que observei na Restinga, pode-se fazer uma alegoria aos tipos de conexão e vinculação, através dos outros estados da matéria. Portanto, podemos observar as redes funcionando alternadamente em três estados: o sólido, o líquido e o gasoso. Fazendo ainda um trocadilho e relacionando o Estado com o estado físico, ele também pode apresentar estas características, ainda que tendendo sempre à solidez. A participação e o grau de vinculação dos sujeitos podem ser mais sólidos, mais líquidos e mais gasosos.

O decorrer da tese mostrou a grande multiplicidade de vinculações possíveis de diferentes modos, ampliando mesmo a idéia de modernidade líquida e adaptando-as às estratégias das Redes e suas metamorfoses, assim como aos diferentes estados da matéria: sólido (vínculos duradouros, estruturados, fixos), líquido (movediços, escorregadios, caudalosos) e gasosos (invisíveis, voláteis, expansivos).

Os processos ambivalentes, referentes à relação política/execução/conflitualidade parecem repetir-se ao longo dos anos, desde a construção do bairro. A ambivalência do planejamento da Restinga Nova como modelo de inclusão e a posterior criação da Restinga Velha como modelo inicial de exclusão e recente de ambivalência é uma constante no bairro, e pode ser observada também em nível nacional. A lógica do “prometeu e não cumpriu” ou “a comunidade é usada e depois abandonada” é uma constante.

Retomando as seguintes propriedades identificadas no FERES:

1. Heterogeneidade -a capacidade de integrar atores de diferentes instituições e ideologias
2. As estratégias de organização - as tendências de expansão e contração, os diferentes critérios de inserção na rede e a mudança nas regras de coordenação de seu organograma e fluxograma: coordenação centralizada, coordenação de núcleos, coordenação fixa
3. As intervenções

As três propriedades são características de rede e potencializadoras de micropolíticas, pois atuam nas relações de campo existentes no bairro entre o Estado e a população jovem.

As escolas integram-se às redes sociais mais por iniciativas autônomas de alguns professores do que por políticas públicas do Estado. Projetos de abertura das escolas para atividades alternativas precedem os programas de escola aberta e geralmente existem independentes deste. Existem, então, máquinas sociais operando políticas que atravessam as ações do Estado, mesmo que este continue sendo o principal protagonista, pelo seu poder estrutural. A descrição das oficinas sobre violência na escola e sobre o estatuto do desarmamento evidencia o atravessamento do FERES no campo de debates públicos e de políticas públicas.

As redes sociais, no que diz respeito às suas formas de organização, são capazes de assumir múltiplas formas, dependendo da configuração simbólica e social, e também de suas diferentes vinculações. A organização das redes tende a ser heterogênea, tanto nos tipos de atores que as integram quanto na qualidade da vinculação e das funções que cada membro executa, em ordens heterogêneas de comprometimento e poder de decisão. As redes tendem a ter núcleos mais estáveis e sustentados por laços afetivos e de comprometimento, apoiados por núcleos de colaboradores e de membros novos.

Alguns dos sujeitos constituintes destas redes sociais são trabalhadores precários, fazem “*ganchos, tachos e biscates*”. José Machado Pais descreveu em seu livro o percurso de jovens portugueses na luta pela sobrevivência em diferentes tipos de atividades: guardadores de carros, prostitutas, promotores de vendas, e até mesmo nas políticas estudantis. O autor considera estas trajetórias como não-lineares, contrapondo às trajetórias modernas de trabalho-estudo.

O perfil e as trajetórias dos oficinairos no projeto de extensão “Vivenciando a cultura na Restinga” trouxe experiências semelhantes às descritas no livro de Pais. Os oficinairos, entre outros biscates, procuram trabalhar desenvolvendo micropolíticas da juventude, através das oficinas, cuja formação básica é escolar, mas a profissional é decorrente de uma mescla de políticas públicas e do próprio trabalho dentro das redes. Sua atuação pode estar conectada a ONGs, a projetos do poder público municipal, estadual.

Trabalhar na rede e em rede pode ser considerado um trabalho imaterial. O trabalho imaterial não possui necessariamente um resultado concreto, um produto – como um sapato ou um computador – ele refere-se à produção de idéias, afetos, tecnologias intelectuais.

Talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como *trabalho biopolítico*, ou seja, o trabalho que cria não apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida social”(HARDT e NEGRI, 2005).

Pela ambivalência das ações do Estado, e sua própria multiplicidade e precariedade interna, é que as Redes da Restinga surgem e crescem. As Redes criam espaços de intersecção, em que o

importante é o que integra e conecta, e não o que separa e exclui. Desde que sejamos solidários e que tenhamos nossas diferenças, somos seres vivos que não sobrevivem sem outros seres vivos.

Os conflitos, em uma rede, podem solucionar-se de maneira direta, pois todos têm o direito de falar, opinar e ouvir; isso é uma característica que parece questionável, mas é real. Mesmo que houvesse, ocasionalmente, rompimento de comunicações, ou dificuldade de distribuição de opiniões no espaço das reuniões, nunca vi ninguém ser considerado “não representativo”, ou que não tivesse o direito a apresentar sugestões ou idéias.

Pensar os sistemas sociais em rede é pensar que todos os seus componentes contribuem para sua organização, e também tiram proveito dela, e que a capacidade de conviver com a diferença é fundamental para a adaptabilidade em face às dificuldades do dia- a-dia.

Também aqui é feita uma ressalva na concepção de Bauman de “comunidade”, em um dos capítulos do livro “Modernidade Líquida” e, mais enfaticamente, em um pequeno ensaio publicado em forma de livro, chamado “Comunidade”.

Analisando a marcante característica de individualismo e desvinculação das relações humanas na sociedade contemporânea, o autor critica a idéia de comunidade, utilizada como um atributo meramente estético, como as comunidades que se formam na Internet, ou a aglomeração de pessoas em *shopping centers*. Bauman parece ressentir-se da falta de laços comunitários ou de engajamento político em torno de utopias e ideais.

Comunidade, nesta perspectiva, parece um conceito que perdeu seu sentido original. Estou de acordo, parcialmente, com essa concepção; minha leitura da Modernidade Líquida ou Fluída está consonante com Zygmunt Bauman em termos da desconstrução da solidez política, ou dos laços afetivos e comunitários de outrora, mas discordo de um certo pessimismo imanente na obra do autor. A mesma fluidez que desregulamenta vínculos ou torna superficiais ou efêmeros os relacionamentos humanos, bem como a globalização que transforma as paisagens culturais, também pode gerar novas e múltiplas formas de relacionamento e organização política e social.

Neste trabalho foi descrito o papel omissivo ou ambivalente do Estado e algumas das conseqüências terríveis da exclusão social, gerada pelo neoliberalismo, especialmente no que diz respeito à remoção de favelas e à construção de conjuntos habitacionais artificiais. A idéia de comunidade, aqui, é posta em cheque, também, pela multiplicidade de movimentos, entidades atores e formas de relacionar-se; mas, em algum momento, há uma espécie de síntese identitária, uma união em torno de um ideal maior que envolve um Bairro isolado simbólica e geograficamente, e a palavra comunidade torna-se preta de significado. Muitas dicotomias criadas na Restinga dizem respeito àquilo que é feito com a comunidade ou àquilo que a comunidade faz.

A fluidez pode ser experimentada como superficialidade ou falta de compromisso, ou até mesmo individualismo, nas análises mais pessimistas de Bauman, mas também pode ser a possibilidade de cooperação, solidariedade ou, até mesmo, construção da política sem, necessariamente, estarem envolvidos os vínculos afetivos, familiares ou vicinais. A antiga idéia de comunidade envolvia estes compromissos afetivos, idealistas, visionários.

A idéia de redes também inclui a de comunidade, mas avança em direção a um outro seno do que seria público, ou de cidadania, uma preocupação transcendental com a política maior do bairro, com suas relações, com jovens, cidadãos e etc, atravessada por disputas de poder ou por vaidades, mas com o embrião de um outro tipo de relação, como explica Santos, quando descreve as relações entre o espaço da comunidade e o espaço da cidadania:

O espaço da comunidade é constituído pelas relações sociais desenvolvidas em torno da produção e da reprodução de territórios físicos e simbólicos e de identidades e identificações com referência a origens e destinos comuns. O espaço da cidadania é o conjunto de relações sociais que constituem a esfera pública, e em particular as relações de produção da obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado” (SANTOS, 2000, p.278)

Sobre a fluidez das relações, elas são importantes na produção maquínica (GUATTARI, 1999) das redes sociais, que são espaços de conexões e desconexões, mobilizações, conflitos, ações, múltiplos vínculos e múltiplas formas de organização. Penso que os filósofos Toni Negri e Michael Hardt (2005) possuem concepções semelhantes às de um Bauman mais otimista (2005), enfatizam a posição contemporânea de inversão da construção da sociedade, sendo o social o produto resultante da interação das redes, da ação dos indivíduos, mas avançam nas possibilidades de uma nova política, através da idéia de Multidão:

Na multidão, as diferenças sociais mantêm-se diferentes, a multidão é multicolorida. Desse modo, o desafio apresentado pelo conceito de multidão consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente (HARDT e NEGRI, 2005)

Como observamos na organização do FERES, as professoras municipais, ou estaduais, por iniciativas individuais, por aderência a certas políticas de educação ou por engajamento a partidos ou movimentos, abrem espaços dentro das escolas e da sua própria jornada de trabalho em sala de aula ou em funções administrativas para trabalhar na mobilização da rede. Por outro lado, protagonistas de políticas da juventude ou de cultura, lideranças comunitárias e participantes de diferentes movimentos, estudantes e pesquisadores universitários ou mesmo quaisquer sujeitos interessados em colaborar, integram-se e expandem esta rede em múltiplas formas de organização e contágio.

A dinâmica observada então nesta tese é a que o Estado é um importante atrator macropolítico, construiu um bairro com escolas, sistemas de transporte e segurança, planos habitacionais e urbanos, elabora projetos de assistência social e promoção da saúde. Mas a máquina do Estado, pela sua complexidade burocrática e pelo seu extenso raio de ação, deixa-se emperrar e torna-se paradoxal, ambivalente, incompleta. As macropolíticas reverberam na rede social, nas contradições e incompletudes. A ação das políticas públicas, ainda que sob a boa intenção macropolítica, em sua ressonância, pode ter efeitos micropolíticos violentos e contraditórios: como a remoção de favelas (reforma urbana), a ação violenta da polícia ou o encarceramento em massa (segurança) ou a perseguição às rádios comunitárias (regularização dos meios magnéticos), ou as diversas formas de autoritarismo (burocracia).

No entanto, esta mesma precariedade cria o caldo de cultura das redes, gera efeitos micropolíticos na ação de trabalhadores dos aparelhos de Estado que conseguem exercer sua autonomia dentro dos espaços de incompletude e precariedade e conectar-se reticularmente à ação de cidadãos gerando outras micropolíticas que podem contaminar a ação do Estado, ativando e gerando espaços híbridos, não dicotômicos. Para além do conflito entre as rádios comunitárias e a ANATEL existe a Rádio Resistência, que surge, desaparece e ressurge, para além dos projetos de Escola Aberta, da municipalização da segurança e das mudanças curriculares existe o FERES e seus fluxos, suas tendências, suas expansões e contrações, e suas oficinas e eventos continuam abrindo espaços. A tese é uma tentativa de desacelerar estes fluxos, transformar memória em papel e *megapixels*, tornar líquidos ou gasosos os padrões acadêmicos e solidificar os fatos complexos do real.

9- Epílogo

Eu poderia considerar a tese como o encerramento de um ciclo de estudos e pesquisas e, sob certo aspecto, ela o é. No entanto, sinto que tudo parece ser o início, que todas as experiências, estudos e leituras nestes dez anos de entradas e saídas do bairro Restinga serviram como um treinamento, o *trailer* de um filme, o início do amadurecimento. É inevitável o sentimento de que eu deveria deixar a Restinga e suas redes e ir em busca de novas questões de pesquisa e novos locais. Em termos geopolíticos, ou de campo, eu aceito que é preciso conquistar novos territórios, novas paisagens, novas realidades. Ainda que minhas intensas experiências restinguenses ao longo do tempo tenham significado múltiplos aspectos, instituições ou mesmo lugares diferentes, parece ser uma necessidade orgânica trocar de ares, descobrir novos mapas, ter de novo aquela sensação de não conhecer nada.

Por outro lado, em termos acadêmicos, de estudos e leituras, penso que a hora é de seguir o caminho oposto. Usando as metáforas deleuzianas, apesar de ter sido sedentário no campo empírico, fui um nômade radical em termos epistemológicos, metodológicos e teóricos

Mesmo sendo a idéia de transdisciplinaridade tão difundida nos meios acadêmicos, meu percurso teórico na Psicologia nunca criou raízes, e, no mestrado em Psicologia Social, procurei navegar pelos mares das teorias sistêmicas e da própria sociologia. Tendo sido aceito no doutorado, meus estudos sociológicos após a disciplina de Teoria Sociológica Avançada oscilaram entre a idéia da modernidade líquida e das redes sociais e os estudos sobre violência e criminologia. Em termos teóricos e epistemológicos, não considero meu percurso no doutorado como sendo “vertical”, ou seja, de aprofundamento, e sim “horizontal”, no sentido de uma expansão de reflexões e multiplicidade, e a tese como o resultado de algumas escolhas.

Se eu pudesse escrever uma conclusão definitiva da tese, eu diria que ela é um trabalho de profundidade empírica e de criatividade metodológica, e parte disto foi posto à prova em diversos fóruns, congressos e aulas nos quais pude expor minhas investigações e idéias. Desenvolvi uma boa capacidade de mapeamento de redes e de análise de dados pouco estruturados, além de trabalhar com grupos e instituições de organização precária. Descobrir ordem no caos é uma ferramenta fundamental no desenvolvimento de projetos sociais, de extensão ou até mesmo de investigação de redes sociais.

.Em termos de conhecimento sobre a Restinga, a dinâmica de seus conflitos, seu modo de constituir cidadania e sobre o funcionamento de suas redes, eu posso ser considerado um doutor, um especialista, alguém que realmente sabe alguma coisa que pode ser útil a outros pesquisadores

profissionais, estudantes, ou gestores políticos. No que se refere ao conhecimento aprofundado de teorias sociológicas, suas múltiplas correntes, vicissitudes e autores, eu posso dizer que o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e seus professores, propiciaram uma emocionante aventura teórica e epistemológica, quase como um imenso banquete no qual eu provei cada um dos pratos de uma imensa mesa, e penso que só agora poderei escolher qual cardápio adotarei em minha carreira acadêmica. Eu espero ter descrito na tese um pouco desta aventura, desta multiplicidade de experiências diversas e singulares na construção do conhecimento, e posso concluir que o todo o trabalho nestes quatro anos forjaram um psicólogo-pesquisador-professor com um olhar aguçado e um espírito afiado. Já tenho um projeto de pós-doutorado pronto, em outro bairro de Porto Alegre, lidando com questões semelhantes, políticas, urbanísticas, referentes a redes. Saio da Restinga, para inverter esta relação, “nomadizando” a perspectiva empírica e consolidando as possibilidades de reflexão em torno dos conceitos de redes e micropolíticas, bem como papel ambivalente das instituições modernas. É claro que o nomadismo acadêmico deixa seu rastro, porque a nova investigação será no campo da Educação, e o projeto desenvolvido em uma escola. De qualquer forma, estarão envolvidos jovens, professores, pesquisadores, instituições, redes sociais, seres humanos, enfim, a vida.

Encerro esta interpretação com uma citação de um texto que já foi citado anteriormente, de minha primeira publicação, em colaboração com um antigo parceiro de Restinga, com o célebre subtítulo de: “Você não está acostumado a ver”:

Talvez seja mesmo impossível, ou pelo menos muito difícil pensar e trabalhar categoricamente sobre o tema “tempo”, já que lançamos mão de uma idéia perpassada por um paradoxo: habitamos, cada vez mais, um mundo de fluidos (in) fluxo, sendo nós próprios parte dos fluidos sem sermos indiferenciados ao meio. Somos fluidos (in) fluxo e também nadadores de correnteza, levados por forças, mas também possuidores de braços e pernas. Capazes, se não de mudar de direção e sentido em relação ao fluxo, de acelerar e desacelerar junto com ele. O que, nessa concepção de mundo, podem vir a ser verdadeiras guinadas de direção, como como Deleuze e Guattari preferiram chamar “linhas de fuga”. Poderíamos, também, pensar em uma memória dos fluidos (in) fluxo, dos movimentos pelos quais o presente que dura se divide a cada “instante” em duas direções: uma orientada e dilatada em direção ao passado, a outra contraída, contraindo-se em direção ao futuro. Se aceitarmos que essa memória também é consciência e liberdade-e não só forças inconscientes—material subjetivo e virtual- e não só atualizações empobrecidas- poderemos arriscar a criação de um novo

instrumento de pesquisa científica e, por que não, um novo estilo de humanidade no qual razão e intuição banham-se em um mesmo rio (mas lembre-se:nunca duas vezes!). Correrá um fluxo: novos discursos intermináveis, outras tantas narrativas.

Talvez não possamos sair desse rio e muito menos alterar seu leito, mas podemos lutar contra uma correnteza que arrasta a todos e a tudo de forma indistinta. Para as velocidades da contemporaneidade, as desacelerações da esperança. (DAL MOLIN& RIBEIRO, 2000, p.96-97)

10- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. Freitas, Maria V., SPOSITO, Marília P. **Juventude em debate** São Paulo, 2002, Cortez.

ADORNO, Sérgio, **Crianças e Adolescentes e a violência urbana**. In www.nev.prp.usp.br (acesso em 07/2003)

AKERS, Ronald L. **Criminological theories: introduction and evaluation**, Los Angeles, Roxbury Publishing Company, 1994.

ANDRADE, Luiz, LONGO Wladimir e PASSOS, E.duardo **Desafios e oportunidades do sistema federal de ensino superior em face da autonomia**. In SILVA, Waldeck Carneiro: **Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior**

ARANTES, Esther Maria de Magalhães e MOTTA (Org). **A Criança e seus Direitos**. Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1999.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães(Org). **Envolvimento de adolescentes com o uso e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**.Vol. 1. Cadernos Prodenan de Pesquisa Rio de Janeiro, UERJ, 2000

BAREMBLITT, Gregório F; **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos 1996

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Disperdiçadas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

BELUZZO, Lilia, VICTORINO, Rita de Cássia **A Juventude nos caminhos da Ação pública In São Paulo em Perspectiva** 18 (04) p.08-19 2004

BOCCO, Fernanda, LAZAROTTO, Gislei Domingas R. (Infr) **Atores Juvenis: Artesãos da Análise**. In *Psicologia e Sociedade* 16 (2) Maio/Agosto 2004 p.37-46

BOURDIEU, Pierre **Coisas ditas**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990

BOURDIEU, Pierre **O poder simbólico** Editora Bertrand – Editora Difel, 1989

BOURDIEU, Pierre **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Petrópolis, Vozes, 1996

BRUSIUS, Ariane.; GORCZEVSKI, Deisimer. A Segurança Pública e a Juventude na Restinga. IN: **Jornal do Grupo Ação Periférica na Comunicação**. p.3 Porto Alegre, dez/2002.

BRUSIUS, Ariane; SOARES, Luiz Eduardo. Projeto de segurança para Porto Alegre. In: Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório azul: garantias e violações dos direitos humanos do RS, 2001/2002**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2002. p. 433-6

BURGESS, Anthony, **La naranja mecánica**. Madrid, Unidat Editorial, 1999

BUZATTO, César, **Governança Solidária e Estado Mínimo**. Do site www.prefpoa.gov.br

CALVINO, Ítalo, **As cidades invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991

CARDIA, Nancy. “Violência urbana e a Escola”. In: **Revista Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro, IEC, ano II, n. 2, 1997, p. 26-69, cit. Da p. 56.

CARMO, Paulo Sérgio. **Culturas da rebeldia: A Juventude em Questão**. São paulo, SENAC, 2003

CARMO, Paulo Sérgio de et ali. **As caras da juventude**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2001

CASTEL, Robert. **A insegurança Social: O que é ser protegido?**. Petrópolis, Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

DAL MOLIN, Fábio **Autopoiese e sociedade: A Rede Integrada de Serviços da Restinga na Teoria dos Sistemas Vivos**. Dissertação de Mestrado pelo programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional PPGPSI-UFRGS. Versão completa disponível no banco de teses e dissertações da biblioteca da UFRGS

DAL MOLIN, Fábio, Ganchos, tachos e biscates: os desenrascos metodológicos e epistemológicos de uma jovem sociologia da juventude. In **Sociologias**, n.15, jan/jun 2006. UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

DAL MOLIN, Fábio, FONSECA, Tânia M. Galli: **A posição estratégica do desejo na gestão de uma rede social**. 2006 (no prelo)

DAL MOLIN, Fábio, RIBEIRO, Carlos J.S. Fluídos (in) fluxo ou como escapar da solidez. In FONSECA, Tânia M. Galli & FRANCISCO, Deise Juliana. (org.) **Formas de ser e habitar a Contemporaneidade**. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol 01**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol 03** . Rio de Janeiro: Editora 34, 1998
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol 05**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999
- DELEUZE, Gilles, **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo, Anna Blume, 1998
- EINSTEDTER, Werner, STUART, Henry. **Criminological Theory: An Analysis of its Underlying Assumptions**. Forth Worth, Harcourt Brace College Publishers
- ELIAS, Norbert, Scotson, John, **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- GARLAND, David, **La cultura Del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea**. Barcelona, Gedisa, 2005.
- GIDDENS, Anthony, **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual da social-democracia**. Rio de Janeiro, Record, 2001
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro, Record, 2000
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, Ed. da UNESP, 1991
- GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott, **Modernização Reflexiva**, São Paulo, Ed. da UNESP, 1997.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. In **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP. V.17 Número 2.
- GOHN, Maria da Glória. Non-formal education, civil society participation and councils structures in the schools. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Apr 2007. Pré-publicação.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 2006

GORCZEWSKI, Deisimer. **Micropolíticas juvenis de visibilidade comunicacional e midiática numa comunidade periférica em Porto Alegre**. (sd). Trabalho apresentado ao NP 13 – Núcleo Comunicação e Cultura de Minorias, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18085/1/R1404-1.pdf>
 (acesso em 26/04/2007)

GOVERNO FEDERAL, Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, (estatuto do Desarmamento), acesso em 15/07/2005

GUATTARI, Félix, **As três ecologias**. Campinas: Editora Papirus, 1999.

GUATTARI, Félix, **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

HEIDRICH, Rosane Lipp João **Projeto e realidade na consolidação de uma área urbana. bairro Restinga - Porto Alegre/RS**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo-PROPUR. UFRGS, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro, R. J. Paz e Terra, 1994

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Fonte: www.ibge.gov.br , acesso em 15/05/2006

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 1996.

KIRST, Patrícia G. GIACOMEL, Angélica E. , RIBEIRO, Carlos J.S. COSTA, Luis A. E ANDREOLI, Giovani S. Conhecimento e Cartografia: tempestade de possíveis in FONSECA, Tânia Mara G. e KIRST, Patrícia G.(org.) **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2003

LÉVY, Pierre **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo, Edições Loyola, 1998

LÉVY, Pierre, **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática** Rio de Janeiro, 1999, Editora 34.

LÉVY, Pierre **A Emergência do Ciberespaço e as Mutações Culturais**
<http://www.portoweb.com.br/PierreLevy/aemergen.html> s/d

LÉVY, Pierre **Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto**
<http://www.portoweb.com.br/PierreLevy/nossomos.html> s/d

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2005

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo, HUCITEC, 1998

MARTINS, Heloísa Helena H.T Souza, A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In :Abramo Helena W. Freitas, Maria V., Sposito, Marília P.: **Juventude em Debate**: São Paulo: 2002, Cortez

MATURANA, Humberto, e VARELA, Francisco, **A Árvore do Conhecimento: As Bases Biológicas da Existência Humana**. São Paulo, Palas Atena, 2001.

MATURANA, Humberto R., **Emoções e linguagem na política e na educação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MORIN, EDGAR, **O Método**, Volume 3: O Conhecimento do Conhecimento Porto Alegre, Sulina, 1999.

NETO, Ana Maria Q. F.& QUIROGA, Consuelo Juventude urbana pobre: manifestações políticas e leituras sociais. In PEREIRA, Carlos Alberto M., RONDELLI, Elizaberh, SCHOLLHAMMER, Karl E., HERSCHMANN, Micael: **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro, Rocco, 2000

NOVAES, R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política In :Abramo Helena W. Freitas, Maria V., Sposito, Marília P.: **Juventude em debate**: São Paulo: 2002, Cortez

NUNES, Marion.K. **Restinga, memória dos bairros**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Administração Popular, Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

OLIVEIRA, Carmem Silveira. **Sobrevivendo no inferno: A violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre, Sulina, 2001.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Porto, AMBAR, 2001.

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE: www.observapoa.com.br , acesso em 15/05/2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Mapa da inclusão e exclusão social**. Gabinete do Prefeito,Secretaria Municipal do Planejamento2006

SILVA, Marcelo Kunrath. **Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na construção pública do orçamento me municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre 2001. Acessado no banco de teses e dissertações da UFRGS. www.ufrgs.br (acesso em 12/2006)

SANTOS, Boaventura S. Reinventar a democracia, entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo In: **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1999

SANTOS, Boaventura. de Sousa **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto, Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Rio de Janeiro, Cortez, 2000

SOARES, Luiz Eduardo, BILL, MV e ATHAYDE, Celso, **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

SOARES, Luiz Eduardo **Segurança pública municipal: um programa para Porto Alegre**, 2001. Disponível no site <http://www.luizeduardosoares.com.br/>

SOARES, Luiz Eduardo Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In In PEREIRA, Carlos Alberto M., RONDELLI, Elizabeth, SCHOLLHAMMER, Karl E., HERSCHMANN, Micael: **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. "A sociabilidade juvenil e a rua : novos conflitos e ação coletiva na cidade". In: **Tempo Social**. São Paulo, USP , v. 5, n. 1-2, pág. 161-178.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues: *Juventude e Políticas Públicas* no Brasil in **Revista Brasileira de Educação**, set/out/nov, no. 024, p 16-39,2003. Obtido através do site www.google.com e acessado em 09/05/2005

SPOSITO, Marília Pontes, CORROCANO, Maria Clara. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In **Tempo social**: revista do Departamento de Sociologia da USP, vol 17, n.2 141-172

SUTHERLAND, Edwin B. (Cressey, Donald R.- Revisor). **Principles of criminology**. 7ª ed., New York: JB Lippincott, 1966

VAN SWANNINGEN. Renée. Controle do Crime no Século XXI: Analisando uma nova Sociedade de Renée, In **Revista Brasileira de Ciências Criminais**.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos: a privação da liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo, Cortez, 2001

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. E RUSSO, Maurício. *Cidade complexa e diferenciada*. In: **Prefeitura de Porto Alegre e a segurança urbana**. Porto Alegre, SMDHU, 2003 TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. "Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades". In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Número 8, novembro de 2002, p. 16-32. (Tema: VIOLÊNCIAS, AMÉRICA LATINA).

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória In: **Revista Humanas**. Porto Alegre, IFCH da UFRGS, V. 24, n. 1-2, janeiro-dezembro de 2001, p. 163-185.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Violência na Escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 1, janeiro-julho de 2001, p. 105-122.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente - “Juventude, agressividade e violência”. In: **Relatório Azul 1999-2000**. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2.000, p. 374-375.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). **Violências em tempo de Globalização**. São Paulo, HUCITEC, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; NERY, Beatriz Didonet ; SIMON, Cátia Castilho. **A palavra e o gesto emparedados : a violência na escola**. Porto Alegre, PMPA – SMED, 1999.

UNESCO **Fazendo a diferença: projeto escola aberta para a cidadania no Estado do Rio Grande do Sul. Avaliação Brasília, Março de 2006**. Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil” www.unesco.org.br (acesso em 12/12/2006)

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004

VISCARDI, Nília. **Violência no espaço escolar : práticas e representações**. Porto Alegre, IFCH – UFRGS – Programa de Mestrado em Sociologia (dissertação de Mestrado), novembro de 1999.

VISCARDI, Nília, Violência em el espacio escolar em Uruguay: practicas, respuestas y representaciones In **Delito y Sociedad:Revista de Ciências Sociales**. Ano 11, n.17, 2002 Buenos Aires, Santa Fé, República Argentina

VIVENCIANDO a cultura na Restinga. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2007. No prelo.

WACQUANT, Lóic: **Os condenados da cidade, estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro, Revan, 2001

WIGNER, Ruth Fernandes **Nível de satisfação de uma população "desfavelizada" com a nova área residencial e fatores que o afetam**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, UFRGS, Porto Alegre, 1978.

WRANGHAN, Richard e PETERSON, Dale. **O macho demoníaco: as origens da agressividade humana**. São Paulo, Objetiva, 1998.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. – Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002 (Pensamento Criminológico; 7).

YOUNG, Jock. El fracaso de la criminología: la necesidad de un realismo radical. **Revista Criminologia Crítica y Control social** nº 1, Ed. Juris, 2000, p. 5-40.

ZALUAR, Alba (org.) **Violência e Educação**. São Paulo, Cortez, 1992, p. 37-54.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro, FGV, 2004 .

ZANIOL, Elizângela. **Oficinando com jovens: a produção de autoria na Restinga** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, BR-RS, 2005.

ANEXO

1 -História da Restinga construída no projeto “Vivenciando a Cultura na Restinga”⁷⁷.

A Restinga é o maior bairro de periferia de Porto Alegre. Surgiu em 1960, com o programa "Remover para Promover", da ditadura militar, que transferiria pequenas vilas das áreas centrais da capital gaúcha para uma área distante 30 quilômetros do centro da cidade. Toda sua formação foi marcada pela falta de acesso de seus habitantes aos direitos básicos. Quarenta anos depois, muitas das restrições continuam: problemas de saúde, saneamento, energia, regularização fundiária, emprego, moradia.

Quando começou a Restinga Velha, as famílias foram trazidas para cá, na “marra”, pois as autoridades e empreiteiros da época armavam a saída das famílias forjando incêndios duvidosos, além de outras situações. Famílias inteiras que moravam nas imediações do atual Ginásio Tesourinha, foram ludibriadas e levadas para Restinga de qualquer jeito, para dar lugar a atual Avenida Érico Veríssimo⁷⁸. Foram largadas no meio dos matos de Amaricás, sem água, energia, escola, transporte.

Só havia dois ônibus⁷⁹ um pela manhã e outro ao anoitecer, vinculados à prefeitura. A cada viagem acontecia de tudo: as pessoas traziam restos de comida, animais vivos, ranchos de mantimentos de primeira necessidade, mercadorias que comercializavam como biscateiros, caixas de engraxate e tantas outras “bugingangas”. O transporte fora destes horários era feito de bicicleta, carroça ou a pé. Os ônibus circulavam superlotados, onde quase sempre os usuários andavam pendurados nas portas de entrada e saída. Quando o passageiro conseguia entrar no ônibus no meio do caminho, só descia na Restinga. Somente algumas pessoas conseguiam pagar, pois a grande maioria não tinha dinheiro e os que não tinham como pagar eram forçados a passar por baixo ou pular a roleta, “mergulhava na roleta”. Durante alguns meses o transporte em ônibus foi gratuito, mas logo em seguida a empresa Belém Novo passou a cobrar a passagem. Neste sentido a Restinga sempre teve inclinação pelo uso de transporte de tração animal bastante intenso.

A cada dia chegava uma leva de novos moradores vinda de algum lugar da cidade despejados pela prefeitura. Então o povo recém chegado a estas terras passou a se organizar para

⁷⁷ Texto produzido em co-autoria por Alex Pacheco, Beleza, Marcos Goulart e Maria das Dores, revisado e ampliado por mim para a publicação “Vivenciando a Cultura na Restinga” (2007, no Prelo)

⁷⁸ Essas famílias moravam na Vila Ilhota, mas também foram deslocadas pessoas advindas de outras vilas da cidade como a Vila Dique, próxima à ponte do Rio Guaíba, Vila Cacacá, próxima ao Estaleiro Só, bem como das Vilas Santa Luzia e Vila dos Marítimos, na beira da avenida Oscar Pereira.

⁷⁹ Popularmente e devido às suas condições o ônibus era também chamado de Navio Negreiro, Arca de Noé e Ônibus Operário.

ter escolas, reuniam-se e faziam abaixo assinados para suas reivindicações às autoridades. Os clubes de Mães se constituíram e pleiteavam cursos de costureira para as mulheres. Entre outras manifestações.

No início da Restinga, parte do bairro conhecida hoje como Restinga Velha, era possível encontrar uma figueira no centro da rua⁸⁰, desde esse ponto em direção ao Morro São Pedro havia um grande lago que nascia nas vertentes de água natural onde os moradores tomavam banho no verão. Hoje foi aterrado e desviado curso do arroio original que deu origem ao nome Restinga.

A Restinga Nova surgiu em 1970. Ao contrário da Restinga Velha foi planejada contando com cinco unidades habitacionais. Nos anos eleitorais as unidades eram inauguradas e realizadas a entrega das chaves das moradias aos contemplados, que, em sua maioria, ganhavam as chaves da nova moradia através de um político influente. O povo apelidou esta maracutaia de: “ganhou a chave da casa por debaixo dos panos”.

Os telefones públicos, “orelhões”, só chegaram quase ao final da década de 80. Até então, dependia-se de tudo do centro da cidade, pois na vila, não havia supermercado, telefone que desse conta da demanda – só possuía um telefone a pilha enorme na antiga sede da Delegacia de Polícia. Era uma aberração usar o telefone da delegacia, pois os funcionários faziam pouco caso dos moradores, faziam piadas com as mulheres que imploravam para usá-los em caso de extrema necessidade. Assim era a vida destes sofridos moradores que para cá vieram nas décadas de 60,70 e 80. Resumidamente o que foi escrito reproduz parte da história de muitos heróis anônimos que ajudaram a construir o que hoje temos de algumas melhorias na qualidade de vida de um povo sempre excluído.

A Restinga hoje

A Restinga está bem diferente daquela de vinte anos atrás. Quintuplicaram a ocupação de indivíduos, casas, escolas e problemas nas relações e estrutura da comunidade.

Em meados dos anos noventa apareceu a venda de telefones residenciais para toda a Restinga Nova, pois os telefones públicos -“orelhões” apareceram na metade de década de oitenta em diante dando nova forma de comunicação a estas paragens. Em determinados “orelhões formavam-se filas enormes para utilizá-los com as velhas “fichinhas” de metal. Hoje, início dos meados da década de 2000, contamos com mais telefones residenciais para Restinga Velha que conta com orelhões, não tanto os que proliferaram na Restinga Nova.

⁸⁰ Atual Avenida João Dentice, esquina com avenida Martinica.

Os equipamentos serviços públicos de modo geral se concentram na totalidade na Restinga Nova, exceto escolas e creches. Inicialmente, tínhamos quatro escolas no núcleo central da Restinga: José do Patrocínio (1967), Dolores A Caldas (1970), Alberto Pasqualine (1974), Raul Pilla (1977). Nos arredores haviam mais três escolas Estaduais Vicente da Fontoura, Nossa Senhora da Conceição e Henrique Farjat – todas de primeiro grau incompleto, bem mais antigas. Hoje há vinte escolas de ensino de 1º grau, das quais duas incluem ensino 2º grau e um campus universitário do IPA funcionando provisoriamente no Jovem Cidadão- 5ª Unidade. Assim está desenhada nossa educação na comunidade onde a comunidade não participa dos espaços ou propostas de inserção, melhorias e aprovação de melhorias de ensino. Das vinte uma escolas, raramente encontramos escolas abertas aos fins de semana, a esmagadora maioria fica fechada completamente.

Na verdade, possuímos quarenta cinco vilas ou localidades que juntas possuem estimativamente por volta de 130 mil moradores (1). Os dados do IBGE apontam em torno de 50 mil moradores, medidos nos mapas oficiais, não contam as ocupações que são bem mais que 70% da comunidade.

O sistema de transporte a partir dos anos noventa tomou rumos de mudança sem melhorar a qualidade do mesmo. Criou-se um série de linhas sempre com o mesmo consórcio de empresas de transporte que atendem a comunidade, praticamente, com os mesmos 54 ônibus no início do anos noventa. Apareceu o R-10, rápida Restinga Nova com ar condicionado que andam sempre espremendo gente e atropetados nos horários de “pico”.

A saúde tem duas unidades de atendimento diário, um unidade de atendimento de emergência 24 horas do Hospital Moinhos de Vento, quatro PSF- Programa da saúde da Família. Na Unidade sanitária possui um atendimento de ambulância para emergência acionadas pelo SAMU².

A moradia como dos primeiros moradores que vieram para a Restinga não atende a demanda. Isto não é problema exclusivo da Restinga, mas um problema conjuntural de todo o Brasil onde continuamos com os velhos problemas de sempre: - falta de moradia, “grilagem” e pouca investimento na infraestrutura.

O abastecimento de água que era fornecido em “bicas” e, algumas esquinas na Restinga Velha onde se formavam filas para buscar água em baldes ou latões improvisados.

Esporte e lazer.

Atualmente as lutas pela habitação prosseguem na Restinga, e em outras áreas urbanas de Porto Alegre. Conforme dados do CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos -2004 o levantamento de prioridades do Orçamento Participativo dos últimos 15 anos mostra a predominância da questão habitacional, que aparece em primeiro lugar por sete vezes, mais uma vez em terceiro e outra em segundo, sendo seguida de perto por prioridades similares, como pavimentação e saneamento básico

2- Projeto Estudio Experimental Multimeios

Ruptura reflexiva, metalinguagem e reconhecimento.

O Estudio Experimental Multimeios, cujo piloto será construído na Restinga, reunirá um laboratório de Informática e um núcleo de registro e difusão eletrônica, visual e sonora, em tempo real, de espetáculos, peças jornalísticas e programação original, produzidos pela prefeitura de Porto Alegre e realizados por estudantes e jovens porventura alheios ao universo escolar.

Para combater a violência urbana com alguma chance de êxito, atuando administrativamente na esfera municipal, isto é, em um âmbito institucional restrito, desprovido do controle sobre as polícias, é necessário, como vimos, aplicar políticas preventivas capazes de produzir efeitos imediatos e racionalmente orientadas para os focos identificados por diagnósticos consistentes.

O foco prioritário das dinâmicas criminais em curso no município de Porto Alegre, conforme assinalado acima, é o tráfico de drogas e armas, cujo varejo instala-se nas vilas mais pobres. Tomo a liberdade de repetir o argumento, para facilitar uma apresentação mais precisa desse projeto. O tráfico opera recrutando jovens, sobretudo meninos. Para recrutá-los, são oferecidas vantagens de dois tipos: materiais e simbólico-afetivas. Os benefícios materiais resumem-se a remuneração –aliás, superior à disponível no mercado, quando há acesso ao mercado de trabalho (o que nem sempre é o caso). Os benefícios simbólico-afetivos incluem experiências e valores tais como: acolhimento, pertencimento, valorização da autoestima, reforço narcísico, autoridade, respeito, lugar e significado sociais, importância gregária e funcional. Essas experiências e esses valores sintetizam-se na posse da arma, ícone de virilidade e potência, graças a cujo uso os meninos, antes negligenciados na vida social, rejeitados pela família e pela sociedade, tratados com indiferença, reduzidos a seres quase invisíveis, recuperam visibilidade e presença, impondo medo e obediência. O uso criminoso da arma constitui recurso simbólico -certamente perverso, destrutivo e autodestrutivo- na dialética da autoconstituição subjetiva, instrumentalizando o fortalecimento da autoestima, ainda que em um movimento negativo de construção identitária pelo avesso.

Se o tráfico opera desse modo multidimensional e se o nervo de nosso problema é sua estratégia de cooptação e reprodução, envolvendo a juventude (a forma de participação das

meninas requer considerações específicas), o poder público municipal deveria definir sua própria estratégia como a competição com o tráfico por cada jovem. Devemos disputar menino a menino (e menina) com o tráfico e seu engenhoso mecanismo de alimentação e destruição. Para que a administração municipal se credencie a competir, é indispensável preparar-se para atuar nas duas dimensões: material e simbólico-afetiva. Precisa oferecer vantagens materiais correspondentes às proporcionadas pelo tráfico, via projetos de emprego e renda, e capacitação profissionalizante, mas não pode abster-se de oferecer benefícios de natureza simbólica, que substituam a arma por instrumentos positivos, cidadãos e pacíficos de autoconstituição subjetiva e restituição de presença social. Esses benefícios têm de dialogar com o imaginário jovem, sabendo capturá-lo. Por isso, devem traduzir-se em linguagem compatível com os desejos da “gurizada”, ou seja, em programas ligados a computação e internet, hip-hop, música, teatro, dança, esporte, arte e mídia. E mais: para que o desafio da “invisibilidade” (humana e social) seja enfrentado, quer dizer, para que o reforço narcísico compense a discriminação e as experiências de rejeição, geradores de processos subjetivos de autodesvalorização, é necessário empregar recursos metalinguísticos, para que as experiências de fruição, expressão, virtuosismo ou aprendizado, na cultura, na tecnologia e no lazer, não se restrinjam à imediaticidade da própria vivência e venham a ser devolvidas à consciência dos seus protagonistas sob a forma do reconhecimento, da reafirmação positiva, da confirmação, da admiração coletiva e virtual, emblematicamente sintetizada na presença de um auditório virtual.

Por isso, há uma diferença significativa entre um jogo de futebol e o mesmo jogo complementado por entrevistas, mesas redondas e gravação de momentos do jogo, os quais seriam transmitidos para uma platéia virtual. A introdução dessa presença virtual, desse outro coletivo, indiretamente presente, ou seja, cuja presença é mediada pelos instrumentos eletrônicos de comunicação visual e sonora, representa a duplicação potencialmente reflexiva e narcisicamente revigorante da experiência –de uma experiência em si mesma gregária, positiva e educativa (o jogo implica disciplina, respeito a regras iguais para todos e, portanto, introjeção do princípio de equidade).

A construção de um *EstudioM*multimeios é o primeiro passo para que as iniciativas nas áreas do esporte, da cultura, da suplementação escolar e da capacitação para e fruição da computação/internet, encontrem uma estação materialmente adequada e para que sua realização se desdobre na reflexividade narcisicamente revitalizante da metalinguagem midiática.

Paralelamente, é fundamental dotar esse Estudo de uma personalidade visual e arquitetônica inconfundível, para que o princípio matricial de nosso programa de combate à violência seja simbolicamente sintetizado e possa ser comunicado ao país -sob o modo da unidade gestáltica de um modelo concreto-, devolvendo aos jovens, já na própria inscrição material do programa, a imagem de si reconstituída sob o registro da esperança.

Descrição dos ambientes

Inicialmente trabalha-se com a hipótese de configurar uma sala especializada que possibilite o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Criação de Site do Estudo da Restinga, o qual poderá conter informações sobre eventos a serem desenvolvidos pela comunidade;
- Produção de eventos a serem transmitidos pela Internet (em tempo real ou pré-gravados);
- Produção, edição, montagem e gravação de mídias.
- Treinamento a ser ministrado por técnicos da Procempa, bem como por outras entidades com objetivo de capacitar monitores das comunidades que farão o papel de replicadores do conhecimento.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2003.

Estúdio Multimeios da Restinga – Diretrizes Básicas de Implantação

Considerações Iniciais

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no desenvolvimento de uma política que contribua para a segurança comunitária, criou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que está desenvolvendo o 'Programa Segurança Cidadã'. Este programa possui como princípio basilar ações que contribuam para a harmonia coletiva, oportunizando um sentido de vida que seja orientado pela solidariedade social, com medidas que contemple, entre outras, o envolvimento comunitário e a ampliação de acessos à oportunidade, com atenção especial para os jovens.

O Estúdio Multimeios da Restinga representa um investimento do Governo Municipal na segurança, seguindo a proposta do Programa Segurança Cidadã, em parceria com a comunidade, como um espaço de envolvimento prioritário de jovens, possibilitando a ampliação das atividades e das oportunidades na área da cultura e da geração de renda, através de um equipamento eletrônico, propiciando a reflexão na direção de uma convivência harmônica e uma consciência solidária.

Nos meses de julho e agosto do corrente ano foram desenvolvidas oficinas na Restinga, envolvendo a comunidade e os seus grupos culturais para debater a sua implementação efetiva, onde foram discutidos seus objetivos e o funcionamento, culminando o debate com o Seminário Estúdio Multimeios.

Na seqüência registra-se a síntese dos debates ocorridos nas oficinas, como proposta para o debate no Seminário.

Objetivos específicos

Foi apontado como objetivo específico do estúdio, criação de um espaço de formação, produção, difusão, experimentação e incubação de bens culturais em meio eletrônico, para:

- Constituir-se em polo cultural;
- Proporcionar visibilidade ao protagonismo juvenil;
- Proporcionar a participação popular;
- Constituir-se em espaço de articulação comunitária; e,
- Constituir-se espaço de desenvolvimento econômico.

A discussão ainda contemplou o entendimento de consenso para que a instalação definitiva do equipamento seja realizada no Parque Industrial da Restinga e a instalação provisória, durante o período que decorrer a captação de recursos e a construção do espaço definitivo, seja na IETINGA.

Os públicos, prioritários, que se destinam o equipamento ficou assim definidos:

- Estudantes e jovens alheios ao universo escolar;
- Jovens em situação de risco social e/ou de vulnerabilidade às dinâmicas criminais, ou que cometeram ato infracional, ou que estejam cumprindo medidas sócio educativas, ou penas alternativas; e,
- Organizações Sociais e grupos culturais.

Concepção e funcionalidade

A concepção de funcionamento do estúdio multimeios estará dividida em três áreas (conforme Figura 1). Uma área destinada a incubação de grupos de mídia e culturais, por tempo determinado, que possibilite as condições adequadas para a sua auto-gestão, compreendendo a

capacitação, produção e/ ou prestação de serviços. Uma área destinada a utilização eventual, através de projetos específicos, com pequeno tempo de duração. E, uma área destinada a trabalhos sociais, desenvolvidas pelos grupos incubados como contrapartida, compreendendo capacitação do público em situação de vulnerabilidade social e serviços comunitários, de acordo com a orientação da política do programa segurança cidadã e discussão com a comunidade.

As áreas de atuação escolhidas para serem desenvolvidas no Estúdio foram: jornal, rádio, música, vídeo e internet.

Gestão do Estúdio Multimeios

A proposta de gestão apresentada a seguir destina a regular o período de instalação provisória do equipamento até sua instalação definitiva e, neste período o modelo aqui proposto será acompanhado e avaliado para então ser definido o modelo definitivo.

As características básicas do funcionamento do Estúdio são:

- Espaço de instalação: em um módulo da IETINGA;
- Equipamentos e mobiliário: Prefeitura Municipal, comunidade e parcerias;
- Manutenção: Prefeitura Municipal, comunidade e parcerias;
- Custeio: Prefeitura/ Usuário

O desenvolvimento das atividades e a utilização do Estúdio, ocorrerá:

- Pelos Grupos incubados, através de seleção de projetos e habilitação dos Grupos;
- Pela seleção de projetos específicos;
- Pela capacitação dos grupos incubados; e,
- Pela capacitação dos públicos alvos, escolhidos na política do Programa Segurança Cidadã e discussão com a comunidade.

A gestão especificamente do Estúdio Multimeios será realizada de acordo com as seguintes instâncias:

1) COMITE GESTOR

- Responsável pela elaboração das diretrizes e da política de uso do Estúdio;
- Responsável pela aprovação dos projetos;
- Constituído pela Prefeitura e comunidade, com 16 representantes da comunidade,

sendo 14 dos grupos incubados, um da organização social Promotoras Legais e um do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); e, 09 representantes do Governo Municipal, sendo dois da SMDHSU, um das escolas da região, um da PROCEMPA, um da SMIC, um da SMC, um da CCom, um do CAR e um da FASC;

2) CONSELHO COMUNITÁRIO

- Responsável pela fiscalização das diretrizes e política de uso e pela mediação de conflitos;
- Constituído pela Prefeitura e comunidade, com uma relação de predominância da comunidade;
- Escolha da comunidade, ocorrerá pela habilitação de organizações comunitárias.

3) GERÊNCIA EXECUTIVA

- Prefeitura/Comunidade – 1 Agente da Prefeitura e 1 Agente da Comunidade ;
- Atividades: agenda de uso, controle do uso e guarda dos equipamentos, controle da utilização dos espaços, tarefas administrativas, execução da manutenção e do custeio.

Etapas da implementação da instalação provisória

- 1º. Adequação do local e instalação dos equipamentos e mobiliário;
- 2º. Definição dos critérios e normatização do Comitê Gestor, Conselho Comunitário e Gerência Executiva;
- 3º. Escolha do Comitê Gestor, Conselho Comunitário e Gerência Executiva;
- 4º. Elaborar critérios para o desenvolvimento do trabalho do estúdio nessa fase;
- 5º. Montagem e organização dos cursos de qualificação nas cinco áreas escolhidas;
- 6º. Apresentação e seleção dos projetos e habilitação dos Grupos;
- 7º. Construção de uma proposta de funcionamento e incubação dos grupos;
- 8º. Execução dos cursos de qualificação nas cinco áreas;
- 9º. Organização e execução das Oficinas de capacitação para os públicos alvos;
- 10º. Abertura do acesso à comunidade para apresentação de projetos específicos;
- 11º. Divulgação e comunicação na cidade.

Após a saída de Soares, provocando o rodízio de cargos de confiança, mudanças ideológicas e administrativas e uma certa celeuma no ambiente onde surgia o projeto, a secretária Helena Bonumá, que o substituiu, presta contas aos atores do bairro envolvidos com o Estúdio através de um protocolo de compromisso:

PROTOCOLO DE COMPROMISSO

O Estúdio Multimeios da Restinga constitui um projeto do Programa Segurança Cidadã desenvolvido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O “Programa Segurança Cidadã” possui como princípio basilar ações que contribuam para a harmonia coletiva, oportunizando um sentido de vida que seja orientado pela solidariedade social, com medidas que contemple, entre outras, o envolvimento comunitário e a ampliação de acessos à oportunidade, com atenção especial para os jovens.

Nesse sentido, o Estúdio representa um investimento do Governo Municipal, seguindo a proposta do Programa de Segurança Municipal, em parceria com a comunidade, como um espaço de envolvimento prioritário de jovens, possibilitando a ampliação das atividades e das oportunidades, na área da cultura e da geração de renda, em especial da inclusão digital, através de um equipamento eletrônico, propiciando a reflexão na direção de uma convivência harmônica e uma consciência solidária.

Os Grupos que compõe a Comunidade Cultural da Restinga e as organizações comunitárias abaixo relacionadas, mais a Prefeitura de Porto Alegre, que constituem o Comitê Gestor do Estúdio Multimeios, firmam no presente ato o compromisso de continuar as etapas de implementação do projeto, seguindo as diretrizes básicas constante no documento em anexo e que integra o presente protocolo, o qual foi elaborado através de Seminários, oficinas e reuniões realizadas com a comunidade da Restinga durante o corrente ano, onde consta a finalidade, objetivos específicos, descrição do projeto e a gestão do Estúdio Multimeios. Entre as etapas da implementação estão incluídas as demais atividades a serem realizadas para viabilizar a construção do prédio definitivo ao equipamento e a confecção do Estatuto do Estúdio e o Regimento Interno do Comitê Gestor.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2003

Pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre:

Helena Bonumá

Secretária Municipal de Direitos

Humanos e Segurança Urbana

Pela Comunidade Cultural da Restinga

e Organizações Sociais:

UHT – União Hip-Hop da Restinga

Telecentro ASALA

Jornal “Vez da Tinga”

Ação Periférica na Comunicação

Comunidades em Comunicação

CUFA – Central Única da Favelas

Grupos de Jovem Chapéu do Sol

Movimento Urbano Comitê de Resistência Popular

Rádio Comunitária 88.1 – Restinga FM

MNU – Movimento Negro Unificado da Restinga

Movimento de Luta pela Moradia

Clube de Reciclagem Belém Novo

ONG – Promotoras Legais Populares

Movimento dos Trabalhadores Desempregados

Núcleo Esperança I

FERES Histórico⁸¹

Desde 2001, um pequeno coletivo de educadores formais, ligados à Rede Municipal de POA, em parceria com movimentos populares do bairro vem trabalhando conjuntamente, no sentido de construir-se estratégias e novas possibilidades de trabalho junto à sua comunidade. Desta relação decorreram inúmeras atividades nas quais alunos, familiares e moradores ocuparam mais do que o espaço de convidados. Na maioria delas, a comunidade vem atuando como protagonista, contribuindo com seus saberes e fazeres, em caráter quase sempre voluntário, e desenvolvendo uma relação de parceria com a escola.

No ano de 2002 o movimento já tomara grandes proporções e parecia cada vez mais importante que as demais escolas da Rede pudessem partilhar de tal experiência, tornando-se necessária a criação de um espaço em que isso se efetivasse.

Assim, nasceu a proposta do 1º Fórum das Escolas da Restinga, evento que aconteceu em outubro daquele ano, envolvendo nove escolas municipais do bairro e atendendo a cerca de 500 alunos com idades variando entre doze e dezoito anos.

Pensado a partir da observação de temas do interesse dos alunos da Escola Lidovino Fanton, o Fórum 2002 provou que a amostragem empregada representava, realmente, as necessidades das demais escolas. Os quatro Núcleos de Conhecimentos sobre os quais o encontro foi pensado (Educação para o Meio Ambiente, Comunicação, Produção Cultural da Restinga e Sexualidade) foram desenvolvidos em oficinas, peças, apresentações, debates, bate-papos, vídeos, relatos e em um show, contando todas essas atividades com a participação voluntária da comunidade, através de participações individuais e de grupos e coletivos locais organizados, de secretarias e serviços municipais e de ONGs e associações diversas.

Ao final do encontro, foi elaborada uma carta com os conhecimentos produzidos nas oficinas e debates. Dentre as demandas levantadas, mostrando que o evento atingira seus objetivos, apontou a solicitação de uma segunda edição.

Se o Fórum 2002 fora pensado por um pequeno grupo, a partir de demandas de uma única escola, o evento 2003 teve sua organização marcada pela busca de uma ação coletiva entre os participantes. Foram realizados doze encontros preparatórios, para os quais, além da comunidade, representada por diferentes grupos e participações individuais, convidaram-se todas as municipais do bairro, inclusive as escolas de Educação Infantil, uma municipal da Hípica e, na busca de uma integração maior, as escolas estaduais da Restinga.

⁸¹ Documento redigido pela coordenação do FERES e enviado à lista feres@yahoogrupos.com.br

Numa lógica de promover o protagonismo juvenil e envolver de forma a dar um papel mais decisório à comunidade, foi fortemente incentivada a participação de alunos, funcionários e moradores, logrando uma participação decisiva da comunidade, cujos representantes dividiram a coordenação do evento de forma preponderante em relação às representações das escolas.

Pensado a partir das demandas do ano anterior, o Fórum 2003 manteve os núcleos 2002, ampliando-se o Núcleo de Sexualidade para Núcleo de Direitos da Criança e do Adolescente. Novamente acontecendo em dois dias, o encontro potencializou a participação das escolas, passando a atender representantes de todos os níveis (Educação Infantil a Serviço de Educação de jovens e Adultos) e reunindo cerca de 3.000 alunos.

Utilizando-se da bem sucedida organização 2002, a segunda edição do evento teve, também, oficinas, debates e as demais atividades já citadas. Desta forma, foi organizada uma carta com as demandas para a edição 2004, base sobre a qual foi estruturada a mesma. Como principal mudança, dado grande número de atividades e propostas e considerando-se seus objetivos, o Fórum passou a ter, na edição daquele ano, caráter aberto, consistindo num conjunto de eventos e de atividades a serem desenvolvidas ao longo do mesmo, em caráter permanente ou pontual. Ainda, ocorreu neste ano uma edição do evento para alunos e professores das quatro escolas d Educação Infantil do bairro e uma da Ponta Grossa, o 1º Forunzinho das Escolas Infantis da Restinga e Extremo Sul.

O ano de 2005 trouxe ao movimento importantes avanços, todos eles, talvez, bem representados na própria mudança de nome, passando a se chamar Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul. Pensa-se, através da palavra Educação traduzir todas as possibilidades de tal ação, tanto no campo formal, quanto informal.

Ampliou-se, também, o campo de trabalho do agora FERES: atendendo às demandas da carta 2004, mais dois núcleos de conhecimentos foram criados (Núcleo de Etnias, Núcleo de Economia Solidária e Preparação para o Trabalho) e o Núcleo de Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da forte participação de adultos e de mulheres do bairro, passa a consistir no Núcleo de Direitos Humanos.

Também neste ano, uma importante parceria com a SMED foi estabelecida, através de horas de trabalho no FERES para a professora municipal que coordena o movimento. Assim, um intenso cronograma de atividades foi desenvolvido, somando cinquenta ações em diferentes espaços e para diferentes públicos do bairro. Passou-se a priorizar o uso dos finais de semana e feriados, momentos em que a comunidade, na maioria das vezes, não conta com opções de atividades, ampliando-se, também, a participação das escolas, tanto no número de alunos e professores envolvidos, quanto na abertura de seus espaços para as ações.

Para 2006 está previsto um cronograma de sessenta ações, a serem desenvolvidas ao longo dos doze meses do ano, para as quais toda uma movimentação, no sentido de captação de recursos e parcerias vem sendo realizada.

Justificativa

O coletivo de educadores do FERES, ao considerar a comunidade em que está inserida como seu próprio currículo, promove uma discussão permanente acerca da realidade social, identificando situações a serem valorizadas ou transformadas e possibilitando a todos os envolvidos no processo de construção de conhecimentos um importante exercício de criticidade e cidadania.

Na Restinga, temas como a violência, a questão racial, as relações de gênero, as desigualdades sociais, as relações com o Meio Ambiente e o tráfico de drogas são constantes em diferentes situações do cotidiano, estando presente em qualquer trabalho educativo a que se proponha.

Uma abordagem efetiva de tais aspectos passará, necessariamente, por propostas com as quais os grupos se identifiquem, não apresentando caráter catequético ou moralista. Ao abrirem-se espaços de discussão e questionamentos, permite, também, que sejam sinalizadas as ações que melhor se ajustem ao que se deseja construir ou transformar, devendo as mesmas ser concomitantemente contínuas, pontuais e abertas às naturais mudanças por que deverão passar, ao longo de seu desenvolvimento.

Ao sinalizarem seu interesse pela capoeira, pelo Hip Hop, pelas bandas e cultura local, ao se preocuparem com as ações predatórias sobre o Morro São Pedro, ao desejarem ocupar espaço na sua rádio comunitária ou buscarem se apropriar de outras formas de produzir informação ou de geração de renda, os moradores fazem um importante movimento de conhecimento e valorização de seu espaço, determinantes fatores na construção de uma identidade afirmativa d moradores de periferia.

Apostamos neste movimento como eficaz maneira de contribuir na visibilidade positiva do bairro Restinga, possibilitando a ocupação de novos espaços junto à sociedade, bem como na efetiva construção de uma política de paz, tão necessária em nosso contexto social.

Objetivo geral

Contribuir nos processos de **inclusão**, através da construção de possibilidades sociais dignas para o morador da Restinga e comunidades de periferia em geral, tendo por instrumento o **conhecimento** e por missão a **transformação** social.

Objetivos específicos

Auxiliar na visibilidade positiva do morador da Restinga, valorizando os conhecimentos e fazeres locais ;

Contribuir na construção de uma auto-estima positiva para o morador da comunidade;

Promover a integração entre alunos e moradores de diferentes regiões do bairro, desconstituindo estigmas e atuando na redução de conflitos territoriais;

Promover o protagonismo infantil e juvenil da Restinga, integrando os jovens em atividades de sua cidade;

Pensar soluções e formalizar conhecimentos acerca das realidades locais a serem transformadas, conhecidas ou valorizadas;

Abrir um espaço permanente e periódico de discussão, no qual os olhos da comunidade da Restinga voltem-se para ela mesma, qualificando a participação dos jovens e crianças em eventos deste bairro e da cidade;

Abrir espaços para reflexões e construção de conhecimentos acerca da infância e da adolescência e de temas a esses períodos relacionados;

Abrir espaços para reflexões e construção de conhecimentos acerca de questões sociais relacionadas às desigualdades, preconceitos étnico-raciais e intolerâncias diversos.

Articular diferentes produtores culturais, lideranças e movimentos sociais locais, buscando uma maior aproximação Escola-Comunidade;

Promover e valorizar as diferentes manifestações culturais do bairro, tais como música, dança, capoeira, comunicação comunitária e outras, viabilizando a produção e a veiculação das mesmas;

Oportunizar o desenvolvimento de habilidades e construção de conhecimentos que possibilitem o exercício de atividades geradoras de renda;

Contribuir nos processos de inclusão digital e na apropriação de informações, tanto através de leituras críticas de mídias, quanto na produção de informações e apropriação de meios de comunicação diversos.

Contribuir na construção de lógicas de sustentabilidade, respeito e harmonia com todo elemento da natureza, percebendo o Homem como elo na cadeia.

Núcleos de conhecimentos

Na organização de seu trabalho, o FERES tem por referencial conhecimentos essenciais na construção de pessoa crítica, autônoma e imbuída de ideais de transformação social. Atualmente, seis núcleos estão constituídos, contando com coordenações específicas e tendo por meta 2006 a elaboração de seus respectivos referenciais teóricos.

Entretanto, numa lógica de transversalidade, toda ação desenvolvida por cada um desses núcleos deverá estar em acordo com os princípios de **Inclusão, Transformação e Conhecimento** pelos quais o FERES se orienta.

Núcleo de Direitos Humanos: Tem por campo de atuação as questões de gêneros, de livre orientação sexual, os direitos da criança e do adolescente e as práticas de inclusão para portadores de necessidades especiais.

Etnias Busca atuar na promoção de políticas afirmativas para os povos negros e índios, construindo noções de pertencimento étnico-raciais para os moradores da Restinga.

Economia Solidária Construção de noções de cooperativismo e alternativas em geração de renda, tendo a economia popular solidária como grande possibilidade para as classes populares.

Comunicação e Inclusão Digital Atuando numa lógica de mídia comunitária e inclusão digital, busca a apropriação de tecnologias como alternativa na produção de informações que possibilitem nova visibilidade para as periferias.

Produção Cultural Promove a valorização e fomenta a produção cultural local, atuando na construção de uma identidade local relacionada às manifestações artísticas e estéticas do bairro.

Meio Ambiente Noções de sustentabilidade, ecologia planetária e políticas para a Paz, tendo por área de atuação os ambientes naturais e construídos do entorno Restinga e Morro São Pedro.

CRONOGRAMA FERES 2005

EVENTO	DATA	LOCAL	EXECUÇÃO
1º Seminário do Fórum 2005	26/05, quinta-feira	EMEF Lidovino Fanton	Organizadores,oficineiros, colaboradores
2º Hip Hop ao Extremo	04/6,sábado	Quadra da Escola de Samba Estado Maior da Restinga	Grupos de Hip Hop da região e de outras partes da cidade
Teatro para o EJA- A saga de Canudos	12/06, terça-feira	Esplanada	Alunos do EJA e MOVA
2ª Pequena Pausa Tema: Violência e Escola	05/07,terça-feira	EMEF Lidovino Fanton	Professores e funcionários das escolas municipais
Feira do Livro Lidovino Fanton- Leituras críticas de Mídia	14 a 16 /07, quarta, quinta,sexta	EMEF Lidovino Fanton	Comunidade Lidovino Fanton
Projeto Convivências UFRGS	25 a 31/07, segunda a domingo	EMEF lidovino Fanton Comunidade da Restinga	Comunidade da Restinga
Feira de Economia Solidária	13/08, sábado	Esplanada Restinga	Alunos, pais, comunidade em geral
3ª Pequena Pausa Tema: Questão da mulher	16/08, terça-feira	EMEF Pessoa de Brum	Professores, funcionários e alunos do noturno da Escola
3º Hip Hop ao Extremo	20/08, sábado	Quadra da Escola de Samba Estado Maior da Restinga	Comunidade da Restinga
4ª Pequena Pausa- Questão do desarmamento	20/08, sábado	Escola Mário Quintana	Alunos de 3º Ciclo
5ª Pequena Pausa- Questão do desarmamento	03/09, sábado	Escola Lidovino Fanton	Alunos de B30 a EJA
6ª Pequena Pausa- Questão do desarmamento	05/09, segunda-feira	Escola Dolores	Alunos de EJA
Preparatória do EJEMA	08/09, quinta-feira	Escola Mário Quintana	Alunos colaboradores do Núcleo de M. A
Ação de posse responsável (início das esterilizações de cães e gatos)	10/09, sábado	A ser definido	Projeto Convivências-UFRGS
7ª Pequena Pausa Tema: Violência e Escola- 1ª parte	21/09, quarta-feira	EMEF Pessoa de Brum	Alunos, professores e funcionários da Escola
3ª formação em mídia comunitária	19 /09, segunda-feira	EMEE Tristão Sucupira Viana	Alunos das oficinas de comunicação
8ª Pequena Pausa	21/09, quarta-feira	EMEF Pessoa de	Alunos, professores e

Tema: Violência e Escola-2ª parte		Brum	funcionários da Escola
9ª Pequena Pausa-Questão do desarmamento	22/09, quinta-feira	EMEF Pasqualini	Alunos e professores de EJA
7ª Pequena Pausa Tema: Violência e Escola- 1ª parte	28/09, quarta-feira	EMEF Pessoa de Brum	Alunos, professores e funcionários da Escola
2º Encontro de Jovens Educadores para o Meio Ambiente	29/09, quinta-feira	A ser definido	Alunos das escolas da região e grupos ambientalistas
Festa de Ibejes, contação de lendas africanas, xibição do vídeo Kiriku	11/10, quarta-feira	Escola Lidovino Fanton	Alunos das escolas da região
2ª Formação sobre a água	06/10 quinta-feira	A ser definido	Alunos, professores, funcionários e pais
1ª Feira de doação de animais da Restinga	09/10, domingo	Esplanada da Restinga	Comunidade da Restinga
3ª Formação em mídia comunitária	11/10	Escola Tristão	Alunos que participarão na cobertura do Tinga pela Paz
4º Tinga pela Paz e por um Brasil sem armas	12/10, quarta-feira	Esplanada/CECORES -	Comunidade da Restinga
3ª Encontro Forunzinho da Educação Infantil	20, 21, 22/10	A ser definido	Alunos das escolas infantis municipais
4º Encontro Fórum das Escolas da Restinga	29/10, sexta-feira	Escola Lidovino Fanton	Alunos do ciclo C, EJAS, 2º Graus
Show do 4º Fórum das Escolas	22/10, sábado	Esplanada da Restinga	Comunidade e bandas da Restinga
1º Enconrinho de Pequenos Educadores para o Meio Ambiente	11/11, sábado	A ser definido	Alunos de Educação Infantil e A10
3ª mostra de vídeo da Restinga	18,19,20/11, sexta,sábado, domingo	EMEE Tristão Sucupira Viana	Comunidade da Restinga
Encontro Regional de Capoeira	Semana da Restinga	A ser definido	Grupos de capoeira da região e da cidade
2º Seminário de Comunicação da Restinga	1ª semana de dezembro	A ser definido	Alunos e pessoas que atuam em mídia comunitária
4º Hip Hop ao	10/12, sábado	Esplanada da Restinga	Comunidade da

Extremo/Encerramento 2005			Restinga
2º Seminário do FERES	17/12, sábado	EMEF Lidovino Fanton	Organizadores, oficineiros, colaboradores
Formação para catadores e carroceiros	A ser definido	Usina de reciclagem	Trabalhadores da região
2ª Feira de Economia Solidária e palestra	A ser definido	CECORES	Comunidade da Restinga
3ª mostra de Vídeo da Restinga (Preliminares)	A ser definida	EMEE Tristão Sucupira Viana	Alunos das oficinas, comunidade
2º Encontro Forunzinho do B	A ser definido	A ser definido	Alunos do ciclo B e correspondente, no seriado
Formação para pais da Escola Infantil	A ser definido	EMEE Tristão Sucupira Viana	Pais e funcionários das EMEIS da região
2º formação sobre resíduos sólidos	A ser definido	A ser definido	Alunos, professores, funcionários e pais

Outras ações desenvolvidas pelo FERES

Oficinas- Ministradas por oficineiros da comunidade, nos conhecimentos: Vídeo Popular, Rádio Comunitária, Fanzine, Internet, Fotografia, Jornal, Costumização, Artesanato, Capoeira, Grafite, B-Boy, Malabares, Teatro, Direitos Humanos, Ecologia.

Assessoria a grupos ou oficineiros da comunidade na elaboração e encaminhamento de projetos de trabalho

Jornais- Edição dos jornais Vez da Tinga e o Quintanário, com tiragem de 10.000 exemplares, no formato de oficinas e com a produção dos textos, fotos e proposta de diagramação pelos alunos.

Terapia Reiki: ministrada a alunos que desejem